

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“Adoções “prontas” ou diretas: buscando conhecer
seus caminhos e percalços”

Fernanda Neísa Mariano

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências, e Letras de Ribeirão Preto da
USP, como parte das exigências para a
obtenção do título de Doutor em Ciências,
Área: Psicologia.

Ribeirão Preto – SP

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“Adoções “prontas” ou diretas: buscando conhecer
seus caminhos e percalços”

Fernanda Neísa Mariano

Professora Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências, e Letras de Ribeirão Preto da
USP, como parte das exigências para a
obtenção do título de Doutor em Ciências,
Área: Psicologia.

Ribeirão Preto – SP

2008

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Fernanda Neísa Mariano
Ribeirão Preto, 2008

Capa: Obra de Tarsila de Amaral “Morro da favela”, 1924 - óleo sobre tela 64 x 76 cm.
Coleção José Estéfano, SP.

FICHA CATALOGRÁFICA

Mariano, Fernanda Neísa

Adoções “prontas” ou diretas: buscando conhecer seus caminhos e percalços.
Ribeirão Preto, 2008.
329 p.; 30 cm

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Departamento de Psicologia e Educação.
Orientador: Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde

1. Adoção 2. Família adotiva 3. Família de origem 4. criança adotada
5. Psicologia jurídica

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernanda Neísa Mariano

Adoções “prontas”ou diretas: buscando conhecer seus caminhos e percalços

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências, e Letras de Ribeirão Preto da
USP, como parte das exigências para a
obtenção do título de Doutor em Ciências,
Área: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*À minha irmã **Ana Paula**, que desde muito pequena, me proporcionou experiências vívidas de alegria, descobertas e amizade, que são de fundamental importância ao meu desenvolvimento.*

*Ao **Yuki**, pelos momentos de parceria e união, que possibilitam crescimento e superação.*

Agradecimentos

Aos entrevistados pela disponibilidade de me receberem e pela confiança de dividirem suas experiências. Às crianças, adolescentes e famílias que atendi, em diferentes contextos, e que foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho e para a minha atuação profissional.

À minha orientadora, Clotilde, por todas as oportunidades e recursos que me disponibilizou nestes sete anos de convivência, formação e parceria. Minha gratidão pela confiança, respeito e consideração que sempre demonstrou por mim e pelo meu trabalho.

Às professoras Cláudia Fonseca e Regina Caldana, pelas valiosas sugestões no exame de qualificação e pelas referências que são para mim.

À Professora Marisa pelas inúmeras reflexões e ponderações feitas a partir da leitura atenta deste trabalho. Às Professoras que se dispuseram a discutir este trabalho em sua fase de elaboração, entre elas, Cristiane Paulin, Rosalina de Carvalho, Claudia Fonseca e Lygia Ayres.

Aos membros do GIAAA, aos alunos de iniciação e da pós-graduação e às pós-doutoras, com os quais não tive a oportunidade de trabalhar nos últimos anos, mas, que, à distância, admiro o avanço de seus projetos, questionamentos e reflexões. À Carol, Lilian, Nina, Regina e Solanginha, agradeço pelo que pude aprender com o trabalho de vocês e que tem sido de grande valia em minha prática profissional. À Solanginha, que mesmo com tantas atividades e atribuições, se mostrou disponível para dialogar e tornar projetos possíveis. À Lilian, minha gratidão, pela parceria que possibilitou o ato criativo em momentos difíceis.

Aos Cindedianos, pelo prazer do encontro, das trocas, das aprendizagens. À Ana Paula, que foi de fundamental importância na elaboração do projeto de Doutorado; à Kátia, pelas inúmeras oportunidades de aprendizagens “afetivas” e profissionais; aos professores, orientandos da graduação e da pós-graduação; ao querido Ronie.

À querida Alda, pelas inúmeras contribuições ao longo deste trabalho e pelo carinho.

Às assistentes sociais, aos profissionais e amigos que me apresentaram aos entrevistados.

À Roberta, pela transcrição das entrevistas de maneira cuidadosa, comprometida e ética. Por suas colocações sempre tão enriquecedoras! À Luciana pela leitura atenta, crítica e profunda deste trabalho que me proporcionou muitas reflexões.

Às queridas psicólogas Ciça e Adriana Tannus, com as quais pude compartilhar momentos importantes da construção do *corpus* desta pesquisa e da minha prática profissional.

Ao apoio fornecido pela FAPESP, CNPq e CAPES que foram de fundamental importância para a viabilização deste trabalho.

À Neli, pela disponibilidade, presença e confiança, que possibilitaram uma série de ressignificações em minha vida. Seu apoio e estímulo também foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho e de muitos outros projetos. Todo meu carinho e gratidão.

Meus agradecimentos pela dedicação, cuidado e perseverança aos fisioterapeutas Márcia, Leonardo, Mariângela e Lucimar, entre outros; e aos médicos Dra. Susan, Dra. Silvana e Dr. Vitor Tumas.

Aos amigos que passaram pela minha vida, mas pelos quais os sentimentos permanecem os mesmos. Àqueles que continuam presentes, entre eles, Cami, Dani,

Verinha, Lê, Gi, Jô, Tici, Gislene, Kátia(s), entre outros. Os agradecimentos são vários, entre eles, os de tornarem a vida mais leve, colorida e gratificante.

Aos meus pais, pela paciência, dedicação e amor que demonstraram ao longo destes anos. Pelos diferentes momentos em que reafirmaram o amor que sentiam por mim e fizeram o (im)possível para amenizar as minhas dificuldades e perdas. Eu os amo com todo o meu coração e eternamente.

Ao meu irmão, pela confiança que sempre demonstrou em relação aos meus projetos.

À minha irmã, ao meu cunhado e aos meus sobrinhos, por toda a alegria e amor que proporcionam à minha vida.

À Cris e Ricardo, nossa família em São Paulo, pela companhia e amizade.

Ao Yuki, pelas inúmeras demonstrações de carinho, paciência e compreensão, ao longo da realização deste trabalho.

RESUMO

Mariano, Fernanda Neísa. **Adoções “prontas” ou diretas: conhecendo seus caminhos e percalços.** 2008. 329f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

Em pesquisa realizada no Mestrado, verificamos a alta incidência de adoções “prontas” ou diretas, através da análise de processos em uma comarca do interior do Estado de São Paulo. Estudos em outras cidades brasileiras que também analisaram processos jurídicos apontam a grande frequência desta prática, na qual os adotantes pleiteiam a adoção de uma criança, que foi entregue a eles pelos pais biológicos ou da qual tomaram conhecimento através de mediadores, conhecidos ou em instituições. Entretanto, as adoções “prontas” são pouco conhecidas em seus processos e dinâmicas. Com intuito de apreender diferentes configurações de adoções “prontas”, através do conhecimento dos diferentes cenários e protagonistas envolvidos, das interações que podem ocorrer e dos múltiplos sentidos que vão ser construídos sobre esta prática adotiva por seus protagonistas, foram entrevistadas quatro famílias adotantes, três mães biológicas que entregaram seus filhos, mediadores e operadores do direito. Tanto a construção como a análise do *corpus* foram realizadas a partir da perspectiva da Rede de Significações. A análise aponta a existência de múltiplas configurações de adoções “prontas”, permeadas por sentidos diversos, envolvendo variadas interações entre os protagonistas, as quais circunscrevem diferentes possibilidades e limites ao desenvolvimento das pessoas e das situações. Uma das modalidades de adoção “pronta” é aquela em que os adotantes são parentes ou pertencem à rede de apoio (vizinhos, amigos) da família biológica. Parece-nos implicar práticas históricas e culturais de manutenção e sobrevivência de crianças nas famílias de camada popular. As adoções realizadas nas instituições de abrigo mostraram-se permeadas por múltiplos sentidos, entre eles, as formas de assistência a criança e ao adolescente que vigoraram por muitos anos e com frequência ainda vigoram no Brasil, nas quais a institucionalização ou a colocação em famílias substitutas tem sido uma prática recorrentemente utilizada para crianças pobres ou que, por algum motivo, não podem ser mantidas em suas famílias de origem. Outra modalidade de adoção apreendida é a que se refere à adoção de bebês., Esta apresenta uma multiplicidade de sentidos e formas de se realizar, as quais englobam desde a comercialização de bebês até sua entrega aos adotantes pela mãe biológica. Os protagonistas referiram-se à complexidade de cenários e de formas de negociação, nas quais emergiram múltiplos repertórios discursivos de abandono, trauma, maternidade e adoção. De maneira geral, sentidos variados de adoção permearam as diferentes configurações de adoções “prontas”, entre eles, a adoção como solução para as crianças pobres ou como forma de inclusão social. Por outro lado, a entrega de um filho para conhecidos parece ter ampliado o grau de satisfação e compreensão dos protagonistas envolvidos, enquanto que o silenciamento e o menor grau de negociação entre os protagonistas e os cenários foram associados a sentidos de restrição e imposição. A multiplicidade desta prática adotiva ilustra a necessidade de estudos, olhares e ações que abarquem o dinamismo e a pluralidade das configurações das famílias brasileiras, suas formas de sobrevivência, manutenção e sustentação. (FAPESP; CAPES; CNPq)

Palavras-chave: 1. adoção; 2. família adotiva; 3. família de origem. 4. criança: entrega em adoção 5. Psicologia jurídica

ABSTRACT

Mariano, Fernanda Neísa. **Direct or ready adoptions: investigating its ways and contradictions** 2008. 329f. Doctoral Thesis – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

As part of Master's program research, we verified a high incidence of direct or "ready" adoptions through the study of several court cases in a city in the State of Sao Paulo. Studies in other Brazilian cities also point to the fact that this practice is widespread; adopting parents initiate the request to adopt a child given to them by the biological parents or of whom they learned through third parties, acquaintances or through visits to shelters or health facilities. However, little is known about the processes and dynamics of the "ready" adoptions. With the intent to learn about the many types of "ready" adoptions, we sought to understand the different settings and individuals involved, the interactions that occur and the multiple meanings that will be given to the process by those involved in it; we interviewed four adopting families, three biological mothers who gave up their children, mediators and court officials. The construction and the analysis of the *corpus* were done from the perspective of the Net of Meanings. The analysis points to the existence of many forms of "ready adoptions" filled with different meanings and different interactions amongst the parties involved, that delineates possibilities and limits *the development of the people and of the situations*. One of the types of the "ready" adoption is that in which the adopting parents or relatives belong to the support network (neighbors, friends) of the biological family. It appears to be a historical and cultural practice utilized for the upkeep and survival of children of low income families. Adoptions through shelters are characterized by multiple meanings, among them, the forms of assistance provided to children in the past which still figure in Brazil, where children of low income families are commonly placed in shelters or with substitute families, when for some reason, they cannot be kept by their original families. Another type of adoption identified is the adoption of babies. This type of adoption can occur in many ways, ranging from the sale of the baby to the handing over of the baby by the biological mother. The participants of this type of process spoke of the complexity of the settings and types of arrangements, and of many issues which permeate it, such as abandonment, trauma, maternity and adoption. Generally speaking, different meanings are present in the different types of "ready" adoptions, among them, the adoption as a solution for children of low income families or as a means to better place them in society. Giving up a child to an acquaintance seems to have generated greater comfort and understanding to the parties involved, while the lack of dialogue or minimum level of negotiation was perceived by the parties involved as restrictive and imposing. The widespread use of the "ready" adoptions demonstrates the need for studies and practices which will take into account the dynamics and the plurality of Brazilian families. (FAPESP; CAPES; CNPq)

Key words: 1. adoption; 2. adopting family; 3. birthmothers. 4. adopted child 5. Judicial Psychology

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Contextualizando e apresentando o trabalho..... 21

Capítulo 1. Das adoções “prontas”: o cenário jurídico e as práticas voltadas para a inserção de crianças e adolescentes na família brasileira 27

1.1. A mediação das adoções e a assistência à criança e à família no Brasil: contexto sócio-histórico e cultural..... 28

1.2. Das especificidades das adoções legais: as leis brasileiras que norteiam as práticas adotivas..... 36

1.3. Adoção “Pronta”: de prática social à modalidade de adoção legal..... 40

1.4. A prevalência das adoções “prontas”: algumas características e mecanismos dessa modalidade de adoção 46

Objetivos 53

Capítulo 2. Construção e Análise do Corpus 55

2.1. O referencial teórico-metodológico 55

2.2. Entrevistas enquanto instrumento de construção do *corpus* na *RedSig*..... 61

2.3. O mergulho inicial do pesquisador na situação pesquisada..... 64

2.4. A constituição do *corpus*: entrevistas realizadas e os protagonistas da pesquisa..... 67

2.4.1. Os adotantes 69

2.4.2. As mães biológicas 70

2.4.3. Os mediadores das adoções 72

2.4.4. Os profissionais da área da Infância no âmbito jurídico..... 73

2.5. Procedimentos éticos: Autorizações e Solicitações de Consentimento Informados 74

2.6. A Análise do corpus..... 75

Capítulo 3. Adoções “Prontas” através de parentes ou de pessoas da rede de apoio 81

3.1. Margarida – mãe de Lucas 81

3.1.1. Os limites e as possibilidades que marcaram a decisão da entrega 83

3.1.2. A entrega de um filho em adoção: da guarda provisória ao pedido de adoção 86

3.1.3. Os circunscritores da entrega do filho a parentes 87

3.1.4. A formalização da adoção: as combinações com os adotantes e os trâmites na Justiça 88

3.1.5. As negociações entre pais adotantes e biológicos 90

3.1.6. O relacionamento da criança adotada com a família biológica: algumas facetas da experiência de ter duas famílias 92

3.1.7. A dor de ter sido entregue: por que eu? 95

3.2. Luana e Marcos: adotantes do primo Júnior 97

3.2.1. A acolhida temporária da criança que se tornou definitiva.....	99
3.2.2. Negociações entre pais adotantes e pais biológicos.....	100
3.2.3. O relacionamento da criança com sua família biológica.....	102
3.2.4. Dos pais biológicos de Júnior.....	105
3.2.5. Negociações entre os adotantes.....	107
3.3. Rosa - mãe de três filhos “entregues” a vizinhos e conhecidos.....	111
3.3.1. A entrega dos filhos e as combinações com os demais protagonistas.....	113
3.3.2. Das relações: fragilidades, rupturas e formas de sobrevivência.....	120
3.4. Discussão.....	124
3.4.1. Adoção “pronta” entre parentes e conhecidos: fenômeno a ser compreendido a partir da circulação de crianças e da formalização das relações?.....	124
3.4.2. Sentimentos e relações ao longo destas adoções: posicionamentos assumidos e atribuídos pelos protagonistas.....	128
3.4.3. Circunscritores da entrega de um filho em adoção.....	141
3.4.4. Como as crianças e adolescentes são posicionadas e que papéis assumem nas relações entre adultos?.....	144
Capítulo 4. Adoções via abrigo: uma outra forma de conhecer crianças.....	151
4.1. Patrícia – a profissional do abrigo.....	151
4.1.1. O embate da instituição de abrigamento com o Judiciário: o abrigo deve ser um espaço de encontro de crianças com seus possíveis pais?.....	152
4.1.2. A experiência de mediar adoções: “as dores e os amores” ao se promover adoções.....	155
4.1.3. O retorno à família biológica: trabalho árduo e com poucas perspectivas de sucesso.....	160
4.1.4. ” Se a adoção é boa, a adoção pronta é melhor ainda”.....	167
4.2. Marta e Roberto – os pais de Juliana.....	174
4.2.1. Abrigo: cenário de encontros e desencontros entre adotantes e crianças?..	176
4.3. Discussão.....	183
4.3.1. O universo do abrigo: protagonistas, posicionamentos e práticas discursivas.....	185
4.3.2. Os encontros nos abrigos: “conhecendo uma criança real”?.....	194
Capítulo 5. Um leque de opções nas adoções de bebês: da comercialização às gestações amparadas pelos adotantes.....	201
5.1. Os adotantes Ricardo e Kátia.....	201
5.1.1. As negociações com a mãe biológica através de um mediador.....	203
5.1.2. As possibilidades e limites de uma adoção “pronta”: suas (des)vantagens.....	208
5.1.3. Outra forma de se adotar crianças: as visitas em abrigos.....	211
5.1.4. O comércio de bebês: uma outra forma de adoção.....	214
5.1.5. “O Massacre da Serra Elétrica”: sentimentos vivenciados diante dos procedimentos na Vara da Infância.....	215
5.1.6. Algumas reflexões sobre o relato dos entrevistados.....	222
5.2. Léo e suas filhas.....	224
5.2.1. As combinações e negociações com a mãe biológica.....	225
5.2.2. A adoção de uma criança: aspectos legais.....	230
5.2.3. A regularização da situação adotiva na Vara da Infância.....	231
5.2.4. As possibilidades e os limites das adoções “prontas”.....	233

5.3. Adriana: três momentos da entrega de um filho em adoção: as negociações com os adotantes, a entrega e o depois.....	235
5.3.1. Primeira entrevista: as combinações com os adotantes aos seis meses de gestação.....	238
5.3.2. Segunda entrevista: as ambivalências da entrega	246
5.3.3. Terceira entrevista: a relação consigo e com o(s) outro(s) após o nascimento e entrega do bebê	250
5.4. Discussão	256
5.4.1. Práticas discursivas que permeiam as adoções: alguns sentidos de maternidade/paternidade, laços consangüíneos e adoção	257
5.4.1.1. As práticas discursivas sobre a maternidade/ paternidade biológica... ..	261
5.4.1.2. Os sentidos de maternidade, vínculo e adoção nas produções científicas na área Psicológica	263
5.4.2. Os embates entre adotantes e as famílias biológicas: as relações permeadas por trocas e os sentimentos de posse e de pertencimento	266
Capítulo 6. Adoções “prontas” através da ótica dos operadores do Direito	275
6.1. Promotor de Justiça.....	275
6.1.1. O relato do Promotor de Justiça sobre a colocação de crianças em famílias substitutas: a lei e a prática	276
6.1.2. Adoção “Pronta” e adoção por <i>intuitu personae</i>	278
6.1.3. Algumas reflexões sobre as Adoções: possibilidades e limites enquanto profissional que representa a Lei	285
6.2. Juiz da Vara da Infância e Juventude.....	290
6.2.1. As adoções “prontas”: conhecendo esta prática a partir da experiência de um Juiz da Infância	291
6.2.2. O fortalecimento da Lei através das adoções via cadastramento e da mudança do Estatuto	296
Capítulo 7. Considerações Finais	299
8. Referências Bibliográficas.....	313
Anexos	323

Contextualizando e apresentando o trabalho

Ao concluir o projeto de Mestrado, em 2004, tivemos acesso a uma riqueza de dados sobre os processos de adoção de crianças em uma cidade do interior do Estado de São Paulo: uma série de dados sobre alguns protagonistas, uma falta de registro sobre outros e um sério silenciamento sobre algumas práticas adotivas (MARIANO, 2004). A partir destes resultados, que despertaram nosso interesse e a necessidade de compreendê-los, passamos a elaborar este projeto de Doutorado.

Ao falarmos de ausência de dados, nos remetemos à falta de registro nos autos processuais e de escuta das famílias de origem das crianças que foram adotadas. Ao mesmo tempo, o alto índice de adoções “prontas”, aquelas em que os protagonistas só buscam a Justiça, após já terem articulado uma adoção de fato, nos pareceu um fenômeno complexo. A partir da análise das peças processuais, permaneceu uma série de questões: em que cenários rotineiramente ocorrem essas adoções? Como se posicionam e são posicionados os protagonistas dessas práticas? Quais as possibilidades e limites que permeiam a escolha dessa adoção pelas mães e familiares que entregam seus filhos em adoção? Para quem e de forma os entregam? E os adotantes, como se posicionam e são posicionados pelos mediadores, por essas famílias de origem e pela Justiça, quando buscam regularizar a situação adotiva da criança que está com eles? Que sentimentos e sentidos permeiam estas práticas nas interações entre seus vários protagonistas em cenários específicos em um determinado momento de suas vidas?

Diante de tantos questionamentos e do pouco conhecimento que existe sobre essa prática adotiva no Brasil, nos propusemos a realizar um projeto nos quais esses protagonistas pudessem narrar suas experiências sobre adoção em conversas comigo.

Propusemos-nos assim a entrevistar mães biológicas, adotantes, mediadores e operadores do direito sobre suas experiências e vivências com essa prática adotiva.

A realização deste projeto de pesquisa é marcada por um período de efervescência de idéias e práticas no que se refere aos trâmites legais, às normativas e às atuações profissionais, seja no campo da convivência familiar seja em relação aos direitos das crianças e adolescentes. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) é muito recente, havendo inclusive setores da sociedade que buscam sua reformulação, como por exemplo: a diminuição da idade penal¹; alterações na destituição do poder familiar e modificações nas adoções². Outros setores têm buscado uma aplicação mais estrita dos artigos do Estatuto, solicitando que o cadastramento dos casais pretendentes à adoção seja a única forma de inserção de crianças em famílias substitutas. Outros ainda buscam garantir a convivência familiar e comunitária através da implantação de projetos de famílias de acolhimento (CONANDA e CNAS, 2006). Por outro lado, há um movimento que busca promover a criação de parâmetros de qualidade para os abrigos que acolhem crianças (MDS, 2007 e IPEA/CONANDA, s/d).

Diante desse movimento de (re)significação de paradigmas e práticas em relação à família e à infância, que atinge não apenas aquelas submetidas a riscos e rupturas, percebemos que há necessidade de pesquisas que possam dar subsídios para que estas questões sejam discutidas com profundidade bem como contribuir para a prática dos profissionais.

O maior conhecimento sobre as adoções “prontas” pode trazer contribuições para os profissionais que lidam diretamente com esta questão – o Poder Judiciário, as

¹ Projeto de Decreto Legislativo 25/2007, de autoria de Rogerio Lisboa - PFL/RJ. A ementa altera o artigo 228 da Constituição Federal, com o objetivo de reduzir a idade penal para dezesseis anos.

² Projeto de Lei 1756 de 2003, apresentado pelo Deputado João Mattos do PMDB de Santa Catarina, que busca regulamentar a adoção em todo o território nacional, foi aprovado na Câmara dos Deputados com emendas, e aguarda votação no Senado.

equipes interdisciplinares das Varas da Infância e Juventude, os Conselhos Tutelares, os abrigos e demais instituições –, tanto pelo fato de buscar compreender como ocorrem essas adoções (as redes de relações, as (re)significações, as negociações), como por ouvir as mães biológicas e os mediadores das adoções, protagonistas pouco estudados nas pesquisas brasileiras.

Em vários países do mundo, as adoções “prontas” foram proibidas. No Brasil, em algumas Comarcas, esta prática vem sofrendo restrições, mas esse movimento ainda não é homogêneo.

Oliveira (2002) ilustra que diversas Varas de São Paulo tornam improcedentes os pedidos de adoções “prontas”, realizando a busca e apreensão de crianças que se encontram com os adotantes e entregando-as a famílias cadastradas nos Fóruns. No entanto, na cidade em que realizamos nossa pesquisa de Mestrado, foram raríssimos os casos de retirada da criança da família. Isso só ocorreu quando os estudos psicossociais ou sociais realizados apontaram que a criança se encontrava em situação desfavorável, ou quando não ocorreu a destituição dos pais biológicos. Nas discussões que ocorrem em congressos ou encontros da área, em sites e em documentos, alguns grupos de adoção e profissionais da área são favoráveis à adoção apenas por cadastrados, enquanto outros relativizam e justificam suas posições de acordo com a peculiaridade de cada caso. No entanto, sabemos que estudos são necessários para dar maior embasamento às práticas do Judiciário.

Atualmente, aguarda votação no Senado um projeto de lei sobre adoção que nos parece preconizar as adoções pelo Cadastro, coibir as adoções “prontas” e também, de certa forma, acelerar os processos de adoção, através da determinação de uma série de prazos e trâmites para a destituição do poder familiar das famílias biológicas.

Acreditamos que, ao realizar este estudo, teremos um contato mais aprofundado

com as famílias biológicas que entregam seus filhos em adoção e, de alguma forma, poderemos fomentar as discussões sobre as limitações e as possibilidades encontradas por esses pais no cuidado com os filhos.

Embora não seja o objetivo central deste estudo, temos a oportunidade de dar voz a um dos protagonistas menos estudados em relação às adoções, as famílias biológicas. E isso também nos parece significativo para o conhecimento prático e acadêmico existente, no sentido de suplantar os dados apenas sócio-demográficos que se possui sobre tais protagonistas.

Diante das questões sociais, históricas, culturais e legais que permeiam as práticas adotivas no Brasil, iniciamos este trabalho fazendo um breve histórico sobre as leis referentes à adoção e as práticas de assistência a crianças e adolescentes no Brasil. Essa apresentação é desenvolvida no capítulo 1, no qual vamos posicionando a adoção pronta como uma das práticas adotivas existentes no país e nossos questionamentos sobre ela, e quais os nossos propósitos neste trabalho.

No capítulo 2, apresentamos o referencial teórico-metodológico da Rede de Significações que norteou a construção e a análise do corpus que foi construído, apresentamos a composição do *corpus* e como realizamos sua análise.

Nos capítulos 3, 4, 5 e 6 apresentamos o *corpus* de pesquisa analisado. Diante da complexidade das adoções prontas, optamos por apresentar em capítulos separados as diferentes modalidades que conseguimos apreender. Ao final de cada um, realizamos uma discussão fazendo uma interlocução com a literatura existente sobre o tema. No capítulo 3, apresentamos as adoções “prontas” realizadas por parentes e conhecidos das mães biológicas que “entregaram” seus filhos em adoção. No capítulo 4, é feita uma análise e discussão das adoções “prontas” que ocorreram em abrigos, nos quais adultos conheceram crianças e solicitaram a adoção destas na

Justiça; e, no capítulo 5, fizemos a apresentação de adoções de bebês que ocorreram através da mediação de conhecidos dos adotantes ou das mães biológicas.

No capítulo 6, apresentamos as entrevistas dos operadores do Direito, antes de realizarmos uma discussão geral de nosso trabalho, que será apresentada no capítulo 7. Os posicionamentos e os sentidos que emergiram nas conversações com esses profissionais foi de fundamental importância para as reflexões, que são elencadas no final deste trabalho.

Esperamos que este trabalho desperte em nossos leitores o interesse de compreender tal prática adotiva multifacetada e complexa, que nos desafia com sua riqueza e peculiaridades e que nos parece ter muito a nos ensinar sobre as diferentes modalidades de família, arranjos familiares, vínculos e adoções que coexistem em nosso país.

Capítulo 1. Das adoções “prontas”: o cenário jurídico e as práticas voltadas para a inserção de crianças e adolescentes na família brasileira

No Brasil, a adoção de crianças e adolescentes sempre existiu como uma prática social, no entanto, apenas no século passado ela foi regulamentada e vem sofrendo uma série de transformações tanto nas práticas como nas legislações que vêm sendo elaboradas.

Considerando as adoções que se dão no campo jurídico, algumas pesquisas (OLIVEIRA, 2002; AYRES, 2005; MARIANO & ROSSETTI-FERREIRA, 2008) discutem sobre a grande probabilidade de que as adoções “prontas” ou diretas se constituam na modalidade de adoção que mais ocorre nos últimos anos no nosso país.

As adoções “prontas” ou diretas são aquelas que implicam a entrega de uma criança por seus pais biológicos a adotantes ou a um terceiro, o qual que viabilizará a colocação da criança em uma família adotiva.

Ao estar com a criança, a família adotante procura a Vara da Infância e Juventude a fim de regularizar a situação, ou seja, procura legitimar uma adoção de fato.

Nessas adoções, como já dissemos anteriormente, pode existir mediadores que auxiliam os pais biológicos na busca de pessoas que desejam adotar ou que auxiliam pais adotivos a encontrarem famílias que desejam entregar seus filhos em adoção. Essa intermediação pode ser feita por conhecidos das mães e/ou dos adotantes, familiares, por profissionais que trabalham em hospitais, em Conselhos Tutelares, em abrigos para crianças que estão sob a proteção do Estado.

Para melhor compreender a dinâmica dessas adoções “prontas” é importante conhecer suas características enquanto prática social e, apreender os aspectos legais, históricos e culturais que influenciam fortemente tanto a manutenção como as

transformações dessas adoções enquanto práticas sociais. Um olhar para as práticas de assistência a crianças e adolescentes se faz necessário, bem como um levantamento das mudanças na legislação para que possamos compreender o dinâmico e complexo quadro que compõe as colocações de crianças em famílias no Brasil na atualidade.

1.1. A mediação das adoções e a assistência à criança e à família no Brasil: contexto sócio-histórico e cultural

Olhando a história do Brasil, ao nos remetermos ao período colonial, temos a família patriarcal como o modelo básico de família segundo os estudos pioneiros de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna (CALDANA, 1998; SAMARA, 1993). Segundo esse modelo, a família era uma unidade produtora e de consumo, em uma sociedade de estrutura econômica de base rural e escravocrata, chefiada pelo *pater familia*, que exercia sua autoridade através de muita violência sobre escravos, funcionários, filhos e dependentes.

Segundo Caldana (1991), a família patriarcal pode ser descrita pela inexistência de intimidade afetiva, de proximidade e aconchego, contribuindo também para o afastamento emocional do homem em relação ao restante da família, aumentando assim sua autoridade. As mulheres tinham o papel de reprodutoras da prole legítima, porém o cuidado das crianças era exercido pelos escravos.

Alguns autores, no entanto, vão se remeter a outras configurações de família em contraposição à família patriarcal (BARROS, 1981; CÔRREA, 1982; NEDER, 1998), fazendo referência às famílias dos bandeirantes bem como àquelas com uma composição mais simples em relação às famílias patriarcais.

Samara (1987 e 1993) apresenta a configuração familiar dos paulistas e sulistas, nos séculos XVIII e XIX, na qual a estruturação é mais simples e com um menor número de integrantes em relação à família patriarcal. As relações se caracterizavam pelo concubinato e pelo celibatário, o que levou a um grande número de filhos ilegítimos. Em São Paulo, a família patriarcal correspondia a apenas 26% dos domicílios.

Com os concubinatos e o celibato, nos recenseamentos, afilhados, filhos de criação e expostos eram registrados como agregados, aparecendo nas estatísticas como um número irrisório, embora representassem uma grande parcela das relações filiais.

Os filhos nascidos de mães escravas eram libertos através dos testamentos dos pais. Os filhos ilegítimos partilhavam dos bens caso não concorressem com os filhos legítimos. As mulheres acobertavam os filhos naturais de seus maridos caso não tivessem filhos ou herdeiros legítimos. Alguns “bastardos” foram criados por estranhos, algumas mães os colocavam na roda dos expostos³ (SAMARA, 1993).

Os asilos e as rodas dos expostos foram criados, desde o período colonial e, conviviam e atendiam às demandas tanto das famílias patriarcais como dos demais arranjos familiares, como alternativas para as crianças que não podiam viver em família, por diferentes motivos.

As rodas foram instaladas no período colonial e mantidas ao longo do Império e da República, sendo a última desativada em 1950. Os asilos e as Santas Casas de Misericórdia também foram criados a fim de acolherem crianças abandonadas na época denominadas como “expostas” ou “enjeitadas”. O Estado prestava auxílio financeiro a quem acolhesse e batizasse uma criança até que esta completasse os sete anos.

³ Roda dos expostos ou enjeitados: aparelho com formato cilíndrico, normalmente de madeira, com um dos lados vazado, assentado num eixo que produzia um movimento rotativo. A roda ficava anexada a um asilo de menores ou a uma Santa Casa. Depois de inserir a criança na roda, tocava-se uma sineta para avisar que uma criança havia sido exposta. A pessoa que colocava a criança na roda não era vista e nem estabelecia contato com quem recebia a criança (GONÇALVES, 1987 e MOTTA, 2001).

A Câmara ou a Santa Casa contratavam mães de aluguel, que podiam ser mulheres livres ou escravas, chamadas de mulheres criadeiras. Alguns proprietários ou mulheres livres aceitavam manter “enjeitados” recebendo muito pouco ou nada por isso, e alegavam estar pagando promessas. Os pregadores coloniais afirmavam que acolher enjeitados era uma demonstração de fé (VENÂNCIO, 1997).

Na Casa dos Expostos, segundo Marcilio (1998), as crianças viviam com suas amas de leite ou eram colocadas em famílias, nas quais eram criadas e, muitas vezes, usadas como mão de obra. Outra alternativa buscada para essas crianças era a inserção destas na Casa dos Aprendizizes ou no Arsenal da Marinha.

Venâncio (1997) aponta a não ocorrência do abandono de crianças no meio rural. Associa tal fato ao papel importante desempenhado por elas nas comunidades de camponeses e pescadores, nas quais o trabalho infantil auxiliava na manutenção da família. Nas cidades, havia uma grande quantidade de miseráveis e, muitas vezes, colocavam seus filhos nas rodas. Além deles, muitas mulheres brancas e da elite entregavam suas crianças nas rodas por medo da condenação moral que sofreriam ao assumirem um filho ilegítimo. Assim, muitas crianças eram resultado de relações ilícitas de mulheres de condição elevada ou eram filhos de adolescentes entre 12 e 16 anos⁴.

Em relação à camada popular, havia outros motivos que levavam a entrega de crianças, tais como o nascimento de gêmeos, a criança estar doente, a morte dos pais. Algumas escravas entregavam seus filhos na roda, na esperança de que eles fossem considerados livres ou senhores de engenho; após concederem a alforria, incentivavam o envio da criança à assistência pública.

No entanto, no decorrer do século XIX, a roda que até então era um dispositivo para a manutenção da moral das elites e solução para a carência material dos pobres, vai

⁴ Silva & Dias apud Venâncio, 1997.

ser uma das preocupações enfatizadas pelo discurso do movimento higienista, devido à alta taxa de mortalidade das crianças expostas. Entretanto, as rodas vão ser mantidas até a metade do século XX, através do forte apelo religioso, ao ser considerada uma prática cristã.

Mesmo com a manutenção das rodas, uma série de outras mudanças foi ocorrendo na sociedade e na família brasileira a partir das idéias higienistas. Várias teses foram desenvolvidas, propagando as concepções desse movimento, a partir de 1830, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o aleitamento materno, os cuidados com o bebê, o relacionamento sexual nos casamentos e a sexualidade feminina (GONÇALVES, 1987), que ajudaram a construir as concepções sobre a configuração familiar, o papel da mulher na família, sobre o abandono de crianças e sobre a roda.

O papel da criança como futuro cidadão e riqueza de uma nação, propagado pelo movimento higienista na França e em outros países europeus, também foi utilizado pelos médicos sanitaristas no Brasil.

Costa (1989) descreve as mudanças ocorridas nas famílias, desde o estímulo à amamentação materna e não por amas de leite, à reorganização da casa – deveriam garantir locais de intimidade aos seus membros e afastar os escravos desse convívio, pois eles poderiam acarretar-lhes prejuízos à saúde e ao espírito. Outra alteração importante foi o papel que a escola passou a exercer na educação e domesticação das crianças, exaltando a necessidade dos cuidados físicos, a higiene do corpo e dos alimentos consumidos, a necessidade do controle da sexualidade infantil e dos comportamentos considerados imorais.

Nesse período, que foi fortemente marcado pelo movimento higienista, o atendimento às crianças e adolescentes considerados “menores abandonados, desvalidos ou delinqüentes” também sofreu modificações (MARCÍLIO, 1998). Foram ampliadas e

diversificadas as instituições de atendimento a fim de atender tal parcela da população e transformá-la em homens trabalhadores e imbuídos dos sentimentos de dever à pátria.

Com o grande crescimento populacional e o aumento da pobreza no país, as famílias pobres passaram a ser responsabilizadas pelo aumento da criminalidade e pelo abandono infantil. A partir da perspectiva higienista e saneadora, se atuava nos focos de desordem e doença. Em relação aos pobres, as intervenções eram no sentido de moralizá-los: inculcar valores morais aos pobres e preveni-los contra eles mesmos, nos casos das crianças pobres cujos pais eram vistos como uma má influência.

Ao longo do século XIX, uma nova configuração de família foi se constituindo, de caráter intimista, fechada em si, reduzida aos pais e aos filhos vivendo sós, sem criados, agregados e parentes – no que se refere às famílias da elite. Aos poucos, foi se configurando a chamada família nuclear, que passa a ter um papel socializador e reprodutor da ordem estabelecida pelo Estado republicano.

Em relação às camadas populares, uma das conseqüências desse movimento, que buscava formar o bom trabalhador, cidadão normatizado e disciplinado, foi a criação dos grandes estabelecimentos totais. Essa iniciativa se deu no início do século XX, com a criação do Juizado de Menores e a promulgação do Código de Menores.

Sob o paradigma da situação irregular e da associação da pobreza com a criminalidade, foram criadas instituições, que intervinham junto às crianças e adolescentes pobres a partir de uma ação policial que, através de delegacias, identificava, encaminhava, transferia e desligava os denominados “menores” (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Na segunda metade do século XX, com a ditadura militar, as ações junto aos menores eram vistas como uma questão de segurança nacional. A legislação vigente reforçava a visão de que os pobres eram incapazes no tocante à educação de seus filhos.

Dessa forma, o Estado e a Justiça podiam intervir nas famílias. As crianças pauperizadas e as que praticavam atos infracionais eram internadas e atendidas em instituições que se pautavam no isolamento.

Os anos 70 e 80 são marcados por movimentos que buscavam mudanças na política de atenção à criança e ao adolescente. Além da redemocratização do país, eventos internacionais caminhavam no sentido de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma nova doutrina vai permear as garantias, os direitos e os serviços voltados às crianças e adolescentes. O paradigma da proteção integral, em contraposição à doutrina da situação irregular, elege as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e seres em condição peculiar de desenvolvimento. Cabe ao Estado, à sociedade e à família assegurar os direitos previstos em lei.

No que se refere à adoção, a convivência familiar e ao atendimento de crianças e adolescentes, houve grandes mudanças nas legislações brasileiras que passaram a vigorar no final do século XX. Desenvolver-se em uma família constitui-se um direito fundamental e a condição de pobreza não pressupõe a destituição do poder familiar dos pais, como se pode observar na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2005).

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Constituição Federal Brasileira, 1988, Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, artigo 227).

“Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (Estatuto

da Criança e do Adolescente, 1990, Do direito à Convivência Familiar e Comunitária, Capítulo III, seção I, artigo 19).

“A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder.

Parágrafo único - Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou adolescente será mantida em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Do direito à Convivência Familiar e Comunitária, Capítulo III, seção I, artigo 23).

Em relação à adoção, além de ser considerada uma medida excepcional, ela deverá ter como maior beneficiado a criança e o adolescente. Nas Varas de Infância e Juventude criou-se um cadastramento dos interessados em adotar e um cadastro das crianças em condições de serem adotadas. Ou seja, as crianças e os adolescentes que até então eram colocados em famílias substitutas através das mediações de Santas Casas, Hospitais e “orfanatos” deverão ser acompanhados pelo Poder Judiciário, que selecionará adotantes, a partir de avaliações psicossociais, determinadas pelos Juízes das Varas da Infância.

Por outro lado, passam a existir medidas anteriores à adoção e a institucionalização de crianças, descritas no artigo 101 e 129 do Estatuto:

“Verificadas qualquer das hipóteses previstas no artigo 98 (os direitos da criança estão sendo ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão de conduta), a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamentos aos pais ou responsáveis, mediante termos de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança ou ao adolescente;

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – abrigo em entidade;

VIII – colocação em família substituta”.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas protetivas e ações junto às famílias de origem da criança para que os vínculos familiares possam ser mantidos”.

“São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

VII – obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII – advertência;

VII – perda da guarda;

IX – destituição da tutela;

X – suspensão ou destituição do pátrio poder”.

E o abrigo, que deve ser provisório, excepcional e que não implica privação de liberdade, deverá assistir crianças e adolescentes em seus múltiplos direitos, entre eles, o de convivência familiar e comunitária.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2005) amplia e aprimora os objetivos das entidades destinadas ao acolhimento institucional.

Diante desse breve histórico, podemos observar que as múltiplas e contraditórias vozes e práticas – que podem ser compreendidas através de ações, omissões e discursos – em relação às crianças provenientes de famílias pauperizadas parecem não ter sofrido mudanças significativas ao longo dos séculos. A desigualdade social e a falta de políticas públicas efetivas se fazem presente na história do Brasil e estão fortemente implicadas nas institucionalizações de crianças e adolescentes bem como no rompimento dos laços familiares destes com suas famílias de origem.

Também observamos que a colocação das crianças ocorria de maneira informal ao longo dos séculos, tanto ao serem mediadas pelas Santas Casas ou quando as crianças eram inseridas famílias criadeiras. Não havia critérios pré-estabelecidos para a

colocação de uma criança em uma família ou em outra, pelo que pudemos compreender pelo levantamento bibliográfico realizado.

Além disso, no Brasil, segundo o estudo de Costa (1989), as adoções selvagens ou à brasileira ocorriam de forma predominante no país até 1988; aproximadamente 90% das adoções realizadas eram dessa modalidade, na qual as crianças eram registradas como filhos biológicos dos adotantes, o que corresponde ao crime de falsidade ideológica pela legislação vigente.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente foram criados cadastros de pretendentes a adoção nas comarcas e se introduziu as equipes técnicas para avaliar tais pretendentes e acompanhá-los na aproximação e no período de estágio de convivência das crianças pleiteadas em adoção.

Entretanto, mesmo com a existência dos cadastros, o que estudos recentes constatam é o alto índice de adoções através de mediadores, entre eles, das instituições de abrigo. Considerando esses resultados, esperamos que ao longo deste trabalho possamos trazer algumas reflexões sobre tal cenário bem como sobre algumas práticas que pudemos apreender através do relato dos protagonistas entrevistados.

1.2. Das especificidades das adoções legais: as leis brasileiras que norteiam as práticas adotivas

A regulamentação da adoção é muito recente no Brasil, se considerarmos que a sua prática ocorre desde a época da família patriarcal e demais estruturas familiares de nossa cultura.

Entretanto, apenas no século XX, com o Código Civil de 1917 haverá uma legislação específica sobre a adoção. O referido código determinava aos juízes que

concedessem cartas de legitimação aos filhos de relações incestuosas, de sacerdotes e de adúlteros (VARGAS, 1998). E qualquer pessoa poderia adotar, sem prole legítima ou legitimada, através de contratos com os pais biológicos. Os adotantes deveriam ser maiores de 50 anos e possuir 18 anos a mais que o adotado. A adoção era revogável e não anulava o vínculo entre a criança e seus genitores (FONSECA, 2002). A adoção era revogável tanto por parte do adotante, quanto do adotado, sendo que este último não rompia os vínculos com sua família biológica. A adoção, nessa época, não era vista como um modo “normal” de constituir família e era, de certa forma, desestimulada pela lei.

Quarenta anos depois, em 1957, houve uma modificação na legislação: casais jovens passaram a usufruir o direito de adotar uma criança. A idade mínima dos adotantes foi reduzida de cinquenta a trinta anos de idade e a diferença de idade entre adotante e adotado passou a ser de dezesseis anos. No entanto, a condição do filho adotivo ainda é diferente dos filhos legítimos, pelo menos, em termos legais. Considerando-se que, nos casos em que os adotantes tivessem filhos legítimos, a legislação não garantia direitos sucessórios aos filhos por adoção.

Fonseca (2002) ao fazer um histórico sobre as modificações na legislação sobre adoção no país, aponta que em 1965, criou-se o dispositivo da legitimação adotiva que favorecia as crianças menores de sete anos, que tivessem sido abandonadas, violadas em seus direitos ou seus pais tivessem sido destituídos do pátrio poder (termo utilizado na época). Para deferir a legitimação, exigia-se um período de guarda por três anos e tal medida era irrevogável e previa o rompimento com a família de origem. Permitia-se a modificação do nome e do prenome da criança pelos adotantes. Como na legislação anterior, manteve-se o princípio da diferença de direitos sucessórios entre filhos legítimos e adotivos, ou seja, nos casos em que nascessem filhos legítimos, o adotado

não tinha direitos sucessórios. Além disso, a lei previa algumas condições para os adotantes adotarem: tinham que ter um período de cinco anos de matrimônio sem filhos ou comprovarem sua esterilidade através de laudo médico para serem dispensados desse período.

Com a promulgação do Código de Menores, em 1979, estabeleceu-se a adoção Plena, no qual há o rompimento dos laços com a família biológica e a emissão de um novo registro de nascimento. A adoção plena só podia ser requerida para crianças menores de sete anos que estivessem em situação irregular, ou para aqueles acima dessa idade que já estivessem sob guarda dos adotantes.

“Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III – em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal (Código de Menores, 1979, artigo 2)”.

Com a criação do Código de Menores, fundamentado sob égide da doutrina “da situação irregular”, agrupou-se sob o mesmo rótulo crianças e adolescentes desprovidos de meios para a satisfação de suas necessidades básicas, privados de qualquer tipo de assistência familiar, e aqueles em conflito com a lei em razão de infrações (MARIANO, 2004).

Em relação aos adotantes, a idade mínima continuou sendo de trinta anos para um dos cônjuges, permanecendo também a exigência de cinco anos de matrimônio sem filhos, que poderia ser dispensada na hipótese de esterilidade de um dos cônjuges.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, se estabeleceu que a adoção é possível a qualquer pessoa maior de 21 anos, independentemente de seu estado civil, desde que haja diferença de 16 anos entre adotante e adotado, não sendo permitida a adoção por familiares (ascendentes e irmãos do adotando). O candidato a adotante deve se submeter a parecer técnico e/ou do juiz, que deferirão o seu pedido de candidatura para a adoção de uma criança ou adolescente. Está previsto um trabalho sistemático de preparação e acompanhamento por técnicos que orientem a criança e a família em todo o processo de adoção.

Na nova lei, ficaram estabelecidas diferentes possibilidades de adoção: a adoção unilateral ou monoparental (quando um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do companheiro, nascido de relacionamento anterior); adoção conjunta (por casais ou concubinos); adoção singular (pessoas solteiras⁵, viúvas, divorciada e separadas judicialmente). Ademais, a adoção pode ser nacional e internacional.

Existem ainda práticas não definidas juridicamente, que podem ser regularizadas, e cuja ocorrência é comum, como é o caso das adoções “prontas” ou diretas e de adoções selvagens⁶. Nas adoções “prontas”, a mãe entrega seu filho a um adotante que não foi credenciado no Fórum e não foi submetido ao estudo psicossocial, porém que procura posteriormente a Justiça para regularizar a adoção da criança que está com ele através de uma guarda de fato.

⁵ Pela lei não é possível a adoção por casais homossexuais, o que tem sido discutido e reivindicado por alguns grupos da sociedade. Entretanto, um homem ou uma mulher homossexual pode requerer a adoção de uma criança na condição de solteiro.

⁶ Vargas (1998) ressalta que a adoção existiu ilegalmente depois de sua regulamentação, escapando muitas vezes às estatísticas. Segundo pesquisa realizada por Costa (1999), 90% das adoções que se concretizaram no país até 1988 eram as chamadas adoções selvagens, ou seja, aquelas em que pessoas de qualquer estado civil registravam como próprios e legítimos filhos de outras.

Entretanto, ao nos remetermos à história das famílias brasileiras, percebemos que as configurações, os arranjos familiares e os cuidados das crianças são múltiplos, entre eles, os da manutenção de crianças através da colocação temporária em famílias de criação, na casa de vizinhos ou parentes. Na falta destas redes familiares e sociais, é na esfera pública, através de instituições, que as famílias buscam a manutenção e a sobrevivência de seus filhos. Concomitantemente às práticas seculares de institucionalizar crianças e adolescentes pobres, estas são introduzidas em famílias substitutas. Atualmente, tais práticas coexistem, assim como novos e velhos modelos de família, de acolhimento institucional e de adoção. Na multiplicidade de adoções possíveis existe a “pronta” ou direta, modalidade que será o objeto deste estudo, que acontece com grande frequência no país, e que, no entanto, pouco compreendemos.

1.3. Adoção “Pronta”: de prática social à modalidade de adoção legal

A adoção de crianças e adolescentes somente foi regulamentada no início do século passado, a partir do Código Civil de 1917. No entanto, ela sempre existiu como prática social na família brasileira. Mesmo depois de sua regulamentação, a adoção continuou se dando, muitas vezes, de formas e caminhos “alternativos” àqueles preconizados pela lei. Isso pode ocorrer na forma da inserção de crianças na família, criadas como filhos, sem a busca da Justiça para a aquisição de vínculo filial, os chamados “filhos de criação”. Como também com as crianças que vivem temporariamente sob o cuidado de uma ou mais famílias no decorrer de sua infância e adolescência, tendo uma ou várias mães, fenômeno denominado “circulação de crianças” por Fonseca (2002).

Segundo Ayres (2003), a circulação de crianças evidencia mecanismos da

comunidade, sem intervenção do Estado, baseados na solidariedade. As motivações ou sentimentos que atravessam crianças, familiares e “novos” guardiães nessa prática social estão relacionados à assistência e à proteção momentânea e não ao abandono.

O fenômeno de circulação de crianças parece a nós, bem como a Ayres (2005), a gênese de adoções “prontas” que ocorrem entre familiares ou pessoas da mesma comunidade. A crescente busca pela Justiça, para regularizar a situação adotiva da criança, nos sugere que há uma forte relação com motivações legais, institucionais e com as mudanças no ideário das famílias.

No entanto, nas camadas populares, o cuidado e as relações entre adultos e crianças se pautavam a partir de outras configurações. Alguns estudos sobre circulação de crianças foram realizados por Fonseca (1989), que analisou processos judiciais, no arquivo de Porto Alegre, compreendendo o período de 1901 a 1926, envolvendo a disputa por crianças. E nos anos 80 e 90, a pesquisadora passou a fazer uma pesquisa de campo na periferia da mesma cidade, onde pode observar que a circulação de crianças ainda ocorria.

Nos processos, pôde observar que a família da classe trabalhadora era muito distinta da família nuclear, seus limites eram fluidos, havia redes extensas de parentesco, os laços conjugais eram frágeis. E, por dificuldades econômicas, em muitas famílias, as crianças eram redistribuídas em lares substitutos. Essas crianças em tenra idade eram difíceis de serem mantidas materialmente, mas a partir dos sete anos, muitas delas passavam a prestar serviços significativamente importantes. No entanto, a família adotiva não era paga, como as criadeiras⁷ dos séculos anteriores, mas poderiam ser beneficiadas pelos serviços prestados pelas crianças.

⁷ Mulheres criadeiras eram contratadas, pelas Câmaras ou Santas Casas, como mães de aluguel para acolherem as crianças abandonadas, denominadas nos séculos anteriores, como “enjeitadas” ou “expostas”. Essas mulheres podiam ser mulheres livres ou escravas (Venâncio, 1997).

Nos anos 80 e 90, a pesquisadora voltou a observar o fenômeno da circulação de criança, no qual mostra diferentes situações em que mães biológicas entregam seus filhos, mas sem perder completamente o status de mãe (FONSECA, 2002). O processo inicia-se com o desencadeamento de alguma crise familiar, viuvez, separação e/ou desemprego. Para garantir a subsistência de seus filhos, a mãe os entrega, preferencialmente para parentes, a fim de evitar futuras disputas pela criança e/ou adolescente. Na ausência da rede familiar, as mães delegam os cuidados de seus filhos a vizinhas ou conhecidas, que passam a zelar por eles e são chamadas por estes como mães. Ao longo da vida da criança, ela pode passar por diferentes famílias e ir se vinculando a diferentes mães. Muitas dessas crianças mantêm o vínculo com a mãe biológica, e com muita frequência é para esta que voltam quando mais velhos ou a quem socorrem nas necessidades da velhice.

Sarti (2003 a), em seu estudo sobre a família segundo a visão dos pobres, traz duas questões importantes, compartilhadas por eles, que nos auxiliam a compreender tanto a circulação de crianças como a entrega de um filho. Segundo a autora, os filhos têm obrigações morais em relação aos pais que os criaram e cuidaram, e que são mercedores de profunda retribuição por parte dos primeiros, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento dessa contrapartida. Por outro lado, dar um filho para criar é uma alternativa aceitável dentro de seus códigos morais quando a mulher não tem condição de mantê-lo, o que não ocorre com o aborto. Por sua vez: *criar* ou *dar* uma criança não é apenas uma questão de possibilidades materiais, mas se inscreve dentro de padrão de relações que os pobres desenvolvem entre si, caracterizadas por um contínuo dar, receber e retribuir (SARTI, 2003).

Diante desses estudos, parece-nos que ainda existem formas de socialização e afeto entre adultos e crianças que não correspondem à prática da adoção realizada

através da intermediação da Justiça. O acolhimento de crianças em famílias da comunidade se dá através de negociações e combinações muito distintas daquelas que ocorrem nas adoções e nas guardas solicitadas no âmbito do Judiciário.

Ainda em relação às formas de adoção existentes no Brasil, uma prática adotiva muito usual no Brasil é a adoção “à brasileira”, no entanto, não temos estatísticas atuais para afirmarmos se ainda é uma prática freqüente. Nessas circunstâncias, os pais “adotivos” registram como filhos naturais e legítimos o filho de outras pessoas. Dessa forma, diferentemente das adoções legais, não ocorrem: a solicitação da adoção da criança na Justiça; os trâmites do processo de adoção; a destituição do poder familiar dos pais biológicos e a posterior adoção da criança pelos requerentes. Nesses casos, os “adotantes” se apresentam nos cartórios portando documentos que os caracterizam como pais legítimos da criança e a registram como filha natural.

Como já ressaltamos anteriormente, há informações de que, até 1988, 90% das adoções que ocorreram no Brasil eram dessa maneira. Nessas adoções, familiares, conhecidos, profissionais de diversas áreas atuavam como intermediários entre mães doadoras e adotantes.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente cria-se uma série de mecanismos a fim de inibir essas adoções “à brasileira”, passando o Judiciário a exercer um papel fundamental na mediação das adoções. Foram assim tomadas providências para dificultar esse tipo de adoção, caracterizada como *crime de falsidade ideológica* e que prevê a pena de dois a seis anos de reclusão. A medida tomada, a fim de impossibilitar o registro de crianças adotadas como naturais, foi a criação da *Declaração de Nascido Vivo*, que deve ser preenchida obrigatoriamente nos hospitais, trazendo informações sobre a genitora e a criança. E essa declaração deve ser, impreterivelmente, apresentada nos Cartórios Cíveis ao se registrar uma criança.

Com o estatuto, estabeleceu-se a criação dos *cadastros*, tanto de adotantes como de crianças em condições de serem adotadas. De acordo com o artigo 50 do referido estatuto, cada Comarca ou Fórum regional tem esse cadastro. As pessoas são cadastradas após a avaliação realizada pela equipe interprofissional e o parecer da Promotoria.

O cadastro funciona de acordo com a ordem de inscrição dos candidatos, mas também se leva em consideração as características das crianças almejadas pelos adotantes. Dessa forma, quando uma criança se encontra em situação de ser adotada, ou colocada em família substituta, os profissionais da equipe interprofissional entram em contato com casais cadastrados, de acordo com a ordem de inscrição naquela Vara e de acordo com o perfil da criança desejada.

Com a criação desses cadastros, o Judiciário tem o papel de mediar as relações entre adotantes, pais biológicos, crianças e instituições (abrigos, Conselhos Tutelares, Órgãos de Assistência à criança e ao adolescente e Serviços de atendimento a famílias) que possam estar envolvidos na entrega de crianças em adoção. Desse modo, as crianças devem ser entregues ao Fórum ou este deve ser acionado, a fim de providenciar uma família substituta para a criança, caso seja essa a medida determinada pelo Juiz da Infância.

No entanto, após dezoito anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, vários estudos (OLIVEIRA, 2002; AYRES, 2003; MARIANO, 2004) mostram que a adoção através do cadastro do Fórum ocorre em menor número que as adoções “prontas” ou diretas. E os estudos mostram também que o perfil de crianças almejado pelos adotantes continua ser muito distinto do perfil das crianças passíveis de serem adotadas nos abrigos. Isso demonstra que o avanço na legislação não representou

efetivamente a garantia do direito de viver em família pelas crianças e nem mesmo uma modificação nas práticas sociais de adoção.

Alguns estudos realizados nos últimos anos (CASSIN, 2000; PEREIRA & SANTOS, 1999; WEBER, 1998, 2003) têm mostrado que, mesmo com as grandes mudanças ocorridas nas famílias, a infertilidade ainda é o principal motivador de muitas adoções no Brasil, bem como o desejo de adotar crianças brancas, nenês, saudáveis e, de preferência, do sexo feminino. O que esses autores discutem é que essas adoções são marcadas pelo desejo de reproduzir a família nuclear, na qual o modelo biológico é enfatizado. Dessa maneira, as crianças almeçadas em adoção apresentam características físicas similares às dos adotantes e tenra idade.

A discrepância entre os procedimentos estabelecidos pela Justiça e os dados das adoções “prontas” nos faz questionar se essa modalidade de adoção não seria, além de um reflexo de uma prática secular, também uma forma de resistência às adoções por cadastro. Não seria essas adoções uma forma mais rápida e “eficiente” de se conseguir as crianças com os perfis desejados, expressando assim uma resistência dos adotantes à forma “burocratizada” da adoção pela Justiça? A partir de nosso estudo (MARIANO, 2004), refletimos sobre a existência de outros perfis de adoção “pronta”, que não se assemelham às adoções relacionadas ao fenômeno da circulação de crianças, que apresentaremos adiante.

As adoções “prontas” não se caracterizam como crime, pois os adotantes não registram a criança como filho natural, como nas adoções “à brasileira”. No entanto, há mecanismos semelhantes nesses dois tipos de adoções: há possibilidades para escolher e encontrar crianças; às vezes, é possível ter contato com a família biológica e obter maiores informações sobre sua história; usualmente, há pessoas que medeiam essas adoções, auxiliando na procura de quem deseja doar um filho e de quem deseja adotar.

Tais características entram em choque com as adoções através do Cadastro, preconizadas pela Justiça. Nestas, na maioria das vezes, não há contato entre pais biológicos e adotantes, diminuindo a possibilidade de escolha dos envolvidos – tanto da mãe biológica de escolher com quem deixará seu filho, como dos adotantes elegerem a criança almejada; há uma fila de espera a ser respeitada nos cadastros, o que pode levar alguns anos para ocorrer a adoção, dependendo das características da criança desejada; e, não há possibilidade de presenciar e até apoiar a gestação ou o nascimento da criança – o que muitas vezes ocorre nessas adoções informais.

Dessa forma, uma das questões que formulamos e que desejamos refletir é se um dos perfis de adoção “pronta” não teria resquícios da adoção “à brasileira” – pela forma de se encontrar a criança, pela presença de mediadores nessas adoções, tanto na busca de uma mãe que entregue seu filho quanto pela procura de pessoas que queiram adotar uma criança.

A seguir, traremos alguns dos resultados obtidos em nossa pesquisa anterior que nos despertaram uma série de questionamentos sobre o dinamismo e complexidade das adoções “prontas”.

1.4. A prevalência das adoções “prontas”: algumas características e mecanismos dessa modalidade de adoção

Em nossa pesquisa desenvolvida no Mestrado (MARIANO, 2004), analisamos 10% dos processos de adoção do período de 1991 a 2000 na Comarca de Ribeirão Preto⁸, observamos que 72,7% dos processos referiam-se a adoções “prontas” (n=80).

⁸ Nosso objetivo era compreender: a) que modalidades de adoções ocorreram no período estudado e como foram efetivadas pela Justiça; b) como foram caracterizados nas peças processuais os adotantes, os pais biológicos e as crianças adotadas e c) algumas práticas, rotinas e valores que permeavam as peças processuais, entre elas os laudos elaborados pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude, as proposições dos promotores e as sentenças dos juízes.

Em outras cidades brasileiras, pesquisas realizadas também através da análise de processos judiciais encontraram resultados semelhantes aos nossos: as adoções “prontas” ou diretas são as que mais acontecem. No estudo realizado por Ayres (2003), no Rio de Janeiro, com 190 processos que abrangiam o período de 1974 a 1994, percebeu-se que as adoções “prontas” correspondiam a 95% das adoções. A pesquisa realizada por Oliveira (2002), em uma das Varas da Infância da cidade de São Paulo, analisou 133 processos, dos quais 63% das adoções ocorridas no ano de 1999 correspondiam a adoções “prontas”.

Como já dissemos, nessas adoções, a entrega da criança não é realizada pela Justiça, mas pelos pais biológicos ou mediadores aos adotantes que, posteriormente, recorrem à Vara da Infância para regularizar a situação adotiva – quando requerem a criança que estão sob a guarda de fato em adoção.

Em nosso estudo, pudemos verificar que a entrega das crianças para adotantes ou para pessoas que mediarão as adoções “prontas” foi feita principalmente pelas mães biológicas, sendo que os mediadores das adoções participavam da rede de relações dos pais biológicos ou dos adotantes. O que pudemos compreender sobre o período anterior à procura pela Justiça foi que, nos 80 processos de adoções “prontas”, 58 dos requerentes (52,7%) tiveram algum tipo de convivência com a criança posteriormente adotada. Além disso, 64 requerentes tiveram contato com a mãe biológica, o que corresponde a 58,2% dos processos.

Um dos resultados que encontramos e que nos interessa compreender é em relação aos adotantes. Nos processos estudados, pudemos perceber diferentes perfis de requerentes de adoções “prontas”. Uma parcela dos adotantes é mais velha (homens em torno dos 50 anos de idade), já tem filhos e pleitearam uma criança em adoção por já

estarem com vinculados a ela. A outra parcela dos adotantes era mais jovem, não tinha filhos, referia-se a adoção como alternativa buscada diante da infertilidade do casal.

Tanto o nosso estudo como o de Ayres (2005) e o de Oliveira (2002) foram baseados na análise de processos judiciais, que, embora ricos em suas constatações sobre o panorama das adoções, trazem poucas informações sobre determinados cenários e protagonistas. Um resultado importante é que, nos processos, houve um detalhamento grande das famílias adotantes através de vários indicadores, mas uma descrição precária e até uma ausência de informações sobre as famílias biológicas. Os documentos processuais, muitas vezes, limitam-se aos fatos relacionados ao pedido de adoção, não trazendo informações sobre ao que precede à busca pela Justiça, principalmente no que se refere às adoções “prontas”. Entre algumas questões, faltam informações sobre: a entrega da criança; o período vivenciado pelas mães anterior e posteriormente à decisão da doação de seu filho; como é vivenciada a escolha dessa modalidade de adoção pelos adotantes e pelos pais biológicos; a rede de relações estabelecida para a busca de alguém que deseje entregar um filho em adoção ou de alguém que queira adotar uma criança; os valores e concepções dos diversos protagonistas envolvidos na adoção; o papel que os protagonistas atribuem a eles mesmos e aos demais participantes da adoção.

Em nosso estudo, a chamada guarda “de fato”⁹ ocorreu em 41 processos (37,3%). Nos outros casos (39 processos), a procura pelo Fórum para a legalização da adoção ocorreu imediatamente após a inserção da criança na família dos adotantes. Não conhecemos as relações entre os protagonistas das adoções, tanto no período de guarda de fato como no processo de destituição do poder familiar. Como foi a relação estabelecida entre a família biológica e a adotante e, a relação destas com a Justiça? Houve vinculação com a criança ou com a família biológica pelos adotantes,

⁹ Período de convivência com a criança, em que ela é mantida materialmente e os “guardiões” se responsabilizam por suas necessidades e cuidados de diferentes ordens, mesmo sem possuírem a guarda através da Justiça.

influenciando na busca imediata ou não pela Justiça? Como as relações estabelecidas entre os protagonistas podem ou não ter influenciado a opção por essa modalidade de adoção? Os adotantes buscam o afastamento da família biológica do processo de adoção a ser iniciado na Justiça a fim de facilitar o processo de destituição do poder familiar desta? Ou, a família biológica se ausenta, aos poucos, desse processo, como parte das combinações e relações estabelecidas com os adotantes e/ou pela própria relação que estabelece com a Justiça?

Outro dado que apareceu em 10% das adoções “prontas” em nossa pesquisa, e que até então não encontramos maior aprofundamento em outras referências nacionais, foi o acompanhamento gestacional da mãe biológica (ou logo após o nascimento da criança) pelos adotantes. Dos 80 processos estudados de adoção “pronta”, em oito deles a mãe ficou hospedada na casa dos futuros pais adotivos. No entanto, não existem informações sobre como foi o relacionamento estabelecido entre eles, qual o objetivo de acompanhá-la, se queriam conhecê-la, se buscavam garantir um período gestacional considerado mais “seguro”, se acreditavam que era uma forma de garantir que ficariam com a criança, entre vários desses e muitos outros significados que podem ter sido construídos nessas relações.

Em relação às famílias biológicas, tanto em nosso estudo como no de Oliveira (2002), principalmente no que diz respeito às mães biológicas, em uma caracterização geral, têm-se pessoas exercendo profissões com baixa qualificação, ou desempregadas, morando em bairros populares, com baixa escolaridade e que justificam, na maioria das vezes, a entrega de seus filhos em adoção à ausência de condições materiais e o esgotamento dos recursos familiares e comunitários para o cuidado dos filhos. Nos dois estudos, as mães relatam a existência de outros filhos e a necessidade de recorrerem à rede de apoio para mantê-los.

Não sabemos, entretanto, como são essas redes de apoio familiar e social das famílias biológicas, que ora auxiliam na manutenção dos filhos, ora, após o esgotamento de seus recursos, acaba sendo um dos motivos para a entrega em adoção. Será que essa rede de apoio também se mobiliza para encontrar uma família adotante para ficar com as crianças? E como vivenciam a participação na entrega de uma criança em adoção ou a partilha de seu cuidado?

Outro aspecto que nos interessa investigar é a relação estabelecida entre os protagonistas das adoções, entre eles as famílias biológicas, adotantes e a Justiça. Em nosso trabalho, por um lado, vimos que, embora as famílias adotantes tenham procurado pela Justiça apenas para regularizar a situação adotiva, elas participaram de estudos psicossociais e/ou sociais e tiveram um contato maior com os representantes da Justiça em praticamente todos os processos estudados. Por outro lado, vimos uma grande quantidade de sentenças sendo proferidas pelos juízes que consideravam as crianças em situação irregular, pela ausência de condições materiais de suas famílias biológicas, nos processos de adoção “pronta”.

Nesses casos, a interpretação da lei e a prática da Justiça estavam sendo baseadas nos paradigmas do Código de Menores, lei criada em 1979, na qual as crianças filhas de pobres recebem o mesmo tratamento que os “menores” delinquentes e abandonados, devendo ser tuteladas pelo Estado, pelo risco “em potencial” de se tornarem criminosos. O que a legislação em vigor estabelece, o ECA, é que uma das condições fundamentais para o desenvolvimento da criança é o direito de crescer em família e em sua comunidade, independentemente de suas condições sócio-econômicas – desde que não esteja correndo riscos psicossociais para o seu desenvolvimento integral. Passando assim, a ser dever do Estado e da sociedade garantir o direito às crianças de viver em família. O que pudemos verificar, no entanto, foi um grande

número de destituições do poder familiar de pais biológicos por ausência de recursos materiais e a colocação de crianças em famílias substitutas.

Nesses processos de adoção e de destituição do poder familiar, o que se pôde observar também foi a grande distância das famílias em relação ao sistema Judiciário, constatação esta realizada através de diferentes dados: pequeno número de crianças entregues diretamente aos Fóruns (n=11); juízes e promotores solicitando um pequeno número de estudos psicossociais e/ou sociais com as famílias biológicas (n=10); enquanto que, em relação às famílias adotantes, em 99,5% dos processos há estudos psicossociais ou sociais. A Justiça encontra dificuldade de contatar os pais biológicos (dos 110 processos, em 89 os pais foram intimados por oficiais de Justiça) e nestes casos, apenas 36 compareceram às audiências.

Em relação à Justiça, sua função parece apontar para o controle e centralização de todas as adoções, na tentativa de se conseguir igualar as oportunidades para crianças e adotantes, impedir o tráfico de crianças, entre outras situações que podem colocar a criança em situação de risco psicossocial. Contudo, a grande quantidade de adoções “prontas” faz questionar a eficácia dos instrumentos de pressão legal. E uma série de questionamentos se apresenta novamente: como a Justiça tem significado as adoções “prontas”? Quais as práticas da Justiça nessas adoções? Como a Justiça vem sendo significada pelos diferentes protagonistas das adoções “prontas”? E como os diversos protagonistas a significam?

Ao aprofundar o estudo sobre as adoções “prontas”, estamos considerando sua peculiaridade em relação à lei, ou seja, à medida que, em dado momento os envolvidos buscam ou são pressionados a buscar a Justiça para formalizá-las. Por outro lado, entendemos essas adoções como uma prática social que merece ser investigada em sua dinâmica, nos seus modos de efetivação, nas suas redes de sustentação.

Objetivos

O objetivo deste estudo é apreender diferentes configurações de adoções “prontas”, através: do conhecimento dos diferentes **cenários e protagonistas envolvidos**, das **interações** que ocorrem e dos **múltiplos sentidos que vão sendo construídos sobre esta prática adotiva** por seus protagonistas.

Nosso intuito é compreender como os protagonistas se posicionam e são posicionados nas interações e nos jogos de poder que emergem nos diferentes cenários – quais os limites e possibilidades que percebem em suas decisões e nas interações com os outros protagonistas ao participarem de uma adoção “pronta”.

Capítulo 2. Construção e Análise do Corpus

2.1. O referencial teórico-metodológico

Dada a complexidade dessa prática adotiva e diante dos objetivos deste estudo, sentimos a necessidade de nos respaldar no referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações (RedSig)* que permite um olhar para as interações entre os protagonistas e os cenários envolvidos no aqui-agora das situações, abarcando também os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais. Estes elementos são, ao mesmo tempo, pano de fundo dessas interações e também disponibilizam papéis e discursos aos protagonistas e cenários envolvidos nas situações.

Esse estudo se insere dentro de um projeto mais amplo sobre *Dialogia e Significação* (2001) que vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa do CINDEDI¹⁰ e, particularmente, de um conjunto de estudos sobre inserção de crianças em famílias substitutas ou de acolhimento ou em instituições (SERRANO, 2008, COSTA, 2006, MINGORANCE, 2006, ELTINK, 2005, entre outros). Estes trabalhos com famílias e crianças institucionalizadas têm mostrado que a área da infância e as significações que as permeiam encontram-se em um período de crise e re-configuração, com vários embates de idéias e jogos de poder, nos quais opiniões opostas são defendidas com convicção, apoiadas em estudos científicos diversos. Nesse campo, temos verificado que velhas e novas tradições coexistem e inspiram atitudes polêmicas e conflituosas que, de certa maneira, acompanham as intensas mudanças que vêm ocorrendo nas formas tradicionais de organização familiar e de relacionamento afetivo (ROSSETTI-FERREIRA, 2007).

¹⁰ Centro de Investigações sobre o Desenvolvimento Humano e Educação Infantil, da FFCLRP/USP.

Os pressupostos teóricos do referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações* (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2004), utilizado naqueles estudos, advêm de autores sócio-históricos como Wallon (apud Webere & Nadel-Brulfert¹¹, 1986), Vygotsky¹² (1991, 1993) e Bakhtin¹³ (1981, 199), além de contar com contribuições advindas tanto da Psicologia do Desenvolvimento como da Social (BRONFENBRENNER¹⁴, 1996; SPINK¹⁵, 1999).

A perspectiva da *RedSig* compreende que o desenvolvimento humano ocorre durante todo o ciclo vital, *nas* e através *das* interações estabelecidas pelas pessoas, em contextos culturalmente organizados e socialmente regulados (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2004). O desenvolvimento não é individual, nem linear, mas sim um processo em que estão envolvidos múltiplos atores com suas características e necessidades desenvolvimentais próprias. Todos participam ativamente desse processo, construindo-se e constituindo-se nas interações que estabelecem uns com os outros, em contextos sociais específicos (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & VITÓRIA, 1996).

Assim, as relações sociais são co-construídas a partir das “inter-ações” – ações partilhadas e interdependentes que se estabelecem por processos dialógicos, nos quais cada pessoa tem seu fluxo de comportamentos continuamente delimitado, recortado e interpretado pelo(s) outro(s) e por si próprio, através de papéis e contra-papéis que podem ser assumidos, negados e /ou recriados pelos participantes (AMORIM, 2002).

Um conceito importante trazido pela perspectiva da *RedSig* e que nos auxilia a pensar as adoções “prontas” é o conceito de circunscritores, elaborado a partir das

¹¹ WEBERE, W.J. & NADEL- BRULFELFERT, J. (Orgs.) **Henri Wallon**. São Paulo: Ática: 1986.

¹² VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

¹³ BAKHTIN, M. **The dialogic imagination**. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹⁴ BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronesi. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

¹⁵ SPINK, M.J.P. **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

contribuições de Valsiner (1987 *apud* SILVA, ROSSETTI-FERREIRA E CARVALHO, 2004).

Valsiner¹⁶ (2000 *apud* ELTINK, 2005), ao estudar o desenvolvimento humano, utiliza o conceito de canalização de Waddington, o qual considera a canalização do desenvolvimento por um sistema de *constraints* que deixa a rota de desenvolvimento do organismo individual indeterminado ao longo do processo de seleção natural. Conseqüentemente, a rota de desenvolvimento se adapta a mudanças inesperadas no meio. A direção principal do desenvolvimento, contudo, é previsível pelos *constraints* que constituem o sistema de canalização.

Adaptando esse conceito de canalização para o campo da Psicologia, Valsiner (1987¹⁷ *apud* ELTINK, 2005) compreende que o conjunto de *constraints* existentes na socialização humana não é estático. Ao estudar o desenvolvimento infantil, ressalta dois aspectos fundamentais para compreensão desse conceito: a estrutura do ambiente é construída pelos participantes que levam em consideração o desenvolvimento da criança e a própria criança pode circunscrever seu desenvolvimento. Assim posto, o desenvolvimento é determinado na medida em que sempre é guiado por algum conjunto de elementos que o organiza em uma direção, e, é ao mesmo tempo indeterminado porque, dentro da orientação geral do desenvolvimento, a direção exata é impossível de ser prevista em função da intervenção da própria pessoa. Assim, o organismo não experimenta passivamente seus ambientes, mas constrói e reconstrói ambos, seus ambientes e a si próprio.

¹⁶ VALSINER, J. **Culture and Human Development. An introduction.** Great Britain: Sage Publications, 2000.

¹⁷ VALSINER, J. **Culture and Human Development of children's action: a cultural-historical theory of developmental psychology.** London: John Wiley & Sons, 1987. 258p.

À medida que o organismo se desenvolve, novos circunscritores¹⁸ surgem, guiando-o a novas possibilidades de desenvolvimento, o que por sua vez, promoverá um novo conjunto de circunscritores. Ao longo do desenvolvimento há, portanto, um movimento duplo de fechamento/abertura de possibilidades.

Segundo Silva, Rossetti-Ferreira e Carvalho (2004), no processo de constituição da cultura e da pessoa, ocorre um constante estabelecimento/rompimento de limites/possibilidades de construção de ações, sentimentos, representações e pensamentos. Dessa forma, a trajetória desenvolvimental é marcada pela presença de circunscritores que formam um sistema que atua com um canalizador, distanciando de determinadas direções e aquisições, e, ao mesmo tempo, impulsionando para outras. Esses circunscritores podem ser materiais, culturais, simbólicos e vão influenciar fortemente e, a cada momento, a organização dos cenários, os relacionamentos culturais e as crenças, representações e concepções que as pessoas têm sobre si e sobre o mundo.

Considerando, então, esse conceito, podemos nos indagar quais os circunscritores materiais e simbólicos estão presentes nos processos de adoção “pronta” investigados aqui, assim como os protagonistas e os cenários envolvidos nas adoções significam a transposição e o estabelecimento de novos limites, tanto em relação a eles próprios como aos demais protagonistas e cenários que permeiam essas adoções. Podemos assim entender a hierarquia que os protagonistas percebem entre os circunscritores, o que concebem com maiores ou menores empecilhos ao desenvolvimento ou a possibilidade de escolhas.

O termo circunscritor em nossa língua, todavia, é relacionado ao vocábulo circunscrito que tem a conotação de delimitação e restrição. Diante disso, ao longo de

¹⁸ O termo *constraint* tem sido traduzido, em português, como circunscritor (AMORIM, 2002).

nosso trabalho, usaremos os termos **possibilidades e limites** quando estivermos nos referindo aos circunscritores para uma melhor compreensão do leitor.

Um outro conceito que se torna fundamental para os nossos propósitos é o conceito de posicionamento, que situa o desenvolvimento humano ocorrendo nas *interações* entre as pessoas, no aqui-e-agora das situações, de maneira dinâmica, flexível e sempre situada. Através dele pode-se compreender como as pessoas constroem suas identidades discursivamente, na relação que a cada momento estabelecem com os outros; e como, de acordo com as funções sociais, assumem para si mesmo e para os outros determinadas posições, bem como são posicionadas (OLIVEIRA, GUANAES & COSTA, 2004).

Na perspectiva da *RedSig* compreende-se que os processos interativos e o desenvolvimento das pessoas são situados, constituídos e constituindo os cenários em que ocorrem. Estes cenários são compostos pelo ambiente físico e social, e pela estruturação organizacional e econômica que vai estabelecer suas funções, regras, rotinas. De acordo com Wallon (1986 *apud* ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & VITORIA, 1997), os cenários têm dois status, um enquanto ambiente, contexto ou campo de aplicações de condutas e outro, enquanto meio/recurso/instrumento para seu desenvolvimento. Dentro de um determinado contexto, as pessoas estão submetidas a ele, ao mesmo tempo em que podem se contrapor ou negociar os limites e possibilidades colocadas por ele.

Os cenários são estruturados pelas pessoas que o freqüentam, assim como as influenciam. Também são influenciados pelos momentos históricos e pelos valores, concepções e pelas crenças prevalentes. Assim, os cenários definem e são definidos por papéis sociais e formas de coordenação de papéis/posicionamentos, contribuindo para a

construção de relações profissionais, pessoais, afetivas e de poder entre seus participantes (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM & SILVA, 2004).

Nesse sentido, é fundamental para nós, num primeiro momento, compreender os vários cenários que podem estar envolvidos nas adoções “prontas” com todas as suas repercussões na aproximação ou não dos protagonistas, no estabelecimento ou não de trocas, como espaços de negociações e interações, além de compreender quais os papéis atribuídos a e por esses cenários, ou seja, quais são “as práticas discursivas” relacionadas a cada um deles (Fórum, abrigos, famílias biológicas, etc). Ainda dessa forma, temos o objetivo de entender os jogos de poder estabelecidos por tais cenários, em suas interações com os demais e pelos discursos que produzem, e que podem ser interpretados como restrições ou possibilidades pelos protagonistas que neles estão imersos.

As pessoas e interações estabelecidas, os campos interativos que se estabelecem (ou não) e os contextos dos quais fazem parte são considerados como mergulhados *em*, impregnados, significados e transformados *por* um contexto histórico e cultural, denominado de matriz sócio-histórica. Esta é considerada como sendo composta por elementos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais (AMORIM, 2002) e como apresentando uma natureza fundamentalmente semiótica. A matriz sócio-histórica apresenta, então, condições e práticas discursivas múltiplas, muitas vezes, contraditórias, e que se contrapõem à qualidade homogênea e determinística, freqüentemente, atribuída às dimensões sócio-culturais.

A matriz contribui ainda para a circunscrição dos processos de desenvolvimento das pessoas e para a estruturação dos cenários, sendo preservada, transmitida, modificada e reconstituída pelas pessoas e pelos cenários, que passam a incluir novas vozes e a contribuir com novas condições de produções de sentido.

Como um dos elementos da *RedSig*, contribuindo na sua constituição e na canalização dos processos de desenvolvimento, a matriz tem certa concretude/materialidade, no aqui-agora das situações. É através dessa concretude que ela pode delimitar aspectos da situação, disponibilizando papéis e propiciando características dos campos interativos, organizando cultural e socialmente os cenários, e dispondo do uso de discursos possíveis (tanto verbais como não verbais) (AMORIM, 2002; ROSSETTI-FERREIRA, 2001).

Para finalizar, é importante ressaltar que diante da complexidade das adoções no Brasil e entre elas, as “prontas”, teremos em mente a idéia Kuhlmann Jr¹⁹ (1998 *apud* ROSSETTI-FERREIRA, 2007) de que a história não é mera sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, qual fosse, metaforicamente, um quebra-cabeça, cujas peças, embora “demarcadas”, se influenciam e se justapõem. A metáfora de rede ajudou-nos a entender essa teia: sentidos são construídos, compartilhados, retomados e re-significados, mas não totalmente transformados. O mergulho na história das adoções no Brasil se faz necessário ao longo deste trabalho para resgatarmos o papel que as instituições sempre desempenharam, e ainda desempenham, na entrega de crianças e, ao mesmo tempo, considerar as atuais formas de organização e funcionamento das adoções propostas pelo ECA, que enfrentam várias resistências por parte dos envolvidos em sua implementação.

2.2. Entrevistas enquanto instrumento de construção do *corpus* na *RedSig*

A *RedSig* prevê uma diversificação de procedimentos para a construção do *corpus* que se justifica pela interdependência entre o objeto de estudo, os procedimentos

¹⁹ Kuhlmann JR, M. Infância e Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

e os aspectos da configuração das redes que se pretendem analisar. Então, diante dos objetivos pretendidos nas investigações, tornam-se necessários diferentes procedimentos de modo a contemplar aspectos variados de um mesmo fenômeno. As entrevistas serão os procedimentos de construção do *corpus* priorizados neste estudo, sendo complementadas por anotações realizadas no diário de campo. O material produzido no diário irá iluminar e auxiliar no momento das transcrições, ao capturar gestos, os modos de vestir, a organização do ambiente e ocorrências diversas ao longo das entrevistas.

O diário de campo foi utilizado tanto nos contatos iniciais com os entrevistados, como em visitas aos diferentes cenários e na realização das entrevistas. Seguimos o modelo proposto por Bogdan e Biklen (1994) para o registro das notas. Estes autores propõem alguns aspectos que devem ser registrados e os dividem em duas categorias de materiais: o descritivo e o reflexivo. O material descritivo consiste em captar uma imagem por palavras do local, das ações e conversas observadas; já, o reflexivo, busca apreender mais o ponto de vista do pesquisador, as suas idéias e preocupações.

Segundo a *RedSig* (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004), “o dado não é dado”, mas o resultado de um processo complexo de construção que ocorre na interação entre o pesquisador e o evento/pessoa pesquisado.

Minayo (1999), Spink (2000) e Rasera e Guanaes (2006) também se referem à inexistência da “neutralidade” no fazer do pesquisador. A primeira autora se refere à importância do referencial teórico na construção do conhecimento, enfatizando que a prática da pesquisa não está isenta de interesses, preconceitos e subjetividade. Assim sendo, o dado da pesquisa é resultado da inter-relação da teoria e da prática e depende também do objetivo e da escolha metodológica.

Spink (2000), autora do referencial da produção de sentidos a partir das práticas discursivas, concebe o pesquisador e o objeto de sua pesquisa como construções sócio-históricas. A prática discursiva é conceituada como momento ativo do uso da linguagem, em que ocorrem rupturas, re-significações, produção de sentidos.

Diante da similaridade dos conceitos teóricos e metodológicos do referencial da produção de sentidos a partir das práticas discursivas com a *RedSig*, faremos uma interlocução com aquele referencial na análise e na construção do *corpus* deste trabalho.

As práticas discursivas se constituem em diferentes formas das pessoas, pelo discurso, produzirem ativamente realidades psicológicas e sociais (SPINK, 2000; MEDRADO, 2000). A produção de sentidos ocorre dentro do processo dialógico no campo da comunicação social, em que múltiplas vozes se inter-animam mutuamente, tanto em diálogos envolvendo diretamente pessoas como em diálogos internos (BAKHTIN *apud* MEDRADO, 2000). O diálogo estabelecido entre duas ou mais pessoas, assim como o diálogo interior, são dialógicos, pois nele podemos ouvir a voz(es) do(s) outro(s) e ultrapassar suas próprias particularidades ao se confrontar com esse(s) outro(s). Nas dialógicas relações estabelecidas entre os interlocutores, os sentidos são produzidos.

Podemos recorrer à teoria do posicionamento (OLIVEIRA, GUANAES; COSTA, 2004) no momento privilegiado de uma entrevista, na medida em que nos momentos de interação processos de subjetivação e papéis são negociados, (re)construídos e (re)atribuídos a cada momento. Dessa forma, o momento da visita e entrevista tem um significado social, quando se apresenta como uma conversa, que envolve tanto um aspecto constitutivo quanto um aspecto dinâmico – há tanto o uso da linguagem e de seus sistemas, como um dinâmico processo de produção de sentidos sobre si mesmo e sobre o mundo.

A entrevista é uma prática discursiva, uma ação imersa em um dado momento, no qual sentidos são produzidos e versões da realidade são construídas (PINHEIRO,

2000). Os sentidos são produzidos nas interações e incluem não apenas as pessoas que falam e ouvem, mas todas as demais vozes possíveis, ou seja, o diálogo envolve interlocutores ausentes e presentes.

2.3. O mergulho inicial do pesquisador na situação pesquisada

A *RedSig* (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, & SILVA, 2004) pressupõe que o mergulho do pesquisador na situação pesquisada permite a apreensão dos vários elementos envolvidos, propiciando-lhe uma visão panorâmica e um primeiro delineamento da rede de significações que pretende se investigar. Esse momento é caracterizado como semelhante ao trabalho desempenhado por etnógrafos, em que se busca descrever, em notas de campo, o que está acontecendo ao seu redor, especificando os participantes, os locais, o que e como ocorreu, tendo em vista o objeto de estudo e perguntas específicas (ROSSETTI-FERREIRA, AMORIM, & SILVA, 2000).

Segundo a perspectiva da *RedSig*, num primeiro momento, é necessária uma vivência inicial do pesquisador na/com a situação de pesquisa. É importante ressaltar que, há alguns anos, já vêm sendo mantidos contatos com alguns desses cenários através das pesquisas realizadas pelo CINDEDI, do meu trabalho de mestrado (MARIANO, 2004), das reuniões quinzenais realizadas com a equipe interdisciplinar do Fórum e o nosso grupo de pesquisa, da participação em algumas reuniões em um grupo de apoio à adoção, bem como através de atividades profissionais que realizei no atendimento a famílias adotantes, biológicas e a crianças e adolescentes abrigados.

Através dessas experiências foi possível antever uma série de cenários em que ocorrem adoções “prontas”: rede comunitária (vizinhos, amigos, conhecidos), familiares, abrigos, hospitais, Fórum, entre outros. Esse conhecimento prévio da

situação e dos cenários pesquisados nos permitiu prever participantes para a pesquisa e um provável número de entrevistados de cada um dos cenários. No entanto, foi ao longo da construção do *corpus* de pesquisa, a partir do relato obtido nas entrevistas dos pais biológicos e dos adotantes, que o corte e o limite do número de entrevistados e dos cenários envolvidos foram sendo delimitados.

Embora possa ser cientificamente interessante entrevistar pais biológicos e adotantes de uma mesma criança, de modo a compreender o processo de uma adoção sob perspectivas aparentemente antagônicas, a experiência anterior com diferentes protagonistas das adoções, nos sugeriu não ser adequado esse procedimento, devido ao comprometimento com o sigilo e ao possível desconforto que poderia gerar nos participantes. Caso os adotantes estivessem em contato com a mãe biológica e disponibilizassem o contato com ela, iríamos buscar entrevistá-la. Isso, no entanto, não ocorreu.

A definição dos entrevistados foi baseada nos resultados do Mestrado (MARIANO, 2004), que ao demonstrar a alta incidência das adoções “prontas”, indicaram os principais mediadores dessas adoções.

Segundo os 80 processos judiciais de “adoção pronta” analisados, os adotantes conheceram a criança ou a mãe biológica nas adoções “prontas” através de conhecidos ou familiares; devido à existência de parentesco entre eles ou através de abrigos.

Inicialmente, buscamos apresentar os objetivos deste estudo à equipe interdisciplinar do Fórum da cidade onde se realizou este estudo, a fim de que pudesse nos auxiliar no contato com famílias adotantes e com as mães biológicas. Alguns membros da equipe disponibilizaram-se a se comunicar com famílias biológicas a serem entrevistadas, mas não obtiveram sucesso no propósito. Isso nos faz hipotetizar que as famílias biológicas têm receio em relação ao Fórum e aos seus profissionais, pelo papel que esses desempenham na suspensão e/ou destituição do poder familiar, no qual

avaliam essas famílias e, de certa forma, podem ser percebidos como aqueles que “punem” quem não cumpre o que é estabelecido como obrigação dos pais. Assim, passamos a entrar em contato com várias profissionais da Prefeitura e de Organizações não governamentais (ONGs), mais especificamente com as assistentes sociais dos bairros da zona norte e oeste da cidade, a fim de contatar as famílias biológicas.

Foi através de assistentes sociais de ONGs que conseguimos entrar em contato com as nossas entrevistadas. Diante disso, não podemos deixar de registrar que são a essas instituições que as mães recorrem quando enfrentam dificuldades de diferentes ordens. Isso pode ser melhor ilustrado, ao observarmos a relação das nossas entrevistadas com as ONGs. Uma de nossas entrevistadas participava de uma organização destinada a profissionais do sexo, na qual participava de cursos de capacitação e na entrega de preservativos; além ter feito, por um período, psicoterapia em outra organização que oferece cursos profissionalizantes, atendimentos psicológicos e assistenciais. Essa mesma instituição também era freqüentada por outra mãe entrevistada, que solicitava recursos materiais para a manutenção de seus filhos (leite, cesta básica, carrinho de bebê).

Ainda em relação às mães biológicas é importante considerarmos que as complexas relações entre elas e as famílias adotantes nas adoções “prontas”, também podem influenciar na construção do *corpus* de uma pesquisa. Em nosso trabalho, tivemos que interromper um estudo de caso com uma mãe biológica após a intervenção da família adotante²⁰.

²⁰ A mãe biológica mantinha contato com a família adotante e informou-lhe que estava participando deste trabalho de pesquisa. A adotante entrou em contato com a entrevistadora e afirmou se sentir desrespeitada com tal entrevista, por não ter sido consultada sobre a realização destas e por se sentir implicada naquela situação. Explicamos que o nosso objetivo era entender a opção da mãe biológica pela entrega de seu filho em adoção. No entanto, considerando seu desconforto e seu sentimento de desrespeito, achamos mais adequado suspender as entrevistas. Assim, conversamos com a mãe biológica sobre o ocorrido e interrompemos o contato já iniciado. De todo modo, esse fato, mas não os dados recolhidos na entrevista realizada, também deverá ser analisado em nossa discussão.

2.4. A constituição do *corpus*: entrevistas realizadas e os protagonistas da pesquisa

Ao longo da construção do *corpus*, 11 famílias ou profissionais foram entrevistados que serão apresentados e descritos ao longo dos capítulos de análise. No quadro abaixo temos o número de protagonistas, de entrevistas realizadas, as formas em que estabelecemos contato com eles e a maneira como serão agrupados pela semelhança na dinâmica da adoção que realizaram.

Participantes	Número de entrevistados	Forma de Contato
Família biológica (mães)	3	- ONGs (duas mães) - Funcionário de uma escola (uma mãe)
Famílias adotantes (mãe e/ou pai)	4	- Casal via Fórum (um casal) - Grupo de Apoio à Adoção (um casal) - Profissionais da área da saúde (um casal e uma adotante)
Promotor de Justiça	1	- Promotoria de Justiça
Juiz	1	- Vara da Infância e Juventude
Mediadores das adoções	2	- Profissionais da área da Infância

As mães biológicas foram contatadas através de representantes de ONGs e de assistentes sociais que atuam junto aos bairros²¹, onde ocorrem maior número de adoções na cidade em que foi realizado o estudo. E, também, através de pessoas que conheci como estudante de Psicologia ou como profissional e que sabiam do tema de minha pesquisa e que se dispuseram a me apresentar às famílias ou das mães.

Os quatro adotantes foram contatados de diferentes maneiras: dois através de conhecidos (por duas profissionais da área da saúde), um foi mediado pelo grupo de apoio à convivência familiar (ONG) e outro através do Fórum.

²¹ Resultado observado no estudo de Mariano (2004).

O Juiz bem como o Promotor de Justiça, foram localizados no próprio local de trabalho. Após contato telefônico, agendamos uma entrevista inicial para explicitar os objetivos da pesquisa.

As entrevistas com os mediadores das adoções foram possíveis pela experiência prévia adquirida na área da Infância, que nos possibilitou a inserção em alguns cenários de adoção (advogados, ONGs).

Em cada capítulo dos resultados encontrados, antes de apresentá-los, faremos um relato sobre os entrevistados – quem são; qual o envolvimento com a adoção; e, explicaremos algum aspecto importante da entrevista que necessita ser elucidado para que a compreensão dos sentidos construídos possa ocorrer mais facilmente.

Cabe destacar que os sentidos construídos sobre as adoções prontas e as relações entre os protagonistas estão situados em momentos específicos, nos quais emergiram alguns sentidos.

A forma como contatamos os entrevistados, o fato de terem ou não a adoção já formalizada em termos legais, a relação entre os protagonistas e a entrevistadora, entre outros fatores podem favorecer a emergência de alguns sentidos em detrimento de outros.

Não vemos tal falta como ausência de rigor ou de neutralidade do pesquisador. Pelo contrário, a partir dos paradigmas da Rede de Significações e da Produção de Sentidos, concebemos que não existe uma verdade a ser desvelada, que não há neutralidade na pesquisa e de que o objeto pesquisado não existe independentemente do conhecimento construído a seu respeito.

Para ilustrar tal colocação, nos remetemos a duas condições da pesquisadora que podem ter influenciado fortemente na construção de alguns significados ao longo das entrevistas. O casal que foi apresentado a nós, pela equipe interdisciplinar, fez críticas severas às práticas de cadastramento da Vara da Infância e Juventude, o que nos faz

refletir se tais sentidos teriam emergido nas entrevistas se tivéssemos sido apresentados por outras pessoas (familiares, conhecidos, profissionais da saúde). Um dos adotantes se remeteria com tanta frequência ao desejo de conhecer a família biológica, se não soubesse que estávamos entrevistando mães que entregaram seus filhos em adoção?

Os protagonistas

As entrevistas foram realizadas na moradia ou no local de trabalho dos entrevistados. E ocorreram, em média, de dois a três encontros. As entrevistas foram semi-estruturadas e possuíam diferentes roteiros (ANEXO A), mas contemplavam os mesmos objetivos.

2.4.1. Os adotantes

Os principais temas abordados com os pais adotantes foram: como ocorreu a adoção (mediadores, contextos, negociações, relações estabelecidas, motivação para a adoção); a afetividade que envolve a adoção de uma criança e a paternidade (expectativas, vivência da paternidade e da maternidade, revelação da adoção); a rede de apoio, a configuração e dinâmica familiar; a vivência dos trâmites legais (a escolha da adoção “pronta”; sentimentos diante dos procedimentos da Justiça, a relação com os outros envolvidos na adoção).

Para se compreender as adoções “prontas” foram entrevistados adotantes que realizaram as adoções através de diferentes formas de mediação, conforme os resultados obtidos na análise de processos de adoção, realizado no projeto de Mestrado. Dessa maneira, ao convidar os entrevistados, consideramos adoções realizadas através de abrigos/instituições para crianças (n=1), de conhecidos dos pais biológicos e/ou dos adotantes (n=2) e adoção realizada por parentes da criança (n=1),

Foram contatados quatro adotantes, sendo três casais e uma mulher solteira, que estavam envolvidos em adoções “prontas”.

Caracterização das Famílias adotantes

Mães e Pais	Léo (44 anos):	Ricardo (37) e Kátia (28):	Roberto (48) e Marta (51):	Luana (39) e Marcos (30):
Caracterização geral	- solteira - 3º grau - camada média - 1 filho biológico (após a adoção)	- casados - ambos com 3º grau - camada média - 1 filho biológico (após a adoção)	- casados - ambos com 2º grau - camada média - 1 filho biológico (antes da adoção)	- casados - ela (3º grau), ele (2º grau) - camada média - ela (2 filhos biológicos, antes ou pós?)
Motivação para adotar	- desejo de ter um filho adotivo	- problemas de saúde - desejo de ajudar uma criança	- problemas de saúde - vínculo com a criança	- ela (vínculo com a criança, desejo de ajudar ao próximo) - ele (suspeita de infertilidade, vínculo com a criança)
Tipo de adoção “pronta” (mediador)	- empregada doméstica da adotante	- funcionária do adotante - investigadora de polícia (mediou os contatos)	- abrigo	- são parentes dos pais biológicos
Cadastrados no Fórum?	Não	Sim	Sim	Não
Idade da criança (guarda)	1 dia	1 dia	2 anos	2 anos
Número de entrevistas	3 visitas	2 visitas	3 visitas	1 visita

2.4.2. As mães biológicas

Nas entrevistas com os pais biológicos foram abordadas as seguintes temáticas: o processo de entrega de um filho em adoção (mediadores, contextos, negociações, relações estabelecidas, motivação para a entrega e repercussões); a vivência afetiva dessa experiência (vivência da paternidade e da maternidade, relação com a criança); as

condições de vida e os recursos disponíveis (configuração e dinâmica familiar, rede de apoio) e a vivência dos trâmites legais – a escolha da entrega em adoção pronta; sentimentos diante da destituição do poder familiar e dos procedimentos da Justiça, alternativas à entrega, comparecimento em audiências ou entrevistas, a relação com os outros envolvidos na adoção.

Caracterização das mães biológicas²²

Mães	Margarida (30 anos):	Adriana (32)*:	Rosa (25):
Escolaridade	4ª série do ensino fundamental;	ensino médio	ensino fundamental completo
Indicadores sócio-econômicos	- camada popular - beneficiária do Bolsa Família - renda do companheiro	- camada popular; - beneficiária do Bolsa Escola, - recebe pensão de um dos ex-companheiros e cestas básicas de ex-patrões;	- camada popular; - trabalhos no comércio (panfletagem) - profissional do sexo
Para quem entregou o(s) filho(s)	entregou o filho para prima	entregou a filha para um casal de camada social mais privilegiada; mediação feita por um ex-patrão	deixou 2 filhos aos cuidados de vizinhos e entregou 1 em adoção para conhecida de sua família
Idade da criança quando foi entregue	4 meses	1 dia	2 filhos- com 8 meses 1 filho – 4 meses
Motivos da entrega	- vários, entre eles, o uso abusivo de drogas.	- vários, entre eles, dificuldades no relacionamento com o pai da criança.	- dificuldade em mantê-los economicamente - dificuldade em conciliar seu trabalho com o cuidado dos filhos - ausência de apoio familiar e dos pais das crianças; - história de vida.

²² Não entrevistamos nenhum dos pais biológicos, no entanto conheci o companheiro atual de Margarida, que participou ativamente da primeira entrevista e não se apresentou nos demais encontros. O pai da filha de Adriana, aparecia ao final das entrevistas, na casa da entrevistada. No entanto, durante as entrevistas, considerando as brigas que o casal vinha tendo, não percebemos possibilidades de convidá-lo para ser entrevistado. Atualmente, ao analisarmos nosso posicionamento diante deste pai, reveríamos nossa atuação.

2.4.3. Os mediadores das adoções

Após as entrevistas com os adotantes, iniciamos o contato com os mediadores e com algumas instituições, que se constituíam em cenários propícios à ocorrência de adoções “prontas”.

Junto aos mediadores foram trabalhados os seguintes eixos: como ocorreu a adoção (contextos, negociações, relações estabelecidas, motivação para a participação na adoção); a vivência emocional da participação em uma adoção e concepções sobre a entrega e a adoção (o que pensam sobre a família biológica e adotante, alternativas à entrega e à adoção) e os trâmites legais (a escolha da mediação e não da entrega ao Fórum; aspectos positivos e negativos da adoção “pronta”, a relação com os demais envolvidos na adoção).

Em relação aos mediadores, foi realizada uma entrevista com uma funcionária de uma instituição que acompanhou uma série de adoções “prontas” em sua experiência profissional. Esse contato foi realizado através da relação já estabelecida da pesquisadora com essa profissional, que ocorreu através de reuniões em uma ONG relacionada à adoção de crianças. O segundo mediador entrevistado foi uma advogada, mas sua entrevista não será analisada por não atingir os propósitos deste trabalho. No entanto, é importante relatar que antes de assinar o Termo de consentimento livre e esclarecido e de ligarmos o gravador, esta entrevistada nos mostrou um vasto conhecimento sobre as adoções “prontas”. Esta experiência será melhor discutida ao analisarmos o silenciamento que envolve tal prática adotiva dependendo dos cenários implicados e das combinações entre seus protagonistas.

Indicadores/ Características	Mediador 1
Nome fictício	Patrícia ²³
Idade na primeira entrevista	28
Escolaridade	Ensino médio
profissão	Profissional especializado em nível médio
Nível sócio-econômico	Camada popular
Idade da criança ao ser inserida na família	Idades diversas
Sexo e etnia da criança	Diversas
Forma de mediação da adoção	Trabalha em uma instituição na qual ocorreram várias adoções “prontas”
Motivação para a participação	Não se refere como uma mediadora, mas como alguém que presenciou várias adoções
No. de entrevistas	2

2.4.4. Os profissionais da área da Infância no âmbito jurídico

Foram entrevistados um Juiz da Infância e Juventude e Promotor de Justiça. Inicialmente, pretendíamos explorar os seguintes eixos: como ocorreu a adoção (contextos, negociações, relações estabelecidas, motivação para a participação na adoção); os posicionamentos assumidos e atribuídos pelos diferentes protagonistas de uma adoção e sentidos construídos sobre entrega, adoção, maternidade (o que pensam sobre a família biológica e adotante, alternativas à entrega e à adoção) e os trâmites legais (a escolha da mediação e não da entrega ao Fórum; circunscritores da adoção “pronta”, a relação com os demais envolvidos na adoção).

²³ Algumas características foram omitidas para impossibilitar a identificação da entrevistada.

Nossos entrevistados fizeram discussões legais sobre os mecanismos de tais práticas e não se remeteram a relatos de situações específicas ou aos sentimentos inerentes a tal atividade

A partir dos sentidos que emergiram nas falas dos profissionais ao relatarem suas experiências e se posicionarem sobre a temática deste trabalho, diferentes posicionamentos foram sendo assumidos pela pesquisadora que passou a explorar os sentidos apresentados por eles e não o roteiro previamente estabelecido.

2.5. Procedimentos éticos: Autorizações e Solicitações de Consentimento Informados

Desde o primeiro contato com possíveis entrevistados, eles foram esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa e solicitamos sua participação voluntária. A participação foi firmada através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B), e assegurou-se o sigilo sobre as informações obtidas, sobre a identificação pessoal e também a possibilidade de se retirarem da entrevista, a qualquer momento que o desejarem, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde sobre Pesquisas com Seres Humanos.

O Termo, bem como os procedimentos éticos e metodológicos, foram submetidos ao Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto. O projeto foi aprovado na forma como foi elaborado, ou seja, sem ressalvas ou solicitações. Os entrevistados (adotantes, pais biológicos, membros da comunidade, funcionários de abrigo e de hospitais) participariam das entrevistas a partir do consentimento deles, sem se fazer necessária a autorização dos demais envolvidos nas

adoções ou dos representantes das instituições em que exercem suas atividades profissionais (no caso, funcionários de abrigos e de hospitais).

Além disso, solicitamos e obtivemos a autorização do juiz responsável pela Vara da Infância e Juventude para entrevistá-lo e para a realização de entrevistas com casais adotantes ou famílias biológicas, *nos* casos em que fossem necessárias as mediações do Fórum.

2.6. A Análise do corpus

A interpretação do *corpus* construído também se constitui em uma construção dentro de produção de sentidos, que abre a possibilidade para novos diálogos e novos sentidos (LIMA, 2000). Dentro do fazer do pesquisador, que envolve a relação com os pesquisadores e com os teóricos com os quais ele dialoga, emergem algumas possibilidades de produção de sentidos, enquanto outras ficam submersas.

Diante disso, o rigor da pesquisa dentro da perspectiva da *RedSig* e da Produção de Sentidos está na explicitação dos passos de análise e da interpretação de modo a propiciar um diálogo e não a replicabilidade, generalidade e fidedignidade.

A *RedSig* exige uma clara explicitação da situação investigada, fazendo-se uma rigorosa contextualização das condições de produção de pesquisa. Essa exigência constitui um requisito fundamental que impõe limites à interpretação, dificultando construções demasiadamente inferenciais e singulares, o que nos levaria ao relativismo ingênuo ou absoluto. O próprio repertório de discursos do contexto histórico e cultural analisado, incluindo os referenciais teóricos disponíveis, atua nesse sentido (ROSSETTI-FERREIRA, 2001). Daí a necessidade de aprofundar o estudo das distintas

formas de inserção de crianças na família, bem como das práticas de doação e adoção de crianças ao longo da história e da legislação brasileira.

A análise do *corpus* foi norteadada pela apreensão das relações e (des)articulações entre os diferentes cenários, os campos interativos e os indivíduos, além de se buscar analisar as diferentes práticas discursivas e os sentidos que foram sendo (re)construídos nos diferentes cenários e pelos diversos participantes das adoções “prontas”. Para isso, os procedimentos de análise se basearam nos trabalhos de Silva (2003) e Pinheiro (2000) e são descritos a seguir:

1) Leitura das entrevistas de cada protagonista, buscando-se identificar os assuntos trazidos por eles. As entrevistas foram separadas em blocos temáticos, de acordo com os temas narrados (por exemplo, história de vida dos protagonistas, opção pela adoção, opção pela adoção “pronta”);

2) Após novas leituras das entrevistas e a delimitação dos temas, foram identificados: *os cenários ou contextos* em que ocorrem as adoções “prontas”: descrição, interações e práticas; *os posicionamentos* que os protagonistas assumem ou que lhes são atribuídos ao relatarem sua participação nas adoções “prontas” a cada momento e em diferentes contextos, levando-se em conta os limites e possibilidades que circunscrevem seus comportamentos e atitudes nessas situações; *a rede de circunscritores* que emerge da fala dos diferentes protagonistas ao narrarem sua participação nas adoções prontas; *os repertórios discursivos* sobre adoção e temas correlatos que permeiam as falas dos protagonistas.

3) Num terceiro momento, dispusemos as entrevistas em uma tabela, na qual separamos em colunas: 1) os cenários; 2) os posicionamentos assumidos e atribuídos; 3) os circunscritores predominantes nas falas dos protagonistas; 4) repertórios discursivos dos

protagonistas relacionados à escolha da adoção pronta; 5) na quinta coluna, registramos as falas da entrevistadora e na coluna 6, registramos alguns posicionamentos assumidos e atribuídos a ela.

Não queremos dizer com isso que as relações são estáticas, polarizadas ou que os sentidos se cristalizam, mas que alguns sentidos/cenários e posições emergem como figura na narrativa dos entrevistados.

4) A partir dos sentidos que os entrevistados foram construindo ao longo das interações com a entrevistadora, dos circunscritores que emergiam nos sentidos construídos por eles como facilitadores ou não das relações com os demais protagonistas, fomos elaborando um texto e incluindo recortes de suas falas, respeitando a seqüência narrativa apresentada.

A seguir apresentamos os títulos organizadores dos sentidos produzidos nas diferentes modalidades de adoção que conseguimos apreender e que serão apresentados em quatro capítulos distintos, de acordo com o cenário que os protagonistas elegeram como o espaço predominante em que ocorreram as interações com os demais envolvidos nas adoções que realizaram ou acompanharam.

	Protagonista	Títulos organizadores dos sentidos produzidos
Capítulo 3 Adoções “prontas” através de parentes ou de pessoas da rede de apoio	Margarida	3.1.1. Os limites e as possibilidades que marcaram a decisão da entrega 3.1. 2. Os circunscritores da entrega do filho a parentes 3.1.3. A formalização da adoção: as combinações com os adotantes e os trâmites na Justiça 3.1.4. As negociações entre pais adotantes e biológicos 3.1.5. O relacionamento da criança adotada com a família biológica: algumas facetas da experiência de ter duas famílias 3.1.6. A dor de ter sido entregue: por que eu?
	Luana	3.2.1. A acolhida temporária que se tornou definitiva 3.2.2. Negociações entre pais adotantes e pais biológicos 3.2.3. O relacionamento da criança com sua família biológica 3.2.4. Dos pais biológicos de Júnior 3.2.5. Negociações entre os adotantes
	Rosa	3.3.1 A entrega dos filhos e as combinações com os demais protagonistas 3.3.2 Das relações: as fragilidades, rupturas e formas de sobrevivência

Capítulo 4 Adoções via abrigo: uma outra forma de conhecer crianças	Protagonista	Títulos organizadores dos sentidos produzidos
	Patrícia	4.1.1. O embate da instituição de abrigamento com o Judiciário: o abrigo deve ser um espaço de encontro de crianças com seus possíveis pais? 4.1. 2. A experiência de mediar adoções: “as dores e os amores” ao se promover adoções 4.1.3. O retorno à família biológica: trabalho árduo e com poucas perspectivas de sucesso 4.1.4. “A vivência do abrigo talvez seja muito melhor do que só as coisas técnicas do Fórum...”
	Marta e Roberto	4.2.1. Abrigo: cenário de encontros e desencontros entre adotantes e crianças?

Capítulo 5 Um leque de opções nas adoções de bebês: da comercialização às gestações amparadas pelos adotantes	Protagonista	Títulos organizadores dos sentidos produzidos
	Ricardo e Kátia	5.1.1 As negociações com a mãe biológica através de um mediador 5.1.2 As possibilidades e limites de uma adoção “pronta”: suas (des) vantagens 5.1.3. Outra forma de adotar se adotar crianças: as visitas em abrigos 5.1.4. O comércio de bebês: uma outra forma de adoção 3.1.5. “O massacre da serra elétrica”: sentimentos vivenciados diante dos procedimentos na Vara da Infância e Juventude 3.1.6. Algumas reflexões sobre o relato dos entrevistados
	Léo	5.2.1. As combinações e negociações com a mãe biológica 5.2.2. A adoção de uma criança: aspectos legais 5.2.3. A regularização da situação adotiva na Vara da Infância 3.2.4. As possibilidades e limites das adoções “prontas”
	Adriana	5.3.1 Adriana: três momentos da entrega de um filho em adoção: as negociações, a entrega e o depois... 5.3.2 Primeira entrevista: as combinações da entrega aos seis meses de gestação 5.3.3. Segunda entrevista: as ambivalências da entrega 5.3.4 Terceira entrevista: a relação consigo e com o(s) outro(s) após o nascimento e a entrega do bebê

Capítulo 6 As adoções Prontas através da ótica dos operadores do Direito	Protagonista	Títulos organizadores dos sentidos produzidos
	Promotor Público	6.1.1. O relato do promotor de Justiça sobre a colocação de crianças em substitutas: a prática e a lei 6.1. 2. Adoção Pronta e adoção <i>intuitu personae</i> 6.1.3. Algumas reflexões sobre as adoções: possibilidades e limites enquanto profissional que representa a lei
	Juiz	6.2.1. As adoções “prontas”: conhecendo esta prática a partir da experiência de um juiz da Infância 6.2.2. O fortalecimento da lei através das adoções via cadastramento e da mudança do Estatuto



A família (1925), Tarsila de Amaral
Óleo/tela 79 x 101,5 cm Colecionador Torquato Sabóia Pessoa, SP.

Adoções “Prontas” através de parentes ou de pessoas da rede de apoio

“Quer dizer, no caso dela é o seguinte. Eu acho que... ela fez o melhor. Porque, ele (Lucas) amanhã pode ser um advogado, pode ser um médico, ser um deputado, ele pode ser um presidente, ele pode ser alguma coisa” (Bastião, padrasto de Lucas, este que foi adotado pelos primos de sua mãe).

“Aí o Júnior ficou esses quinze dias das minhas férias aqui e ele começou a se apegar no menino. Aí ele falou assim pra mim: “Luana, vamo (...) vamo conversar com seu tio, a gente fala assim para ele que a gente cuida do menino pra ele, porque ele está sem condições agora, a gente cuida e assim quando ele tiver melhor, as condições melhor, aí ele pega o menino e pode levar para ele” (Luana, mãe adotiva de Lucas, sobrinha do pai de menino).

Capítulo 3. Adoções “Prontas” através de parentes ou de pessoas da rede de apoio

Este capítulo será pautado nas entrevistas de duas mães biológicas (Margarida e Rosa) e uma mãe adotiva (Luana). As três entrevistadas relatam experiências de adoção ou de entrega de crianças para parentes ou pessoas de sua rede de apoio.

3.1. Margarida – mãe de Lucas

Margarida tem 30 anos, tem dois filhos tidos com seu primeiro companheiro e um filho entregue em adoção, fruto de um namoro. Atualmente, ela é amasiada com um homem 20 anos mais velho do que ela, com o qual não tem filhos. Ao ter seu terceiro filho, estava fazendo uso de drogas, havia rompido com o pai da criança, e seus avós, que eram as pessoas a quem recorria quando necessitava de apoio, não puderam acolhê-la naquele momento. São essas circunstâncias que Margarida descreve ao tentar explicar os motivos que a levaram deixar *seu terceiro filho aos cuidados de uma prima*, que após algum tempo, solicitou a adoção da criança. Ao serem realizadas estas entrevistas, seu filho tinha nove anos e passava férias escolares e alguns feriados com ela.

Margarida é a única mãe biológica que vive com um companheiro e ele está presente na primeira entrevista. Num primeiro momento, ele fica apreensivo com a minha visita e acha que estou lá para reavaliar a adoção. Depois, aproveita a entrevista para falar de seus problemas com a esposa, a tristeza de ter rompido com a primeira família e de não ter notícias das filhas, e o uso de álcool. Nas outras duas entrevistas, ele não aparece para me cumprimentar. A impressão que tenho é que ele ainda faz muito uso da bebida e que é uma pessoa com muitas dificuldades de saúde física e mental.

Ao longo da entrevista, Margarida aproveita esse espaço para falar de suas inquietações e sua ansiedade diante da vida. Estas questões não serão aprofundadas nesta análise, mas é importante ressaltar que, em seu relato, Margarida faz um exercício de reflexão sobre sua vida e o que pretende para seu futuro. Ela percebe que seu companheiro está debilitado e que poderá vir a falecer em breve, e teme não saber lidar com esta situação de desamparo, comparando com a época em que entregou seu filho em adoção.

Ela expõe seus medos e a dificuldade em planejar seu futuro, precisando de alguém para norteá-la em suas ações. Conversamos sobre a possibilidade de buscar um tratamento psicoterapêutico em um Núcleo da Saúde da Família próximo à sua casa. Ela mostrou-se interessada e procurou tal atendimento. Em nosso segundo encontro, relata que está fazendo caminhadas quando se encontra muito ansiosa e tem freqüentado uma igreja, o que sente como uma experiência positiva. Além disso, iria começar em um novo emprego.

Além de Margarida ser uma pessoa extremamente interessante de ser ouvida, foi enriquecedor observar a relação que ela estabeleceu comigo e os sentidos que foi construindo sobre as nossas conversas, ao longo das três visitas feitas. Após o primeiro encontro, Margarida e sua casa encontravam-se arrumadas, os móveis foram limpos e mudados de lugar, seus filhos passavam as tardes brincando e seu marido manteve-se no quarto, não parecendo estar embriagado como no nosso primeiro encontro.

Ao longo de nossa entrevista, um dos sentidos que pudemos apreender é o saber que ele atribuía a nós, psicólogos. Assim como a psicóloga do Fórum, que havia participado da adoção de seu filho, ela e seu companheiro pareciam acreditar que as minhas visitas eram para falar sobre as condições que reuniam para exercer a maternidade/paternidade. Mesmo sendo entrevistada para compartilhar sua experiência

sobre a adoção de seu filho caçula, Margarida aproveitou o espaço da entrevista para conversar sobre sua relação com seus outros filhos, sobre seu dia-a-dia e suas perspectivas de futuro. Nos relatou que sente seus filhos como seus pais, em alguns momentos. Afinal, são eles que pedem para que ela se “acalme, desacelere, fale menos” (*sic*). Contou-nos sobre a relação ambivalente, estabelecida com os adotantes e com o próprio filho. É grata aos primeiros por o assumirem em um momento difícil. Demonstra ainda impaciência com relação a alguns aspectos da educação do menino ou pelo fato de se sentir vigiada por eles, ao mesmo tempo em que se mostra desconfortável diante da possibilidade do filho voltar a morar com ela, hipótese acenada pela adotante.

Margarida divide comigo, psicóloga de camada média, que foi apresentada pelo pai adotivo de seu filho, sua vida, suas angústias e inquietações. Talvez, nossas conversas possam ter tido momentos de compartilharmos idéias; em outros, acredito que Margarida se submete ao papel que atribui a mim, “aquela que sabe”, e ao que atribui a ela, “aquela que deve ser observada, ouvida e orientada”.

3.1.1. Os limites e as possibilidades que marcaram a decisão da entrega

Margarida relata uma série de acontecimentos que marcou a gestação de seu filho e sua posterior entrega em adoção. Inicialmente, fala da sua fragilidade com o falecimento do avô e o adoecimento da avó. Concomitantemente, seu pai muda-se para outro Estado, Margarida se separa do marido e logo inicia um relacionamento que não obteve sucesso, e do qual seu terceiro filho é fruto. Após o nascimento de seu filho, ela passa a fazer uso de drogas.

Margarida já era mãe de dois filhos e concebe sua terceira gravidez como um período confuso, marcado pelas brigas com o pai da criança e pela ausência dos avós,

que foram as figuras paternas que teve. Para ela, a ausência deles, a fez ficar desnordeada.

M: Eu tinha que... eu tinha a proteção da minha avó e do meu vô. E quando eu engravidei do Lucas a minha avó e meu vô tava vivo, você tá entendendo? Aí de repente eu perdi a minha avó, o meu vô, porque a minha avó e meu vô me protegia demais... você sabe como que vô é pro lado de neto, né? Então tudo o que eu... às vezes eu pensava uma coisa, eu tinha ali. Aí de repente eu me vi assim, como? Minha avó e meu... meu vô morreu, a minha avó desse jeito... entendeu?(linhas 289-294)

M: Aí a gente se conheceu, começou a namorar, tal, tava tudo dando certo, tudo bem. Aí eu engravidei dele, do Lucas. Aí... foi uma...uma situação assim, que...conforme a gravidez nós dois foi desentendendo sabe?

F: uhmuhm

M: Sabe, foi desentendendo, a gente foi... já não era mais aquela mesma coisa. Aí eu tive ele, tal, ele nunca tava presente, ele nunca foi um pai assim, que você fala: “Nossa, hoje você não está boa, não sei que, não sei o que...”, sabe? Então foi uma coisa assim... uma gravidez...tumultuada, difícil. Bom, tá certo. Aí eu ganhei ele, tive ele. Ele ia lá de vez em quando, via o menino, gostava muito do moleque. Ele agradava, como pai ele sempre... no dia que ele queria, ele estava presente. (linhas 20-29)

Margarida ao tentar entender como era sua vida nos cinco meses em que viveu com o filho, se remete a uma série de valores e sentimentos que estavam fortemente implicados na entrega de seu filho. Para ela, ter filhos e dividir o cuidado com os pais biológicos desses é muito difícil, pois demanda muita conversa. Dessa forma, não recebe pensão dos filhos mais velhos, por não conseguir negociar assertivamente com seus ex-parceiros, preferindo retirar-se das relações, arcando, sozinha, com o cuidado dos filhos. Vive em condições econômicas difíceis, dependendo totalmente do atual companheiro. No caso de seu filho que foi adotado, além de não querer dividir o cuidado de Lucas com o pai, ela não permite entregar a guarda do filho para o ex-companheiro, por acreditar que a criança seria alvo de agressões nos momentos em que o pai e a sua atual companheira tivessem problemas conjugais, por recear nunca mais encontrar a criança e também pelo medo de perder o *status* de mãe.

Nesse momento da entrevista, Margarida traz uma concepção muito comum em nossa sociedade, a de que madrastas judiam dos enteados. Da mesma forma que os

padrastos são concebidos como possíveis abusadores sexuais ou agressores das crianças. Por outro lado, Margarida descreve a madrasta como uma pessoa carinhosa e que gostava de Lucas, desejando tê-lo como seu filho, o que também era inconcebível para ela.

A dificuldade de relacionamento com o pai da criança permeia as negociações relacionadas ao exercício da paternidade. Dessa forma, com o término do relacionamento e tendo sentimentos contraditórios pelo ex-companheiro, rompe também com a possibilidade dele ficar com a guarda da criança.

M: (ex-companheiro pede para levar a criança) “Ah, você não quer me dar ele, porque a minha mulher gosta muito dele, trata ele muito bem”. Eu falei: “Não, pra você e pra ela, eu não dou”. Aí eu acho que foi mais um impulso de eu dar ele pra Maria (sua prima). Pra ele, eu ficava com medo dos dois não dar certo e qualquer coisa que ele fizesse com ela, porque ele era muito muiezeiro, aí o que que ela ia fazer, ela ia descontar no moleque. (linhas 1064-1068)

M: Ele(o pai de Lucas) queria registrar, foi quando eu...que ele queria levar o menino pra mulher cuidar. Ali ele queria registrar assim, no nome dela e dele, eu falei: “Não”. Então tudo o que vinha dele era não, sabe? Eu não queria, eu não queria que ele participasse de nada do menino. Aí um dia, o dia que eu dei ele, que ele foi lá pra ver o menino, que ele levou as roupas, levou as coisas... fruta, leite pro menino. Nossa! Ele quis me matar aquele dia. Nossa! Ele foi lá, falou: “Onde ele está?” Foi lá no berço: “Cadê o moleque?”. Nossa, ele quis... aquele dia... eu magoei ele também muito, porque ele... Da maneira dele, como homem, ele gostava também do menino, sabe? Ele recebia, a primeira coisa que ele ia fazer, ele ia lá pra casa pra ver o menino, e tal... aí nós brigava porque ele via eu me drogando, com o moleque lá dentro, era muita gente... essas pessoas que você sabe. (linhas 1078-1093)

M: Eu não quis foi... sabe o que que eu acho? Que eu queria desmanchar uma relação com ele e o que me apegava era o menino. Porque eu não suportava ele, também, sabe? Eu tomei muita birra dele. Eu pensei: “Se ele ficar com o menino, aí que ele vai querer...”. Se eu tivesse com ele aqui comigo, ele ia estar aqui na minha porta enchendo o saco. (linhas 1102-1106)

Na época da entrega de Lucas para sua prima, Margarida estava fazendo uso de drogas e ainda não tinha motivação para interromper tal uso. Deixou seus dois filhos mais velhos aos cuidados de seu pai. Pelo seu relato, passava o dia na favela e era amiga dos traficantes, que lhe forneciam droga com facilidade. Em seu relato, Margarida faz várias descrições de si mesma, entre elas a de que não tinha os pés no chão nesta fase de sua vida.

F: Você buscou alguma saída pra ficar com ele (Lucas) ou não, você tava muito envolvida com as drogas e não buscou saída?

M: Não, eu não lutei por nada. Eu não... simplesmente eu não fiz nada, Fernanda, sabe? Eu não lutei, eu não fiz nada... nada assim...(linhas 1123-1126)

O desejo de interromper o uso de drogas só se consolidou quando conheceu seu atual companheiro. No entanto, ele também o fazia e ainda faz uso de bebidas alcoólicas. E a partir desse novo relacionamento, Margarida busca seus filhos mais velhos na casa de seu pai e retoma sua vida familiar. Esse relacionamento é descrito por Margarida como o resgate de sua vida, no entanto, é marcado pela garantia material de seus filhos e por uma vinculação fraternal com o companheiro.

M: Deus que me perdoe. Ele (o Bastião) foi tudo de bom na minha vida que aconteceu, viu Fernanda? Porque com ele eu fiquei mais... tomei mais juízo... hoje se eu tivesse um filho hoje, eu tô com 30 anos, Fernanda, ele tem 53 anos. Hoje, se eu tivesse um filho eu não daria ele pros outros. Não, eu não. Hoje não. Com a cabeça que eu tenho, sabe? Porque eu... sabe quando você põe o pé no chão, você não tá mais só no pára queda. Porque primeiro eu vivi de pára queda, entendeu?(linhas 541-545)

M: Quando eu conheci ele, o que ele falou pra mim: “Pode trazer seus filhos, nós vamos morar junto, eu vou te ajudar no que eu puder”. Daí eu falei [.]. Aí ele pegou e falou assim: “Não”. Aí eu falei pra ele: “Bastião, eu quero parar”, eu falei pra ele. “Eu quero parar, mas eu não to... eu não tô tendo ajuda, não sei o que”. Ele falou: “Eu vou te ajudar e você vai parar”, sabe. Quer dizer, são coisas Fernanda que eu sou grata a ele porque... não é...(linhas 556-560)

3.1.2. A entrega de um filho em adoção: da guarda provisória ao pedido de adoção

No relato de Margarida, a opção de entregar o filho para um parente não foi uma iniciativa própria. Sua prima ofereceu para cuidar de seu filho enquanto ela estivesse sem condições para assumir os cuidados da criança. Até então, Margarida fazia uso de drogas e compartilhava com vizinhos o cuidado de seu filho. No entanto, durante a entrevista, ao se remeter ao passado, percebe que algo de ruim poderia ter acontecido com a criança por levá-la em bocas de fumo.

F: É... bom, você comentou que você contou um pouquinho que você não tava legal e que aí a Maria foi lá e se ofereceu pra cuidar dele...

M: Hum, hum.

F: É... o que que vocês combinaram naquela época?

M: Ah, ela falou assim, que assim, que se eu melhorasse e quisesse ele de volta, que eu podia ir lá e pegar ele, né (...). Mas aí... conforme, ele foi entrando pra creche, pra escolinha, ele precisava de um registro. E até então, eu não tinha registrado ele, né. Aí ela... e... ela registrou ele e eu também não... sabe? Então o combinado foi esse. (linhas 1018-1027)

Após um período, as necessidades formais (matrícula em escola, atendimentos em postos de saúde) e a forte vinculação com a criança implicam a formalização da guarda de fato. E logo em seguida, os adotantes solicitaram a adoção da criança. No entanto, esse último pedido não foi feito de forma conciliatória, pelo contrário, o adotante só ficaria cuidando do filho de Margarida se pudessem adotá-lo.

3.1.3. Os circunscritores da entrega do filho a parentes

Maria é uma prima próxima com quem Margarida passou sua juventude e para quem olhava os filhos. Ao entregar seu filho a prima, assinala aspectos positivos do casal: são trabalhadores, bons pais e seguem uma religião. Entretanto, Margarida assinala que mesmo tendo uma relação de parentesco com os adotantes, perderia o papel de mãe em relação ao seu filho.

M: É... assim, que ela trabalhava muito, ela trabalhava em dois serviços, os menino dela era tudo pequeno, era seis filho tudo pequeno, então ela me pagava pra mim [olhar lá]. Eu e a Maria, nós sempre fomos muito amigas, sabe? Ela foi minha amiga de... ela foi minha prima, minha amiga, muitas coisas eu conversava... então, toda a vida eu tive muita confiança nela, sabe? Eu vi o jeito dela, eu vi o jeito dela tratar dos filhos dela, entendeu?...eu acho que também foi isso. A amizade que eu tinha muito por ela também, né.

F: Hum, hum.

M: É, foi isso também. Eu acho que ela foi o alvo mais por isso.

M: (...) Eu gostava muito do Pedro, achava ele muito... um bom pai de família, sabe? Então aquilo ele foi... quer dizer, eu ...eu fui construindo entendeu? Fui juntando, fui construindo que eles era de bão, tal. (linhas 1138-1145)

Bastião: Ia ser muito pior... aqui não, aqui ele tá convivendo com a família, tá vendo a mãe dele, tá vendo a outra que é mãe dele, ele fala, sabe o que ele fala pra mim? Ele chegou aqui ontem e falou: “Ah, eu tenho dois pai. (...) Chama eu e o Pedro: “Eu tenho dois pai”. Eu digo: “Quem é o seus dois pai?”, “Você e o Pedro”. (linhas 1451-1453)

Bastião: Quer dizer, no caso dela é o seguinte. Eu acho que... ela fez o melhor. Porque, ele (Lucas) amanhã pode ser um advogado, pode ser um médico, ser um deputado, ele pode ser um presidente, ele pode ser alguma coisa.(1457-1460)

Para Margarida e seu companheiro a entrega em adoção foi uma boa oportunidade para ela mesma e para Lucas. E entregá-lo para parentes era a melhor alternativa, pelo fato de que ela poderia manter contato com ele e de alguma forma, pode continuar exercendo seu papel de mãe.

No entanto, na fala de Margarida e Bastião, pode-se perceber uma supervalorização da adoção, como a possibilidade de acesso a profissões de muito prestígio e condições econômicas que ele nunca teria em sua família de origem. Essa idealização dos adotantes não é percebida; Margarida e seu companheiro não se referem ao fato dos primos também morarem em um bairro de periferia, de não possuírem um veículo automotor e de seus filhos exercerem profissões poucos especializadas.

3.1.4. A formalização da adoção: as combinações com os adotantes e os trâmites na Justiça

Margarida refere-se ao procedimento de regularização da adoção no Fórum. Essa iniciativa foi tomada pelos adotantes, e ela se lembra que nesse período, as interações com os adotantes eram marcadas por constantes questionamentos se ela não tentaria reaver o filho e de declarações de que tal ato acarretaria sofrimento a eles. Margarida interpreta que os trâmites foram rápidos devido ao sentimento de insegurança dos adotantes.

M: Rapidinho, né... porque a minha prima ficou com medo de assim, de assim que ela registrar eu ir lá e catar o menino. Então, toda... Às vezes, quando eu ia lá, ela ficava: “Ai, essa noite eu tive um sonho que você chegou aqui pra catar o menino e que não sei o que”, sabe? Você vê que ela tinha essa... essa conversa, que achava que eu ia pegar ele.(linhas 1577-1580)

Entretanto, na forma como Margarida relata esse período de formalização da adoção, percebemos que a adotante é posicionada de diferentes formas pela mãe biológica. Ao mesmo tempo em que a adotante é descrita como alguém que queria que

ela tomasse uma decisão que não fosse lhe causar arrependimento, ela também a pressionava, de certa forma, mostrando que sofreria se ela tirasse a criança de seus cuidados.

Maria, ao conversar com Margarida sobre essa decisão tão significativa, não a coloca como uma pessoa sem alternativas e recursos, e que por isso deveria entregar seu filho. Pelo contrário, Maria questiona Margarida se esta não se arrependeria e afirma que, em seu lugar, não faria o mesmo que ela.

M: Porque a minha prima, quando eu fui dar... quando eu fui... quando ela foi pra passar, ela falou assim: “Olha Margarida, eu tenho seis filhos, se um dia eu ficar sem o Pedro, eu não dava nenhum”. Ela foi muito realista comigo, ela... sabe? Não foi uma coisa que ela me... “Ah, você é uma coitada, eu vou pegar seu filho...”, não, nada disso, sabe? Ela sempre perguntava: “É isso que você quer? Você vai com isso até o fim?” (linhas 1587-1592)

Ao ser entrevistada pela psicóloga e ouvida pelo juiz, Margarida acredita que estes tiveram a mesma percepção que ela tinha da situação: a adoção era a melhor opção para seu filho, pelo fato dela ser pobre e ser usuária de drogas. O fato da família adotante ser visitada pelos técnicos do Fórum e ela não, também é lembrado por ela, o que reforçou sua hipótese de que os adotantes realmente dariam uma vida melhor para Lucas. Já Bastião acredita que a preocupação da Justiça era verificar se havia ocorrido uma transação financeira entre eles e os adotantes. E acredita que o fato dos adotantes terem uma condição de vida melhor também foi valorizado pela Justiça.

M: Como se a gente fosse assim, uma coisa obrigada, que eu tivesse dando...

*B: Já viu que [] vontade, então registrou ele de [] vontade, não foi um negócio comprado...
(linhas 1557-1558)*

M: aí eu tive uma audiência também com o juiz pra [] o que eu tava querendo, não sei o que, ele falou assim: “Ó, depois não tem jeito de você recorrer”.

F: O juiz não tentou nada pra você ficar com ele? O juiz não propôs nada?

M Não, não. Eu acho que o juiz pensou assim: “Ah não...”, eu acho, não que eles me falaram alguma coisa.. “a dependência dela, química, tal, tal, tal... então é melhor...”. Porque foi uma coisa assim... que... (linhas 1561-1564)

3.1.5. As negociações entre pais adotantes e biológicos

Como já foi dito anteriormente, a mãe adotiva se ofereceu para cuidar de Lucas, enquanto Margarida se encontrasse em dificuldades. No entanto, com o passar do tempo, a guarda e a adoção da criança foi solicitada. Essas negociações entre os adotantes e a mãe biológica e seu atual companheiro são marcados por sentimentos conflitantes, entre eles o de gratidão e o de inferioridade.

A acolhida de Lucas promoveu o desenvolvimento de vínculos entre a criança e os adotantes e o sentimento de gratidão dos pais biológicos. Entretanto, esses sentimentos dificultam a busca de Margarida para reaver seu filho. Além disso, outros sentimentos em relação aos adotantes também são nutridos por ela e seu companheiro, como o de inferioridade, por terem uma vida socioeconômica desfavorecida e apresentarem maiores dificuldades para se manterem. Na interação com os adotantes, Margarida e seu companheiro se sentem, de certa forma, avaliados por eles.

Bastião: Eu vou dizer uma coisa pra você... porque você veio fazer a pesquisa e eu vou falar a realidade... ele veio aqui a semana passada, o Pedro (pai adotivo), saber como é que estava aqui o movimento pra ver se ele (o Lucas) podia vir pra...(passar as férias).

(linhas 170-172)

A partir desse sentimento de inferioridade e por se sentirem avaliados pelos adotantes, o companheiro de Margarida refere-se à preocupação em causar uma boa impressão nos adotantes através do que a criança vivencia em sua casa no período de férias.

B: Então eu quero que ele venha aqui, o pai dele, Pedro venha aqui...e que chegue lá e fale: “Não, o Bastião... eu fui bem tratado, as coisas é assim, é assim...”você entendeu Fernanda? [] Sabe lá o que está acontecendo aqui e não que: “Ah... Bastião mexe com [], que Bastião me bateu, que Bastião me xingou, que minha mãe me xingou, que minha mãe...” Não. Eu quero que ele chegue aqui e ele sente à vontade. Isso que eu quero que ele chegue. Chega à vontade. Chega lá e fala: “Não []”.

(linhas 1299-1304)

Margarida posiciona a mãe adotiva de diferentes modos. Ao mesmo tempo em que questiona seu papel de educadora, discordando das regras e valores que são colocados para Lucas, Margarida a responsabiliza pelo vínculo que pode estabelecer com seu filho após tê-lo entregue aos adotantes.

M: No primeiro aniversário dele, que ela(a mãe adotiva) fez de um ano, eu não pude ir, porque eu tava muito chapada. Aí ela foi lá em casa pra saber porque que eu não tinha ido no primeiro aniversário que ela fez pra ele, foi o aniversário dele de 1 ano, né. (...) eu tipo assim, eu dei ele, mas eu não queria me envolver, sabe? E eu acho que se ela não tivesse torcido e fizesse por onde, eu acho que até hoje eu também não... sabe?(linhas 1041-1046)

Ao longo do relacionamento entre adotantes e Margarida, os contatos vão se dando de diferentes formas. No início, Margarida ainda estava envolvida com drogas e não visitava seu filho, no entanto, a mãe adotiva o trazia, para ela poder vê-lo. Atualmente, Margarida não frequenta a casa dos adotantes e atribui essa decisão à não interferência na educação do filho, a fim de respeitar os pais adotivos.

M: “Sabe, é muito difícil eu ir lá, né. Aí eu comecei a ... como não tava já com ele já... ele falava pra mim que [], sabe? Eu ia lá ver ele também, mas sempre assim, não ficava aquela coisa chata, toda hora eu lá... igual eu te expliquei. Pra não ficar atrapalhando a educação dele, né. Mas eu... sempre a gente teve esse contato, ela trazia ele pequenininho, ele não andava ainda, no começo ela trazia ele pra mim ver, sabe? Então quer dizer, eu nunca fiquei muito distante dele, né. Eu nunca fiquei tão distante. “Ah fiquei distante!”. Não. (linhas 1005-1010)

Na segunda entrevista, Margarida dá outro sentido à sua ausência a casa dos adotantes. Nesse momento, fala com liberdade e afirma que discorda completamente da forma como a educação do filho vem sendo conduzida, preferindo assim, manter-se distante. E há um outro sentido em sua fala, a de que os adotantes têm o direito de educar da maneira que concebem como mais adequada, afinal, eles têm a guarda definitiva da criança e sempre cuidaram dela. Nesse sentido, Margarida se coloca em uma posição de quem não pode interferir no processo educativo do filho pelo fato de não ter tido condições de ficar com ele e os adotantes o terem amparado.

M: Um dia eu fui falar pra ela: “Maria, eu só fui dar um tapa...ele subiu em cima da torrinha...” porque ele adora subir em cima das coisas e eu peguei, tirei ele e dei dois tapas na bunda dele. Ela falou assim: “Eu não gosto que você bate nele porque aqui a gente não cria ele batendo”. Também eu não discuti, eu falei: “Tá certo”. Porque é chato... ela criou meu filho e agora eu chegar lá na casa dele e ficar: “Ó... tem que criar meu filho assim, tem que fazer isso...”, não, não é o certo, sabe Fernanda? Mas eu sou muito feliz por ela estar criando o meu filho. Nossa! Ela e o Pedro. Eu não sei nem como agradecer eles.(linhas 208-218)

3.1.6. O relacionamento da criança adotada com a família biológica: algumas facetas da experiência de ter duas famílias

O contato de Lucas com sua mãe biológica foi estimulado pela mãe adotiva.

Inicialmente, Maria foi promovendo encontros entre Margarida e o filho. Além disso,

Maria nunca omitiu para Lucas quem era sua mãe biológica.

M: Porque até esse tempo, a minha prima trazia ele aqui pra mim, até... pra mim poder ver ele, né. Então, aí quando, Fernanda... o Bastião, que eu parei, que eu melhorei, tal, eu comecei, eu ir lá ver ele, então quer dizer, quando ela vinha, que ela vinha trazer ele, ela vinha brincando com ele: “Ah, nós vamos ver a mamãe, Lucas, não sei o que, sabe?”. Então ela sempre, devagar, devagar, ela foi entrando na...”.

F: Ela nunca criou ele falando que ela era a mãe?

M: Não, não. Nunca. Aí...(linhas 2275-2281)

Desde o início do contato de Lucas com Margarida, esta percebia que seu filho era apegado à mãe adotiva; ela percebia que o filho não sofria após os períodos de férias em sua casa por deixá-la, pelo contrário, ele sentia falta de Maria. Entretanto, para Margarida o retorno de seu filho a casa dos adotantes ainda lhe causa um misto de sentimentos: tristeza e arrependimento e inconformismo.

M: “Não, foi em 2002 que ele veio passar as férias comigo a primeira vez, passar um mês. Nossa! menina, quando ele foi embora... Aí, misericórdia, me deu uma depressão, uma coisa ruim, eu olhava nessa casa, eu sentia falta dele, eu não falava com os meninos pra eles não ficar sem graça. Aí eu fingia que tava vendo televisão, mas aquilo, eu olhava, ficava, sabe? Ficava: “Ai meu Deus [traz] esse moleque de volta”, me deu uma coisa ruim a primeira vez. Aí a segunda, eu já fui... fiquei triste também, mas... né... a quarta, a mesma coisa e agora dessa vez... né... Mas a mi... a minha tristeza, é quando ele vai. Quando ele tá aqui, quando ele vem, sabe? Tá tudo bem, tá tudo beleza, mas quando ele vai embora, é como... como se fosse uma coisa assim... aí como que se fala? Eu me pergunto, quando ele vai embora, eu pergunto: “Meu Deus, mas por que que eu tenho que... por que que eu tive... por que que eu fiz isso? Por que que agora eu tenho que concordar com isso?” (linhas 2288-2299)

De certa forma, Margarida e a mãe adotiva compartilham o cuidado de Lucas, mesmo que à mãe adotiva seja atribuído o status de mãe: é com ela que ele mora; afetivamente, parece que Maria é a sua principal referência de figura materna e; nos documentos, ela consta como mãe. No entanto, Lucas convive com Margarida nas férias escolares e em alguns momentos do ano, quando ela tem a oportunidade de se relacionar e cuidar dele.

A partir desse convívio, Margarida passou a ter oportunidade de educar seu filho e de vincular a ele, o que passou a gerar algumas dificuldades tanto para os adultos como para Lucas. Margarida passou a se incomodar com a forma que o filho vem sendo criado: Lucas recebe tudo o que quer, não tem atividades para cumprir em casa, e não é punido quando precisa. Entretanto, ela não se sente com autoridade para expor suas opiniões para a mãe adotante e, quando Lucas está em sua casa, Margarida se relaciona com o filho se pautando na educação dada pelos pais adotantes.

Essa disparidade de condutas também ocorre em relação ao acesso a bens materiais. Lucas tem mais recursos na casa dos pais adotivos, o que faz com que Margarida e Bastião busquem oferecer as mesmas condições quando Lucas está na casa deles. E como consequência, Lucas acaba recebendo um tratamento diferenciado em relação ao que é dado aos seus irmãos.

M: “Aí o que que acontece? Comigo ele já... entendeu? Igual, eu falo pra ele assim: “Ó, cata a sua roupa, lava a sua cueca no banheiro”. Ele fala: “Eu não, lá na Maria eu não lavo”. Aí, pra não ficar confundindo a cabeça dele, eu vou lá e lavo e onde que dá ciúmes nos outros(filhos): “Mas pra nós você não faz isso”, entendeu? Porque (o meu filho) lava as cuecas dele no banheiro, a (minha filha) lava as calcinhas dela, entendeu? Eu não lavo calcinha e cueca deles, eu não... eu já fui... e ela não, a Maria lava, passa as cuecas dele, ele não põe a mão em nada. Mas...”. (linhas 1666-1672)

Maria mostra seu desconforto em relação à educação do filho, mas não se sente em condições de falar sobre esse assunto. De certa forma, ela se coloca em uma posição

de desigualdade em relação à Maria, pelo fato da primeira ter assumido seu filho e ela tê-lo “abandonado”.

M: “Porque eu acho que eu... eu não sei, eu acho que eu [] por causa da Maria, eu acho que eu também, essa parte num... eu não ia agüentar ouvir dela, se eu falasse alguma coisa assim... “Mas Margarida, se você criava ele melhor que eu, por que que você não ficou com ele?”. (linhas 1834-1836)

Lucas percebe que Margarida se abala ao ser comparada a mãe adotiva. No entanto, em alguns momentos, ela consegue manter seus objetivos e coloca limites ao filho, de acordo com suas convicções e suas reais condições materiais.

M: “Expliquei pros meninos (outros filhos): “Tô comprando pra ele (Lucas), porque no aniversário dele eu não dei nada”. Aí ele pegou e falou assim: “Não, eu não quero esse conjuntinho, eu quero aquele tênis”. Eu falei: “Não, você vai comprar... você vai ficar com esse conjuntinho, porque eu não posso comprar aquele tênis”. Ele virou pra mim, no meio da loja: “É, se fosse a Maria, ela comprava”. Eu falei: “Não, mas eu não posso, a Maria pode comprar esse tênis, eu não posso. Você vai querer o conjunto? Se você não quiser, eu posso guardar lá no... vai pegar que tá guardado...” Ah, não, me dá, me dá mãe, me dá, me dá”, entendeu? Catou o conjunto e trouxe. [], entendeu?”.(linhas 1870-1877)

Durante a entrevista, tive a possibilidade de vivenciar como a criança entregue em adoção também tem seus privilégios quando volta para a casa de seus irmãos e da mãe biológica. Lucas tem o status de uma criança que deve ser tratada com regalias, com comidas diferenciadas, com menos tarefas domésticas, ou seja, ele desfruta de privilégios não só pelo fato de estar de passagem, mas pelo fato de retornar à casa dos pais adotantes, aonde irá relatar o que fez e do que pôde usufruir.

Por que cada falante, no parágrafo a seguir, está sinalizado em negrito e não em itálico?

(crianças falam alto, discutem e interferem na entrevista. Bastião fala alto com eles)

Filha: Não é eu que estou brigando com ele, é o Júnior.

Mãe: Ô Júnior, o Bastião vai aí viu.

(filha: Eu defendi o Lucas e vocês vai me bater?

(um dos irmãos fala para Lucas): Ah, [] ele nem te relou vai, para com esse...esse mimo seu vai.

Bastião: Ou vocês tomam jeito que eles... [] muito arisco!

(Lucas ou filha): É o Júnior.

Bastião: Não tem negócio de Júnior não!

Mãe: *Vocês dá licença que eu estou conversando. Vocês têm educação...*

Bastião: *Aqui não é assim não!*

Mãe: *Você fala pro Júnior que depois eu vou conversar com ele.*

(filha fala com mãe): *O Lucas jogou o Danone dele no chão e ele [] por causa de um Danone mãe!*

(filho): *Não é não, mãe!*

Bastião: *Um cavalão grande desses rapaz!*

(Mãe fala para Fernanda): *Ele é muito [ruim] pra comer. Bolacha ele come o dia inteiro. Mas ele come... esses aqui não.*

Bastião: *O Júnior jogou o Danone lá no mato lá.*

Mãe: *Eu não acredito.*

Bastião: *[]*

Mãe:- *Ele jogou o Danone? Ah, Júnior, por que que você fez isso Júnior?*

Bastião: *Olha lá...*

(Lucas): *Porque mãe...olha aqui. []*

Mãe: *Os dois Danones?*

(Criança): *[] mãe!*

(criança para a criança): *Ô Lucas, os dois Danone era deles ô...*

(outra criança): *Não mãe, ó o que eu ia fazer, ó? Eu ia pegar, ó... eu ia pegar o Danone.. ó... dois... ó péra aí ó... um pra Paula e um pra ele...*

Mãe: *Hum...*

(filha): *Ele foi lá e já pegou os dois, ficou fazendo graça... ele...[] dela?*

Bastião: *Mas, vocês são grandes...vocês são... ele é pequeno.*

Mãe: *Fica quieto que a mãe vai te levar num lugar depois...*

Bastião: *[] É o seguinte... ele vai pra lanchonete agora de noite e vocês não vai.*

Mãe: *Porque eles faz graça... isso que...*

Bastião: *Não esquentar não, aqui é desse jeito, eu vou ter que falar o que está errado. Não é que eu to criticando ele... só que é o seguinte: Vai eu, sua mãe e você, [] não vai. É o castigo que eu vou dar em vocês pra vocês aprenderem a respeitar os outros quando está na casa da gente. Vocês não são crianças mais!*

(Bastião para Fernanda): *Ô Fernanda, desculpa, mas eu não gosta desse tipo de coisa.(linhas 1305-1345)*

3.1.7. A dor de ter sido entregue: por que eu?

Margarida percebe que ao ter duas mães, Lucas não tem só ganhos. Ela percebe que o filho tem uma questão difícil de lidar: por que ele foi entregue em adoção?

Margarida tem a crença de que se seu filho souber o motivo pelo qual ele foi entregue em adoção, ele poderá ficar traumatizado. Nesse momento, na fala de Margarida, ser adotado traz uma condição inerente de infeliz, de ter ser preterido, abandonado.

Ao pensar os motivos que levaram à entrega de Lucas e não de seus outros filhos, inicialmente, ela pontua que ele dava muito trabalho. No entanto, ao se

aprofundar nesse assunto, outros significados vão aparecendo, entre eles, a dificuldade de separar os sentimentos que sentia pelo pai da criança dos que nutria por ela.

M: Então, vira e mexe ele... ele vai lá e pergunta: “Por que que você ficou com a Paula e o Júnior e não ficou comigo?” É a pergunta que ele... pergunta que não se cala, entendeu?

F: E você fala o quê?

M: Aí eu falo que é... porque eu não tinha condições, na época de ficar com ele, porque...aí eu conto a história, tudo, sabe? Entre aspas, pra ele, mas eu não chego a falar pra ele assim: “Não, a mãe te deu porque você deu trabalho, você não sei o que...”, entendeu? Mas ele quer... o motivo dele... Igual no dia que a gente foi na psicóloga há uns 4 anos atrás, a psicóloga perguntou pra ele, né... o que que ele achava? Se ele gostava de mim? Não sei o que, não sei o que... ele falou que gostava... aí ele falava assim: “Mãe, por que que você ficou com a Paula e o Júnior e não ficou comigo?”

M: Porque ele acha... eu acho que ele pensa assim: “Minha mãe gostava da Paula e do Júnior e não de mim”. Mas não foi isso, eu acho que por eu... por eu ter dado ele, eu acho que eu gostei mais dele. Mas eu não queria ver ele sofrer. Eu não suportava o pai dele, se eu ficasse com ele, o pai dele ia ficar me perturbando. Eu tomei birra daquele homem sabe? E se ele também ficasse com o menino, ele ia catar o menino e ia pro Piauí. Aonde que eu ia arrumar dinheiro pra ver esse menino, né? (linhas 1245-1254)

M: A... o contato que eu tenho com a Paula e com o Júnior é mais... é mais... tipo assim, é mais íntimo com a Paula e com o Júnior. Eu não tenho segredo pros dois, eu não minto pra eles, sabe? Parece que eles, eu tenho eles como os meus amigos, sabe?(linhas 2478-2480)

Além de se haver com a questão de ter sido entregue pela mãe, há uma diferença sentida por Margarida entre Lucas e seus irmãos. Ela, na verdade, se sente mais à vontade com os filhos que sempre conviveram com ela.

Ter duas famílias também acarreta confusões para Lucas. Se por um lado, ele goza de privilégios, por outro, fica sem entender parte de sua história. Tem duas mães, uma adotiva e outra biológica, o que é compreensível para ele, mas quanto ao pai, ele ainda não conseguiu entender quem é realmente seu genitor. Lucas acabou concluindo que é fruto de relação extraconjugal de seu pai adotivo, o que parece causar constrangimento para suas mães. No entanto, não há um acordo entre os adotantes e a mãe biológica quanto ao acesso ao seu verdadeiro genitor.

M: “Ontem, ele chegou e falou assim, pra mim assim, ele perguntou, né... e falou assim... “Ô mãe, o meu pai é o Pedro”. Eu falei: “Não, [], a Maria não falou pra você que não... o sei pai não é...”, “Não, mãe, mas tem hora que eu acho que é”. “Mas não é, filho”. Aí eu virei pra ele e falei: “Você quer conhecer seu pai?”. Porque o pai dele mora aqui, bem próximo dele ali. Aí

ele falou assim: “Eu não”. Eu falei assim: “Se você quiser conhecer, Lucas, eu te levo lá”, porque eu... eu posso levar...”. (linhas 1483-1488)

M: [] aqui sabe? Ele [] daqui uma semana, no dia em que você voltar aqui... a...eu creio que antes dessas férias terminar você volte aqui...você vai ver... ele já não fica mimado desse jeito, ele já fica amado, ele já... você já vê que ele... aí ele começa a ficar falando: “Ah, que que a minha mãe está fazendo uma hora dessa?”. A minha prima dá muita atenção pra ele. Ela vai fazer um bolo, ele pega as coisa, entendeu?(linhas 1531-1535)

A criança também parece ficar dividida entre suas famílias e sente falta da outra mãe, mesmo gozando de privilégios na casa da mãe biológica e tendo uma relação afetiva com esta..

Margarida parece atenta aos sentimentos e aos comportamentos do filho. Ela percebe que ele se ressentia ao ficar por muito tempo longe de sua mãe adotiva. E acredita que isso se deva ao fato de sua prima ser muito companheira, sendo muito presente na vida do menino.

Margarida, em sua entrevista, discute seus planos para o futuro e emergem sentidos relacionados à experiência da maternidade de seus outros dois filhos, ao relacionamento conjugal, às suas percepções de si, que não serão analisados neste trabalho.

A seguir, apresentaremos a entrevista de Luana, que acolheu em sua casa seu primo Junior, e que vive uma adoção de “fato”, ou seja, uma adoção que não foi formalizada na Justiça.

3.2. Luana e Marcos: adotantes do primo Júnior

Luana tem 38 anos e é mãe de dois filhos jovens, frutos de um relacionamento anterior. Seu marido é quase dez anos mais novo do que ela, nunca havia se casado e não tem filhos. Luana e Marcos, na época da entrevista, tinham acabado de perder um

filho que estava na oitava semana de gestação. E havia fortes indícios de que Marcos tem dificuldade para ter filhos biológicos.

Há dois anos, o casal tinha a guarda de Júnior, primo de Luana. Após a separação dos pais de Júnior, Luana e Marcos se ofereceram para cuidar dele. Vários motivos permeavam essa decisão: Marcos era fortemente vinculado à criança; o tio de Luana se encontrava com dificuldades materiais e psicológicas, que implicavam em condições precárias de manutenção e cuidado de seus filhos e, Luana mostrava-se sensibilizada com a situação de seus primos.

Na época da entrevista, Júnior estava com quatro anos e em festas de família, encontra sua família biológica. Sua situação legal ainda não está definida, Luana acreditava que a guarda precisava ser renovada, enquanto Marcos fazia planos de adotá-lo.

A forma como se deu a entrevista de Luana e Marcos ilustra o momento de negociação e a situação familiar. Para isso é importante contar como entramos em contato com esse casal. Uma colega de um antigo trabalho me encontrou e ao saber que eu estava desenvolvendo uma pesquisa sobre adoção, contou-me a situação de sua irmã Luana e me incentivou a entrar em contato com ela, por acreditar que seria importante a irmã poder conversar sobre a situação em que se encontrava. Esta colega entrou em contato com Luana e, posteriormente, eu a contatei por telefone. Marcamos uma primeira entrevista.

No dia da entrevista, cheguei no horário combinado e foi preciso uma hora de conversa comigo e de negociações na família para ver quem ficaria com Júnior, enquanto ela fosse entrevistada. A filha de Luana levou Júnior para o quarto e seu filho só apareceu na sala, ao sair de casa, quase no final de minha visita. Quase ao final da

entrevista, Marcos entrou na sala em que estávamos, foi quando soube que ele se encontrava em casa, pois até então, Luana não se referiu a ele.

Conversamos com Luana e em sua entrevista, ela nos conta dessa dinâmica familiar. A primeira hora de minha visita, que me pareceu um aquecimento para podermos conversar sobre Júnior, e o único encontro nos parece mostrar o quanto estava difícil falar sobre a situação adotiva dele e os diferentes posicionamentos do casal.

De alguma forma, minha presença representava esse assunto tão difícil de negociação entre o casal. Marcos ao se apresentar na sala nos faz uma pergunta pontual: como seria o processo adotivo de Júnior e se ele seria ouvido pelo Juiz. Para ele, seria o menino que deveria escolher “quem eram seus pais” e parecia acreditar que, com mais algum tempo, Júnior optaria por ficar definitivamente com eles através da adoção. Marcos, ao se despedir de mim, mostrou-se disponível para marcarmos outros encontros, mas os desmarcou e em um deles, não compareceu no local combinado.

A seguir apresentaremos a análise da entrevista de Luana e Marcos.

3.2.1. A acolhida temporária da criança que se tornou definitiva

Com a separação dos tios de Luana, seus primos passam a viver em condições precárias. Luana e Marcos, ao constatarem tal situação, se ofereceram para cuidar temporariamente de Júnior, um dos filhos mais novos de seu tio, no período de férias. Luana relata uma série de elementos que configurava a situação em que Júnior estava inserido e que o deixava desprotegido e não atendido em suas necessidades: um episódio em que a criança bebeu soda cáustica; um dia que o encontrou sujo e com fome; além da saída de sua tia de casa e o uso abusivo de álcool por seu tio.

L: E ele (Júnior) era um bebê (?)²⁴ lindo, assim, bem branquinho, aquele cabelinho bem branquinho. Meu marido era apaixonado por ele. Assim só de ver ele, ele já ficava babando, né. Aí a gente ia lá, sempre, na casa da minha avó que mora do lado da casa do pai dele. (linhas 13-17)

L: Eles cuidavam, mas eles não cuidavam bem, ele ficava meio jogadinho assim. Sabe quando deixa a criança à vontade, fazendo o que quer e ele às vezes corria risco mesmo, na rua, aí quando ele tinha quase dois aninhos, a mãe dele foi embora. Numa das brigas que lá teve lá com o meu tio, ela foi embora. (linhas 21-24)

(...) Aí eu peguei, fiquei com dó, sabe? Como eu ia ter quinze dias de férias, eu falei: “Aí!”. Aí eu pedi: “Ô, Tio Rubens, deixa eu levar o Júnior pra passar só esses dias lá comigo. Só para ele passear um pouquinho, depois eu trago ele de volta. (...). Sabe quando você se apega na criança? Era pouco tempo, mas a gente se apegou nele. (linhas 33-36)

L: Já fazia dois anos, quase, que eu tinha casado, né? E eu não conseguia, a gente não conseguia ter filhos nossos, né?(...). E o Marcos, ele não tem filhos. Então, a gente começou a tentar e não conseguia. (...) Aí, o Marcos já tava abalado, com essa história que ele não ia ser pai com facilidade tudo. (linhas 52-53 e 54-55; 56-57)

L: “Aí o Júnior ficou esses quinze dias das minhas férias aqui e ele começou a se apegar no menino. Aí ele falou assim pra mim: “Luana, vamo (...) vamo conversar com seu tio, a gente fala assim para ele que a gente cuida do menino pra ele, porque ele está sem condições agora, a gente cuida e assim quando ele tiver melhor, as condições melhor, aí ele pega o menino e pode levar para ele”. (linhas 59-63)

Desde o início da vinculação da criança com o casal, parece haver um interesse especial por Júnior. As férias que passaram com ele possibilitaram uma maior vinculação, e o desejo de tê-lo como filho foi manifestado conscientemente por Marcos. E a partir de então, surge à iniciativa de pedir a guarda da criança. Atualmente, Júnior está com quatro anos e há dois vive com o casal. Na época da entrevista, o casal parecia vivenciar um momento de negociação entre si para solicitarem a adoção de Júnior.

3.2.2. Negociações entre pais adotantes e pais biológicos

Luana explicou ao tio que para Júnior freqüentar a escola e ter convênio médico, ela e Marcos precisariam solicitar a guarda da criança na Justiça. Seu tio concordou e sua tia, segundo os adotantes, ofereceu a criança em adoção. Embora o desejo de Marcos seja, desde o início, de adotar o menino, ele se sentiu muito triste diante da

²⁴ (?) – fala incompreensível.

oferta da mãe de Júnior. O ato de entregá-lo em adoção foi significado por Marcos como um ato de desprendimento e de falta de amor.

O sentimento do casal é ambivalente, havia o desejo de ficar com a criança, mas ao não sentirem resistência da mãe, ficaram entristecidos. Marcos chora como se sentisse que o filho estivesse sendo rejeitado. A opção do tio de deixar com eles o filho é sentido como um cuidado, mas a atitude da mãe não é significada como um ato de amor, pelo contrário, como um desprendimento e falta de vínculo com a criança.

Entre os adotantes também há um desacordo: Luana quer a guarda da criança, Marcos quer adotá-lo. E isso não é colocado em relevo na entrevista. As diferentes posturas dos pais biológicos diante da combinação causam-lhes um desconforto. Luana tenta justificar a atitude da tia a partir da concepção de que as pessoas que têm muitos filhos, não sofrem a perda de um deles, por terem vários outros.

L: Aí depois ele precisava de convênio médico e eu tenho X, pelo (meu trabalho). E assim, tenho eu, meus filhos, meu marido, tudo. Aí, só que para colocar ele no convênio tinha que ter um documento, alguma coisa. Para a gente viajar com ele, precisava de um documento. E aí, eu falei: “Marcos, e agora? A gente não pode ficar com esse menino sem documentação nenhuma!”. (linhas 96-100)

L: Aí o meu tio concordou, tudo, porque também (ele tem amor no menino)²⁵, ele tem lá, do jeito dele, mas tem, aí a gente falou que ia levar ele lá sempre. Para ficar lá, um dia assim, fim de semana, que ele quisesse e tal. Aí tinha que falar com a minha tia, a mulher dele”. (linhas 107-110)

L: Ela falou: “Não, pode (...) pode pegar como adoção mesmo. Eu dou ele pra vocês. Eu sei que tá com vocês, tá bem cuidado”. Aí ela falou assim: “Quem sabe, quando ele for doutor...”. Falou desse jeito pro meu marido. “Quem sabe quando ele for doutor, se ele quiser vir morar comigo”. (riso breve). (linhas 124-127)

Durante essas interações com os pais biológicos, a mãe biológica é vista como uma pessoa fria, desprendida dos filhos, que não acolhe o filho diante de suas demonstrações de carinho. No entanto, seu comportamento é compreendido de maneira negativa, o que não ocorreu em relação ao comportamento do pai da criança. O ato do

²⁵ frase entre parênteses : dúvida quanto ao que foi transcrito

pai entregar o filho aos cuidados deles foi significado como uma forma de dar uma vida melhor para a criança.

A própria mãe biológica se posiciona como alguém que não daria condições boas para o menino, enquanto os adotantes poderiam torná-lo “um médico”.

L: O Marcos saiu de lá arrasado. Ele chegou chorando, foi me buscar no hospital e falou: “Luana” e ele tava com o Júnior. O Júnior ficava: “Mamãe, mamãe”. Porque ele mamou no peito até um pouco, quando ela foi embora, tinha quase dois aninhos, ele mamava ainda. Mamava pra dormir, não durante o dia, mamava à noite. E ele ficava: “Mamãe, mamãe!”, e ficava puxando a roupa dela, tal. Disse que ela pegou ele no colo, deu um beijinho e pôs ele no chão de novo. Aí, o Marcos chegou chorando, foi me buscar. Eu falei: “Que que foi, tal?”, “Luana, eu nunca vi tanta frieza. Nossa, ela falou que pode trazer tudo, qualquer coisa que eu assino, eu deixo vocês adotarem, que se está com vocês, está com Deus”. Eu falei: “Ah, Marcos, é isso mesmo, ela já teve oito filhos – que ele é o oitavo, né? Ela já teve oito, as pessoas não têm muito juízo e acaba que não dá muito valor pra filho, né? Acha que é só mais um filho. E outra, ela sabe que tá com a gente, né, é da família, qualquer ela vai ver”. Ele deixou o número do telefone, igual ele fez com o meu tio, tudo. Só que já fazem dois anos e, vai fazer dois anos e meio, não, dois anos, né, vai fazer, ela nunca ligou para saber dele. Ela nunca veio aqui.(tese 124-141)

3.2.3. O relacionamento da criança com sua família biológica

Luana conta das dificuldades encontradas para lidar com a criança quando ela passava os finais de semana com o pai e os irmãos. Júnior demonstrava sua insatisfação ao voltar para casa e deixar seus irmãos, mas isso não é colocado em relevo na fala dos adotantes, mas sim a dificuldade de adaptação da criança após o contato com sua família biológica.

No entanto, a sogra de Luana chega a desencorajá-la da adoção, pois percebe o quanto seu neto estava sofrendo. Ela relata à Luana o dia em que viu o menino ajoelhando, rezando e pedindo para ficar junto do pai e dos irmãos. Essa senhora reconheceu o sofrimento que aquele rompimento estava acarretando à criança.

Em outro momento da entrevista, Luana atribui outros sentidos aos comportamentos de Júnior. Ela consegue se colocar no lugar dele, e fala do sofrimento

da criança diante da situação de ter sido afastado de sua família. Nesse momento, chega até a pensar que o melhor seria Júnior retornar para junto do pai.

No entanto, essa idéia é abandonada e a solução encontrada é levá-lo com menor frequência para encontrar sua família de origem. A retirada de Júnior de sua casa parece inconcebível.

L: (...) No começo a gente levava quase todo final de semana, o Marcos levava. Aí ele começou a perceber que não estava sendo bom. Sabe? Porque se eu levava, por exemplo, no domingo, durante a semana ele ficava rebelde, nossa! Até ele ir voltando ao normal, dava o maior trabalho, então nos ficamos dois meses sem levá-lo para ver os irmãos. Se a gente não levava (para a mãe não), porque como ela nunca ligou, nunca procurou nada, a gente levava pro pai dela, dele, que fica com os outros irmãozinhos menores (...). Aí ficou uns dois meses sem ir, aí ele ficou melhor, assim, quando você levava. Aí a gente falava: “Você vai ficar lá o dia todo, mas na hora de ir embora, não pode chorar, não pode ficar fazendo escândalo, senão seu pai vai ficar triste, aí não pode voltar no outro final de semana se você ficar assim”. Aí, ele começou a ficar melhor. Hoje em dia ele vai, brinca, tudo, mas ele volta numa boa. (141-153)

L: Vai lá. Então a gente ficava com dó de vê o jeito que ele ficava. Aí teve um, durante a semana, ele ficava rebelde, xingava a gente, chutava, ficava mordendo, ele ficou bem agressivo. Na escolinha, nossa, não sei como elas suportaram! Porque, eu achei que elas não fossem mais querer ele lá. Todo dia ele mordía um amiguinho, ele não brincava, não queria nem saber, sabe, chorava muito. Com a minha sogra ele era agressivo. (linhas 257-261)

L: Aí um dia a minha sogra, ele chorava, ele, tinha uma imagem de santo, ah, um santinho lá na sala da minha sogra, um dia ele chegou lá, ajoelhou e flava assim “oh”, pro santinho. “Papai do céu, pelo amor de Deus, eu quero meu pai, eu quero meus irmão, eu quero ir pra minha casa! (ri). Ele ficava falando pro santinho, sabe? Que ele sempre foi uma criança muito esperta né, tal? Aí meu sogro começou a chorar de ver o jeito que ele falava e tal. Aí ela chegou pra mim e falou assim: “Luana, acho que não vai dar certo esse menino ficar com vocês, ele tem muito amor na família. O coraçãozinho dele tá triste. Então é melhor deixar ele lá junto com eles e vocês ajudam na maneira que vocês puderem, né?” (linhas 261-269)

“Eu não queria deixar ele lá, eu queria cuidar dele, dar uma vida um pouco melhor pra ele, né?”. Mas eu falei assim: “Ah, se ele continuar assim, realmente, a gente não vai dar conta”. (Linhas 273-275)

Mesmo após dois anos sob a guarda de Luana e Marcos, a presença dos pais e dos irmãos é muito marcante na vida de Júnior. Já inserido nos valores religiosos de seus guardiões, ele reza por seus familiares, demonstrando como a presença deles ainda é muito viva em seu cotidiano.

L: (...) Aí eu oro o ‘Pai Nosso’ junto com ele e tudo. Aí depois do ‘Pai Nosso’ ele fala, ele pede pra Deus abençoar o Pai Francisco, a mãe Cida, aí ele fala o nome de todos os irmãozinhos

(...). *Aí ele vai falando, vai repetindo. E ele... aí ele fica... ele sempre pergunta, aí por exemplo, às vezes, ele inventa muita história, né. Você fala de um carro, aí ele começa a contar do carro que o pai Francisco teve que não sei o que, que ele foi passear de carro com o pai Francisco e a mãe Cida não sei onde, sabe. Então ele, ele conta, ele fala muito neles. Não é uma coisa que você evita que ele fale ou a gente evita de falar perto dele, não.* (linhas 674-676 e 679- 684)

Júnior vivencia a experiência de ter dois pais e duas mães, o que lhe acarreta sofrimento, mas também benefícios. Já os guardiões fazem um exercício de respeitar o desejo deles e de policiar seus próprios anseios e expectativas em relação a ele, significado como filho. Luana e Marcos fazem um exercício de lidar com o ciúmes e com as expectativas frustradas de não serem constantemente as figuras de pais de Júnior. E (re)sentem, em alguns momentos, quando ficam em segundo plano nas situações em que os pais biológicos estão presentes.

L: (...) Aí chegou lá estava ela (a mãe biológica), né... que ela que cuida da Tati, tava ela, a Andréa e o Bil. Aí... as crianças já corre e pega ele no colo tudo, aí ele foi lá onde ela (a mãe biológica) tava e ele: “Mãe, mamãe, tal” e ele vai no colo dela e quando ela tá perto ou o meu tio, ele quer ficar o tempo todo junto com eles. Aí você sente... a gente sente um pouquinho sim, a gente sente um pouquinho de ciúmes e você pensa: “Nossa, eu que cuido, eu que faço isso, eu que faço aquilo, né e...” Mas assim sabe... é como se fosse um... porque é novidade, né... foi lá, viu, fazia tempo que não via e aí ele fica bem em cima, por exemplo, se ele quer [beber]... lá na festinha mesmo. Ele queria água, ao invés de ele pedir pra mim, ele pediu pra ela. Aí ele queria ir ao banheiro, aí ele foi e pediu pra ela, entendeu? Aí... eu vi que ele tava muito assim em cima dela e a... e o... palco da onde eles tavam fazendo a apresentação ficava meio longe da gente. Aí eu deixei ele lá com ela e falei: “Ai, Marcos, vamos lá na frente”. E o Marcos também fica meio assim, sabe. “Ai Marcos, vamos lá na frente, a C. (mãe biológica) tá cuidando do Júnior, vamos lá na frente ver mais de pertinho a Tati, tal”. Aí a gente foi, aí ela ficou lá com ele e depois ela foi perto da gente. Aí ele começou a fazer não sei o que, acho que ele queria subir no palco e eu: “Não, Júnior” e ela chamou também ao mesmo tempo. Aí ele veio assim, aí ela falou assim: “Ó, isso que dá ter duas mães, ó duas mães pra te dar dura”. (Fernanda ri) falou pra ele, sabe. Então a gente sente... quando tá perto, mas eu procuro ficar na minha sabe? Porque eu acho que ela é mãe, né, também. Por enquanto pelo menos não mudou... é mês... apesar de ele morar com a gente e a gente fazer tudo pra ele, ele sabe que ela é mãe, né. Então a gente não pode falar: “Não, você não vai no colo dela porque ela não cuida de você”. “Você não vai fazer isso porque não é ela que cuida de você, sou eu que sou sua mãe”. (linhas 688-709)

Marcos: Pra mim, veja bem, a única coisa que me dói sabe, a única coisa que me dói é... é de ver a divisão que ele fica. Igual, por exemplo, eu vejo o sofrimento, será que eles não pensam no menino? Os pais dele. Porque, por exemplo, um final de ano que nós passamos juntos, na casa da sogra [], tava encostado no fundo do quintal conversando com o pai dele... ele veio: “Papai, papai, papai, vem brincar, eu vou te mostrar isso aqui”, eu fiquei quieto. Eu falei: “Qual dos pais que é?” e ele veio correndo em mim. Eu olhei pra cara dele, sabe quando você engole seco assim. Então aquilo já me cortou o coração. Então é isso que eu fico... agora, em relação eu ficar pensando alguma coisa assim... sentir eu mesmo assim, não. A única coisa que eu fico, eu sinto por ele. (linhas 724-732)

Marcos se identifica muito com os sentimentos do filho. Ele percebia o quanto era necessário o contato com os pais biológicos. No entanto, Marcos não hesitou em deixar de levar Júnior à casa dos pais, a fim de que pudesse se adaptar melhor a sua companhia. Atualmente, Marcos ressalta sua segurança de que a criança volta para sua casa espontaneamente; entretanto, ele sente um desconforto na presença do pai biológico, quando Júnior o nomeia de pai e busca sua atenção. De alguma forma, há sentimentos ambivalentes, um desejo de ser escolhido, mas um constrangimento nas situações em que o outro pai biológico é preterido pela criança. Nas falas de Marcos e Luana, a situação que vivenciam aparece como uma experiência de divisão e não como um compartilhamento do cuidado e dos afetos da criança.

L: Você não ficava com o coração meio doendo assim, de ver que ele preferia ficar lá do que vir pra cá?

M: Ah, ficava mas, ficar com o coração doendo é uma coisa, né agora ver que realmente era importante pra ele, se for colocar na ponta do lápis, era mais importante ficar lá, né. Naquela época, né. Hoje, não. Hoje ele pede pra vir embora. Então quer dizer, é [] muda as coisas. (linhas 736-741)

3.2.4. Dos pais biológicos de Júnior

Luana justifica a necessidade de pedir a guarda de Júnior por acreditar que sua família biológica não consegue manter os filhos. Nesse sentido, receia que Júnior venha a passar necessidades ou que se transforme em um usuário de drogas.

Os pais biológicos recebem ajuda dos adotantes e de alguns familiares para manterem os filhos. E eles impuseram uma condição à mãe biológica, que esta se responsabilizasse ao menos por sua filha acometida de uma doença neurológica e que necessita de constantes cuidados médicos e de diferentes terapias.

Tanto seu tio como sua tia são posicionados como pais que não conseguiram dar proteção e cuidados aos filhos. E que não possuem, a curto prazo, perspectiva de terem melhores condições de vida. São responsabilizados pelo fato de alguns de seus filhos já

estarem envolvidos com drogas ou prostituição. Os adotantes acreditam que, sem o apoio dos familiares, a situação das crianças e dos adolescentes, irmãos de Júnior, seria ainda pior. Já a adoção ou guarda de Júnior é significada como a melhor alternativa para o desenvolvimento dele e até de seus outros irmãos.

L: Só que eu, eu quero que ele fique mesmo, legalmente com a gente, né? Porque você vê que a situação deles não, não, você não vê uma maneira deles melhorar. Sabe? Meu tio tá bebendo cada vez mais (...) a minha mãe disse que esses dias ele deu uma parada. (linhas 176-179)

L: “Porque os (filhos) mais velhos, cada um ficou, tem um envolvido com droga, uma menina também, sabe? É meio complicado a situação lá da família, sabe? (linhas 147-148)

L: “Porque ela (a irmã de Júnior) ficava com meu tio também, mas aí ela precisava de muitos cuidados, né? Tinha que dar banho, tinha que fazer, e ela não aceitava que meu tio fizesse isso. Então a minha mãe procurou a mãe dela (mãe biológica) e falou: “Olha, pelo menos com ela você tem que ficar, você tem cuidar, ela é menina, tal”. Aí agora ela cuida bem, assim, a gente acha que ela cuida bem. Ela leva para o Hospital X, que tá fazendo tratamento no Hospital X, ela tá indo numa escola especial e ela assim, tá melhorando um pouquinho.(...) Então, ela tá indo, acompanhando essa menina, né? Para fisioterapia, fonoaudióloga, então ela já tem bastante tempo, tem que ter bastante tempo pra essa menina. Mesmo assim, ela fica mais em cima, porque a gente também fica falando sabe? Que é ela que tem que cuidar. Então você não vê assim: “Não, gente, vai melhorar, assim, os dois vão ficar junto, as coisas ”, sabe? (linhas 187-192 e 197-200)

A falta de perspectiva de mudanças é interpretada por Luana pelo desentendimento do casal, pelo alcoolismo do tio e pelos comportamentos da tia. Acreditam que os pais biológicos não vão buscar reaver o filho Júnior por diferentes motivos. O tio, até então descrito como bom pai, aparece sem forças para mudar sua vida. E a tia, concebida anteriormente como fria e sem ligação com os filhos, é descrita como uma mulher jovem, bonita e que tem necessidade de viver uma nova vida. E que, talvez, possa até um dia, querer o contato com os filhos.

L: “Agora, a Sonia, a mãe (biológica) deles tá ficando lá mais perto, né, eles estão ficando mais tempo com ela.” Agora, esse... final desse ano que passou. (...).(linhas 402-403)

L: “Eu acho que o meu tio não vem aqui pegar ele, levar ele embora. Agora, a mãe dele, só se ela melhorar muito de vida, talvez ela venha, mas ela é o tipo meio, ela mudou muito, sabe? Ela é nova, pra ter oito filhos, ela é bem nova. Ela é bonita, sabe? Ela é bem pouca coisa mais velha do que eu, assim, ela é bem bonitona. E depois que ela largou do meu tio, ela fez regime, emagreceu, anda super bem arrumada, sabe, a gente acha até que ela deve ter um namorado,

alguma coisa assim. E ela quer muito assim, passear, sabe, ela quer ir em baile, ela quer ter vida de moça solteira, então eu não se ela ia querer levar ele, pra de repente ter que abrir mão de algumas coisas, né? (linhas 320-328)

M:- Dois anos que ele tá aqui com a gente, tem telefone, tem tudo. Nunca ninguém ligou pra falar com o Junior... “E o Junior, como é que tá? Tá bem?” Nunca, ninguém ligou. É isso que me... me corta mesmo profundamente o coração, eu fico muito chateado com isso. [Te, hora que eu sinto até] raiva.

L:- É, mas é o jeito deles, né.

M: Ah, o jeito! Se eu tivesse um filho []. Se eu... Se eu tivesse um filho meu... tivesse... nenhuma, nenhuma condições de cuidar dele, não é possível que eu [], eu ia procurar ajuda em algum lugar. (linhas 815-822)

Na fala de Marcos não aparece como figura a falta de rede de apoio, mas o que ele coloca em relevo é a falta de preocupação dos pais com a criança e a ausência de iniciativa destes para manter o filho ou de ter contato com ele.

3.2.5. Negociações entre os adotantes

L: Se eu puder ir renovando, é isso que eu quero fazer, porque adoção eu acho muito forte. Sabe? Não sei se estou certa em pensar assim, mas eu acho muito forte pensar em adoção no caso dele. Para adotar, não sei se obrigatoriamente se tem que passar pro seu nome, né? Não era assim que eu queria, sabe? Tirar ele do meu tio. Acho que pra ele vai ser mais uma perda, já perdeu muito. Então eu queria ver se conseguia levar a situação desse jeito, por enquanto. Ele podendo ter direitos iguais aos que os meus filhos têm, o resto pra mim, o nome não importa.

L: Então (...) ele já pensa diferente. Ele queria que o menino assinasse o nome dele. Só que eu conversei com ele, ele fala: “Ah, mais, mas eu, eu queria que ele fosse G. (mesmo sobrenome do adotante). Eu falei: Marcos, vamos deixar ele crescer um pouco mais, (tal), né? Ver o que que ele acha disso. Porque ele é pequenininho, se você perguntar pra ele agora, ele não vai saber responder. Aí ele concordou, agora vamos ver, né? Como é que a gente vai levando. Mas por enquanto tá indo tudo bem.

F: Para ele, ele gostaria, de ir pra Justiça e pedir²⁶

L: Adoção. (linhas 211-226)

L: Pooooorque a hora que o Júnior chamou ele de pai, ele chorou, sabe, assim? (...) Então, o sonho dele era ter um filho, um filho dele, né? E aí, como teve esse monte de problema, e tal, e aí apareceu o Júnior, nossa! Ele assim, ele se realizou no Júnior, eu acho. (linhas 334-338)

F: Não é tanto por ele, é porque eles queriam também estar aqui. E o Marcos, compartilha da sua vontade ou não? Ele não traria as outras crianças?

L: Traria. Eu acho que ele traria, ele também tem dó. Ele já comentou uma vez também. Porque eu tenho vontade de morar numa chácara, sabe, sempre tive vontade. Ai, se a gente conseguisse mudar pra uma chácara logo, eu levaria eles pra morar comigo. [] começar a crescer e o que me preocupa lá, sabe, o bairro que eles moram,é... induz muito a eles...(linhas 412-417)

²⁶ Quebra da fala pelo outro interlocutor.

Diante de Júnior e das relações com a família biológica, o posicionamento dos adotantes é muito distinto. A motivação de Marcos é adotar Júnior, que já o concebe como filho e com o qual sempre teve uma vinculação especial. Luana mostra-se interessada em solicitar a guarda de Júnior, com o objetivo acolher a criança que estava em dificuldades. Enquanto a perspectiva de Luana é ter uma chácara e assumir os outros irmãos menores de Júnior, Marcos quer formalizar a relação de pai e filho que já concebe como algo estabelecido com o menino.

No entanto, no período da entrevista, o casal iniciava um processo de negociação diante dessas diferentes motivações. Enquanto Luana se satisfazia com a guarda, a fim de garantir os direitos legais de Júnior e o não rompimento dele com sua família de origem, Marcos gostaria de formalizar a adoção de fato.

Luana parece conceber a guarda como a medida mais conciliadora e que não levará à perda do poder familiar de seu tio. Ela parece se satisfazer com a relação estabelecida com a criança, na qual enfatiza o cuidado e a proteção. Marcos se posiciona como pai de Júnior e como tal deseja legitimar essa relação, dando seu nome à criança e tornando-se o único responsável por ela.

A família de Marcos também se posicionou de maneira distinta da família de Luana em relação à chegada de Júnior. Os pais de Marcos o concebem com neto e se responsabilizam pelo cuidado da criança quando esta não está na creche. Foram figuras importantes no processo de adaptação de Júnior à nova família, tanto no sentido de compartilharem os cuidados, como ao se posicionarem nos períodos em que a criança demonstrava estar sofrendo diante do afastamento de seus pais biológicos e de seus irmãos.

L: Agora, a Sandra não deu muito... muito palpite sabe. Ela aceitou, falei: “Ah, Sandra, o que você acha tal de a gente trazer o Júnior?”, “Ah, mãe, se você quer, tudo bem”. Ela não deu muito palpite, ela gosta dele, tudo, mas eu não... não incumbi eles de nada, por exemplo, se eu tô em casa, o Júnior fica em casa, se eu tô trabalhando, ele fica na escolinha e com a

minha sogra. Então, eu não dei pra eles tarefa nenhuma, sabe “Não, eu vou trabalhar e eles que vão cuidar do Júnior”. Até porque eles também têm as obrigações deles, né. Mas eles assim, de uma forma geral, aceitaram. Às vezes o Júnior, têm horas que ele é meio terrível, aí a Sandra fala: “Ai moleque você é insuportável”, sabe. E depois eu falo: “Ah, mas vocês também foram insuportável”. (risos). “Nessa fase vocês também foram insuportável”. Até ontem a gente tava falando, não sei o que a gente tava falando, que é que ele tava fazendo: “Júnior, você é tão insuportável...”, porque aqui em casa todo mundo é insuportável. O Gustavo é insuportável, a Sabrina é insuportável, o Luis, namorado da Sandra é insuportável... (risos). Aí eu falei: “Então, ó, nós estamos quites”, não sei o que foi que a Sandra falou: “Ah, então deve ser por isso que a gente se dá bem porque todo mundo é insuportável”. (risos). (linhas 504-518)

L: Porque ele (filho biológico) começou a ter problemas assim, me ligaram no hospital falando que pegaram ele [] com uns meninos, foi todo mundo pra delegacia porque tavam fumando maconha na porta da escola. (...) Mas aí, ele ficou um ano inteiro, no ano passado não, no ano retrasado, no ano passado ele melhorou; a família inteira [] assim, sabe, de rebeldia dele e tal e aí eu comecei a associar isso, falei: “Será que é porque eu trouxe o Júnior, está querendo chamar a atenção de alguma forma, tal”. E aí... mas ele foi melhorando, agora ele tá muito melhor. (linhas 478-486)

Os filhos de Luana não participaram efetivamente da acolhida da criança e Luana não os incumbiu de nenhum cuidado em relação ao “irmão”. Na realização desta entrevista, pudemos observar a dinâmica dessas relações. Tivemos que iniciar a entrevista após uma hora da minha chegada e a interrompemos várias vezes, pelo fato de nenhum dos filhos de Luana se disponibilizar a ficar com Júnior. Pelo contrário, seus filhos parecem ter dificuldade em aceitá-lo.

L: É, é o que o meu sogro fala, se fosse neto dele... ele brinca como meu sogro, meu sogro deita no chão e ele fica por cima, de cavalinho, de... nossa! Ele faz o que quer com o meu sogro. Às vezes até acho que eles dão mole demais pra ele. E... mas assim, a família do meu marido recebeu ele muito bem. Muito bem, não questionaram de falar: “Ó, não faz isso, ele...”. Não, eles receberam ele muito bem. Não só minha sogra, meu sogro e meus cunhados que moram lá, porque o Marcos é o único casado, sabe.

L: Que nem, ele fez aniversário o ano passado, em julho do ano passado, aí a gente fez uma festa lá na casa da minha sogra porque na minha sogra tem quintal, é maior, tudo. A gente fez uma festa lá. A tia dele fez os salgadinhos, sabe? Ela já se prontificou: “Não, eu faço, eu dou os salgadinhos, o bolo, todo”. Você vê que a... é... ninguém fala: “Ó, não...é isso, é aquilo, não é seu filho...”, não, entendeu? Sabe que foi uma coisa que uma fadinha fez “Plim” e todo mundo aceitou ele. Ninguém nunca questionou isso. (linhas 444-457)

Por outro lado, os pais de Marcos se dedicam ao cuidado do neto integralmente, ficando com ele todas as tardes, após a escola. Brincam, lêem histórias, proporcionam festas para o mesmo, ou seja, Luana acredita que Júnior é sentido realmente como neto

por seus sogros. A adoção de Júnior parece ser um projeto dela e de seu marido, no qual seus filhos não quiseram ou não puderam participar. E a família extensa de seu marido também é descrita como muito acolhedora em relação a Júnior.

Os posicionamentos distintos de Luana e Marcos em relação à adoção da criança, também se manifestam até na relação comigo. Luana se disponibiliza para ser entrevistada e falar da situação dilemática que estão vivendo, enquanto Marcos não se apresenta na sala, e marca outros dois horários e os cancela. Sua única participação na entrevista foi com o objetivo de perguntar como seriam os trâmites legais para a adoção de Júnior. Neste momento, mais uma vez aparece seu desejo de ser pai de Júnior e de que este também o posicione como tal.

No entanto, a “adoção” de um parente, aparece, na fala de Marcos, permeada por circunscritores. Se por um lado, a relação de parentesco com os pais biológicos dificulta a legitimação da adoção de Júnior, por outro, ela favoreceu o vínculo com a criança, o que, posteriormente, levou ao desejo de adotá-lo.

M: Não, não é o momento. Eu realmente, eu quero assim, se for pra mexer e eu acho que eu vou mexer, só que eu quero mexer com ele (Júnior) bem consciente das coisas. Quando ele tiver mais velho. Agora eu não quero mexer com nada. Não quero mesmo. Porque eu não quero tomar nenhuma decisão... decisão precipitada. (...) Então quer dizer, eu não... não... eu prefiro viver esse presente mesmo. O futuro, eu vou deixar que ele mesmo escolhe. O que ele escolher... mas é lógico que eu vou estar em cima também. (linhas 877-880 e 886-888)

M: Huum. Ah, então, mas aí no caso de nos tratar de parente, eu vou esperar, eu vou esperar, se fosse uma pessoa estranha, não. Já imediato, aliás, eu já tinha feito, já. Pelo menos eu já tinha entrado com recurso já pra fazer, né. Se tinha saído eu não sei, mas eu já tinha entrado com o recurso já. Eu falo que eu sei que pessoa estranha não vai ter problema de vínculo, bater na porta e falar: “Não, eu vou pegar meu filho porque agora eu vou cuidar dele”. Agora, se tratando de parente, então é ele... ele que vai escolher. Eu não quero tomar nenhuma decisão porque eu não sei se a Luana falou pra você, mas [] nasceu, desde pequenininho a gente viu ele, desde pequenininho é parente, a gente sempre. Pegava ele no colo: Nossa! Aí dava aquela risada dele, até parece [dizendo]: “Eu vou ser de vocês”. De tanto que... pegava ele no colo e... e ele é super agarradão comigo. Ele é muito agarrado comigo. Até mais comigo do que com a Luana, né. E ele ria, ria que se matava. Aí eu falava: “Olha só que menino bonito que desde pequenininho, desde nenenzinho, né... uma criança muito bonita”, não muito diferente disso não. E... aí os pais: “Êee, esse moleque...” [] brincava... “Vai ser seu qualquer dia hein”. Tá sendo. (linhas 941-954)

A entrevista do casal é encerrada por eles com as perguntas de Marcos sobre os trâmites legais de uma adoção. Junior ficou ao redor dos adultos, interagindo com todos e participando da conversa. Não temos conhecimento de como esta família lidou com a questão da adoção de Junior, se seus pais biológicos foram destituídos do poder familiar e se o menino mantém contato com seus familiares.

A nossa próxima entrevistada, Rosa, teve seus três filhos assumidos por conhecidos e vizinhos e, ao contrário de Luana, Marcos, Bastião e Margarida, ela não mantém contato com as crianças e com os adultos que as assumiram.

3.3. Rosa - mãe de três filhos “entregues” a vizinhos e conhecidos

Rosa tem 28 anos, teve três filhos com parceiros eventuais, sendo que dois deles foram deixados com vizinhos e um foi entregue para adoção em Juízo. Antes de completar seus dezoito anos, Rosa rompeu com sua família e passou a morar na rua, aonde começou a realizar diferentes atividades para garantir sua sobrevivência. Atualmente, há períodos em que trabalha no comércio e, em outros, trabalha como profissional do sexo. Sem contar com uma rede de apoio, com dificuldades financeiras, e não conseguindo conciliar o cuidado dos filhos com sua profissão, depois de alguns meses, Rosa acabou solicitando a conhecidos que cuidassem de seus filhos enquanto trabalhava. Ela perdeu o contato com as três crianças e continua a viver em condições muito precárias, morando de favor na casa de conhecidos e colegas de profissão.

Rosa é filha de uma profissional do sexo que foi assassinada quando ela ainda era muito pequena. A morte da mãe é um enigma para ela, ora acredita que ela foi assassinada por um taxista, ora acredita que a mãe foi morta por sua companheira.

Foi criada em uma cidade do litoral do Estado de São Paulo; com a perda da mãe, morava com o pai e familiares. Ao recordar de sua infância, Rosa refere-se a uma relação conflituosa com a família. O pai ficou muito abalado com a separação conjugal e a opção da esposa de viver com uma mulher. Ao se tornar adolescente, seu corpo e atitudes são recortados e interpretados como semelhantes ao de sua mãe.

Aos treze anos, Rosa engravidou e acredita que a partir de então, sua vida mudou completamente, diz ela. Rosa acredita que era tratada como uma miniatura de sua mãe, ou seja, uma prostituta. E, após vários desentendimentos, Rosa sai de casa e vai viver na rua ou na casa de colegas, vivendo da prostituição e do tráfico de drogas.

Em sua entrevista, falar de seus filhos e da perda destes tornou-se pano de fundo, ela aproveita o espaço da entrevista, para falar incessantemente de sua vida afetiva e sexual. Rosa mostra-se confusa com sua opção sexual e com sua vida; acredita reviver a vida de sua mãe: é bissexual, profissional do sexo e está impossibilitada de conviver com os filhos.

Suas entrevistas foram densas, difíceis e angustiantes para mim. Rosa descrevia com detalhes os programas que havia feito na noite anterior. Recebia-me em um quarto alugado, na casa de uma amiga e nossa última entrevista foi realizada em um parque da cidade, no qual ela levou amigos e sua namorada, ursos de pelúcia, incenso e livros de bruxas. Seu intuito era fazer um ritual de despedida e de celebração. O encontro ocorreu de maneira tranqüila, as pessoas ficaram em subgrupos, dispersas e não houve nenhuma conversa ou atividade em comum.

Rosa demonstrava se sentir valorizada ao ser entrevistada, me apresentava às pessoas como alguém que estava fazendo um documentário sobre ela ou comentava com conhecidos que estava sendo entrevistada. Ela não se remetia ao tema da sua pesquisa tanto para as pessoas como no decorrer de suas entrevistas.

Ao mesmo tempo, suas entrevistas eram longas e exaustivas, diante do teor dos relatos, de muita agressão e sedução. Rosa encontrava-se com grandes dificuldades socioeconômicas e me pareceu não estar conseguindo manter-se. Estava devendo o aluguel do quarto em que morava, parecia não conseguir fazer muitos programas e suas relações afetivas são conflituosas e ambivalentes.

Rosa demonstrava grande ânsia por conversar sobre sua vida e a mesma tentou prolongar as entrevistas que estavam sendo realizadas. Quando percebemos tal movimento, estimulamos Rosa a retomar sua terapia, que havia iniciado em uma instituição que desenvolvia um trabalho social na cidade.

3.3.1. A entrega dos filhos e as combinações com os demais protagonistas

R: “Depois eu tive a Letícia com 17 anos...16 anos. Com 16 anos eu tive ela. Eu tava passando por uma fase complicada por causa que a minha irmã ficava jogando muito na minha cara que o meu pai que tava me sustentando, que meu pai quem tava me dando as coisas e que eu tava ali de favor e que pai não era meu e que eu ó tinha o nome e eu comecei a ficar ruim...”
(linhas 16-20.)

R: Esses oito meses... cada dia eu ficava na casa de uma pessoa, eu dependia das pessoas pra me arrumar leite, me arrumar fralda, me arrumar mantimento, pra mim dar pra menina. (...) E as pessoas até me davam, me ajudavam foi quando eu tava... passei a morar na casa do César
(linhas 27-30)

R: ele me ajudava, ele trabalhava, ele me dava uma força, ele comprava as coisas pra menina, uma colegas minhas me dava porque tinha filhos também, me dava. Até que chegou um dia que ele virou pra mim e falou que não dava mais pra mim ficar lá.
(linhas 33-35)

Rosa teve a primeira filha aos 16 anos e era auxiliada pela família e pelos amigos para mantê-la. As brigas familiares, a dificuldade de receber uma ajuda constante, seu estado emocional são compreendidos como os circunscritores da sua decisão de dar a filha para adoção.

R: A [Mosca] era minha vizinha que me conhece desde quando eu nasci e ela sempre quis ter uma filha mulher. Aí ela adotou o Luis, né... que... é ela adotou o Luis, que ela trabalhava numa creche, a mãe dele deixou ele lá, ela se apaixonou por ele e adotou ele. Só que ela queria uma

filha mulher. Quando foi pra ela adotar uma filha mulher, a mãe... é... a mãe não quis mais e ela ficou triste porque já tinha comprado tudo pra menina, né, pra estar chegando em casa... e ela tinha perdido seus dois filhos, mas ela tinha o Leonardo de adotado e os dois filhos dela eram já crescidos, né... já formados. Eles faleceram, os dois de acidente, (...) e ela ficou atordoada, né... de ter perdido dois filhos assim, logo em seguida e querendo sempre ter uma filha mulher. (...) Aí eu deixei ela com a Mosca pra passar a noite lá, pra ela ficar um tempo até eu resolver a minha vida e ir lá buscar a menina. (linhas 545-551 e linhas 555-556 e linhas 559-563)

Devido às brigas de famílias, Rosa optou deixar a filha aos cuidados de uma vizinha. E a combinação, segundo ela, era de que poderia reaver a menina se voltasse a estudar. Hoje, após muitos anos, a menina não a reconhece como mãe e vive com essa senhora, que solicitou a adoção na Justiça. Esta foi a única situação em que Rosa compareceu em juízo e foi destituída do poder familiar após ser ouvida.

Nessa adoção, o desejo de adotar a criança por sua vizinha é claro, no entanto, os discursos são ambivalentes. Rosa diz que a adotante acenava com a possibilidade de uma maternidade compartilhada, de visitas, mas ao mesmo tempo, Rosa relata o forte desejo da adotante de ser mãe de uma menina.

R: Já chegamos direto no Fórum, fomos lá no balcão, fizeram a papelada, a gente assinou, fomos, falamos com o juiz e foi assim.

F: E o que que o juiz falou pra você?

R: Que a partir do momento que eu havia assinado aquele papel, que eu não tinha mais direito do menino. Que eu não podia mais ver ela, nunca mais, que a partir daquele momento ela era da Mosca e não minha mais. Eu não podia, perante a lei eu não podia mais ver a menina. Foi o que eu falei pra ele, né. Que ela falou pra mim, que ia deixar de ser mãe dela, que eu ia ter sempre ela né... ia ser a mãe dela pra sempre. Aí ele falou, que isso dependeria dela comigo porque perante a lei eu não podia. Foi isso.(linhas 567-575)

F: E aí, com a Mosca depois, você continuou tendo contato? Aí você contou de ter visto a sua filha grande, mas antes disso, você não via?

R: Não, eu ia lá pra ver ela e eles escondia a menina, não me atendia. Falava que eu tinha que voltar a estudar pra mim ver a menina, entendeu? Depois que passou pro nome dela mudou tudo. Eu não via mais aquela Mosca que dizia: “Ó você vai continuar sendo a mãe da menina e eu só vou cuidar ela pra você”. Foi isso. Aí a menina foi crescendo, eu vim embora pra (outra cidade), quando eu vou pra lá, ela se esconde, ela escondia a menina, agora a menina tá grande, né... e ela não esconde mais porque ela vai querer saber por que que ela está se escondendo.(linhas 576-584)

E a partir da sentença judicial, Rosa deixou de ter contato com a filha. Para ela, o que havia sido combinado, não foi cumprido. Ao comparecer na Justiça, Rosa foi

destituída do poder familiar e o juiz esclareceu que ela teria contato com a filha se a adotante permitisse. Ao dar sua filha em adoção, o juiz esclareceu que automaticamente Rosa deixava de ser mãe de sua filha. No entanto, Rosa, em seu relato parece ter significado a adoção como uma filiação aditiva e não em sua destituição. E ainda mais, nessas combinações com a adotante, permeia a idéia de que sua filha ficaria sob a tutela da vizinha, mas assim que sua vida melhorasse, ela poderia reaver a filha. Em seu relato é muito tênue a linha que separa seus desejos e fantasias e o que realmente foi acordado com a adotante.

R: Foi tudo diferente. Quando eu tive o João, o pai do João queria levar ele embora pro pai dele tomar conta dele porque ele era professor (...). Ele morreu num acidente de carro que teve faz uns anos, uns cinco anos, seis anos. (...) Eu deveria ter ao menos deixado, né. Mas por esse medo deles ter me tomado na mentira, falando que ia ser e não foi nada, eu fiquei com medo.(linhas 269-275)

Já o seu segundo filho, o avô paterno se disponibilizou a cuidar, mas Rosa recebeu entregar a criança a ele. E acabou o deixando aos cuidados de uma pessoa que era de sua comunidade. O avô da criança faleceu, mas, atualmente, acredita que teria sido a melhor opção, afinal, ao deixar com conhecidos, com a esperança de manter o contato com a criança, não atingiu seus objetivos.

R: Depois disso, eu passei a ficar com preconceito por ele ter caso homossexual, depois de eu... uma criança crescendo dentro de mim, eu fiquei com preconceito. Aí depois foi passando esse preconceito. Eu não sei se eu já tava entrando em estado de depressão... não sei. Não sei explicar. Eu sumi.

F: Você não deixava ele te achar?

R: É.

F: E aí quando que surgiu essa idéia do pai dele até ficar com ele?

R: Porque quando o nenê nasceu, ele conheceu e ele falou realmente, “o menino é meu, não é do Ronaldo. É meu tem a minha cara... olha os cabelinhos”(...). Ele reconheceu.

F: E aí ele contou pro pai dele que era pai.

R: Ele contou que era pai. E o pai dele queria conhecer o neto, ele sabendo que ele tem uma vida desajuzada, não trabalhava, fazia michê e vivia com homossexual, o pai dele queria criar a criança. Queria que fosse pra lá, embora pra casa dele. Só que em nenhum momento eu achei que eles pensaram em mim. Por isso que eu fiquei com medo de perder, como perdi a Letícia (primeira filha). (linhas 690-704)

A decisão de não deixar o filho aos cuidados do avô confunde-se com o sentimento de rejeição que Rosa passou a ter pelo pai da criança, quando este começou a ter parceiros do mesmo sexo. Além disso, entregar a criança ao avô, para ela, poderia ser uma forma de perder, definitivamente, o contato com o filho.

R: Tava no postinho de saúde porque eu tinha perdido li... tava perdendo líquido e um pedaço do tampão já tinha rompido, já tinha saído. Aí a médica me fez os exames e ela falou que tava na hora, né. Aí foi quando eu conheci a irmã da Neide, que é da Congregação Cristã, (...) eu falei: “Ah, mas eu não te conheço”. Ela falou: “Não, mas eu sou filha de Deus, eu... eu deixo todos os meus dados com você, eu não vou... não vou seqüestrar seu filho, vou deixar com a minha irmã e a médica pode ver, ela me conhece, eu sempre trago o meu filho aqui, foi quando a médica pegou todos os dados, né pra estar sabendo onde que o menino ia ficar.”(linhas 607-614)

Quando Rosa foi ter se terceiro filho, ela não tinha com quem deixar seu filho pequeno. Um pouco antes do parto, conheceu no Posto de Saúde uma pessoa que ficaria com seu filho enquanto ela estivesse no hospital. No entanto, algum tempo depois, Rosa viria a saber que esta pessoa também apresentava problemas para engravidar e desejava adotar uma criança.

R: Ele (o João) ficava com a Neide e eu ia ver ele... é. Eu levava as coisas pra ele, eu ia ver ele, no dia das crianças eu comprei um velotrol, dei pra ele. Eu levava as coisas pra ele...

F: Você trabalhava e ele já tava com ela?

R: Já, depois eu voltei a trabalhar já estava com ela por causa que eu tive o Saulo, eu quebrei o resguardo e voltei a trabalhar.

F: Mas [volta um pouquinho] antes do Saulo, antes de você ter o Saulo?

R: Ele ficava comigo, eu pagava babá pra ficar dentro de casa. (...).(linhas 631- 637)

F: É você contou que uma amiga sua que ficava com ele, só que ele chorava muito, ela não deu conta. Aí você contou de mais uma pessoa, acho que você arranhou e também não deu certo...

R: Não deu certo, aí a Neide arrumou a Carla (adotante). (linhas 645- 649)

F: A médica, ela só anotou os dados ou você acha que ela...tentou ajudar, a estimular essa adoção, entre aspas?

S: Não, a médica viu meu estado ali, que eu ia ter filho e meu filho não podia ir pro hospital comigo e ela tentou me ajudar. Já que ela sempre tomava conta do filho dela, que ela ia lá, ela conhecia, sabia que ela era quente, ela tentou dar uma força, né...

F: Porque seria temporário...

R: Temporário, porque ela sabia que eu não tenho família, elas fizeram um questionário comigo, ficou sabendo que eu não tinha família nenhuma, que eu não tinha ninguém, que eu não tinha ninguém pra deixar o menino, entendeu? Foi isso. Foi quando essa moça, a irmã (da Igreja) da Neide ouviu e se supôs a ficar com ele pra deixar na casa da Neide, foi isso que aconteceu. (linhas 653-663)

Rosa parece não ter clareza do tempo que ficou com seus filhos. A entrega de seus filhos, as motivações se misturam com uma vida com poucos amigos e familiares, na qual à medida que as situações iam ocorrendo em sua vida, algumas soluções eram dadas, sem muita oportunidade de pensar nos prós e contras. Antes de entregar seu filho aos cuidados dessa família, Rosa relata ter deixado o filho ao cuidado de babás e de amigas, a fim de poder trabalhar na noite e sustentar seu filho.

R: Que era produtor do XYZ, que era... ele trabalhava no (nome da empresa), o [Horácio] era um baixinho, anão de jardim (...) a gente ficou na garagem, eu peguei o preservativo, tava na minha mão e coisa vai, coisa vem, ele se empolgou e acabou acontecendo. Na hora que eu falei pra ele: “E a camisinha?” ela já tinha ido. (...) Eu falei: “Meu, você acabou de me engravidar”. Ele falou: “O que é isso? Que te engravidei nada?” Eu falei: “Não, você me engravidou”. Ele falou: “Ta, então se eu te engravidei, eu vou ter que montar uma casa, né, pra cuidar do meu filho, tudo certinho”. Eu falei: “Olha que você está brincando com coisa séria, você tá brincando com coisa séria... e eu engravidei, eu tô falando sério”. Ele falou: “Ah, se vim, deixa vim, a gente cuida”. Eu falei: “Porque tirar eu não vou tirar mesmo”. Ele falou: “Não, não é pra tirar não, não sei o que”. Quando eu dei a notícia, ele queria que eu abortasse. Foi quando eu falei pra ele que não ia abortar, ele falou que era pra mim abortar, me deu o dinheiro, né...pra mim comprar o Citotec, se caso não desse certo, que ia me levar numa parteira. Eu falei pra ele que havia tomado, mas não tinha tomado nada. (linhas 300-305 e 307-316)

Rosa relata que o terceiro filho foi gerado a partir de relação com um rapaz, que saiu algumas vezes. Embora trabalhe como profissional do sexo, tenha um grande número de parceiros e nem sempre faça uso de métodos anticoncepcionais, seus filhos são descritos como frutos de relacionamentos afetivos ou de parceiros eventuais. E esses parceiros tinham uma situação diferenciada, um é produtor de um grupo sertanejo e o outro é filho de professor universitário. Dessa forma, em seu relato, seus filhos são significados como frutos de relações que envolvem afetividade, não são provenientes de seu trabalho.

R: (...)Aí eu precisava trabalhar, eu quebrei o resguardo, eu voltei a trabalhar à noite, eu deixei o meu filho com uma... colega, essa colega não conseguia cuidar dele, porque ele chorava a noite inteira. Aí eu deixei com a irmã de uma colega minha, da Beth que ela morava no (bairro x) e lá era um poeirão, poeirão, poeirão, que o menino começou a passar mal, ficava com a boca roxa, prendia a respiração. Foi quando a gente ficou com suspeita de bronquiolite dele, foi quando eu internei ele. O João...[eu achei maior engraçado] o João ficou internado por

causa dos dentes. (...)Logo que o João saiu da internação, o Saulo internou. Tive que internar o Saulo, aí eu tava indo no hospital, aí a Neide falou pra mim, que não sei que estava querendo tirar a minha guarda, que era pra mim ficar esperta. Foi um dos médicos lá tinha falado que ia tirar minha guarda porque eu estava trabalhando à noite, eu que era a responsável não estava com a criança no momento, né... e só ficava à tarde. (...) sete horas da manhã eu já tava no hospital.(linhas 395-401 e 403-411)

Rosa refere-se à tentativa de continuar trabalhando, manter os filhos, dividir o cuidado deles com outras pessoas. No entanto, as crianças adoecem, são internadas, ela continua a trabalhar na noite, e durante o dia ficava no hospital. Com suas condições moradia, o estado de saúde de uma das crianças se agrava e o fato de não ficar constantemente no hospital é cogitado como um motivo para acionar a Justiça. No entanto, essa é a interpretação dada por Rosa, ela não aventa outras possibilidades, como a de que o médico acreditava que as crianças não estavam sendo atendidas em suas necessidades e por isso estavam internadas.

R: (...) Até então eu tava procurando saber como é que eu ia fazer pra registrar o menino. Foi quando eu recebi o papel do Fórum que era pra mim aparecer dentro de 10 dias pra mim estar conversando sobre... a respeito do...da criança, né. Pra passar a guarda pra mulher. E eu não queria passar a guarda. Em momento nenhum a minha intenção era passar a guarda pra ela. A minha intenção era dele ficar com ela à noite porque eu precisava trabalhar. Eu tinha duas crianças pra sustentar. Até então, não aconteceu nada disso, né. Aí foi indo. No dia eu assinei lá o papel, no dia que era pra mim ir no Fórum caiu uma chuva que Deus mandava e eu não tinha 1 real pra mim ir no Fórum, não sabia pra que lado que ficava, entendeu. (...) (linhas 426-432)

R:...Foi até quando também, que a Neide virou pra mim e falou essas coisas, eu ainda conversei com a (adotante), eu falei: “Por que que você tá fazendo isso comigo, né? Por que que você está me levando a juízo se eu só necessito de alguém pra olhar o meu filho? Eu não tô te dando, eu não tô passando a guarda. Eu preciso de alguém, né pra poder olhar ele, que eu possa trabalhar, que eu possa viver minha vida e que não falte nada pros meninos”. Porque até então eu não deixava faltar.

F: E ela é aquela que é cliente e que [] Ficou com ele porque ela não conseguia engravidar.

R: Isso. Se eu soubesse que ela fosse... que ela fosse assim, que ela não podia engravidar, eu não ia deixar.(linhas 442-451)

Rosa não se posiciona como alguém que planejou efetivamente a entrega dos filhos em adoção. Os cuidados e a guarda de fato se transformaram em pedidos de guarda ou até mesmo de adoção, nos quais Rosa não se apresentou na Justiça.

Ao longo das entrevistas, refere-se aos adotantes como pessoas que já tinham interesse em ficar permanentemente com seus filhos, por diferentes motivos: alguns são inférteis ou não têm filhos, outros já eram vinculados à criança. Entretanto, na interação de Rosa com essas pessoas, no momento das combinações iniciais de compartilharem o cuidado das crianças, ela não os posiciona como possíveis adotantes. Pelo contrário, Rosa afirma que se negou a deixar seus filhos sob os cuidados de pessoas distantes por acreditar que perderia o contato com eles, como por exemplo, o avô de seu segundo filho.

R: Ela (adotante) falou: “Ó, eu vou chamar o S. S.(delegado ou policial) pra te prender, falar que você some e só aparece na hora que você quer”. Eu falei: “Então tá, fala pra ele me prender então, porque eu quero ver se esse é motivo pra ele me prender”, né. Aí toda vez ela vinha com gracinhas e falava, falava, falava aí até que chegou um dia, que eu cheguei lá e ela falou: “Ó, vamos ter um assunto sério, é... você tem que passar a guarda dele pra mim...”. Eu falei que não, que não ia passar. Aí teve uma vez que ela precisou pra refazer a Certidão dele porque na escola tava precisando do número da Certidão... até então, eu não sei se ela me engrupiu ou se ela foi sensata, se era verdade mesmo. Porque ela falou que tava precisando. Realmente tava faltando um número só na certidão. E eu fui refazer, fui no Cartório, fiz. A original tá comigo, eu dei pra ela a autenticada. Com a autenticada da pra levar na mão do juiz, não dá? (...).(linhas 462-472)

F: E por que que era...você acha que ela quis adotar? Ela não tinha problema de infertilidade?

R: Não, não. Ela tem dois filhos. É pela convivência, ele foi pra ela com oito meses.

F: Se vinculou...

R: Se vinculou, foi isso. Ele passou a chamar ela de mãe e eu não ligava, eu não ligava, eu deixava ele chamar ela de mãe porque ele me chamava de mãe também. Depois nos momentos que eu fui visitar o menino, ele passou a chamar o meu nome. Eu não aceitava mais, falava: “Não, eu sou sua mãe”. E o pessoal, eu não sei o que falava na cabeça dele, ele passou a falar o meu nome e isso começou a me machucar, sabe? Ele não tava mais me vendo como mãe, a mãe era ela. Ela tava ali 24 por 48. Isso eu comecei a sentir mal com isso. Aí eu tava com a Mirella (sua namorada), eu já levei a Mirella lá, a Mirella fez errado de ter falado que era pai do menino, ela fez maior escarcéu, brigou, levantou um barraco, o Anderson (pai adotivo) quis vim até bater na Mirella por causa disso. (linhas 477-489)

F: E as outras duas (adotantes)? Estipularam uma condição?(linha 1557)

R: (...) E tava deixando o João lá com ela. Eu levava as coisas pro João, tudo. Quando eu não levava, ela marcava. Tudo o que ela gastava, ela guardava, as notas fiscais. Eu dava o dinheiro pra ela das coisas que ela tava gastando. E... as coisas que eu comprava, que eu dava o dinheiro pra ela comprar, as notas fiscais, ela guardou tudo. Uma vez ela virou pra mim e falou assim: “Ah, se você num der, eu vou falar lá pro juiz que eu comprei tudo”. Mas eu tava dando o dinheiro. Isso que eu num entendi, o porquê que ela tava fazendo isso.(linhas 1563-1569)

R:(...)E eu sumi, por causa dessas notas fiscais, que eu tinha pagado. Só que nas mãos dela, é ela que havia pago. Como que eu ia levar isso a juízo? E desmentir uma mentira? O juiz não ia acreditar. As notas até então está na mão dela, as provas está na mão dela. Na minha não tinha nada. Não tinha nenhum recibo que eu fiz ela assinar dizendo quanto que eu tava dando. Porque eu sempre confiei nela. Eu sempre confiei, sempre acreditei nela. A partir do momento que a irmã dela apareceu lá no pon... no pronto-socorro, no posto(...) (linhas 1573-1579)

R: Eu num sei porquê que ela tava fazendo isso. E eu num sei por que que ela tava mexendo tanto com o meu psicológico, dizendo que ia chamar o S. (alguém da policia), como se eu fosse um bandida. Pra me prender se eu num passasse a guarda do menino. E eu tive medo, porque até então eu não tinha outra pessoa pra olhar ele pra eu ter que trabalhar e dá as coisas pra ele.(Linhas1593-1600)

Há uma tentativa por parte dos adotantes de solicitar a guarda da criança. De alguma forma, Rosa entrega o que lhe é pedido (o documento da criança), o que, de alguma forma, é um sinal de consentimento. No entanto, essas interações têm um tom de ameaça e disputa. Inicialmente, o casal coloca o desejo de permanecer com a criança e quando há resistência de Rosa, a chantagem é usada como recurso para persuadi-la. Rosa também tenta se proteger, levando sua companheira – uma mulher forte e com atitudes masculinizadas – para mostrar que também tinha quem a defendesse. A partir de então, há um rompimento com os adotantes.

Outro aspecto importante desse período é que ao Rosa perceber que a criança já não a reconhece como mãe ou que uma maternidade compartilhada seria muito dolorida para ela, se afasta da família e, conseqüentemente, de seu filho.

3.3.2. Das relações: fragilidades, rupturas e formas de sobrevivência

*R: Sim, sim. Ele separou da minha mãe a gente tinha... eu tinha quatro anos de idade. Quatro anos de idade ele separou da minha mãe, foi correndo o tempo, a minha mãe depois, ela faleceu, depois de um ano, dois que eles tinham se separado, eu não sei. (...)
Ela foi assassinada, jogaram ela do 15º andar. Uns diz 8º andar, outros diz 15º e eu nem sei na realidade de qual andar que foi, né.*

F: E quem cuidou de vocês?

R: A minha avó. A gente passou a ficar com o meu tio, né... até que minha irmã ficava falando pro meu pai que era pra pegar a gente de volta.(linhas 40-48)

Rosa perdeu sua mãe cedo e foi criada pelo pai. A morte de sua mãe e a forma como ela vivia é permeada por histórias e sentimentos contraditórios, em que é difícil para ela e para quem a escuta distinguir o que é real e o que é fantasioso.

R: A gente tinha um império sabe? Meu pai dava de tudo pra gente, a gente morava nos melhores lugar que eu imaginei. Era sobrados, casas, apartamento... era tudo grandão, cada um tinha seu quarto, por minoria que a gente era, pequenininho, cada um tinha seu quarto, cada um tinha seu berço, cada um tinha suas coisas.(linhas 136-140)

R: É, ela chegava revoltada, ela se drogava e batia na minha irmã, aí eu não podia dar um chorinho que ela batia na minha irmã, sabe? Ela judiou muito da minha irmã. Ela quase matou a minha irmã afogada num vaso sanitário. Colocou a cabeça da minha irmã dentro do vaso e ficava puxando a descarga. Meu pai chegou e tirou ela né. Ela já tava saindo do sério, eu não sei nem o que que estava acontecendo nessa época. (linhas 213-217)

A vida quando os pais estavam juntos é descrita como uma casa sem privação, com espaço, onde todos são bebês e tem o seu próprio berço. Os filhos são descritos como crianças numa mesma faixa etária, bem tratados em uma casa muito grande. Sente-se rica, dona de um império. Como o relato é confuso, com voltas e intersecções de outras histórias, o vivido e o sonhado parecem se misturar. Em alguns momentos, as cenas descritas são fortes, marcadas pela agressividade: o assassinato da mãe, a irmã afogada na privada, o pai alcoolizado, a mãe tendo relações com sua companheira.

R: Não sei, foi espontâneo (o aborto)... totalmente espontâneo... eu não sei se você acredita em espiritismo, mas... ocorreu um fato que eu tava no espiritismo, um dos orixás falou pra mim que eu tava grávida e que tinha tirado o meu filho pelo fato de eu ser muito nova e que eu ia dar uma reviravolta na minha vida de uma maneira que meu, eu não ia superar isso. Ia tirar o primeiro e ia tirar o segundo. O terceiro ia deixar, né. E falou que não era mais pra mim ficar com essa pessoa.(linhas 66-71)

A gravidez aos treze anos de idade e a perda de seus filhos também são significados através da sua religiosidade e de acontecimentos místicos, nos quais sua vida e as dificuldades que passou são designadas por algo maior. Assim, se posiciona como alguém que tem a vida definida por orixás, na qual ela não tem possibilidade de interferir, de fazer escolhas, de evitar os fatos.

F: É, sozinha era muito difícil, né, pra você?

R: Mas eu tava com o meu pai. Eles não notaram o meu estado, como eles nunca me notaram. Eles sabiam que eu existia, mas me notar, nunca me notaram. A minha irmã conversava comigo, ela conversava, me explicava, me criticava, da maneira dela, que ela achava que era

certo. Ela sempre falou pra mim nunca fazer besteira senão ia ser difícil a minha vida. E as pessoas ficava falando besteira porque a partir do momento que eu soube que meu pai não era meu pai, eu como se tivesse feito um juramento pra minha mãe, eu falei pra ela que eu iria vingar a morte dela. Olha que besteira! Se não foi nem minha família que fez esse ato, né. Às vezes algumas pessoas falava mal e eu não gostava e eu passei a fazer tudo o que eles falavam. Se eles falassem que eu era uma vagabunda, eu ia me portar que nem uma vagabunda, eu ia pôr roupa curta, eu sempre tive corpão quando era criança, o seio sempre foi grande. Tinha um corpo lindo. Aí eu passei a usar roupa curta e viver como eles falavam. Como eles me viam, aí eu passava a mostrar pra eles já que eles estão falando assim. Eles estão me educando assim. O meu pai uma vez me bateu, foi a primeira vez que a gente se agrediu, foi quando ele rasgou a minha blusa pra me trocar de roupa porque ele queria respeito, ele queria que eu me respeitasse pra mim, não ser que nem a minha mãe, quando falou isso pra mim, ele falou: “Você vai acabar sendo que nem a sua mãe”. E eu não sabia como era a minha mãe, e eu me dói. E hoje eu vejo que eu vivo a vida da minha mãe. Bem complicado, mas eu tô vivendo a vida dela, fiz tudo errado, não fiz da maneira que eles falavam. Até falavam, mas eu fazia o contrário e foi assim.(linhas 722-741)

R: Como eu disse, eu não penso essas coisas pra mim não sofrer. Então eu vou vendo, vou vivendo perante o dia que vai anoitecendo e amanhecendo. Eu não paro pra pensar o que está acontecendo lá atrás porque já passou e eu não vou ficar remoendo uma coisa que me deixa mal, que me deixa triste, que me deixa com um buraco aqui dentro, um vazio que depois eu não sei como contornar. (linhas 788-792)

R: É, sessenta reais pra ela. Eu tô assim um caos, sabe, pra arrumar esse dinheiro pra mim dar logo porque eu não gosto é de dever, entendeu? Eu não suporto isso. Mas tá complicado. Agora, se Deus quiser, hoje é dia dois, dia cinco tá vindo aí é que eu vou pagar um pouquinho a mais o que eu devendo? Tô, mas eu vou pagar. Tô atrasada? Tô, mas eu vou pagar, entendeu? Eu penso assim. Por que? Se eu não pagar, onde é que eu vou morar?(linhas 934-938)

R: Já. Eu tive o João aqui em X (cidade em que mora). Em X (cidade em que mora)[] ele e o Saulo. Eu fiquei grávida... com oito meses eu encontrei o Zeca. Eu tava morando na casa do Henrique, até então, aí eu encontrei o Zeca, porque eu não podia ter filho na casa do Henrique, aí o Zeca me levou pra morar na casa dele, até ter o nenê, melhorar minha vida, tal. Aí foi quando saí do resguardo, tudo, quando voltei a trabalhar, aí foi quando eu saí da casa dele, ele pediu pra mim, né, ele falou: “Ó, já que você voltou (a trabalhar), tal, né, agora você tem que criar sua vida”. (linhas 1138-1144)

R: Pra mim, a minha vida é que nem cadela: tem filho e dá pros outros. Entendeu? Num chega nem dá, as pessoas vai e tomam. É o que aconteceu comigo, me tomaram. Entendeu? Eu num me sinto bem assim. (voz de choro). Não foi por livre e espontânea vontade, de querer e falar “Não, num quero essa responsabilidade, que se foda, cuida você”. Não, nunca foi assim. Eu precisava dum apoio. Eu precisava que alguém, sabe, me desse um apoio, que eu pudesse viver, porque até então eu tava aprendendo, eu mal sabia me cuidar direito de mim. Eu tava, sabe, atravessando [] que eu podia.

F: Você, é... depois que você foi embora de Y (cidade natal), você nunca mais... eles nunca mais te ajudaram, você nunca mais pode contar?

R: Nunca ninguém me ajudou. Nunca. Que eu lembre, deu ter ficado alguma vez de graça, nunca. Em toda a minha passagem, a partir do momento que eu saí de casa, é eu e eu, entendeu?

F: O [], o Henrique, todo mundo, essas pessoas...

R: Não, é diferente!

F: Eram amigos?

R: Eles eram amigos, até então... teve um limite...

F: Eles ajudavam até um certo ponto.

R: Até um certo ponto. Num é até aquele ponto que “não, eu vou esperar até ela fazer alguma coisa pra ela se levantar”. Não, é coisa de meses. É um tempo muito curto pra você estar fazendo muita coisa. Às vezes você não encontra oportunidade em um mês... entendeu? Ou pode ocorrer que encontre, mas a maioria das vezes, leva dois meses, ou um mês, mais ou menos, mas a maioria das vezes são dois meses... entendeu? Dependendo do que se for fazer. Agora, trabalhando do jeito que a gente está trabalhando, pô, é complicado, essa de ficante? É. Mas dá pra gente tirar alguma coisa que num fica jogado na rua que nem esses mendingos, que num tiveram oportunidade ou jogaram a oportunidade pro alto, né, essas pessoas que moram na rua... entendeu? É isso. Eu só evito não morar na rua, só isso. Porque a partir do momento que eu saí de casa, que eu passei a morar na rua, eu tinha vergonha de dormir na rua. Eu passava noites e noites e noites e noites acordada. E... ia na casa de alguns amigos, cochilava um pouco no sofá, mas sempre chegava um pra acordar, sabe, você (...).(linhas1175-1200)

Em outro momento, descreve-se como uma pessoa com certa autonomia, que escolheu ser e fazer o que fez para desafiar os outros, rompendo com o estabelecido ou desempenhando o papel que lhe atribuíam. No entanto, ao ver que vive de maneira semelhante a sua mãe, parece que se vê diminuída em sua autonomia diante da vida, repetindo as escolhas de sua mãe por algum motivo maior. E isso vai vir à baila em toda a sua entrevista, em que a sua opção sexual e suas relações afetivas tornam-se figura, e o objetivo desta entrevista – a entrega de seus filhos em adoção – vai se diluindo e chega a ser esquecido em sua fala. A busca de sua identidade e a garantia de sua sobrevivência são prementes e anteriores à vivência da maternidade. Em alguns momentos, quando sinalizo o final da entrevista, ela retoma o tema de nossa conversa, mais como uma forma de prolongar nossa interação do que por uma real motivação. Por um lado, pode ser dolorido falar dos filhos que perdeu. Ao que me parece, sua vida está exatamente da mesma forma do que quando saiu de casa e foi morar com colegas. Até hoje não tem uma casa, seus pertences, seus projetos. Vive um dia de cada vez, apenas sobrevivendo. A cada encontro nosso, não sabia aonde estaria morando e como pagaria a próxima refeição, e com quem estaria se relacionando. Diante disso, a maternidade, o cuidar do outro, parece muito distante.

3.4. Discussão

Neste capítulo, sentidos e posicionamentos sobre a entrega de crianças por seus pais biológicos a vizinhos, parentes, conhecidos foram construídos por nossos protagonistas ao relatarem suas experiências familiares. Luana assume um primo sob guarda, Margarida aceita que sua prima leve seu filho, num período em que estava usando drogas, e Rosa deixa seus filhos aos cuidados de vizinhos.

Essas situações temporárias acabaram se tornando definitivas: as crianças foram adotadas ou encontram-se, definitivamente, em uma família substituta. Com exceção de Rosa, os demais protagonistas mantêm contato com seus filhos ou com os pais de seus filhos adotivos. O filho de Margarida a visita e a reconhece como mãe; Júnior convive com seus pais e irmãos e chama seus guardiões de pai e mãe.

3.4.1. Adoção “pronta” entre parentes e conhecidos: fenômeno a ser compreendido a partir da circulação de crianças e da formalização das relações?

O que permeia estas adoções “prontas”? Elas são como as que ocorrem através de abrigos ou entre desconhecidos?

Este compartilhamento de cuidado das crianças se assemelha ao fenômeno da circulação de crianças, estudado por Fonseca (2001 e 2000) e à formalização das relações em nossa sociedade pós-moderna.

Nos anos 80 e 90, Fonseca realizou um estudo etnográfico na periferia de Porto Alegre. No início dos anos 80, ao realizar uma pesquisa num bairro de favelados (papeleiros, mendigos e operários da construção civil), tomou conhecimento pela primeira vez da importância da circulação de crianças nas camadas populares. Cinco anos depois, num bairro menos pobre, no qual residiam artesãos, guardas noturnos,

domésticas, motoristas de ônibus e funcionários municipais, encontrou um grande número de mulheres que haviam criado uma criança que não era sua. Em 120 famílias estudadas, cem pessoas haviam passado sua infância em lares de diferentes mães, entre elas, madrinhas, avós, e mães de criação e nenhuma delas havia sido legalmente adotada.

Em 1990, a autora passou a estudar o mesmo fenômeno para compreender, em longo prazo, os desdobramentos da circulação das crianças.

Segundo Fonseca (2006, 2001, 2000), nas camadas populares as redes sociais são mobilizadas em função da criança, de sua guarda ou de sua sobrevivência. E a circulação de crianças serve também para estreitar laços entre indivíduos dessa rede, na medida em que estende o grupo de parentesco a vizinhos, a partir da partilha de responsabilidades parentais, transformando as afinidades momentâneas em relações que perduram por toda a vida.

“Enfim, neste circuito de reciprocidade, as crianças transferidas (objetos de troca portadoras de memórias) garantem a perpetuação da relação entre diferentes unidades domésticas, combatendo as forças centrífugas que ameaçam constantemente a solidariedade do grupo” (FONSECA, 2006, pág.14).

A formalização das relações também parece permear essas adoções. A criança criada em família “substituta” precisa, em vários momentos apresentar, diante de exigências sociais, documentos que comprovem essa vinculação com seus responsáveis e a guarda exercida pelo adulto, seja ao realizar viagens, ao ser matriculada em escolas, em atendimentos médicos ou ao ser inserida como dependente em algum plano previdenciário ao qual a família, que lhe acolheu, tenha direito.

Além disso, alguns operadores do Direito preconizam a adoção como a forma que mais atende às necessidades das crianças em famílias substitutas, mesmo que aquelas sejam acolhidas por familiares e/ou mantenham vínculos afetivos com seus

pais. Essa prática discursiva vem sendo compartilhada por vários segmentos da sociedade, entre eles, grupos de apoio à adoção, algumas ONGs e meios de comunicação; a protagonização das adoções pelos operadores do Direito e pela sociedade brasileira em geral é discutida por Ayres (2002b) e Becker (2002).

Diante das diversas modalidades de colocação em família substituta, Becker (2002) relaciona circunstâncias e situações mais adequadas a cada uma delas. A guarda é concedida em situações em que os requerentes aguardam a decisão judicial sobre concessão de tutela ou adoção, bem como em casos em que se está avaliando a suspensão do poder familiar ou a reinserção na família biológica. A guarda também se aplica a situações referidas pelo Estatuto como “peculiares”, quando, por exemplo, a criança ou adolescente já está separada dos pais, mas em que a adoção é inaplicável, inviável. Há, ainda, a guarda incentivada e subsidiada, aplicada a crianças órfãs ou abandonadas, consideradas de difícil colocação por serem portadoras de deficiência física ou mental, por exemplo. A autora salienta a importância de manter a criança com a família ampliada ou com pessoas com as quais já tenham vínculo, baseando-se no artigo 24 do ECA.

Em relação à tutela, a autora refere-se aos casos de orfandade, quando cabe prioritariamente à família administrar os bens e exercer o dever de guarda.

Já a adoção é indicada nos casos em que a criança é separada definitivamente de seus pais biológicos e quando não existir parentes em condições ou com direito de assumir a tutela. A adoção deve atender à necessidade da criança, não devendo restar dúvida a respeito do caráter permanente da sua situação e da necessidade da criança ser colocada em família substituta. A necessidade de colocação em família substituta só é assegurada, quando nos processos de destituição do poder familiar, tenha havido ampla defesa dos pais biológicos (BECKER, 1996).

Se considerarmos os casos que acompanhamos nesta pesquisa e na nossa prática como psicólogas na área da Infância, observamos que várias crianças vêm sendo adotadas por parentes, quando, na verdade, poderiam estar sob a guarda ou a tutela destes adultos, sem a necessidade da destituição do poder familiar de seus pais e o apagamento de suas origens, em seus documentos. Muitas crianças são adotadas legalmente, embora mantenham contatos frequentes com seus pais e os reconheçam como tais.

Além das práticas legais que influenciaram fortemente o papel das adoções na sociedade brasileira atual, a família também passou por muitas mudanças. Há uma grande modificação no papel das crianças e dos filhos nos últimos séculos, principalmente com o fortalecimento do modelo de familiar nuclear burguesa, que cristalizou a formação da família pela tríade pai, mãe e filhos. Agregados e parentes não são mais considerados membros das famílias, pelo menos nesse modelo de família, predominante nas camadas médias e altas das sociedades ocidentais. Diante disto, a adoção de crianças também trouxe em seu bojo tal ideal, no qual a criança adotada é concebida como filha e tenderá a apresentar as mesmas características dos adotantes, a fim de representarem uma família aos moldes da família biológica.

A relação entre filhos e pais também vem sofrendo modificações, nos quais estes últimos são concebidos como a continuidade dos primeiros. As relações afetivas mais significativas, nas camadas médias e altas, vão se dar no âmbito familiar, as crianças não têm mais seu cuidado compartilhado por vizinhos e membros da comunidade. A escola passa a ter um papel primordial no cuidado e na educação de crianças, atribuição esta que, anteriormente, era desempenhada pela comunidade e pela família extensa.

Diante das mudanças acima colocadas, crianças que antes viviam como filhos de criação, passam a ser requeridas como filhos adotivos na Justiça, adquirindo

formalmente vínculos de filiação em relação às famílias que as acolheram. Nessas situações, como se relacionam pais biológicos e adotivos antes e após a decisão judicial?

3.4.2. Sentimentos e relações ao longo destas adoções: posicionamentos assumidos e atribuídos pelos protagonistas

Na entrega de um filho a parentes e conhecidos, observamos que as combinações iniciais se transformam, o compartilhamento dos cuidados da criança pode se tornar motivo de conflito. A guarda e a posterior adoção é a transição de uma filiação aditiva para a destituição dos pais biológicos. Ocorre um “apoderamento” dos adotantes nessas relações, que passam a controlar a participação dos pais biológicos na vida das crianças? Os pais biológicos aceitam tais posicionamentos ou negociam os papéis que lhes são atribuídos pelos adotantes e pela Justiça?

Pelo que pudemos observar, nas adoções “prontas” por familiares, a tendência é a de não se quebrar os vínculos e manter o contato da criança com seus pais e irmãos, mesmo que isso demande muitas negociações.

Fonseca (2001) descreve algumas situações da circulação de crianças que se assemelham ao que encontramos em nosso trabalho, embora as situações observadas por ela, não se caracterizam em adoções mediadas pela Justiça, como no caso das famílias que acompanhamos. Em alguns casos estudados por tal autora, a Justiça só foi acionada quando as crianças tornaram-se objetos de disputa entre os adultos.

Entretanto, Fonseca (2001) apreende que no fenômeno da circulação das crianças há duas categorias simbólicas de maternidade: “a da mãe que cria e da mãe que me ganhou”. Abrigar e acolher uma criança têm profundas implicações afetivas e

simbólicas que criam uma relação de parentesco, a qual, no entanto, não é confundida com a proveniente dos laços de sangue.

Por outro lado, os laços de sangue têm um valor fundamental: pressupõe uma intimidade e uma relação estreita entre as pessoas, que não se apagam com separações prolongadas ou não.

Segundo Fonseca (2002) ainda, as crianças transitando em diferentes famílias, adquirem novos pais e novos irmãos sem que isto acarrete necessariamente uma ruptura das relações anteriores. Os arranjos de criação servem para aumentar o círculo de pessoas significativas no universo social de um indivíduo. A presença de novas mães não anula a das antigas, o que não significa dizer que as relações estabelecidas ocorram sempre de modo tranqüilo – há rompimento, (re)conciliações e tensões nas relações entre os adultos. Se, por um lado, a mãe que entrega seu filho a um parente ou a uma senhora proporciona a estes uma companhia ou uma criança que a considerará ao longo da vida, por outro, esse cuidador, que não recebeu ajuda financeira ao assumir a criança, sente-se no direito de exercer a maternidade.

Sarti (2003 a) traz duas questões importantes em seu estudo sobre a família, segundo uma visão compartilhada pelos pobres, que nos auxiliam, tanto a compreender a circulação de crianças como a entrega de um filho em adoção. Segundo a autora, nas famílias pobres, os filhos têm obrigações morais em relações aos pais, pois, ao criarem e cuidarem, são merecedores de profunda retribuição pelos filhos, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento dessa contrapartida. E por outro lado, dar um filho para criar é uma alternativa aceitável dentro de seus códigos morais quando a mulher não tem condição de criá-lo, o que não ocorre com o aborto. Assim, *criar* ou *dar* uma criança não é apenas uma questão de possibilidades materiais, mas se inscreve dentro de

padrão de relações que os pobres desenvolvem entre si, caracterizadas por um dar, receber e retribuir contínuos, como já explicitamos na introdução deste trabalho.

Gueiros (2007), ao entrevistar pais que entregaram seus filhos em adoção e fazer o genograma da família deles, constatou que todos os entrevistados haviam vivenciado a entrega ou a adoção de crianças em suas famílias de origem. Ou seja, alguns tinham irmãos que haviam adotado crianças e outros que haviam doado seus filhos. Uma das entrevistadas havia criado o filho de uma irmã e, na ocasião da entrevista, havia doado sua última filha para a irmã do pai biológico da criança.

A autora faz a seguinte reflexão:

“avaliamos que a tendência de os sujeitos desta pesquisa a realizar adoções abertas seja reflexo de suas experiências anteriores, pois todos eles já tinham vivido, na família extensa ou consigo próprio, situações de adoção/doação de crianças na própria rede social (...)” (GUEIROS, 2007, pág. 257).

Entretanto, nossos entrevistados assim como os de Fonseca (2006), demonstram que nem sempre a convivência entre os pais biológicos e os que assumem seus filhos é tranqüila.

Margarida, nossa entrevistada, ressalta que não se mostra satisfeita com a forma que o filho vem sem cuidado, ela o percebe como uma criança mimada. Por outro lado, não se sente confortável para questionar a educação da criança pelo fato da mãe adotiva ter acolhido seu filho quando ela não tinha condições de assumi-lo. Essa tensão está presente na relação deles. Por outro lado, os adotantes, que consentem que o filho passe as férias com a mãe biológica, passam por sua casa para “ver como estão as coisas”, antes de o levarem para lá.

Em outro momento da entrevista, Margarida e Bastião afirmaram que o filho poderá ser um advogado ou até mesmo presidente da República ao ficar com os adotantes. A mãe de Júnior também se refere à possibilidade de seu filho vir a se tornar

um médico. Tanto o casal como a mãe de uma das crianças referem-se a profissões de prestígio e de pessoas que têm uma posição econômica e social diferenciada em nossa sociedade. A adoção como uma possibilidade de uma inserção social para seus filhos é um dos sentidos construídos nas falas dessas mães que entregam seus filhos, ou seja, as famílias biológicas assumem o papel que lhes é atribuído e a forma como são vistas pelos profissionais e pelos discursos que circulam em nossa sociedade.

Gueiros (2007), ao estudar as adoções consentidas pela família biológica sob a ótica desta última, buscou compreender a dinâmica e as razões que permeiam esse fenômeno. A autora discute que entre os motivos para entregar um filho em adoção está a crença de que os adotantes têm melhores condições para inserirem a criança socialmente.

Na relação com os adotantes, que são seus parentes ou com conhecidos, as mães entrevistadas se posicionaram, em alguns momentos, como menos favorecidas, com menores condições e que, por isto, deveriam se submeter às decisões dos adotantes. Por outro lado, Margarida demonstra que foi sua prima que a aproximou do filho, pois ela não o visitava. E a prima a convidava, a estimulava a ter contato com o filho. Até hoje, mesmo que se sinta vigiada com as visitas feitas pelo marido da prima, o filho sempre é levado para passar as férias com ela.

Em sua entrevista, Margarida nos descreve com detalhes como a prima a estimulou a ter contatos frequentes com o filho e, quando não conseguia, a prima ia até sua casa junto dele. Na época da realização destas entrevistas, a mãe adotiva acenava a possibilidade do filho ficar um ano aos cuidados de Margarida, para que ela pudesse se dedicar a abertura de um negócio. Margarida, durante a nossa conversa, não atribui sentidos ou significados ao retorno do filho para sua casa.

Por outro lado, estamos nos referindo a uma adoção entre parentes, cuja motivação inicial não era adotar a criança como filho. Os primos de Margarida tinham filhos, não desejam ter outros e só assumiram Lucas, porque Margarida encontrava-se muito fragilizada para cuidar dele. Acreditamos que seria muito diferente a relação entre os adotantes e Margarida se não houvesse uma relação de parentesco entre eles e se a motivação para a adoção de Lucas fosse outra.

O mesmo ocorre entre Luana e seu tio. Foi ela que se ofereceu para cuidar do primo, em suas férias, quando observava as dificuldades do tio e de seus filhos. Luana, que já tinha dois filhos biológicos, gostaria de ajudar Júnior e seus irmãos, pedindo a guarda dos mesmos, mas mantendo os tios como figuras paternas. Seu esposo, diagnosticado com dificuldades para gerar filhos biológicos, tem interesse de adotar Júnior e não se mostra satisfeito com a manutenção dos vínculos da criança com os familiares. Ao longo das falas, vemos que é difícil para o casal lidar com o sofrimento da criança ao ser afastada de sua família e com suas manifestações de afeto pelos pais. No entanto, nos sentidos construídos ao longo da entrevista há um olhar mais compreensivo para as “dificuldades do tio” – que tem laços de sangue com Luana e é tido como um alcoólatra abandonado pela esposa – do que “as da tia” – que não tem laços de sangue e tem dificuldades de “exercer o papel de mãe”. Entretanto, para que Júnior permaneça com os adotantes de maneira que consigam lidar com os comportamentos dele, decidem diminuir os contatos da criança com seus genitores e irmãos.

Nos dois casos de adoções por familiares, o contato entre as crianças, seus pais e seus irmãos ocorre, não acontecendo o mesmo na adoção por pessoas da mesma comunidade, sem vínculo de parentesco ou de maior proximidade, como no caso de Rosa.

Os três filhos tidos por Rosa foram “entregues” a vizinhos que, inicialmente, eram pagos ou recebiam alimentos para cuidarem das crianças em seu horário de trabalho. Depois é que, de fato, se tornaram guardiões. Um dos casais tinha histórico de infertilidade e uma das adotantes desejava ter uma filha. Aos poucos, a relação que vai se estabelecendo entre Rosa e os cuidadores de seus filhos não é de compartilhamento de cuidado, mas de disputa. Os últimos pedem que ela entregue as crianças sob guarda e pare de dar mantimentos ou dinheiro, ou na falta de ajuda material de Rosa, os guardiões passam a fazer pedidos de transferência de guarda. Ela faz menção a chantagens, como a de chamarem delegados ou de mencionarem a figuras de autoridade que ela vive como garota de programa. Ou seja, nas falas dos entrevistados, sentidos são construídos sobre relações de poder nas interações entre os protagonistas. Inicialmente, quando os pais estão com seus filhos ou ainda mantêm contatos freqüentes com estes, dão suporte material e emocional para os mesmos, se posicionando como mais influentes nas combinações e nas negociações com os adotantes.

Após a entrega da criança, entretanto, longos períodos de afastamento vão afrouxando os laços com as crianças e com os guardiões, que são percebidos com maior respaldo legal para solicitar as crianças em guarda, ao “alegarem abandono da mãe e o fortalecimento dos laços das crianças com eles”. Entretanto, as famílias entrevistadas não construíram sentidos nos quais elas próprias, ao se afastarem, também contribuíram para a perda dos filhos. Por motivos, conscientes ou não, a perda de contato com a criança contribuiu para a formalização da adoção e, conseqüentemente, para a destituição delas do poder familiar sobre seus filhos.

Assim como Rosa, outras mães, atendidas por mim enquanto psicóloga, se sentiam preteridas quando iam visitar os filhos, que não as reconheciam ou não mais as

denominavam como mães. Os sentidos de estranhamento e rejeição são trazidos por elas, parecendo-lhes causar muita angústia.

Rosa retira-se das relações com os adotantes e com os filhos, não se apresentou na Justiça quando recebeu as intimações para se apresentar nas audiências. Ao longo da entrevista, traz como pano de fundo o tema da adoção e da relação com seus filhos e, quando retoma tais assuntos, afirma que pelo fato de não ter ido ao Fórum, as crianças não puderam ser adotadas. Ou seja, ela atribui a seu poder de mãe um valor maior do que ele realmente tem. Fazemos tal afirmação considerando-se que a oitiva dos genitores não impossibilita a destituição do poder familiar, pelo contrário, observamos em nosso estudo de Mestrado (MARIANO, 2004), que a maioria das mães foram destituídas sem serem ouvidas.

Os sentidos e sentimentos de Rosa relacionados à negação da adoção de seus filhos podem estar relacionados tanto a questões emocionais que podem dificultar seu posicionamento sobre tal assunto como ao seu desconhecimento dos trâmites legais dos processos de adoção. No entanto, sabemos que a forma como foi conduzida a adoção de seus filhos, não houve um começo, meio e final, em que ela tenha participado ativamente.

Há questões importantes a serem discutidas nesta “entrega” de Rosa. Em sua narrativa, Rosa se sentiu pressionada a entregar seus filhos em adoção. A mesma demonstra, por uma série de motivos, ter se sentido lesada e enganada pelos adotantes.

No estudo realizado na Inglaterra por Young e Neil (2006), 72 adultos que tiveram seus filhos ou parentes adotados sem seu consentimento foram entrevistados, após seis anos de colocação da criança na família substituta. As autoras demonstram três diferentes tipos de reações das famílias biológicas: um grupo demonstrou aceitação e adaptação à perda, mostraram sentimentos positivos em relação aos pais adotivos e à

vida que a criança desfruta na companhia deles; já outra parcela demonstrou sentimentos de tristeza, culpa e ansiedade em relação à criança e não conseguiram estabelecer contato com a mesma, por não se perceberem em condições de darem algo de bom para a criança; alguns pais ou familiares biológicos sentem raiva, mesmo após muitos anos da adoção. Eles sentem-se os reais pais das crianças, embora estas estejam inseridas em outras famílias. A raiva que sentem é direcionada também aos familiares, aos pais adotivos, aos assistentes sociais e juízes.

As autoras constataram que os sentimentos e aceitação da adoção pelos familiares biológicos da criança dependem do tipo de adoção realizada. As adoções em que há contato com a criança e com os pais adotivos foram mais aceitas do que aquelas em que os familiares recebiam cartas. Mães, pais e familiares biológicos valorizam o contato com as crianças por eles próprios verem como as crianças vivem, se asseguram do seu bem estar, conhecem a qualidade dos relacionamentos na família em que vivem e continuam desempenhando um papel na vida da criança. As famílias sentem-se seguras de que poderão ver os filhos no futuro e de que eles saberão quem eles são.

Mesmo que o contato com os adotantes e com o filho biológico também possa diminuir após a entrega, saber com quem a criança se encontra é associado aos sentimentos de segurança e confiança, considerações feitas por Gueiros (2007). Segundo a autora, os pais biológicos demonstraram grande necessidade de conhecer aqueles a quem confiariam o cuidado de seus filhos. Eles querem avaliar as condições dos pais substitutos assumirem, a contento e em melhores condições que eles, a responsabilidade de criar e educar a criança.

A autora descreve que seus entrevistados demonstraram o quão consideram importante estabelecer contratos com os pais adotivos em relação à criança. Entre estes contratos está o de revelarem à criança a história pré-adotiva, salientando os motivos

que levaram a entrega da criança, a fim de que ela possa compreender que o que eles almejavam era promover um melhor bem estar a ela e não que a haviam abandonado.

Nesse sentido, é importante retomar que tanto Margarida como Rosa não aceitaram entregar seus filhos para os pais ou parentes paternos. Havia o medo de não mais terem contato com a criança, desta não ter acesso à própria história ou de não serem bem cuidadas pelos familiares do pai biológico.

Há questões emocionais e das relações entre essas mães e seus companheiros que parecem ter influenciado a entrega de seus filhos em adoção. Percebemos que o desejo de manter ou não a relação com o companheiro e com o filho e os sentidos atribuídos a estas relações podem interferir tanto na entrega de um filho como para quem ele será confiado.

Referimo-nos a desejo, pelo fato de compartilharmos da concepção de Dolto e Hamad (1998), sobre a concepção de um filho. Segundo os autores, ao advento da criança faz-se necessário o encontro de três desejos: o desejo de um filho de um homem, sentido por uma mulher que se relaciona com ele e o ama; o desejo de um filho de uma mulher, que é amada por um homem; e o encontro destes dois desejos que possibilita a existência de um filho no campo da linguagem que, mais tarde, poderá evoluir e se tornar possível. Mesmo que uma criança venha ser abandonada, ela foi capaz de assumir seu desejo de nascer independentemente do desejo de seus pais. No entanto, esta criança só existe pelo fato de que seus pais se desejaram, mesmo que não puderam assumir tal paternidade/maternidade.

Nesse sentido, consideramos que são necessários estudos psicológicos que enfatizem as ambivalências vivenciadas pelas mães biológicas - que entregam seus filhos em adoção - tanto na gestação como nas relações com o pai da criança e com o próprio filho após seu nascimento.

Ainda dentro dessa dinâmica relacional, pareceu-nos que entregar as crianças para os pais ou para os familiares paternos pode reduzir os contatos da mãe com a criança ou diminuir suas possibilidades de negociação com os cuidadores da criança. E, quando as mães negam-se a entregar seus filhos aos pais ou a seus familiares paternos, elas podem suprimi-los ou puni-los de alguma forma.

Para ilustrar nosso raciocínio, retomamos a história de Rosa e Margarida. A primeira, por temer nunca mais ver o filho, não o entregou para o avô paterno, um senhor que, segundo ela, teria condições de dar uma vida sócio-econômica muito favorável ao neto. Como o pai de seu filho levava uma vida “marginal”, era homossexual e trabalhava como profissional do sexo, acreditava que o avô criaria o neto longe daquelas condições consideradas inadequadas, prevendo que o contato com ela, “jovem, prostituta e bissexual”, também seria considerado desaconselhável para a criança.

Margarida, por outro lado, tinha um ex-namorado, que queria assumir o filho, que levava semanalmente mantimentos para ele, mas que desejava levá-lo para viver consigo e com sua nova companheira. A entrevistada verbalizou que temia nunca mais ver o filho, pois poderia ser levado para o Estado de origem do genitor. Por outro lado, afirmou que “madrastas descontam nos filhos do marido as coisas erradas que o companheiro faz”. No entanto, permanecer a criança consigo também era associado ao “manter aquele homem na porta de sua casa” (*sic*).

Além dos aspectos relacionais e afetivos acima mencionados, condições e práticas sócio-culturais parecem permear a entrega das crianças para familiares ou conhecidos.

As três mães que “entregaram” seus filhos em adoção eram chefes de suas famílias. Rosa vivia sozinha com seus filhos, não tinha companheiros nas três gestações

que teve e pagava para vizinhos o cuidado de seus filhos. Margarida, mãe de duas crianças, ao engravidar de seu terceiro filho, fruto de um relacionamento temporário, morava sozinha com os filhos. Seus avôs, referências afetivas e de apoio, estavam com problemas de saúde e seu pai havia mudado de Estado. Margarida, que usava drogas e tinha dificuldades para cuidar dos filhos, recebeu ajuda de sua prima, que assumiu seu filho Lucas, e de seu pai, que levou dois netos mais velhos para viver com ele.

Ao nos remetermos às histórias de nossas entrevistadas percebemos que as que possuem relação com seus familiares, em momentos de dificuldades, puderam, temporariamente, transferir o cuidado das crianças para eles. Na falta destes, parentes distantes ou os parentes paternos foram acionados. Ainda assim, somente na impossibilidade desses ou se esses representassem uma perda de contato com a criança, elas cogitavam a possibilidade de pedir ajuda a vizinhos ou estranhos.

As três mães entrevistadas têm famílias que se caracterizam como monoparentais e que apresentam um funcionamento típico das camadas pobres. Para melhor compreendermos o dinamismo de tais famílias, nos basearemos no estudo de Sarti (2003a), já citado anteriormente, que a fim de entender a sociedade brasileira a partir dos pobres, realizou um estudo antropológico na periferia da cidade de São Paulo.

A escolha de entregar para familiares ou pessoas que compõem a rede de apoio pressupõe que retomemos um aspecto importante das camadas populares, que é o papel da família da manutenção dos indivíduos. Segundo Sarti (2003a, 2003b), este papel constitui uma rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, tanto no sentido de dificultar sua individualização como no de viabilizar sua existência como forma de apoio e sustentação básica.

Segundo Romanelli (1997), nas camadas populares, a cooperação de amigos, parentes e vizinhos revela que, em alguns casos, a satisfação de certas necessidades depende de pessoas situadas fora da família nuclear e indica a importância de se preservar relações de parentesco e de vizinhança como suportes essenciais para que a família enfrente as dificuldades do cotidiano.

Para essas famílias, os homens representam sua identidade moral e fazem a mediação com o mundo externo. À mulher cabe cuidar da família, mantendo a unidade doméstica. Para manter a existência e viabilidade da família, a rede de parentesco é de fundamental importância, diante das uniões instáveis e dos empregos incertos, que acabam comprometendo a realizações dos papéis familiares dos homens e mulheres (Sarti, 2003a).

O fato do papel do homem estar pautado no seu papel de provedor/trabalhador, tem o tornado cada vez mais vulnerável, levando em consideração que ele fica a mercê das condições externas cujas determinações escapam a seu controle (instabilidade do mercado de trabalho, por exemplo, política recessiva, instabilidade econômica, trabalhos informais e sem registro em carteira). Dessa forma, a autoridade masculina fica abalada se ele não garante o teto e o alimento dos seus, que acarretará perdas para a família como um todo e que tenderá a buscar uma compensação, uma outra figura masculina da rede familiar.

O mesmo acontece na impossibilidade da mãe exercer o papel de mãe-esposadona-de-casa. Outras mulheres de dentro ou de fora da unidade doméstica são acionadas para a manutenção da família e dos filhos.

É importante diferenciar nas camadas populares, como ressalta Sarti (2003a, 2003b), as famílias que cumpriram as etapas do desenvolvimento sem rupturas, cujos filhos permaneceram no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram neste caminho,

tendo alterações na ordenação na relação conjugal e na relação entre pais e filhos. Ressalta então que a noção de família para os pobres inscreve-se dentro do eixo da moralidade, segundo o princípio da obrigação, que se torna central nas relações, sobrepondo-se aos laços de sangue.

Entre as mudanças nas configurações da família brasileira, a formação de famílias chefiadas por mulheres tem crescido nos últimos anos. E, se para as famílias pobres, o apoio dos demais membros da família é fundamental, para as famílias chefiadas por mulheres, ele se torna ainda mais indispensável e, na falta deste, elas se fragilizam ainda mais, tendo em vista que esta ausência implica em perdas de ordem moral, social, econômica e afetiva.

Quanto às mulheres que chefiam suas famílias, os estudos brasileiros têm mostrado que elas têm perdas significativas em suas vidas afetivas, sociais, econômicas e culturais. Estas perdas ocorrem tanto nas famílias chefiadas por mulheres de camadas populares, como nas de camadas médias, como aponta o estudo realizado por Grzybowski (2002).

Oliveira (1996) aponta o crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres e sugere que soluções terão que ser buscadas em um futuro próximo no sentido de facilitar a transição para uma etapa mais satisfatória do ponto de vista das relações de gênero no Brasil. Afinal, embora os valores crescentemente igualitários, as mulheres continuam gestando e tendo filhos, ao mesmo tempo em que se mantêm responsáveis pelo bem estar de suas proles.

Nas narrativas de nossas entrevistadas sobre as combinações da entrega de seus filhos e sobre o relacionamento com seus companheiros, percebemos que também há, em determinados momentos das interações, um controle feminino sobre a entrega ou não de um filho. Pareceu-nos que, a própria Rosa cogitou a possibilidade do namorado

não ser o pai de seu filho. Margarida preferiu entregar o filho para uma prima ao pai, que se dispôs a criá-lo; ele visitava a criança com frequência e reagiu com muita violência quando soube da entrega da criança.

Na verdade, esses foram os sentidos construídos com as entrevistadas, mas muitos outros podem estar permeando as relações entre homens e mulheres nas relações entre seus filhos, na educação destes, na decisão de manter ou não uma gestação, de entregar ou não um filho em adoção.

Motta (2001), ao estudar a entrega de crianças em adoção, aponta a necessidade de estudos que explorem a exclusão do pai no processo de entrega e adoção de uma criança. Diante dos resultados desta pesquisa e de outras apresentadas nesta discussão, reiteramos a sugestão da autora e apontamos a necessidade de estudos que contemplem os sentidos implicados em “ser homem, pai, esposo, nas camadas populares, nos dias de hoje, no Brasil”.

3.4.3. Circunscritores da entrega de um filho em adoção

Entre as possibilidades e limites de entrega de um filho em adoção, observamos que as questões sócio-econômicas também estão fortemente implicadas neste fenômeno. Das três entrevistadas, duas trabalham eventualmente como domésticas, sem registro em carteira profissional e uma é profissional do sexo ou trabalha no mercado informal como vendedora ou entregando panfleto. Duas delas estão inseridas em programas de benefícios sociais (Bolsa Família e Bolsa Escola).

Margarida mora em uma favela, em casa própria, de alvenaria; Adriana reside em uma casa alugada que estava sendo mantida com a ajuda dos adotantes de sua filha e Rosa não tinha moradia fixa, dormindo provisoriamente em quarto de pensão.

A situação de Rosa é extremamente precária. Aos quinze anos saiu de casa e

passou a viver na rua, mantendo-se através da prostituição, trabalhos informais e o que pudesse fazer para conseguir se alimentar e dormir em algum lugar protegido. Rosa tenta se manter através da prostituição, mas pelo que observamos, a mesma vive numa situação marginal até hoje. Não conseguiu estabilidade financeira, emocional, profissional ou social.

Sua situação nos parece semelhante a milhares de jovens brasileiros, que, segundo Calligaris (1998), estão submetidos à exclusão social, que não é apenas econômica, mas também legal. O autor refere-se à necessidade de justiça social, através do acesso à educação e ao trabalho, bem como à inserção comunitária. A manifestação dessa exclusão se dá através de atos violentos criminosos praticados pelos adolescentes e o equivalente feminino seria a prostituição.

As dificuldades sócio-econômicas vivenciadas pelas nossas entrevistadas também foram encontradas nas famílias que foram destituídas do poder familiar, naquelas que têm seus filhos abrigados ou adotados, descritas em pesquisas brasileiras.

Ao estudarmos os processos de adoção na Comarca de Ribeirão Preto de 1991 a 2000 (MARIANO, 2004), através da análise de 10% (n=110) dos processos daquele período, observamos o registro dos motivos da entrega ou da destituição do poder familiar das famílias biológicas em aproximadamente metade dos processos (n=49). Entre os motivos apresentados, observamos: falta de recursos materiais (47%), dificuldade de relacionamento da mãe biológica com o pai da criança ou pouca vinculação com o mesmo (16%); problemas de saúde física ou mental (2,7%); e ausência de uma rede de apoio (14,5%).

A pesquisa coordenada por Fávero (2000) em seis Varas da Infância e Juventude da cidade de São Paulo, no ano de 1996, analisou 201 processos de destituição do poder familiar a fim de compreender tal fenômeno. As pesquisadoras optaram por indicar

apenas o motivo que apareceu com maior destaque na ação de destituição, para facilitar a quantificação, mas constataram que os motivos para a entrega ou retirada de uma criança dos pais, culminando na perda do poder familiar, foram múltiplos. Entre eles: 47,3% dos pais alegaram carência sócio-econômica para a entrega do filho; eles também salientaram a falta de apoio familiar e do outro genitor. O abandono teve um índice expressivo de 31,2%, sendo considerado tanto como o ato da mãe ou do pai deixar a criança aos cuidados de terceiros, pessoas ou instituições, ou em estado de abandono total. Em 9,5% dos processos registraram-se casos de negligência, nos quais as crianças estavam sendo violadas em seus direitos fundamentais, e em 5% os pais submetiam as crianças à violência doméstica de forma ativa ou por omissão.

Gueiros (2007), ao analisar processos do ano de 2000 de uma Vara da Infância e Juventude da cidade de São Paulo, observou a falta de registro de uma série de dados referentes às famílias biológicas, e de uma escuta dos psicólogos e dos assistentes sociais sobre os motivos da entrega de seu(s) filho(s). Pôde apreender, contudo, através da leitura das peças processuais, que: a falta de condições sócio-econômicas da família determinou a entrega em 45% dos casos; o fator sócio-econômico associado à rejeição paterna fez um total de 19% dos processos; a variável associada a problemas emocionais da mãe, corresponde a 6% dos casos; e este mesmo fator, associado à morte do cônjuge, negligência, maus-tratos e violência doméstica, correspondeu a 3% dos autos. Ou seja, a falta de condições sócio-econômicas em si ou ligada a outros aspectos fez um total de 85%.

A autora discute tais resultados a partir da situação de vulnerabilidade social em que tais famílias se encontravam, que se expressa de diferentes maneiras: a maioria das crianças conta apenas com os familiares maternos para seus cuidados e proteção, as mães não se encontram socialmente bem inseridas, vivenciam processos migratórios,

têm pouca instrução formal, realizam trabalhos de baixa qualificação e em condições precárias. A renda familiar é praticamente inexistente e quando presente, o teto é de até três salários mínimos. Em geral, vivem em condições habitacionais precárias, em imóveis que não lhe pertencem. Além disso, a rede social que essas famílias possuem são constituídas por parentes, vizinhos e amigos; a maioria não faz referência a programas de inclusão social. “A maioria destes pais e mães não teve acesso ao mercado formal de trabalho, que dá suporte à inserção social, tampouco a políticas sociais compensatórias” (GUEIROS, 2007, pág. 115).

As dificuldades econômicas agregadas à ausência de uma rede de apoio podem diminuir as possibilidades dos pais biológicos ficarem com seus filhos. E, no caso de entregarem seus filhos em adoção, quanto maior a dificuldade econômica e a ausência de rede de apoio, ampliam-se as possibilidades desses pais solicitarem a ajuda de terceiros ou de desconhecidos.

Pelo que observamos a adoção de crianças por familiares ou conhecidos de seus pais biológicos envolve uma série de combinações e negociações entre os adultos. Como as crianças vão lidar com tais situações? Mesmo diante da acolhida e da vinculação com os adotantes, como compreendem ter sido separadas de seus pais e irmãos? Em que medida influenciam e são influenciadas por esses processos de negociação e combinação entre os adultos?

3.4.4. Como as crianças e adolescentes são posicionadas e que papéis assumem nas relações entre adultos?

Nas adoções em que foi mantida a relação das crianças com seus pais biológicos, percebemos o silenciamento de alguns assuntos relativos à adoção e à relação entre os adultos. A relação entre os pais adotivos e biológicos de Lucas, sua adoção pelos tios,

pelos motivos que foi adotado enquanto seus irmãos permaneceram junto à mãe, são questões que Margarida, mãe biológica, traz como questionamentos possíveis que Lucas deve fazer, mas que ainda não conseguiu conversar com ele. Margarida percebe a necessidade que o filho tem para entender sua história, mas ainda teme as repercussões de falar sobre este passado.

Sólon (2006) entrevistou três crianças sobre seu processo de inserção em uma família adotiva. Um dos resultados de seu estudo foi o silenciamento sobre o passado das crianças.

Costa (2005) estudou o processo de construção de sentidos relacionados à maternidade e paternidade em adoções tardias, através de entrevistas com casais adotantes. Ao discutir o processo vivenciado por estes casais, a autora enfatizou a falta de conhecimento do passado da criança e a pouca disponibilidade dos pais para ouvirem seus filhos. Para ela, parece haver um forte desejo dos adultos e dos profissionais envolvidos nos processos de adoção – pais adotivos, técnicos do judiciário e funcionários do abrigo – de que o passado dessas crianças seja esquecido.

É importante ressaltar que tanto a pesquisa de Sólon (2006) como a de Costa (2005) se referem a adoções realizadas através do Cadastro nos Fóruns e que se pautam no segredo de Justiça, em que as famílias adotivas e biológicas não se conhecem. No entanto, no ponto de vista das crianças, há semelhanças nas formas dos adultos lidarem com o passado da criança, entre as adoções abertas – as que estudamos neste capítulo – e as fechadas (estudadas pelas autoras).

Ao entrevistarmos os guardiões de Júnior, eles nos relatam o sofrimento do menino ao ser afastado dos irmãos e pais. Ele é visto rezando para que possa ser atendido em seu desejo, que era o de ficar perto de seus pais e irmãos. Esta situação não é exclusiva de Júnior, mas compartilhada por outras crianças adotadas, que sentem

saudades de sua família biológica e que a percebem como promotora de afeto e cuidado.

Sólton (2006), ao descrever a narrativa das crianças adotadas tardiamente, revela situações em que as crianças recordam-se da casa dos pais, do jeito deles, de alguns cuidados. No fragmento abaixo, a entrevistada Júlia descreve de maneira vívida as lembranças da casa da mãe e os motivos que levaram ao seu abrigo:

*“Lá também era especial como aqui, mas o que eu sinto é que mais especial, porque é muitas crianças, ela não dava conta de cuidar de nós duas. Não tinha jeito, porque ela ficava é... rouca, louca. As duas, rouca e louca, porque rouca ela tem que gritar para falar, que precisa dar de mamá também. E louca é que as crianças ficam chorando. Não tem jeito. Por isso eu também gosto dela, porque ela também fez de cuidar das crianças.... (...). Eu senti saudades da Cândida, por isso que me fez chorar. Aí eu chorei muito, **fiquei até de castigo, por causa que eu não parava de gritar**” (SÓLTON, 2006, pág. 107).*

No caso de Júlia, ao falar e chorar quando se lembra de sua mãe, os pais adotivos a colocam de castigo. Júnior chorava, agredia e chegou a ser visto rezando e pedindo para voltar para seus pais. Os guardiões percebiam sua tristeza e, embora tenham sido aconselhados pelos familiares a devolverem o menino e auxiliarem os pais biológicos a criá-lo, decidiram permanecer com ele e espaçar as visitas aos familiares. Júnior passa a ter contatos esporádicos com seus pais e irmãos.

Essas lembranças, sentimentos e práticas discursivas das crianças muitas vezes não são compartilhadas com os pais adotivos que, como a maioria da sociedade, apresentam discursos opostos aos das crianças – em geral, as famílias biológicas são posicionadas como desprovidas de afeto, são prejudiciais ao desenvolvimento das crianças, etc. Tais discursos e vivências opostas implicam negociações e embates entre adultos e crianças, as quais têm suas necessidades preteridas em tais situações.

Estudos realizados em países em que há a possibilidade de contato entre pais biológicos, adotantes e as crianças, alguns pesquisadores têm acompanhado, a longo

prazo, as repercussões da abertura dessas adoções e a compreensão que as crianças têm de seu processo adotivo.

Wrobel, Ayes-Lopez, Kohler e Fiedrick (1998) pesquisaram 171 crianças de quatro a 12 anos de idade, nos Estados Unidos da América, e utilizaram escalas e inventários relacionados ao grau de compreensão da criança sobre a adoção, aos comportamentos adaptativos das mesmas, ao grau de satisfação com a “abertura” da adoção (acesso à informação e o contato com os pais biológicos), ao grau de curiosidade e ajustamento sócio-emocional que possuíam. Em tal estudo há diferentes modalidades de abertura nas adoções: as abertas (os contatos entre adotantes e pais biológicos ocorrem após a adoção e podem ocorrer encontros esporádicos além de troca de correspondências); as continuamente mediadas pelas agências de adoção; as mediadas por tempo limitado, nas quais o contato com os pais biológicos cessam após um período da colocação nas famílias adotivas; e as adoções confidenciais, que são aquelas em que não são dadas informações entre os pais adotivos e biológicos após seis meses de colocação da criança na família.

Os achados da pesquisa mostram que os índices mais altos de sentimento de segurança na vinculação estabelecida entre pais adotivos e filhos foram encontrados nas adoções abertas. Em relação à curiosidade sobre a adoção, as crianças que participaram de adoções abertas são mais curiosas do que as demais. Observou-se que, quanto mais fechada a adoção, menor a curiosidade das crianças, o conhecimento que ela tem sobre o que é a adoção e o grau de estabilidade de sua relação com os pais adotivos.

Através da fala de dois entrevistados, fica evidente que quanto maior a abertura da adoção, maior a possibilidade da criança negociar os significados e seus posicionamentos na relação com os adultos. Por outro lado, quando tem pouco acesso à

sua história, parece ser mais difícil a compreensão, em termos cognitivos e afetivos, da adoção e de seu papel nas relações familiares bem como dos demais membros.

Duas crianças do estudo acima referido mostram o quanto as regras e combinações dos adultos podem dificultar a elaboração e facilitar a criação de fantasias, medos e inseguranças nas crianças sobre suas reais condições dentro de suas famílias, sobre seus pais biológicos e adotivos:

*“Às vezes eu fico assustada que ela (mãe biológica) me pegará de volta. Minha mãe disse que ela me queria, mas que ela teve que me dar porque não tinha nenhum dinheiro. Então, eu começo a pensar que ela pode conseguir mais dinheiro e vir e me pegar de volta (7 anos, adoção confidencial)”.*²⁷

Entrevistador: O que a palavra adotado significa para você?

Criança: Adotado? Na maioria das vezes significa que eu realmente não gostaria de abandonar, mas eu ofereço para outros pais por um tempo, você entende.

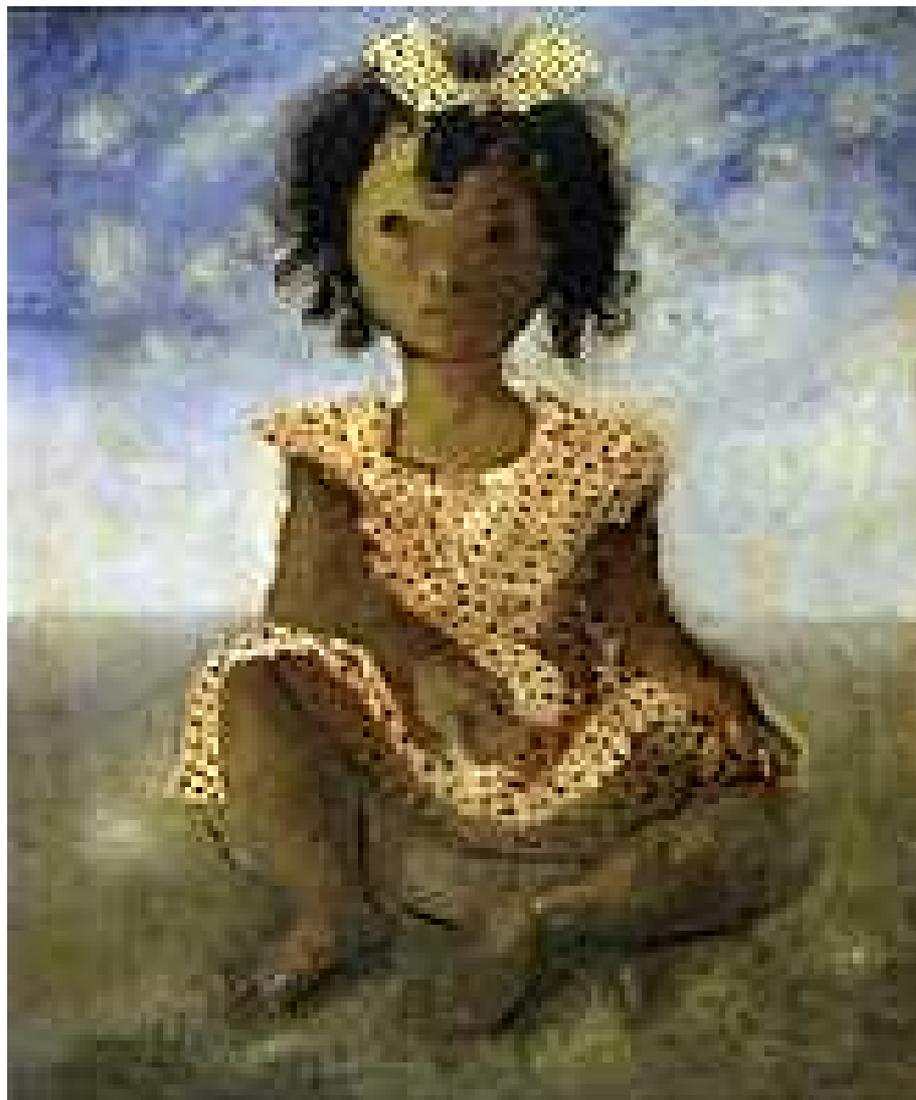
*Entrevistador: ok.*²⁸

Em relação às adoções por membros da comunidade, há um grande distanciamento depois de consolidada a adoção. No início, há uma sinalização de que a situação poderá ser revista, que as mães biológicas poderão reaver seus filhos. Ao longo da convivência, no entanto, ocorre o contrário: elas passam a ter menor influência e contato com os filhos. E, muitas vezes, isso se dá de forma conflitiva, na qual os adotantes implicam a Justiça, representantes do poder, e até juntam provas do período em que estão cuidando da criança para persuadirem as mães a entregarem seus filhos em adoção.

Com o rompimento dos laços entre as mães e os conhecidos que assumiram seus filhos, a dinâmica entre eles passa a ser semelhante ao das adoções prontas realizadas entre camadas sociais diferentes e que serão discutidas no capítulo três deste trabalho.

²⁷ Tradução minha, (WROBEL, AYES-LOPEZ, KOHLER & FIEDRICK, 1998, pág. 94).

²⁸ Tradução minha (WROBEL, AYES-LOPEZ, KOHLER & FIEDRICK, 1998, pág. 96).



Menina Sentada (1943), Candido Portinari
Óleo/tela 74 x 60 cm Colecionador Particular, São Paulo - SP.

Adoções via abrigo: uma outra forma de conhecer crianças

“(...) eu brincava com ela, pegava ela no colo, dava...eu dava banho, eu dava sopinha, janta pra ela, mas eu não se apeguei com ela assim...eu achava ela linda, achava tudo, ela brincava comigo, brincava com ela, eu punha ela no chão e a gente se rolava no chão. Mas eu não se apeguei com ela e deixei...até que veio pra gente. Hoje eu to apegado com ela.” (Roberto)

Capítulo 4. Adoções via abrigo: uma outra forma de conhecer crianças

Neste capítulo apresentaremos as entrevistas de Patrícia e do casal de adotantes Marta e Roberto. A primeira é uma profissional da área da infância, que presenciou várias adoções prontas bem como o abrigamento de várias crianças. O casal adotou uma criança que conheceram após se tornarem voluntários em um abrigo.

4.1. Patrícia – a profissional do abrigo

Patrícia trabalha há muitos anos em uma instituição para crianças que estão sob medida de proteção. Teve a oportunidade de acompanhar mudanças internas e externas nesse cenário de proteção à criança. A instituição em que trabalha foi criada há décadas, quando ainda não vigorava o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, ela possuía maior autonomia para a viabilização de adoções – cadastravam interessados em adotar e promoviam o encontro com crianças abrigadas. Com a mudança da legislação e das relações institucionais, ao abrigo onde trabalha como aos demais foi atribuído o cuidado das crianças e não mais intermediação ou promoção de adoções. Internamente, a instituição passou por uma mudança em sua diretoria, o que gerou também uma grande mudança em sua organização.

Patrícia não será descrita a fim de garantirmos o sigilo sobre sua identidade. Esta entrevista foi realizada em sua casa, embora a profissional tenha sido contatada na instituição em que trabalha. Foi a própria entrevistada que pediu que conversássemos em sua casa, pois temia que a instituição não concordasse com a sua participação na pesquisa. Dessa forma, nossos encontros foram realizados na residência da entrevistada, mas foi explicado a ela que, em termos éticos, não era necessária a autorização da

instituição em que trabalha para a realização de sua entrevista. Esclarecemos também que esta pesquisa havia sido avaliada por um Comitê de Ética, que avaliou que a participação dos entrevistados não implicava na avaliação e concordância das instituições onde trabalham.

A entrevista de Patrícia é densa e ela se refere a diferentes aspectos das adoções: o embate entre o Judiciário e as instituições de abrigo, as adoções prontas e as realizadas por cadastrados, a relação estabelecida com as crianças pelos voluntários de abrigos, o trabalho realizado com os adotantes e a relação com as famílias biológicas das crianças abrigadas. Diante da riqueza de sua entrevista, apresentaremos um resumo e faremos a análise de dois temas: o abrigo como espaço de aproximação de crianças e possíveis adotantes e os sentimentos e posicionamentos da entrevistada diante dos adotantes e das famílias biológicas.

4.1.1. O embate da instituição de abrigamento com o Judiciário: o abrigo deve ser um espaço de encontro de crianças com seus possíveis pais?

Patrícia inicia seu relato afirmando que ocorria um grande número de adoções no abrigo em que trabalhava. Vários fatores são associados a sua constatação: o juiz da Infância naquele período não se opunha às adoções prontas; o abrigo atendia crianças pequenas; e, havia uma melhor relação entre a Justiça e os voluntários-adotantes.

Em sua descrição, percebemos que eram os voluntários que solicitavam as crianças em adoção e não havia uma proibição da Justiça. Além disso, Patrícia descreve como ocorria a relação adulto-criança: havia uma aproximação crescente, promovida pela instituição, que podia culminar no pedido de adoção.

Quando exemplifica a vinculação de uma adotante a um bebê, ela ilustra o processo de vinculação e o movimento do abrigo em estimular tal relação: era a

adotante que levava a criança ao médico, que a alimentava, que ficava com a criança em sua casa, quando o abrigo era fechado nos períodos de férias. Em seu relato, havia um posicionamento ativo da voluntária para cuidar da criança, sendo isso respeitado e estimulado pela instituição.

Patrícia relata que as pessoas que entravam com o pedido de adoção, por estarem vinculadas a uma criança conhecida no abrigo, realizavam a adoção com muito mais rapidez que os cadastrados. Além disso, afirma que, atualmente, a espera na lista do cadastramento é ainda maior. Em um momento de sua entrevista, ela se refere ao grande número de adoções que podem estar ocorrendo através de hospitais e postos de saúde, mas não inclui os abrigos como uma das formas de adoção de crianças que concorre paralelamente ao cadastramento de adotantes e de crianças pela Justiça.

Patrícia, inicialmente posiciona a Justiça como a única responsável pela morosidade dos processos de adoção. No entanto, ao relatar sua experiência, ela passa, aos poucos, a incluir outros protagonistas e cenários, como os Conselhos Tutelares e os abrigos, que não sistematizam os dados referentes às crianças e não comunicam a situação das crianças ao Juiz da Infância, a fim de que as providências cabíveis sejam tomadas.

Ao se referir às dificuldades que permeiam as adoções, atualmente, Patrícia descreve o seguinte quadro: crianças maiores de dois anos de idade têm maiores dificuldades para serem colocadas em famílias substitutas; os voluntários dos abrigos, da cidade onde trabalha, não têm mais facilidades para adotar, visto a existência de uma Portaria que proíbe a adoção de crianças por voluntários do abrigo em que se encontram acolhidas; e, por fim, não há uma aproximação prévia, realizada pelos abrigos, dos adotantes cadastrados no Fórum e das crianças abrigadas, inviabilizando a formação de vínculo entre eles.

Patrícia revela alguns entraves da Justiça e da Instituição do Abrigo que passaram a dificultar as adoções prontas: o abrigo passou a seguir o estabelecido pela lei

e o Judiciário, naquela Comarca, proibiu as adoções por voluntários de abrigos, conforme a portaria. Ou seja, houve um fortalecimento das ações da Justiça, e o abrigo passou a ter menor influência nas adoções, diminuindo seu papel no estímulo e no acompanhamento das adoções.

Essas mudanças, de certa forma, são percebidas de forma negativa por Patrícia, que acredita que só voluntários realizam a adoção de crianças mais velhas e as aceitam com maior facilidade que os cadastrados. Posteriormente, vamos apresentar como Patrícia descreve os sentimentos inerentes a cada tipo de atividade que promove e com qual se identifica mais.

Ela refere-se ainda à morosidade das adoções e, ao relatar as mudanças no abrigo com a centralização da Justiça para viabilizar as adoções, se remete a pouca autonomia das instituições na viabilização desses processos.

No que tange à morosidade, Patrícia vai trazer outras instituições importantes no trabalho com as crianças: o Conselho Tutelar e as instituições de abrigo. Ao afirmar que o processo na Justiça é lento, o que leva ao envelhecimento das crianças no abrigo, Patrícia traz dois elementos que influenciam tal situação: há uma rede de instituições que podem ou não auxiliar na colocação da criança em família substituta e há excesso de trabalho realizado pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância.

A grande procura de crianças através de abrigos é trazida à baila por esta entrevistadora, que se remete à desinformação dos adotantes permeando essa prática. Ao contatarem o abrigo, os adotantes são informados sobre o cadastramento nos Fóruns. O cuidado das crianças nas instituições é associado à colocação em família substituta. Conforme já assinalamos na introdução deste trabalho, um aspecto a ser retomado posteriormente na discussão é o fato de que, até bem pouco tempo em nosso país, eram

instituições como a que Patrícia trabalha e hospitais que entregavam as crianças à adoção - papel este recentemente atribuído ao Poder Judiciário.

Embora não seja atribuído pelo ECA ao abrigo cadastrar adotantes e crianças, nossa entrevistada apresenta sentidos em que o abrigo é posicionado como espaço de entrega de crianças e cenário de embates e pressões para realizar tal trabalho. Patrícia se referir a pessoas que usam cargos ou relacionamentos com pessoas influentes para conseguir adotar uma criança abrigada. Diante desse exemplo, percebemos que, em cada cenário das adoções, diferentes formas de negociação vão se dar para que as pessoas atinjam seus objetivos. Nesse recorte, Patrícia refere-se ao tráfico de influência e às relações de compadrio.

O relacionamento entre as famílias adotantes e os abrigos também foi fortemente modificado, segundo Patrícia, por influência da Justiça. Agora, na instituição em que trabalha, a mediação entre crianças e adotantes é feita via Vara da Infância.

A seguir, apresentaremos, a experiência de Patrícia como protagonista de adoções prontas e como a mesma se refere ao trabalho realizado com adotantes e com as famílias de origem das crianças abrigadas.

4.1.2. A experiência de mediar adoções: “as dores e os amores” ao se promover adoções

F: Como é que você se sentia?

*P: Ah... **importantíssima**, porque é muito gostoso e assim... até hoje algumas pessoas eu entro em contato, é **muito legal**. Eu gosto quando elas falam: “Ah... é você que deu, né” entre aspas, né: “**Ah você que deu o meu filhinho, você que trouxe...**”. Isso é **muito legal**, você ouvir **alguém te falar isso né**. “Olha, essa tia que trouxe você pra mim... não sei o que...”.*

F: Ah... eles falam...

*P: Nossa! Isso é **muito legal**, eu assim... **adoro ouvir quando alguém fala, quando eu encontro**, algumas pessoas lembram ainda da data de aniversário e me mandam alguma coisa. Eu acho assim, **super legal**, né. Às vezes, eu não estou nem esperando e chega alguma coisa. **Eu acho super legal, falando... olha... outro dia eu recebi uma lembrancinha porque faziam exatamente cinco anos que eu tinha entregado uma criança e aí a pessoa mandou bilhetinho, né...***

(linhas 475-485)

Ao relatar seu trabalho na época em que o abrigo era um mediador importante de adoções, Patrícia se emociona, usa adjetivos, fala com maior rapidez e sua entonação muda. Ela se sentia valorizada e importante no papel de promover o encontro de crianças com seus futuros pais. E o reconhecimento desses casais, que a posicionam como a pessoa que proporcionou a adoção, a deixa lisonjeada (*Isso é muito legal, você ouvir alguém te falar isso né. “Olha, essa tia que trouxe você pra mim... não sei o que...”*). Patrícia fala, com satisfação, de um trabalho muito prazeroso e de grande importância, afinal ela se posiciona e era posicionada como quem possibilita a um casal ser pai e a uma criança ser filho.

Até mesmo quando a adoção pelos voluntários do abrigo não era concretizada, Patrícia descreve o reconhecimento e a satisfação em realizar o trabalho feito. A ela é conferido um papel de grande poder, talvez um dos maiores em nossa sociedade: o de proporcionar a maternidade/paternidade. Esse papel confere reconhecimento e grande prestígio aos que lhe exercem, não sendo à toa os grandes embates de quem deve exercer tal papel em nossa sociedade. Vemos que diferentes cenários e protagonistas estão envolvidos nessa atribuição e desejam permanecer com tal função. Justiça, instituições de crianças, hospitais, grupos de apoio, advogados e uma rede paralela de entrega de crianças exercem essa função, que parece agregar prazer, poder e para alguns, fontes de renda.

P: (...) E aí eu acabei entregando assim, pra eles ficarem o Natal e aí ela se contentou com o Natal, tudo. Depois o Ano Novo... é... acabou coincidindo com a outra família que ia ficar não quis ficar. E ela era uma criança assim, muito bonita, muito chamativa, mas aí eu liguei pra essa família de novo, tal... e eles ficaram. E eles começaram a ter um contato muito bom com essa criança assim, pra eles, né. Mas assim, de certa forma, às vezes eu acabo me sentindo culpada, porque a gente também fica sendo mediadora dess...esses sentimentos né? E começaram a levar essa criança em médico, essa criança teve alguns problemas de saúde e eles acolheram, tudo particular, tudo. Na intenção de que fosse adotar essa criança e acabou acontecendo que não adotou. Mas eu achei assim, eles tiveram uma atitude assim, que eu fiquei surpresa. (...) E eles me mandaram flores tal, agradecendo por aqueles momentos que eles tinham vivenciado, embora eles já tinham resposta que a criança não ia pra eles, eles não iriam mais no abrigo. Mas que tudo que eu pude proporcionar pra eles, assim, foi muito positivo, foi legal, eles tinham tido um aprendizado, iam aguardar na fila e resolveram não ir

mais no Abrigo. Então assim, eles tiveram uma postura assim tão legal e assim, eu me senti feliz, falei: “Nossa! Então eu achei que eu estava atrapalhando e foi bom também pro casal, embora a criança foi pra outro casal”, né... então assim, acontece essas coisas também.

(linhas 526-544)

Patrícia descreve uma situação em que estimulou, de certa forma, a vinculação de uma criança com um casal, ao contatá-los para passar o Natal, a festa de Ano Novo, e em outras situações que envolviam o cuidado de uma criança. Entretanto, a adoção desta criança não foi viabilizada, mas o casal sentiu-se grato em relação a ela pelo o **que havia proporcionado**. O fato de estimular o contato e de ajudar em sua manutenção também é sentido/atribuído pelos outros como um papel nobre, que produz satisfação aos envolvidos. Patrícia tinha clareza de que estava promovendo uma vinculação e se sente culpada quando a adoção não ocorre. O papel atribuído a ela, mesmo em desfechos não satisfatórios, também é sentido como prazeroso.

F: Você se sentia mais feliz antes, não é?

P: Com certeza.

F: Do que agora?

P: Sim.

F: Você acreditava mais naquele tipo de adoção?

P: Também, embora era adoção pronta, aí eu tô num... a gente acaba assim, né... pensando um pouco mais porque, na verdade, tem o pessoal que esta na fila, está aguardando e, às vezes, não sabe do que está acontecendo, porque que o bebê não veio. Isso também, agora por um outro lado, eu fico mais angustiada. Então eu prefiro assim, de repente, não me sentir mediadora dessa situação, entendeu?

F: Naquela época você não sabia do Cadastro?

*P: Eu sabia do Cadastro, mas nunca parei pra pensar nisso, porque eu estava vivenciando com outras pessoas a **emoção** (fala com ênfase) de tá ali no contato físico com a criança, não na coisa técnica do trabalho, entendeu? **Porque o contato físico com a criança, com o voluntário, é assim, é uma coisa tão envolvente que quando você vê, você está envolvido até a cabeça. As pessoas estão te ligando na tua casa, você já passou telefone da casa, sabe onde você mora, vem chorar com você a demora, ou as mágoas ou porque... você entendeu? É um trabalho mais envolvente, entendeu? É diferente esse tipo de trabalho. Hoje eu acho que talvez, eu sou mais profissional, entendeu? Então assim, não que as pessoas não possam vir na minha casa. Eu tenho algumas amizades que eu fiz após esse período aí, de pessoas que vêm na minha casa, que a gente conversa, tudo. Mas assim, nada sobre adoção, porque não tem chance, entendeu? Então assim, aquele lá era um trabalho mais acolhedor, mais, mais gostoso e também mais de contato mesmo, de você estar vendo aquela relação fluir, as coisas acontecerem e você ter certeza: “Ah, esse bebê vai pra você”, entendeu?***

(linhas 567-590)

Patrícia ao descrever a época em que aconteciam muitas adoções prontas, se refere a um trabalho de mediadora de adoções permeado por emoções e pelo contato estreito com os adotantes. Viabilizar o encontro entre as crianças e os adotantes, amparar os adotantes no período de espera pela decisão da Justiça e o desfecho positivo das adoções promoviam muita satisfação a ela. Esse envolvimento com os adotantes e o papel que lhe era atribuído é associado a um trabalho voltado para as emoções, no qual não há um predomínio da razão, do planejamento. Patrícia descreve um movimento de impulsividade, envolvimento intenso e descomedido, em que se misturava com os adotantes e com os sentimentos destes. Para ela, era difícil um distanciamento, como ela bem diz: ***quando você vê, você está envolvido até a cabeça.***

Diante dessa experiência de muito contato e empatia com os adotantes, pensamos que, a satisfação e o prazer deveriam ser inerentes ao trabalho. No entanto, é possível avaliar, acompanhar e dar assessoria a adoções estando tão envolvida com esses casais e crianças?

Com a centralização das adoções pelas Varas da Infância, Patrícia vai descrever um esvaziamento de suas funções no estágio de convivência entre crianças e adultos.

F: É... é que eu não sabia dessa proibição (Patrícia havia se referido anteriormente a proibição de conversarem com os adotantes após o desabrigo das crianças). O que que vocês não podem mais fazer?

P: Então, assim, a gente não tá tendo mais contato com as famílias e a gente não tá tendo mais contato com essas famílias, é elas que estão fazendo, a gente não tá vendo. Então assim, corta o vínculo assim, né? Porque muitas vezes o casal quer conversar diretamente com quem cuidou. Então, já aconteceu de um casal que adotou recentemente uma criança e depois descobriu o telefone do Abrigo, porque eu acho que nem foi passado, e ela ligou assim, em desespero querendo saber quem cuidava da parte da saúde da criança, porque a criança tinha uns barulhinhos, pê, pê, pê, pê, pê, pê... e aí, como sabiam que era eu, me chamaram e eu fui conversar com essa mãe, passar pra ela como eram os cuidados da criança, como eram as coisas. E aí eu ouvi isso da mãe: “Ai, porque ela me passou algumas coisas da criança, tal, mas ainda eu falei pra ela que eu queria falar com alguém que cuidava porque eu tenho umas dúvidas em umas coisas e assim, eu tô sem saber e o nenê tá assim, assim, assim, o pediatra pediu pra eu estar me informando, pra eu poder falar. (linhas 962-975)

F: E aí eles procuram, por exemplo, você já viu casal adotar e ir procurar vocês depois: “Ó ele (a criança adotada) tá dormindo no chão, ou ele não quer comer, como que eu faço?” Eles voltam (ao abrigo para conversar sobre a criança)?

P: Acontece. “Olha, o que que ele comia aí, porque não tá comendo nada aqui... o que que vocês davam?”. E assim, no abrigo, a gente não tem muitas coisas assim diferenciadas pra dar, por exemplo, não tem yakult, não tem danoninho, isso aí, de vez em quando. (...) “Olha eu não consigo dar nada, eu comprei não sei o que que tem, eu comprei...” (fala do adotante). Aí a gente fala: “Ó, aqui no Abrigo o que a gente dá é isso: pão com manteiga que é o que tem, não é nem manteiga, é margarina, leite com Nescau, às vezes a gente dá leite com café, que tem criança que gosta de leite com café, tem criança que gosta de suco”. Então é isso que tem no Abrigo. E, às vezes, também não tem suco também pra tomar, tem isso também. Aí a gente dá chá. E a maioria não gosta de chá. (...) Então a gente coloca isso: “Come fruta, a comida aqui é mais arroz, feijão, saladas, verduras, eles gostam muito disso, eles não gostam muito de carne”. (linhas 911-925)

Patrícia se refere a uma grande perda para os profissionais do abrigo ao não acompanharem as adoções como anteriormente. No entanto, os adotantes também parecem sofrer com essa situação. Afinal, se poucas informações circulam entre os cenários do Judiciário e das instituições, os adotantes podem ficar sem acesso a fatos importantes da história e dos costumes de seus filhos.

Esse é um aspecto importante a ser discutido, porque se há um embate entre os cenários, todos os envolvidos nele participarão ou serão influenciados por tal situação, principalmente as crianças e famílias atendidas. Cada cenário, a partir de sua prática tem um *know how*, que pode ser usado como instrumento para se pensar alternativas para essas crianças ou pode ser uma forma de excluir outros cenários.

Com informações truncadas ou omitidas, decorrentes das disputas de poder entre os cenários, as situações de crianças e famílias podem ser avaliadas de maneira obscura e parcial. Ou seja, ao exercerem o cuidado das crianças e trabalharem com suas famílias de origem, os abrigos têm muito a dizer sobre elas, mas também têm necessidade de acompanhar como o Poder Judiciário está avaliando tal situação e quais medidas serão determinadas por ele. Por outro lado, o Judiciário, ao cadastrar crianças e adotantes, passa a viabilizar as adoções, no entanto, as informações que os abrigos possuem sobre as famílias e as crianças são imprescindíveis para a apreciação do juiz e a avaliação da equipe interdisciplinar.

4.1.3. O retorno à família biológica: trabalho árduo e com poucas perspectivas de sucesso

P: Assim, sempre a maioria das mães, sempre foram mães jovens. Têm as mães também que eu digo, da idade de 38, 40, que também... eu não sei o que acontecia, também resolviam abandonar. Mas grande parte da mãe, nunca entregou direto no Abrigo, elas vinham pelo Conselho Tutelar. E o que sempre levou essas crianças a irem pro abrigo sempre foi a mesma coisa, ou porque estava sozinhas chorando em casa, essa história se repete assim, mês a mês, ano a ano, dia a dia. E é uma coisa assim muito engraçada, elas saem e largam as crianças chorando, saem e largam as crianças vários dias com uma é... família, e essa família se cansa dessa criança e tem que estar procurando uma ajuda. Ou então sai e larga com o irmão maior de quatro anos, cinco anos tomando conta dos outros todos menores. Então assim, é sempre a mesma história, o motivo é praticamente o mesmo pra todos. Ou então a mãe perdeu as paciência, o namorado da mãe queimou toda a criança com cigarro, isso já tem várias vezes, ou então o próprio pai que batia nessa criança porque ela chorava muito. Então assim, as histórias são sempre a mesma. Só muda as criança, só. (linhas 1032-1045)

P: Um bebê. Eles iam ver um bebê e não tinha nada a ver com ela e ela via esse casal, ela ficava desesperada, entendeu? Então assim, sempre que tinha chance de sair de final de semana, Páscoa, Natal, porque ela ficou bastante tempo lá, ela ia com esse casal, até que surgiu a oportunidade aí de um advogado estar fazendo um pedido de guarda dessa criança e essa criança não pôde ir porque tinha uma irmã em um outro abrigo e não podiam ser separadas, tinha pai preso (...)

F: E o que que aconteceu... aí você falou que eles foram por causa de uma criança, mas se apaixonara... essa criança escolheu eles e aí... o que que aconteceu, por que que não...

P: Bom, no final das contas o que aconteceu é que essa criança foi embora do abrigo. Eles tiveram o pedido negado, né, de qualquer forma...

F: Mas você falou que ela tinha uma irmã...

P: Mas ela tinha uma irmã em outro abrigo e tinha uma madrinha que ia estar ficando, a madrinha era da outra irmã, nem conhecia essa outra criança que tava no... no nosso abrigo. E ela acabou levando as duas crianças, ela se dispôs a cuidar. Porque como o pai estava preso, mãe também estava presa, queriam as crianças, então eles se dispuseram a cuidar enquanto eles cumpriam a pena. Embora a pena da mãe era uma pena bem longa.

F: E aí você nunca mais teve notícia?

P: Nunca mais.

F: E esse casal como ficou?

P: Nossa, esse casal ficou arrasado, eles ficaram muito tempo sem ir no abrigo. Voltaram assim, coisa de um ano atrás, mas eles não vão com frequência, vão pouquíssimas vezes, já pediu pra tirar a ficha da lista. E aí não querem mais. Entendeu? Então foi muita decepção. (linhas 171-192)

Patrícia, em um momento de sua fala, retrata a família biológica de forma homogênea: mães negligentes, pais ou companheiros que machucam crianças, irmãos mais velhos cuidando de crianças mais novas.

O retorno para os familiares ou a guarda de crianças abrigadas a parentes não parece ser a alternativa mais viável na fala de nossa entrevistada. Ainda mais quando a criança é

desejada por voluntários ou requerentes. No caso relatado, o fato de um parente ter se interessado pela criança e a ter acolhido parece ser visto como um entrave a adoção dos voluntários. E a dor destes, que não puderam adotar a criança, é o que assume posição de figura na situação, afinal há uma empatia pelo casal, que foi acompanhado pelo abrigo na aproximação da criança. A vinculação da criança com a parente é desconhecida pelos funcionários do abrigo e diante da dor do casal, esta madrinha e a relação que ela poderá desenvolver com as crianças não é cogitada. A guarda parece ser significada mais como uma perda do que uma possibilidade de vinculação.

No entanto, Patrícia apresenta, em outros momentos de sua fala, diferentes situações familiares. Em uma história a que se remete, fala de uma família em que, embora existissem questões delicadas, havia vinculação entre pais e filhos, e o abrigo, segundo ela, não parece ser a melhor alternativa.

F: É... por exemplo, conhecendo o que você conhece dessas famílias, você acha que elas deveriam entregar os filhos em adoção?

*P: Das que estão abrigadas? Ó, alguns casos ali Fernanda, eu vejo exceção. Como eu já te falei, não dá pra você tirar uma criança de uma mãe porque não tem comida na casa dela. Se ela tem amor, se o pai está desempregado, ela é uma pessoa doente de cama, não tem como você ir lá, tirar essa criança dela e entregar para adoção. Porque na verdade, também falta condição pra mãe, pro pai e tem amor. Esses casos assim, eu vejo com muito carinho e você percebe um grande sofrimento. Alguns casos eu separo, eu acho, que deve, sim, ser devolvido pra mãe. Ou então caso de crianças também que foram retiradas da mãe porque a mãe, ela não trabalhava, era usuária de drogas, mas era, de certa forma pros filhos era uma boa mãe. Nunca bateu nos filhos, muito amorosa, não usa droga na casa dela, tanto que as crianças quando vieram eram crianças assim, que iam na escola, vacinas em dia e com todos os problemas dessa mãe, porque ela, ainda por cima, tem depressão. Então assim, refugiava nas drogas. Então assim, com todos os problemas, essas crianças eram bem cuidadas. **De certa forma poderiam até ser negligenciadas? Em que aspecto?** “Ah tinha uma mãe drogada que cuidava”. Mas essa mãe era a mãe deles e era uma mãe boa pra eles. E você ouvia a criança te falar: “Olha, a minha mãe nunca me bateu e fulano de tal me bate”, né, relacionado à outra criança e não ao funcionário. Então assim, é muito triste você ouvir isso da boca da criança e a criança chora que quer a mãe dela, vai fazer dois anos que tá abrigado lá, a criança vai fazer dez anos, chora até hoje que quer voltar pra casa da mãe dela, entendeu? **E outro dia viu o pai, num ponto que o pai olha carro, estava com uma voluntária e viu esse pai. Acabou o final de semana dessa criança, teve que voltar pro abrigo, ficou lá, ficou assim, deprimida, na cama, não quis comer, não quis nada, fez um período de greve de fome, que a gente fala que faz, e fazem mesmo pra ver se a gente dava ou pro pai, pra mãe e assim, é muito triste. Esses casos eu acho que são casos que tinha que estudar direitinho, ver se realmente a criança precisa ficar abrigada, até onde é um risco pra criança, até onde não é, é preciso ajudar.**(linhas 1316-1342)*

Patrícia se refere à peculiaridade de cada caso ao se referir a esta família. Ao se remeter a esta criança de dez anos, abrigada e ligada aos pais, a adoção não aparece como alternativa viável, mas a necessidade de ajuda para que estes pais possam reavê-la. Patrícia descreve outro sentimento em relação aos pais, o da empatia. O uso de drogas é considerado um risco psicossocial para o desenvolvimento da criança, mas ela relata como essa mãe buscava resguardar a criança e se refere a ela como uma boa mãe, o que, para ela, deveria ser levado em consideração para a não retirada da criança do lar e para um olhar mais apurado e cuidadoso para tais famílias.

P: Então eu lembro assim, que no final ela queria visitar as crianças, mas estava assim, muito difícil. Eu lembro que ela usou uma expressão que ela falou assim, até é horrível: “eu vou até o inferno, mas eu acho as minhas filhas onde elas estiverem, qualquer lugar deste país ou de outro”. Ela usou essa expressão, porque assim, ela foi ficando numa situação assim, muito triste. Ela sempre ligava lá e ela tem o mesmo nome que eu e ela sempre pedia pra falar comigo. Então assim, no final das contas eu já não agüentava mais ter que atendê-la, eu preferia falar que eu não estava. Porque assim, eu não podia ajudá-la, não tinha como, não ia poder ajudar mesmo e de qualquer forma assim, era uma situação que era sigilosa. Estava sendo feito já o trabalho com esse casal de (outra cidade).

F: E tinha algum trabalho com essa família? Era feito algum trabalho?

*P: Então, essa família, ela tinha alguns programas na prefeitura, até... até inclusive o avô era alcoólatra, não é a mãe de todos os menores aí porque... e tinha mais tios no (abrigo M). Então assim, essa avó era... ela que era pra ser a estrutura da família, mas assim, ela fazia atendimento no [atendimento psicossocial], recebia alguns benefícios, eles tinham casa própria, de uma hora pra outra venderam a casa e não se sabe o motivo e começaram a morar em favela. Então assim, **as coisas foram se destruindo aí tudo e não tinha um alicerce pra ficar**. Todas as vezes que a mãe tentou ficar com a criança, ela tentava cuidar, mas ela não sabia cuidar, porque eu acho assim, ela não foi cuidada, então ela sempre negligenciou as crianças.*

F: Mas do que, de falta de cuidados ou de machucar?

P: Não, não, de falta de cuidados, de machucar nunca.

F: Só negligência.

*P: Ela sempre foi uma mãe assim, aparentemente amorosa, o que eu via dela, era assim, uma mãe amorosa que tentava cuidar, mas não sabia, entendeu? Então assim, acabou as coisas foram se acontecendo, as crianças, quando ia pra ela ficavam abandonadas. **Abandonadas assim, não iam a retorno médico, não tomavam vacina, comiam o que tinha, se tinha leite, era leite, senão era água com açúcar**. Então assim, era essa forma de cuidado, que ela não sabia cuidar e que... da forma dela tava bom, mas na verdade isso não era bom pras crianças. Então sempre voltavam, sempre.* (linhas 241-276)

Nesta fala de Patrícia, há uma identificação com a mãe biológica. Uma mãe que lutava para reaver seus filhos, que não maltratava, mas *que não sabia cuidar porque não foi cuidada*. Patrícia faz uma análise da família, percebendo fatores econômicos,

psicológicos, problemas de saúde (dependências de álcool). Fala ainda de sua empatia e de sua impotência diante de uma mãe que queria ficar com seus filhos, mas que estava sendo destituída do poder familiar e que ela não tinha como ajudar. Nesse momento, Patrícia se afasta, pois afirma que não havia mais nada a fazer. No entanto, fala de uma mãe que dá o que tem condições de oferecer, que quer ficar com seus filhos, mas que não tem recursos materiais para isso - o nome dado a isso é negligência. No entanto, a mãe dava os recursos que tinha à sua disposição, *se tivesse leite, dava leite*.

Essa família está inserida em programas de benefício e também em serviços de saúde. A cada crise familiar as crianças são abrigadas. Patrícia fala da constante retirada da criança da família quando esta falha. Nessa fala ainda, não conseguimos identificar qual a atuação das instituições e do abrigo junto à família. Ela refere-se a um movimento familiar de autodestruição: *as coisas foram se destruindo aí tudo e não tinha um alicerce pra ficar*. Ao ponto da criança também não querer mais retornar para essa casa.

F: E você viu algum caso que deu certo?

P: Quando vai pra família?

F: Quando vai voltar pra família biológica?

P: Eu vi. É, pouquíssimos, Fernanda. Vou te falar, aqui é pouquíssimos, porque geralmente volta pro abrigo e vai pra adoção. Tá... e volta pior do que veio. É sempre assim. Mas assim eu conheço um caso de uma pessoa, até ela olhava carro aqui, próximo da minha casa, e ela teve essa neta lá, né... a filha não lembro o que aconteceu, a filha deixou a criança ir pra lá e assim, está muito bem. Até, às vezes, ela me liga pra me dar notícia da criança, pra falar que está bem quando ela vem pra Ribeirão, porque ela mora em Pontal. Quando ela vem pra Ribeirão, porque ela tem um atendimento cardiológico que é uma médica voluntária que dá, ela vem aí, ela dá um jeitinho de ligar, de falar, outro dia ela passou por lá, eu não estava, mas ela deixou uma foto. Então assim, essa criança está bem, a gente fica tranqüila dessa criança estar com a família, porque está bem, né. **Mas é muito pouco, muito pouco mesmo, que dá certo. Se você me perguntar de 100, eu vou falar que só três que deu certo, que não voltou pro abrigo várias vezes e acabou indo pra adoção, porque na maioria das vezes, vai e volta várias vezes.**

(linhas 342-357)

Como Patrícia conta uma série de reinserções que não deu certo, a pergunta é formulada de outra forma: há algum caso que deu certo? Patrícia faz o relato de uma experiência bem sucedida, mas não são levantados aspectos que podem favorecer ou

não essa reinserção da criança. E ao finalizar sua fala sobre esta experiência, Patrícia faz uma projeção dos casos de sucesso de retorno à família: a cada cem, três obtêm sucesso.

F: Como é que são essas ajudas, assim, que trabalho que normalmente é feito?

*P: Então, olha, esse trabalho assim, o Conselho Tutelar, o abrigo, eles tentam estar encaminhando né, se o caso for atendimento psicológico, estar procurando na rede ou também tem o [NAPS] pros narcóticos anônimos, aquelas coisas... aqueles serviços, né... Tem esse serviço também, é encaminhado, né. Quem consegue essas vagas com muita facilidade é o Conselho Tutelar, o abrigo ainda não tem isso com facilidade. Mas assim, é pedido ajuda pra esses órgãos e é correspondido, entendeu? Só que assim, a... a... precisaria assim, o... o abrigo agora tem feito um trabalho de estar indo assistir essas crianças mais de perto, de estar vendo, estar procurando programas pra se investir, só que às vezes, assim, o que eu percebo em alguns casos, algumas famílias que, às vezes me chamam pra ir junto em algumas visitas pra ver o que eu acho da criança, pra analisar o estado mais físico da criança, né... que às vezes assim, o trabalho que é feito, às vezes, com... em relação ao dinheiro, às vezes o dinheiro não vai pro cuidado daquela criança, vai pra outra coisa, né? Vai pro álcool, vai pra droga. Ou se é cesta básica que a gente arruma, é tudo vendido. **Então assim, a família mesmo com todo esse suporte, ela dá um jeitinho de fugir dessa regra pra estar sempre assim... parece... não sei o que acontece, é um círculo vicioso mesmo, parece que ela não quer se regenerar nunca, você entendeu?** E eu percebo muito assim, ó... eu já trabalhei com adolescentes também... posso falar? (risos).*

F: Claro...

P: E eu tenho visto uma coisa engraçada e hoje aconteceu isso lá: é já pela segunda vez com essas crianças dessa mãe. A mãe que é abandonada, eu percebo assim, que é uma coisa natural a criança ir parar lá no abrigo, porque quando a gente teve a fase do abrigo que trabalhava com adolescente, tudo... Hoje eu tenho um... hoje eu estava cuidando de crianças que eram mães abrigadas... então assim...

F: Elas são filhos de mães abrigadas?

*P: Isso, e essas crianças estavam lá e é o segundo abrigo dessas crianças também, entendeu? Voltaram hoje novamente pra mãe, mas assim, eu tenho quase que certeza, conhecendo a mãe como eu conheço, essa criança vai voltar pro abrigo de novo e vai acabar indo pra adoção, entendeu? **Então assim, é isso que eu tenho visto: quando vai pra família, as coisas parece que não funcionam, mesmo a família tendo todo o suporte, todo o acompanhamento. Eu não sei o que acontece ou se de repente, parece que esta dando suporte e não esta dando também, como deveria dar, têm muitas pessoas pra estarem... né...** Mas sempre que retorna pra família, a criança volta pro abrigo. (linhas 358-390)*

*P: Ó, eram mães reincisivas, a gente até brincava, né. Sempre as mesmas mães, sempre, até hoje, eu posso falar, elas continuam tendo filho e a gente continua cuidando. Tem mãe que tem um filho por ano, Fernanda, você pode achar que é mentira, mas ela sai de uma gravidez, entra em outra, sai de uma gravidez, entra em outra. E é tão conhecido assim, que quando ela entra no hospital, algum local, o pessoal já sabe que é ela, já aciona o Conselho Tutelar. Teve um caso de uma mãe que falou assim: **“Ó, pode chamar o Conselho Tutelar que meu filho vai pra adoção, quero que vai lá pro Abrigo”**. Usou bem essa expressão e aí eles colocaram, né... que elas fazem lá no hospital X, fazem esses relatos, né. **E aí, a gente fica assim meia chocada, né, elas já entram pedindo pra ir pro abrigo. Então assim, geralmente são mães, já não são mais tão jovens hoje, mas a grande maioria é de mães jovens que usam drogas, se prostituem e não querem cuidar de filhos.** (linhas 1373-1384)*

Patrícia, ao se remeter ao trabalho realizado com as famílias que tentam reaver seus filhos, traz duas formas de entendimento desses processos: a chance de obter

sucesso como muito pequena e o grande número de crianças abrigadas, filhas de pais que cresceram em abrigo. O insucesso das reinserções é colocado, na maior parte do tempo, como uma dificuldade da família. *Esta não se regenera*, afirma Patrícia. Encaminhamentos de diferentes ordens são feitos pelo Conselho Tutelar e poucas modificações nas famílias ocorrem. No entanto, paira uma dúvida em sua fala: o trabalho que vem sendo realizado é efetivo?

Patrícia refere-se às mães que cresceram em abrigo e que têm abrigado seus filhos. Nos questionamos se isso também não ocorre pelo fato destas instituições terem se tornado uma referência para elas. Uma mãe jovem recorre aos pais e familiares para ajudarem na criação de seus filhos. Não seria natural que uma mãe jovem criada em abrigo procurasse sua referência para ajudar no cuidado de seus filhos?

Além desses sentidos, Patrícia refere-se a mães que têm um histórico de abandono de seus filhos. Estas mães são vistas de forma desacreditada; o abandono e a entrega da criança ao abrigo são descritos de forma naturalizada. O fato das mães solicitarem que a criança seja encaminhada ao abrigo que já conhecem é visto como um desprendimento. O abrigo como local de referência e de proteção para essas crianças não aparece em sua fala.

Em sua fala ainda, também percebemos que há uma grande diferença na estrutura e na motivação para se trabalhar e promover adoções, o que não ocorre com o trabalho realizado com as famílias biológicas. Essa é outra questão importante trazida e que precisa ser discutida por refletir as práticas das instituições. Parece-nos que, enquanto a adoção promove satisfação e o “poder” de dar uma família para uma criança, o trabalho com as famílias biológicas é permeado por impotência e certa descrença de que tal prática trará bons frutos, pelo fato destas famílias serem percebidas como

autodestrutivas ou imutáveis – sem grandes recursos para mudanças. Patrícia parece ter dúvidas sobre a eficiência dos trabalhos de reinserção familiar que tem sido feito.

F: Mas, por exemplo, ó, da mesma forma que hoje se questiona a qualidade do abrigo, é... você acredita na qualidade dos serviços que são oferecidos a essa população?

P: Ó...

F: Desses programas, e tudo mais que existe na prefeitura?

*P: Existem e são programas bons, o que falta é pessoas pra trabalhar. Porque assim ó, precisa tá indo fiscalizar essa família, pra saber se não tá pegando, de repente, o benefício e investindo noutra coisa que não seja na criança. Ou se essa cesta básica chega até a mesa, o prato dessa criança. Tem que estar vendo se essa mãe foi encaminhada pra algum serviço psicológico, tem que estar vendo se essa mãe está indo mesmo, porque às vezes falta visita, faltam as coisas... A gente pergunta pras mães quando as crianças retornam, né, que algumas começam a visitar: “Olha, foi alguém te visitar, não sei o que que tem...?”, “Não, o meu vizinho que pegou ou eu fiquei sabendo pela boca de alguém que fez a denúncia novamente”. Então assim, a pessoa simplesmente foi lá, denunciou, porque na verdade essa família estava reintegrada com essa criança, cheio de benefícios e não tava sendo feito nada. **Então assim, falta o pessoal estar indo lá, ver se está acontecendo mesmo, se essa família está indo aonde foi programado pra ir e... e não tem profissional, muitos pra estar vendo isso, porque é muito e o abrigo tem feito um pouco desse trabalho, tem ido ver se realmente essa mãe tá cuidando bem dessa criança.** Então assim, o nosso público a gente tem procurado atender, né? Em alguns casos, eu vou junto pra tá vendo a criança, tá pensando, tá medindo, tá vendo se está dentro do parâmetro ou não, então assim, a gente tem ido, tem procurado, a gente também leva cesta básica, só que nem tudo é só comida, né? **Então assim, tem tudo isso e precisa tudo ser visto e na verdade assim, acaba ficando um serviço um pouco também abandonado. Porque assim, se tá abandonado e ninguém está em cima, esses pais também não se preocupam, né. Porque eles já têm aquela certeza de que não vai funcionar, entendeu? Então acontece isso, sim.***
(linhas 1394-1419)

O trabalho a ser realizado com as famílias biológicas tem cunho fiscalizatório, no qual os profissionais devem verificar qual o uso que é feito dos benefícios recebidos e se os encaminhados realizados pelos profissionais foram aderidos. Nesse sentido, parece que são os costumes e normas estabelecidos pelas equipes que devem prevalecer no cuidado das crianças pelas suas famílias. Os pais biológicos não parecem ser posicionados como parceiros, numa relação entre iguais, e sim como alvo de ações das equipes. No entanto, mesmo este trabalho, parece não estar sendo efetivado, segundo o relato de Patrícia, pela falta de pessoal e também por acreditar que tal trabalho não é priorizado, ele é “abandonado”.

4.1.4. ” Se a adoção é boa, a adoção pronta é melhor ainda”

F: Assim, o que que você pensa da adoção? O que você pensa da adoção, o que você pensa da criança adotada? O que você acha de ser uma criança adotada, de adotar uma criança? Qual que é a sua opinião sobre esses temas?

*P: Tá. Eu acho assim, a adoção, pra uma criança assim, vitimizada, sofrida o tanto que já foi, é assim, uma vitória pra ela. É a chance de recomeçar a vida, não do zero porque ela tem toda uma bagagem que deve ser trabalhada, mas a chance de poder voltar a ser criança, ter os momentos dela com um pai, com uma mãe ou que seja só com uma mãe, ou só com o pai. Dela poder ter um convívio com a família, tá sendo assistida mais próxima, porque assim, é muito duro a criança se sentir de repente culpada porque tá lá no abrigo, porque a família a abandonou, porque ninguém ama ela. Então é a chance dela estar recuperando tudo isso, certo? **E da família estar estruturada, estar dando todo o apoio que ela precisa.** Pro adotante, eu acho que é uma realização de ter um filho ou mais um filho, no caso de quem tem os fil... os filhos, né, de poder ter escolhido o sexo daquela criança e falar: “Ah, agora é minha filha, ou meu filho”, ou no caso de quem não pode ter, estar realizando mesmo sua maternidade ou sua paternidade, estar começando, estar cuidando. Isso é muito legal, eu vejo isso, um ponto muito legal. As pessoas ficam muito felizes, se sentem mais realizadas, né. Tanto os adotantes, quanto as crianças.*

F: E você vê como algo só positivo... você só contou coisas boas da adoção...

*P: Não, vai ter, eu escuto falar que tem problemas, que chega fase que a criança questiona algumas coisas. “Olha, eu to levando na psicóloga, está tendo problema de fonoaudióloga”, ou relata uma criança adotada por voluntários que está com problemas de audição ou tem uma séria perda auditiva. Assim como eu também tenho meu filho e pode acontecer qualquer coisa com ele. Mas assim, eu percebo elas falarem disso, não assim como um problemão, mas alguma coisa que elas têm um obstáculo a superar. Então isso é muito bom, entendeu? Não do lado positivo, não é que é bom que aconteça isso, **mas é bom pra criança ter essa pessoa acolhedora, que se ela tivesse no abrigo, de repente, nem ia ser detectado, né... ou então na família biológica, então, que sorte que ela tem de estar numa família estruturada que percebeu isso nela e pode estar socorrendo agora, na infância, dando suporte maior e não atrapalhando lá na frente.** Então isso é muito legal, o suporte psicológico, de fono, qualquer que seja, é muito legal.*

*P: Mas assim, o que eu penso pra criança é o conforto de uma casa normal né, não um monte de cama lá e que amanhã ele possa dormir em outra cama, um monte de roupa e sapato pra dividir, que é horrível. Então assim, eu penso na individualidade deles mesmo, em relação a esse casal... a ter uma avó e um avô como todo mundo, o tio, poder ir brincar na praçinha e o pai e a mãe que fica lá a hora que eles começam com manha. (...) Então assim, porque em abrigo acaba tendo muitas regras e eu vejo assim, nessa criança assim, **uma fuga de uma vida que era... vitimizada, de negligência, de tudo e do abrigo também que não... vitimiza de certa forma porque assim, né... não dá pra estar separando as coisas da criança ou então ela deixa de ter coisas que é importante pra ela, que é a mãe, o pai, avô, e o sapatinho dela que é só dela, a roupinha dela que é só dela, o brinquedo que muitas vezes ela quer guardar e outra criança vai lá e quebra, ela chora. (...)** então assim, eu vejo nessas famílias a... assim a possibilidade dessas crianças voltarem a ser feliz, não que elas vão deixar de ter problemas. Como eu já te falei, elas vão ter problemas, podem ter, pode não ter, né, mas assim, **pra essas crianças essa família assim, é tudo. E essa família que quer adotar, ela quer muito adotar... então assim, ela não vai ver empecilho em nada, Fernanda.** (...) Porque sabe o que... eu fico muito assim penalizada quando eles ficam doentes e eles choram, eles tão com dor e eu tiro idéia pelo meu, eles querem colo, tudo. E às vezes você vê que a criança quer colo, quer ficar no colo com alguém ninando e não dá tempo. (...) teve o caso de um que quebrou o dedinho ele só queria alguém que ficasse segurando a mãozinha dele porque ele tava com muita dor e aí, no fim das contas, ele vira e fala assim: **“Arruma alguém pra segurar a minha mão?” “Por quê?” “Porque eu tô com muita dor”.** Não ia ajudar a dor dele, ele já tinha*

tomado remedinho pra dor, mas ele queria uma companhia, um calorzinho e ali eles não tem isso, a gente não consegue passar isso pra eles também, porque ta sempre correndo, sempre cuidando... Então assim, isso parte o coração, se ele tá numa família, com uma pessoa, ele tá com o dedinho quebrado, sentado no colo da mãe dele, com todos os mimos, com tudo. E no abrigo não, eles não têm isso, eu se fosse na família biológica, talvez nem tivessem percebido, entendeu? Ele ia ficar com o dedão inchado lá e ia sarar daquele jeito. Então assim, a família que vai adotar, pra essa criança é assim, é tudo. É a... é... definindo, é a esperança, de ter uma vidinha melhor pra eles. (linhas 1225-1254)

Quando pergunto para Patrícia o que ela pensa sobre adoção, adotantes e de ser uma criança adotada, ela se posiciona muito favoravelmente à adoção. Para ela, a criança, *descrita como vitimizada ou abandonada*, terá a oportunidade de ter uma família, de ser vista em sua individualidade e de ter suas necessidades atendidas. A família adotante é representada como estruturada e que acolhe a criança da forma como ela é, pelo desejo de serem pais. Ao falar do atendimento das necessidades da criança, o abrigo e, principalmente, as famílias biológicas são desqualificados, no sentido de não atenderem e, muitas vezes, nem detectarem essas necessidades.

O abrigo é o espaço para o cuidado físico, no qual há afeto, mas pela quantidade de crianças e pelo seu papel enquanto instituição, não consegue desempenhar as funções que uma família desempenha. A família biológica, por outro lado, não atende nem aos cuidados básicos; pelo contrário, nas falas acima, em muitos momentos, a dor ou as necessidades da criança não são detectadas em tal campo de relações.

Os adotantes por desejarem muito um filho, acolhem e aceitam a criança adotada em sua família, espaço que oferece oportunidade de atenção e o desenvolvimento da individualidade. Na fala de Patrícia, essa família possibilita um recomeço, uma vida nova e não há empecilhos diante das dificuldades da criança possa apresentar.

Alguns dos significados e posicionamentos atribuídos aos adotantes são que estes dão uma vida nova e aceitam incondicionalmente a criança. Nesse sentido, precisamos dialogar com outros autores sobre a valorização dos adotantes/adoção e sobre a desqualificação das famílias biológicas/reinserção da criança na família.

F: *É, bem, de toda essa experiência grande que você tem na área, como é que você se posiciona diante da adoção pronta, o que você acha dela?*

P: *Ó, pra ser sincera, eu acho que a adoção pronta talvez fosse a melhor adoção. Porque, primeiro assim, é a pessoa que escolhe a criança ou então é escolhido pela criança, como eu já te falei, e dentro dessa adoção pronta, a pessoa teve a liberdade de escolher aquela criança, então, ou seja, ela sabe se aquela criança é difícil, problemas de saúde daquela criança se ela quer estar acompanhando, ela quer estar se envolvendo. Então, ela sabe exatamente a criança que ela vai estar levando pra casa, entendeu? Já a adoção do modo tradicional, né... você nem me perguntou, mas eu vou te falar, que o casal não vai lá conhecer, não tem esse contato, porque principalmente se for bebê, não vai haver esse namoro, a criança simplesmente já vai direto pra casa. Se for uma criança maior já vai haver um pouco um namoro, o casal vai até o Fórum, depois vai até o abrigo, depois as crianças vão até a casa do casal, vai tendo esse namoro aí, vão tá conhecendo. Mas assim, o pessoal tem um rótulo muito negativo das crianças, que eles gostariam de crianças perfeitas, sem problema. Então o que acontece? Às vezes é um bebê que chora demais, demais, o casal fica quase louco, porque essa criança quando chegou no abrigo chorou uma semana direto e vai pra casa deles chora uma semana direto. Então assim, eles ficam enlouquecidos, eles não sabem o que fazer, não que eles pensam em devolução ou então mais pra frente essa criança tem algum problema, descobre-se que essa criança tem uma síndrome genética. Eu vou te dar um exemplo e aí liga no abrigo pra saber: “Ó, eu preciso saber, na faixa de bebê, essa criança tinha alguma coisa? Foi feito teste de pezinho, quais os acompanhamentos, os encaminhamentos que foram dados, porque agora ele está com esse problema, como que a gente faz?”. Então assim, aí querem saber da família, tal. Então assim, às vezes eles culpam um pouco o abrigo também, porque ninguém foi informado, tal. Enquanto a gente tem esse contato com a família, a gente fala: “Ó essa criança, a mãe era usuária de drogas, o pai é HIV positivo, mas a criança é uma criança negativa”. Então tem tudo isso. **Então assim, os voluntários acabam se envolvendo mais e essa adoção pronta, a gente consegue ter esse contato maior, a pessoa, além de você acabar criando um vínculo também com o casal adotante, você consegue assim, eles conseguem saber exatamente o que a criança tem, vão atrás e aceitam, correm o risco de levar uma criança que lá na frente, de repente, pode ser dependente químico ou não, ou que vai desenvolver alguma síndrome em função de drogas, eu não sei. Eles aceitam com maior naturalidade isso. Já as famílias que não tem esse contato, que não tem esse convívio... e se a criança for maior, pior ainda, porque aí eles devolvem, aí eles devolvem.** Assim, mesmo que a criança ainda nem saiu pra eles definitivo, volta de um final de semana assim, horrorizado, porque aquela criança está desenvolvida demais na parte da sexualidade, se masturba muito: “Isso não é normal, não é coisa de criança de quatro anos, o que que acontece?”, entendeu? **Então o pessoal fica meio assim, meio assustado.** (linhas 1421-1459)*

P: (...) *Então assim, os casais também não estão preparados pra receber aquela criança, porque eles acham que vai vir uma criança boazinha, meiga, que fala mamãe e papai, quero e não quero... que vai cuspir comida na cara? Imagina que eles vão achar que têm alguma criança de quatro anos que faça isso. Então, as pessoas têm aquela expectativa que a criança é boazinha, entendeu? Eu não sei como que é rotulado isso pro casal. Só sei que a realidade, quando o casal pega essa criança, pelo amor de Deus! Teve casal que saiu lá do Abrigo, deixou a criança e falou: “Eu não quero essa criança... não quero criança dessa faixa etária nunca mais, eu quero bebê”. Entendeu? Eu sei que eu já ouvi isso da boca de casal.*

F: *E era uma pessoa, via Cadastro, que tinha ido conhecer...*

P: *Via Cadastro, que tinha ido conhecer dois irmãos e falou isso. Como eu também já ouvi da boca de outras pessoas que falam: “Nossa, eu fiquei horrorizada com a reação daquela criança, me falaram que não iria fazer isso e a criança faz, a criança xinga, maltratou toda a minha família que foi pra conhecer...”. Então essas pessoas estão só esperando que as crianças sejam boas, que venham igual num rótulo da geléia que a gente compra e não é.*

(linhas 669-

Entre os adotantes também há uma diferenciação: aqueles que são voluntários de abrigos, já conhecedores das crianças “reais” que abrigadas e aqueles que estão cadastrados e possuem uma imagem muito idealizada da adoção. Nesse sentido, os primeiros acolhem e aceitam as características e as condições dessas crianças que acolhem como filhos, enquanto os segundos tendem a ter dificuldade, podem rejeitar e até desistir da adoção ao conhecerem essas crianças. Essa situação mostra-se mais complexa quando as crianças são maiores e já possuem uma série de costumes e comportamentos.

Para Patrícia, a adoção pronta realizada por voluntários possibilita o encontro da criança real com um adotante ciente da criança que vai conhecer, o que não ocorre com os cadastrados. Entretanto, essas condições dos voluntários que favorecem às adoções intrínsecas às pessoas, às relações e à forma como as adoções vêm sendo conduzidas pela Justiça e pelas instituições.

A reação dos casais ao conhecerem a criança é descrita com muita riqueza pela entrevistada, que mostra seu desconforto diante dos comportamentos dos adotantes. Contudo, em um momento anterior de sua entrevista, ela relata que os voluntários são, de certa forma, estimulados a cuidar da criança que, posteriormente, acabam adotando. São eles que a alimentam, dão banho, levam ao médico, passeiam nos feriados e férias. Essa relação entre as crianças e os voluntários denominada de namoro, por Patrícia, é fundamental para que a adoção seja bem sucedida.

F: E o que que você pensa dessa família biológica?

*P: Tá... essa família também, é assim, o que... eu vou te falar o que eu percebo delas. **Eles estão naquela expectativa de estar levando aquela criança, seja ela escolhida por eles ou não... Então assim, eles estão prontos pra tudo, Fernanda. O que eu percebo assim, geralmente, é que toda a família tá unida esperando aquela criança, junto com aquele casal. Então é muito legal, porque assim... eles estão vivenciando tudo, eles querem saber tudo, querem aprender tudo.***
(linhas 1651-1657)

*P: Você entendeu? **E é muito legal e têm casos, teve um outro caso também de uma moça (fala acelerada) que o juiz não pôde autorizar no dia, essa moça simplesmente dormiu no***

abrigo. Levou colchão pro abrigo (ri) e ficou, passou a noite lá, até o juiz voltar, o marido foi ao Fórum pra buscar essa guia de desabrigo. Ela simplesmente não conseguiu, ela teve que ficar no abrigo e assim...

F: Era bebê ou era criança?

P: Era uma criança já grandinha, já depois que a gente tava ali na... já trabalhado com os maiores... (conta a história dessa mãe com detalhes e emenda outra história de uma criança que foi adotada no dia de seu aniversário; os adotantes do abrigo e levaram a criança para a festa em um salão; todos os familiares foram buscar a criança no abrigo).

F: Eu tô rindo sabe porque, porque eu te perguntei da família adotante, aí você respondeu, aí eu te perguntei da família biológica, aí você não percebeu e você respondeu de novo da família adotante e mais empolgada ainda...

P: (risos).

(linhas 1657-1710)

F: Você estava contando que antes a pessoa... é... ia lá, conhecia a criança, acabava se vinculando, tal, mas tinha alguma coisa assim... você falou que não tinha equipe técnica, mas tinham vocês que observavam as pessoas, tal. Tinha algum critério, alguma seleção que vocês faziam ou não: havia o entrosamento e vocês estimulavam a adoção ou não...

F: Da criança ou do voluntário você diz isso?

P: Dos dois. Por exemplo: “Ó, tal criança eu acho que não é legal ficar com tal voluntário porque essa pessoa é muito rígida” ou “Ah, seria legal se tal pessoa ficasse com tal criança...”.

F: Não. Até hoje a gente nunca selecionou em nada. É engraçado que a convivência assim, cada um vai se adequando, eles vão se conhecendo e as crianças e o próprio voluntário vai vendo qual é a criança que acaba sendo assim... preferido, né. E a criança acaba também percebendo qual que é o voluntário que tem esse sentimento maior por ela e ela busca isso. A gente nunca entrevistou assim: “Essa criança combina com aquele voluntário”, nada. Às vezes, acontece de a gente comentar entre gente, funcionários, e aí o voluntário chega e fala: “Nossa, parece que é meu filho”. E a gente pensou naquele voluntário para aquela criança, mas não que a gente fala, isso não.

(linhas 802-812)

F: (pergunto se há voluntários que tem uma aproximação conflituosa com crianças e o que é feito).

P: (...) Então, geralmente, a gente chega no voluntário e a gente conversa: “Olha, essa criança gosta de comer com a mão, não adianta nesse momento você trabalhar com ela dela comer com a colher, ela não quer e assim, tem n motivos pra essa criança comer assim”. “Ah, mas então, eu quero levar essa criança pra passar o final de semana, mas desse jeito não vai dar”. “Então, então pera lá, então você não vai levar, porque essa criança só vai comer se for assim”. “Ah, mas eu gostei muito dela, ela gosta de mim, a gente se identifica”. “Mas então, você só vai poder levar se você puder aceitar a criança neste momento, desta forma”. Porque assim, tem que ir moldando, as coisas tem que ser devagar. É aquilo que eu te falei, as pessoas querem crianças perfeitas que sejam robózinhas, que obedeçam em tudo, que não tenham falhas e essas crianças não existem. Então assim, a gente tem que cortar esse vínculo desse voluntário, porque é prejudicial pra criança e acaba sendo...

F: E você já percebeu isso algumas vezes?

P: Eu já percebi isso algumas vezes, aí a gente conversa, a gente pede pra pessoa simplesmente se afastar da criança. Com todo amor, todo carinho que tem que ser falado, tudo, que isso não é bom, não é positivo, né, mas assim, a pessoa geralmente fica sentida, às vezes não retorna pro abrigo, às vezes retorna depois de um período. Mas assim, tem que ser falado.(linhas 835-851)

Patrícia refere-se ao período de namoro como aquele em que a criança não pode ser moldada pelos adotantes, mas respeitada. Esse namoro é espontâneo, ao entrarem em contato, adultos e crianças se escolhem, e não há crianças que fiquem de fora.

Segundo Patrícia, nessa “adoção espontânea”, crianças e adultos se vinculam de forma espontânea, não havendo disputa de alguns adultos por uma mesma criança ou um casal sendo disputado por várias crianças. Ou seja, nos abrigos ocorre um espaço em que as crianças e adultos vão se relacionando e se posicionando de forma a facilitar ou não um entrosamento, num processo de conhecimento, escolhas e exclusões. Essa seleção é espontânea, na qual a interação com diferentes voluntários funciona como um circunscritor; alguns voluntários são sentidos como mais próximos e outros não. E aí duplas (adultos-criança) vão se formando.

Todavia, se algum adulto interagir de uma forma que possa ser sentida como desrespeitosa ao jeito da criança, essa relação não é mais estimulada e até solicita-se que o adulto se afaste da criança, caso não modifique sua conduta.

F: Teriam um estágio no abrigo?

P: Isso. De repente assim: “Eu quero uma criança de quatro a cinco anos, eu quero uma criança na, na na...”. E eles chegam lá e se deparam com as crianças... “Ó, só que assim, esse aqui... a maioria é grupo de irmãos então...”, “ Ah não, então tá bom”. Ele chega lá e de repente se ele tivesse a liberdade de assim, de olhar pra aquele: “Aquele tá disponível?”, “Tá”. Então de repente tá... assim... só que às vezes parece a gente falando assim, né... parece que a gente está numa vitrine de shopping, escolhendo o vestido mais bonito, mas não é, por incrível que pareça, as pessoas que vão em abrigo que eu posso te dizer, é que cada criança, nunca nenhuma criança ficou largada. Aquela ali é feia, ninguém quer, nunca. Sempre tem alguém interessado em todos os tipos de criança e é uma coisa muito engraçada, parece que as coisas assim, eu não sei te explicar, mas, por exemplo, assim, aquele que chegou ontem não tem nenhum voluntário que o adotou assim, entre aspas, alguém... sempre encontra alguém que quer fazer alguma coisa por eles, tal. Então assim, isso em muito engraçado, não tem criança feia e criança que ninguém goste, entendeu? E parece que as crianças gostam assim... daquelas pessoas. Porque eu fico lembrando da época do Abrigo bebê, então assim, lá tinham muitas pessoas que queriam adotar, tal, então aparecia fulano e gostava do... do Fernando e não do Caio que já tinha uma pessoa fazendo na... o namoro ali com ele, toda aquela coisa. Então assim, isso parece que a criança que lança, que mostra isso, não sei. (linhas 1541-1548)

Diante desse relato, perguntamos à Patrícia se teria uma forma de conciliar os aspectos relatados sobre a adoção por voluntários com a adoção via cadastramento. Patrícia aponta para uma decisão conciliatória, na qual adotantes cadastrados nos Fóruns iriam ao abrigo conhecer as crianças disponíveis para a adoção.

*P: Olha, eu acho assim, que é muito lerdo. Porque pra uma criança, um bebê ficar no abrigo seis meses, oito meses, ele perde, ele tem uma fase assim, muito importante da vida dele pra cuidados de... de família. Então assim, eles perdem, eles se perdem aí e tem isso... a gente teve um estudo assim... que eu achei assim, muito interessante, ele fica em estado de alerta o tempo todo, ele acaba assim, sofrendo também de uma certa maneira, não é? Então assim, eu acho que pra criança é muito triste, não... e se for criança maior, Fernanda, que entende... eu acho pior ainda, porque dois anos de abrigo é muito tempo para uma criança, a gente tem criança lá que eu te falei, passou a primeira infância dela praticamente inteira, dentro de um abrigo. Isso aí não é legal e, e, e chega, e tem um caso lá agora que tá tão... a criança está assim tão abrigada assim, que ela não quer ir embora do abrigo, o abrigo virou a família dela. Então assim, o pro... o processo dessas crianças, se volta pra família, se vai pra adoção, é **muito lerdo, as pessoas não se preocupam com a criança, deixam a criança lá no abrigo e tá bom... "A gente vai fazendo o processo, a gente vai vendo..."**. Aí você pode falar: **"Ai, mas tem muito processo, tal"**. Tem, só que eu acho que a criança tem que ser priorizada, principalmente a criança abrigada porque ela tá sofrendo mais ainda, entendeu? E, às vezes, assim, prejudica a criança, no caso dessa criança, tá prejudicando porque ela vai precisar de uma ajuda pedagógica, psicológica, porque assim, ela não quer se desvincular do abrigo de jeito nenhum e rejeita a família, é uma criança grande e rejeita a família. Está tentando ser feito um trabalho pra ela aceitar a família e ela não quer, **ela quer as tias do abrigo, ela quer a tal tia, a outra tia, a tia que leva no médico, a tia que leva pra passear de vez em quando, que é voluntária, ela quer essas tias. Isso aí não é...ela, ela...ela pôs que isso são as mães dela, que o tio da Van é o pai. Então assim, a criança chega a tal ponto que ela se perde totalmente, ela se funde no abrigo e isso aí não pode acontecer. É triste demais quando essa criança fica muito tempo e assim, demora demais, porque essa criança tá no abrigo desde bebê e... e as coisas ainda não foram definidas na vida dela, estão sendo definidas em uma hora que ela não quer aceitar. Isso é difícil pra criança. Então assim, eu vejo como um processo lento, muito lento...***

(linhas 1768-1794)

*P: (...)De qualquer forma assim, o Fórum... prepara as pessoas, eu não sei como que eles preparam, tal, mas assim... eu acho que isso daí acarreta mais ao abrigo, não sei. Porque eu acho assim, você tá ali, naquela situação, tá vivenciando, é bem melhor do que você estar ouvindo e não saber o que vai acontecer, entendeu? Porque a vivência é outra coisa assim, é uma coisa assim, muito gostosa, Fernanda. Do que de repente você estar só ouvindo a pessoa falar o que pode acontecer. Ali realmente vai brotar se você quer aquela criança ou não, você vai perceber as dificuldades daquela criança, se é aquilo mesmo que você quer, você pode voltar atrás também, né. Então assim, geralmente as pessoas não voltam atrás ou então elas se descobre que ela não quer bebê, quer aquela criança maior, como eu já te falei, né... Então assim, acontece essas coisas também. **Então a vivência do abrigo talvez fosse muito melhor do que só as coisas técnicas do Fórum, né.***

(linhas 1846-1856)

Patrícia, ao ser questionada sobre a atuação da Justiça e o que poderia ser feito para modificar o que critica, afirma que a morosidade da Justiça leva à institucionalização longa das crianças. Diante disso, a criança se apropria da cultura e dos costumes do abrigo, além de se vincular fortemente aos funcionários, não conseguindo mais se inserir a uma nova família.

Além disso, Patrícia é enfática ao dizer que o abrigo está mais habilitado para acompanhar as adoções do que as equipes dos Fóruns, pelo fato dele ser o espaço mais propício para o encontro entre adotantes e crianças e por conhecer as crianças em profundidade. Patrícia diz não saber o que é feito nos Fóruns, mas argumenta que falta subsídios para os profissionais, pelo fato de realizarem um trabalho meramente formal e teórico, sendo a prática junto às crianças realizadas nos e pelos abrigos.

Após apresentarmos a análise da entrevista de Patrícia, abordaremos a experiência adotiva de Marta e Roberto, um casal que se tornou voluntário em um abrigo, no qual conheceram a filha adotiva.

4.2. Marta e Roberto – os pais de Juliana

Roberta e Marta são casados há mais de quinze anos, possuem um filho adolescente e, depois de muitas gestações sem sucesso, optaram por se cadastrar no Fórum para adotar uma criança. Marta passou por abortos e por gestações em que seus filhos tinham deformações. A opção pela adoção foi um processo lento, que teve grande influência do filho, que pedia um irmão, mas que se confrontava com o casal ainda muito mobilizado pelos abortos ocorridos, com dificuldades para aceitar que uma mãe doasse seus filhos para adoção ou que, por algum motivo, estivesse sendo destituída do poder familiar. Quando avaliados no Fórum, foram aprovados e inseridos no cadastro de requerentes a adoção e passaram a frequentar um abrigo de crianças pequenas. Neste abrigo, os adotantes vincularam-se a muitas crianças, entre elas, Juliana, hoje, filha adotiva do casal. A relação com as crianças do abrigo os auxiliou a conceber a adoção como uma forma de filiação.

Roberto se afeioou a algumas crianças, que foram adotadas ou voltaram para suas famílias. Quando estava com elas, brincava, rolava no chão, as agradava. Sua esposa o observava e dizia para que tomasse cuidado, porque aquelas crianças não poderiam ser adotadas. Marta ressalta tal posicionamento várias vezes, tanto em relação ao marido como aos demais voluntários. Ao conhecer Juliana, no entanto, parece que tais precauções e cuidados não tiveram efeito, e ela também se afeioou a menina e a queria como filha.

Marta e Roberto conheceram Juliana quando ela ia completar dois anos e logo passaram a visitá-la com frequência e a traziam para passar o final de semana sua casa. No período da entrevista, Juliana estava com quatro anos de idade e sua situação adotiva já estava formalizada.

No entanto, pudemos observar como uma série de questões ainda estava sendo elaborada, negociada e discutida pelo casal. Juliana tinha outros irmãos, um deles, foi abrigado logo após a inserção da menina na casa dos adotantes. A partir de então, o casal não ia mais ao abrigo, pois tinham em mente que não teriam condições de adotar mais uma criança, mas se mantivessem contato com ele, talvez não conseguissem manter tal decisão.

Marta sempre traz à baila, nas minhas visitas, a questão da família de Juliana, assunto que Roberto prefere não abordar. Ela chega a me pedir para contatar a família da menina e entrevistá-la. Demonstra interesse em saber onde vivem, como estão, quem são. O marido fica calado e tem uma feição séria quando Marta apresenta seus propósitos.

Um outra questão trazida apresentada por este casal, que foi apresentado a mim pelo casal que adotou o irmão de Juliana, era o distanciamento da filha em relação ao irmão. Marido e mulher tentam me colocar na posição daquela que poderá proporcionar

a aproximação dos irmãos, se procurasse o casal e os estimulasse a manter a relação entre eles. Conversamos sobre tal situação, mas pontuei que tais negociações e combinações precisam ocorrer entre eles e que eu não tinha como assumir o que estavam me pedindo.

Outro aspecto importante é que, mesmo levando Juliana em psicoterapia e ressaltando nas entrevistas, que ela tinha conhecimento de sua história e da adoção, os pais interrompiam nossas conversas quando a filha se aproximava. Juliana, imediatamente, passou a se fazer presente, rodeando-nos, pedindo para falar no gravador, o que nos parece seu movimento de ser incluída neste processo de relatarmos sua adoção.

4.2.1. Abrigo: cenário de encontros e desencontros entre adotantes e crianças?

É importante ressaltar que parte da gravação da primeira entrevista realizada com Marta e Roberto foi danificada. Dessa forma, alguns relatos do casal foram retomados na segunda entrevista, através da introdução de temas já trazidos por eles, como a ida ao abrigo e a vinculação a diferentes crianças.

F: E aí quando que surgiu a idéia de começar a ir no abrigo e do abrigo conhecer a Juliana e pensar em adotá-la?

M: Ah, eu já estava no Cadastro há uns dois anos. O Cadastro pra recém-nascidos, né? E foi quando eu... eu me aposentei assim, de uma maneira... meia inesperada (conta os motivos da aposentadoria). (linhas 305-308)

M: (...) alguma coisa tá... pra ocupar o tempo, né... e foi quando eu conheci o abrigo, o Z..

N: Nós fomos passear lá, né... aí ela tocou a campainha daí eles falou: “O que que é?”, né... Falou: “Ah, é a Marta e o Roberto... a gente quer conhecer, né... é a primeira vez”. Eles abriram o portão, entramos e aí a gente começou a conversar com... que queria ver né... [fala incompreensível].

M: Quando ela descobriu que a gente tava na fila (do cadastro para adotar), nós já... (risos) tava lá dentro, né, e ainda a gente nem comentava assim, muito lá pra não dar... problema pra elas, né? Elas sabiam que a gente tava na fila. Aí...

F: E aí... é... vocês conheceram algumas crianças lá...

M: Conhecemos...

F: E se vincularam a algumas?

*M: É... só o Roberto que... ele achava de uma maneira assim que aquela criança recém-nascida poderia ser nossa, né. Devido ao tempo que a gente já estava né... mas... eu falava: “**Olha, não***

se apega...”, eu era a primeira a falar pra ele: “Não se apega porque essas crianças não vêm pra nós”, eu falava né. E tanto é que quando surgia algum voluntário que começava a se apegar assim, eu falava: “Gente, não se apega, vocês vão sofrer e não...”, sabe? Eu sempre fui assim, de... de colocar... tentar esclarecer, né... que não era porque tava lá com um voluntário que ia pegar determinada criança. (linhas 313-334)

F: Mas essa criança que o Roberto queria adotar... porque que você se vinculou, o que que aconteceu?

R: Ela (a esposa) falava assim: “Não se apega muito, não se apega muito que essa criança não vai ser nossa, né”. Aí um dia eu cheguei lá e ela já tinha ido, aí eu procurei por ela e “A Mônica já foi... já foi pelo Fórum”. Então...

M: Mas isso que...

R: Aí eu peguei e falei...

(linhas 348-354)

Marta havia acabado de se aposentar, de maneira abrupta e não voluntária, quando começou a freqüentar um abrigo, o qual é conhecido como um espaço de adoção de crianças.

Ao longo de sua fala, percebemos que o casal não revelou, inicialmente, aos funcionários do abrigo que estavam inscritos no cadastro de pretendentes à adoção, do Fórum da cidade. Os entrevistados perceberam que, uma forma de poderem continuar freqüentando a instituição, sem causar nenhum inconveniente, era não comentarem com outros funcionários e voluntários que estavam no aguardo de uma criança para adotarem.

O desejo de adotar uma criança veio à baila em diferentes momentos das visitas ao abrigo, do qual se tornaram freqüentadores diários. Ora Roberto começava a se vincular a alguma criança em específico, ora algum voluntário vivenciava esse processo. Nestas situações, Marta se posicionava como aquela que revelava o desejo do outro de adotar e a inviabilidade de realização de tal projeto. Da forma como se descreve, Marta se percebia como quem tinha controle de seus sentimentos em relação às crianças. E mais do que isso, ela se via no papel de alertar aos demais sobre o sofrimento que poderiam ter ao alimentarem o desejo de adotar as crianças do abrigo.

R: Tinha uma menina lá... chamava Adriana, ela era linda, né... E tinha uma...

M: **Tinha uma pessoa que fazia até os aniversário dela...**

R: **Fazia o aniversário dela, né, dava roupa, dava... achando que ela ia pra ela, né. Aí, a gente a...**

M: **De repente a avó resolveu pegar de volta. Então, porque a prioridade é os parentes, né? A gente sabe disso. E... então, seu sempre fui assim, de tentar abrir o olho, né... das pessoas: “Ó, não se apega porque não vai... não é assim...”**. **Eu tentava explicar, mas... e no final aconteceu com a gente, né? Só que a situação era diferente...**

R: Só que a Juliana... eu pelo menos, não se apeguei nela assim, porque eu já sabia do caso que [...]... ah... eu brincava com ela, pegava ela no colo, dava... eu dava banho, eu dava sopinha, janta pra ela, mas eu não se apeguei com ela assim... eu achava ela linda, achava tudo, ela brincava comigo, brincava com ela, eu punha ela no chão e a gente se rolava no chão. Mas eu não se apeguei com ela e deixei... até que veio pra gente. Hoje eu tô apegado com ela.

F: Como que é isso... é... apegado você era...você era muito afetivo com ela...

R: Era, mas eu não era assim... eu nunca achava assim que...

F: Você não ficava alimentando que ela seria...

R: Que ela seria nossa, né... que a outra... é... aliás, depois da Mônica tinha uma escurinha lá que eu, ela brincava demais comigo, vinha no meu colo, é... em cima do...

M: Ela acabou indo pro pai...

R: Acabou indo pra... a mãe é... era de rua, vivia na rua... acabou voltando pro pai, não sei.
(linhas 364-384)

O casal relata várias histórias de voluntários – e do próprio Roberto – que quiseram adotar crianças e estas voltaram para sua família de origem. A forma como falam parece permeada por tristeza e frustração. Os prováveis adotantes não terem realizado a adoção e a volta da criança à família de origem é entendida como cumprimento da lei, mas não parece ser percebida pelos entrevistados como o melhor para a criança.

O casal se identifica com o “possível” adotante: aquele que dá roupa, faz aniversário, acompanha a criança no abrigo e ao médico e que fazem um investimento emocional e material para ficarem com a criança - **“Fazia o aniversário dela, né, dava roupa, dava... achando que ela ia pra ela, né”**. À reinserção da criança na família biológica é atribuído o sentido de repentino; os adotantes não parecem (re)conhecer o investimento que essas famílias podem ter feito para reaverem seus filhos, sobrinhos ou netos (**De repente a avó resolveu pegar de volta; Ela acabou indo pro pai...**).

F: Então péra aí... mas isso tudo aconteceu porque vocês foram chamados...

M: No Fórum...

F: Aí vocês mudaram a idade, vocês falaram: “É uma menina...”. Vocês chegaram a falar? “Nós estamos gostando de uma menina, ela chama Juliana, tal, tal, tal...” E aí eles viram se vocês poderiam ficar com ela...

*M: Aí a... a... eles foram no abrigo fazer uma... uma grande reunião e... porque tinha muitas crianças que tava lá há dois anos e se... tudo emperreado lá... num... aí o juiz foi lá pra ver a situação de cada criança, né... E... e aí... lá no abrigo, provavelmente a assistente social explicou que tinha esse casal tal que tava interessado nela, né. Aí o juiz liberou, mas... **Quer dizer, nós não fomos passados na frente, entendeu. A diferença é essa, porque nós já éramos do, do Cadastro, né. Porque as pessoas falam: “Ah você conheceu e escolheu?”. Não é... no fundo escolheu, mas não foi assim, uma coisa... Eu estou sem Cadastro vou lá e escolho uma criança, né... Não é... não foi isso.***
(linhas 416-428)

F: Vocês acham que de alguma forma vocês foram no abrigo é... sem muita intenção, mas lá no fundo já pra... é pra conhecer crianças e quem sabe daí adotar... ou isso não?

R: Então a gente já tava no Cadastro quando a gente começou a ir no abrigo.

F: Mas tinha alguma... você tinha alguma esperança ou alguma coisa assim: “Talvez seja aqui o caminho de gostar de alguma criança e essa criança ser minha”. Ou não tinha essa idéia?

R: Tinha sim... tinha essa idéia.

M: Mas eu tentava tirar isso dele, entendeu? Ele tinha...

F: Porque você via um monte de gente sofrendo porque não podia a adotar crianças que...

M: Mesmo que elas estavam sem Cadastro a gente via que a coisa não era... eu via que a coisa não era tão simples assim, que tinha uma burocracia muito grande, né. Como tem, você sabe, né?

F: E aí você falou que vocês abriram as portas porque a partir de vocês, aí vários voluntários adotaram.
(linhas 429-442)

M: Adotou... ele tinha [] Ele... foi uma briga muito feia porque ela entrou com advogado de fora e conseguiu a guarda dele e aí a mãe é...

R: Ela descobriu, foi lá e...

M: Eu sei que foi uma briga muito...

F: A mãe pôde reaver o filho?

M: É reaver, mas só que... é um perigo, eu ainda falava pra ela: “Maristela, isso é perigoso”, ela foi co... acabou conhecendo a mãe, você entendeu?

R: Foi um...

M: Então foi uma coisa assim... um sofrimento.

F: Mas ela foi pra conhecer ou ela foi pra brigar com a mãe e tentar um acordo?

M: Eu acho que ela tentou um acordo, mas não teve.

R: Ela foi até ameaçada...

M: É, e depois disso teve a... não lembro se teve mais caso, mas teve a Beatriz, né... a Beatriz não tinha Cadastro. Ela se cadastrou por causa do Murilo. É diferente do nosso caso, né... porque a Beatriz, ela se apegou ao Murilo, cuidou dele assim... de quatro meses a um ano, eles iam lá, cuidava do menino, ela ajudava muito lá, levava a criança no médico e... e ela via todas as vezes que o menino era levado no Fórum... por isso que eu falo... vê... é por Deus, não adianta falar que não é. A criança ia no Fórum, a Beatriz ia levar, o casal falava: “Não, não quero”.
(linhas 448-466)

Outro sentido que emerge na fala de Roberto é a tensão/conflito do entrevistado na instituição e até mesmo na entrevista ao relatar seus sentimentos por três meninas, sendo que duas delas voltaram para suas casas e a outra foi adotada por ele. Assumir a

vinculação por sua filha quando esta ainda estava no abrigo é associado a diferentes circunscritores. Elencamos alguns possíveis significados relacionados ao “conflito que vivia”: os entrevistados eram cadastrados e às vezes se pegavam desejosos em adotar uma criança abrigada?; voluntário passa na frente de cadastrados ao adotar uma criança no abrigo?; voluntário pode ou não se vincular às crianças?; vínculo pode ou não levar ao sofrimento?

Marta atribui ao divino os (des)encontros que ocorreram no abrigo. A partir da adoção de sua filha, o juiz concedeu a outros voluntários a adoção de crianças. No entanto, a entrevistada ressalta que ela havia se cadastrado e que não havia passado na frente dos casais cadastrados na lista. Além desse aspecto, Marta traz algumas questões importantes: a disputa de crianças por seus pais biológicos e adotantes, pelo fato dos últimos pleitearem em adoção, crianças que não estão em condições de serem adotadas; a entrevistada também se refere a adotantes que cuidam por longo tempo de crianças abrigadas, são vinculadas a elas, e ao verem que estão sendo rejeitadas por casais do cadastro, solicitam a adoção das mesmas.

Essas falas são muito significativas porque são contrárias a discursos evocados cotidianamente pela população em geral e até pela mídia, nos quais todas as crianças abrigadas estão em condições de serem adotadas e permanecem nesta condição por morosidade da Justiça. Marta traz uma experiência rica em que, uma mãe biológica que ainda tenta reaver seus filhos entra em lide com uma voluntária que requer a adoção de seus dois filhos abrigados. Esta situação de disputa é tão complexa que, ao longo da realização deste trabalho, a situação de uma das crianças ainda não estava resolvida.

Por outro lado, a experiência relatada de uma voluntária que passa meses cuidando de uma criança também traz aspectos importantes de serem discutidos com profundidade. Marta se refere a voluntários que se tornam referência para a criança e as

assumem integralmente – a visitam, levam ao médico, acompanham ao Fórum, levam a criança para casa. E há um aspecto em sua fala a ser ressaltado, que pela sua gravidade, não pode passar despercebido: há crianças que são apresentadas a diferentes casais que desejam adotar. Nesse sentido, vale a pena refletirmos se os procedimentos para a colocação em família substituta estão sendo eficientes e como as crianças, que devem ser as maiores beneficiadas em uma adoção, estão sendo posicionadas nesta situação de serem apresentadas a diferentes casais. Desse modo, indagamos: quais os critérios para a aproximação ou não de um casal; esta forma de abordagem atende quais interesses; e qual a retaguarda que se dá uma criança que não é aceita e quando ela é apresentada a outro casal, numa nova tentativa de adoção.

Ainda pensando no bem estar da criança, é importante nos atentarmos a experiência relatada pela entrevistada no que se refere ao período aguardado para receber sua filha, através do Termo de Guarda.

M: É... do Fórum... aí eles falaram... aí... foi assim, uma coincidência, vamos dizer, Providência, né. Nós fomos chamados no Fórum pra atualizar o Cadastro. Perguntaram se a gente ainda estava interessado, né... em adotar... aí eu falei: “Não, a gente está interessado e...”. Aí ela falou: “Você não quer mudar a idade?”, né... porque eu tinha posto recém-nascido até seis meses. Aí eu falei: “Não, eu quero mudar sim, inclusive lá tem uma menininha que... – não lembro o termo que eu falei, né – e gostaria de estar mudando”. Aí ela falou: “Olha, eu não posso garantir que seja essa, mas... dessa idade, se você tivesse posto há 2 anos, você já teria adotado”. Porque já fazia três anos e meio que a gente tava no Cadastro. Até que... porque nós ficamos um ano e pouco indo lá no abrigo assim, né... mas nada acontecia, né. E... nós nunca fomos chamados nem pra... outra opção, menino, nada. Era só mesmo aquele contato dali do Abrigo Z, mas num... oficialmente nada, né. Aí foi quando nós... e aí nesse mesmo dia, ela... eles perguntaram se a gente queria trazer ela em casa, como voluntário de final de semana, né. Aí, nós trouxemos, ela veio numa boa, a gente chegou aqui... como se já conhecesse a casa, sabe? E impressionante porque... ela já ficou com a gente como se já conhecesse há muito tempo, né. Aí nós devolvemos no domingo à.. à noite... foi assim... já começou a ficar difícil, né... no outro final... eu sei que nós pegamos ela uns três finais de semana. E no... o último era feriado, semana santa, ela ficou quase uma semana, né, aqui. (...) Aí que nós fomos tentar pegar a guarda, né. Foi quando o... quem era responsável (pelo abrigo) lá era o Dr. X, ele falou que nós não devia tá indo lá e foi aquela coisa, proibiu, né a gente de tá indo lá. Mas aí a gente ia em horário que ela não tava, às vezes, né... porque ela vinha na creche e por coincidência a creche é aqui encostada. Quando ela me viu, ela ficou desesperada, sabe? Querendo vir comigo e aquela confusão e todo mundo achando né... interessante... aí eu expliquei pra moça da creche: “Ó, é porque eu vou lá no abrigo e ela... ela gosta muito de mim, né... e a gente está até tentando a adoção, tal...”. Aí, ficou essa história da creche aí, porque...com tanta creche elas foram pôr bem pertinho aqui.

F: Da sua casa...

M: E ela quando me viu, ela ficou desesperada, ela queria subir aqui, né...

F: E vocês contaram que teve uma reunião...

M: Aí logo em seguida teve uma reunião lá... tinha várias crianças, porque naquele tempo as crianças até dois anos, às vezes, iam pra lá com um dia, com dois dias e ficava até dois anos. Era um pouco... muito... se hoje é lento, naquele tempo eu acho que era mais lento ainda, a questão da burocracia, tudo e... então saiu várias crianças, e nesse dia eles decidiram, né... que ela viria pra nós, né. E... ela foi uma das crianças que menos ficou lá, porque eu acho que ela entrou em novembro, dezembro e saiu em maio. (linhas 594-540)

Marta relata que, quando o presidente da instituição soube que ela e seu marido estavam cadastrados no Fórum e que desejavam adotar uma criança do abrigo, eles foram proibidos de visitar o abrigo. No entanto, há um ano e meio freqüentavam a casa praticamente todos os dias. Além disso, a proibição ocorreu após a entrevista no Fórum, quando o casal explicitou que conhecem Juliana e que desejam adotá-la. Nesse meio tempo – entre a entrevista no Fórum e a proibição do dirigente – a menina passa a ser levada para casa do casal em vários finais de semana.

Logo após a proibição, o Juiz da Vara da Infância da cidade realiza uma reunião no abrigo para conhecer a situação das crianças e pensar no desabrigamento destas. Nesta ocasião, ele é colocado a par sobre o desejo de alguns voluntários em adotarem determinadas crianças. Após a reunião, algumas adoções foram viabilizadas, entre elas, a de Juliana.

No entanto, o que nos chama a atenção é a forma como Marta e Roberto tiveram livre acesso a Juliana e, quando esta relação passa a existir na esfera jurídica, para ocorrer a legitimação da relação, a criança é proibida de vê-los pelo dirigente do abrigo. Nesse sentido, pensamos como foi para Juliana ser afastada do casal que já era uma referência afetiva e com quem já havia passado vários dias de sua vida. Parece haver um embate entre as regras do abrigo ao longo dessa relação. Enquanto não existia nada formalizado, o acesso à criança era permitido e o presidente da instituição não proibia tal situação, visto a grande quantidade de voluntários na casa. A partir do momento em

que há uma formalização do pedido da adoção, que envolve o Poder Judiciário, regras e normas, que antes não vigoravam na relação entre a instituição e os voluntários, passam a ter que ser respeitadas.

Diante disso, retomamos novamente, como fica Juliana ao ver que a tão conhecida Marta está do outro lado do muro, impossibilitada de interagir com ela?

4.3. Discussão

A criança almejada em adoção pelos adotantes que se cadastram nos Fóruns, na maioria das vezes, é muito distinta da criança que se encontra em condições de ser adotada.

Cassin (2000), ao analisar o cadastro dos requerentes a adoção e as crianças disponíveis para adoção, na Comarca de Ribeirão Preto, no período de 1986 e 1999, mostra a disparidade das crianças almejadas em adoção e as crianças que se encontram a espera de uma família substituta. Ao analisar 502 inscrições de cadastrados e 327 pareceres psicológicos verificou que: 89,7% dos candidatos à adoção preferiam crianças de cor branca, 91,9% desejavam crianças de até um ano de idade; 37% preferiam meninas e 92,7% só aceitariam crianças saudáveis, sem qualquer problema de saúde de ordem física ou mental. Entretanto, as crianças disponíveis para adoção naquele período tinham as seguintes características: havia mais meninos (58%), 70% eram maiores de um ano; 45% eram crianças brancas e 82% das crianças eram saudáveis.

A pesquisa realizada em 2002 (SCHREINER, 2003) pelo CECIF (Centro de Capacitação e Incentivo à Formação de Profissionais, Voluntários e Organizações que desenvolvem trabalho de apoio à convivência familiar) analisou os dados oficiais de 11 Varas da Infância e Juventude e o perfil das crianças desejadas pelos adotantes que

participavam de um grupo de adoção. Os resultados encontrados mostraram que para cada criança de dois anos de idade havia 36 pretendentes a adoção, o que demonstra que a maioria dos adotantes cadastrados prefere bebês.

As pesquisas de Weber (2003) e Paiva (2004) também mostram a preferência por crianças pequenas, brancas e sem problemas de saúde. São preteridas as crianças negras, maiores de dois anos de idade, os grupos de irmãos e aquelas que possuem problemas de saúde.

A importância de apresentar essas pesquisas é para ilustrar a preferência nacional dos adotantes e, concomitantemente, refletirmos o que vem acontecendo em alguns abrigos do país. Pelo que observamos nos *corpus* construído nesta pesquisa e em nossa atividade profissional, há um número considerável de adotantes que a partir da convivência com crianças em instituições as pleiteiam em adoção. Sendo que, muitas vezes, as crianças que são pleiteadas através dos contatos estabelecidos nos abrigos, muitas vezes, não correspondem ao perfil inicialmente desejado pelos adotantes.

Na entrevista com Roberto e Marta podemos conhecer o processo de um casal que estava anos à espera de um bebê a ser entregue pela Vara da Infância da cidade em que moravam e que passaram a frequentar um abrigo. A partir de então, uma série de afetos e sentidos passaram a ser modificados e negociados, através da interação com as crianças acolhidas na instituição. A ida ao abrigo não nos parece um acaso, mesmo que inconscientemente, esse casal, parecia estar buscando um maior contato com a adoção de uma criança. Parece-nos que, ao se tornarem voluntários, passaram ter uma interação com crianças reais, parecendo ter favorecido um movimento de cada cônjuge dar novos sentidos às suas experiências e aos sentidos relacionados ao abrigamento, adoção, vínculo. O que, conseqüentemente, os levou a assumir novos posicionamentos na

relação com os outros com os quais interagem (companheiro, criança, abrigo, Poder Judiciário, práticas discursivas).

Roberto encantou-se com várias crianças e Marta pôde se aproximar da tão temida adoção, depois de quinze anos de elaboração do luto de não poder ser mãe biológica por uma segunda vez.

Por outro lado, Patrícia, nossa outra entrevistada, presenciou a aproximação de vários casais e crianças e mostra seu encantamento diante das adoções e suas angústias no contato com as famílias biológicas das crianças abrigadas.

Diante dessas experiências tão complexas, quais sentidos puderam ser apreendidos que permearam as adoções via instituições? Quais as atribuições a si e ao outro nesses processos de vinculação de adultos e crianças e no trabalho com as famílias dessas crianças? Como são os relacionamentos com os demais cenários envolvidos nesses processos? Ao longo da história, como se deram as adoções no Brasil?

4.3.1. O universo do abrigo: protagonistas, posicionamentos e práticas discursivas

Alguns pesquisadores demonstram como as famílias biológicas compreendem a colocação de um filho em um abrigo. Fonseca (2002) observou que muitas mães faziam dos abrigos, no caso, a FEBEM de Porto Alegre nos anos 80, como uma das alternativas para seus problemas financeiros e outras crises que estivessem atravessando – problemas de moradia, desemprego, rejeição de crianças por parte de um novo companheiro. A instituição seria para elas “um internato para pobre”, onde a criança poderia permanecer até que a família tivesse condições de assumi-la normalmente.

Em outro artigo, a pesquisadora mostra que para as famílias de camada popular de bairros da periferia de Porto Alegre entendiam que a instituição era uma das formas de compartilhar o cuidado de seus filhos, assim como entregá-los aos cuidados de

parentes e vizinhos e, muitas vezes, não compreendiam que este ato poderia implicar na destituição do poder familiar.

“Em todo caso, as mães que eu encontrava consideravam a colocação de um filho como um arranjo temporário e elas exprimiam claramente sua esperança de reavê-lo assim que as coisas melhorarem um pouco”. Elas ficavam, portanto, estupefatas quando voltavam, às vezes após vários anos, para retomar o filho deixado no orfanato e eram informadas que este fora dado a uma família adotiva. Elas não conseguiam entender que o filho havia desaparecido “para sempre”. Do seu ponto de vista, elas o tinham deixado na instituição do mesmo modo como teriam apelado a uma comadre, avó ou outra mãe de criação” (FONSECA, 2006).

Rizzini e Rizzini (2004), ao analisar documentos da FUNABEM, constataram que a internação de muitas crianças se devia ao pedido formulado por suas famílias, a fim de que pudessem ter acesso à escola, alimentação e se desenvolver.

O que observamos em diferentes estudos no Brasil sobre o abrigamento de crianças e/ou a destituição do poder familiar de seus pais é a existência de problemas sócio-econômicos permeando tais fenômenos (SERRANO, 2008; GUEIROS, 2007; MARIANO, 2004; MOTTA, 2001; FÁVERO et al, FRESTON & FRESTON, 1997)

Por outro lado, as leis em vigor estabelecem que, inicialmente, se deve privilegiar o retorno das crianças abrigadas às suas famílias de origem. No entanto, neste trabalho e em outras publicações fica evidente a falta e/ou a precariedade de iniciativas nesse sentido (SERRANO, 2008; GULASSA, 2005; OLIVEIRA, 2001). Mais do que isso, os estudos mostram múltiplas práticas discursivas que pautam as ações junto às famílias destas crianças abrigadas, responsabilizando-as, muitas vezes, pela situação em que seus filhos se encontram.

Segundo Gulassa (2005), muitos profissionais que atuam junto às famílias de crianças abrigadas podem se colocar como os que sabem o que fazer, enquanto posicionam as famílias como “incompetentes”, cabendo ao abrigo suprir a incompetência delas.

Serrano (2008) ao caracterizar o abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade na cidade de Ribeirão Preto, buscou mapear o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos abrigos junto às famílias das crianças que se encontram acolhidas. Segundo a autora, as concepções que o abrigo tem sobre tais famílias e as formas como as acolhem (ou não) influenciam e são influenciadas pelo modo como a relação família-abrigo será estabelecida. Em um dos abrigos que acompanhou, o dirigente relatou imprescindível que um profissional do abrigo supervisione as visitas das famílias a seus filhos. Em outro abrigo, parecia haver, *a priori*, uma pré-concepção de que a família biológica é ruim e a melhor opção seria a colocação da criança em família substituta. O terceiro abrigo estudado prioriza o retorno das crianças às famílias e se opõe à adoção, embora não realizem nenhum trabalho com a família de origem.

Ainda em seu estudo, Serrano (2008) entrevistou conselheiros tutelares sobre os abrigamentos que efetuaram e a relação estabelecida com a família das crianças. Os entrevistados trouxeram sentidos diversos para a família biológica que tem o filho acolhido: são famílias perigosas e por isto o abrigamento deve ser feito na Sede do Conselho; outro conselheiro pontua que, aos pais que demonstram interesse pelos filhos explica-se que não estão sendo destituídos do poder familiar, porém, se entenderem que os pais não se importam com o abrigamento dos filhos, nenhuma explicação lhes é dada. O terceiro conselheiro traz um outro sentido para tais famílias, indicando que devem ser respeitadas bem como os sentimentos e reações que tiverem diante do abrigamento de seus filhos.

O Seminário Abrigar ocorreu no ano de 2006 na cidade de São Paulo e contou com a participação de profissionais do Poder Judiciários, dos abrigos, e de Órgãos de Proteção dos Direitos das Crianças e adolescentes. Na ocasião, apresentou-se uma pesquisa realizada com abrigos, conselhos tutelares e com o Poder Judiciário e

constatou-se a grande dificuldade de interlocução entre estas instituições. Mais do que isso, percebeu-se que há grandes dificuldades de se trabalhar em conjunto e de cada cenário se apropriar das atividades que lhe cabem, como a de trabalhar com as famílias das crianças abrigadas.

Ao pensarmos nas ações existentes junto às famílias de crianças abrigadas e aos pretendentes às adoções, vamos nos remeter a nossa entrevistada Patrícia e aos estudos de Serrano (2008), Mingorance (2006), Eltink (2005) e Oliveira (2001), que demonstram que as ações dos abrigos promovem o afastamento das famílias biológicas e, por outro lado, estimulam a aproximação dos adotantes das crianças acolhidas.

Em nosso estudo, Patrícia relata as dificuldades para trabalhar com as famílias das crianças abrigadas, o sentimento de impotência, a dificuldade de sentir empatia por elas. Enquanto o trabalho junto aos adotantes se torna algo estimulante e envolvente, pela maior perspectiva de sucesso, segundo ela. Ao trabalho junto às famílias adotantes são atribuído valores positivos, como o de uma colocação feliz, ao se proporcionar uma família para uma criança e ao satisfazer pais “aptos” para terem um filho.

Serrano (2008) mostra a fragilidade dos trabalhos realizados junto às famílias das crianças que se encontravam abrigadas em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Nos dados analisados através da leitura dos prontuários das crianças abrigadas, observou-se que não havia registro das intervenções junto às famílias em relação a 52% das mães e em 75% dos pais. Quanto ao tipo de intervenções registradas, observou-se que aproximadamente 20% eram para programas de acompanhamento familiar, 14% em programas de auxílio financeiro; 7% das mães e 1% dos pais foram encaminhadas para tratamento psicológico e, embora um número significativo de pais fizesse uso de drogas ou álcool, os encaminhamentos para tratamento foram baixos: 4,3% das mães e 3,5% dos pais.

O trabalho de Oliveira (2001), que analisou processos de destituição do poder familiar de crianças com poucas chances de serem adotadas, mostrou que algumas famílias eram impedidas de visitar seus filhos em abrigos, através de ordens judiciais, por diferentes motivos, entre eles, serem portadores de doença mental ou por não terem condições materiais – que era avaliado como obstáculos para a reinserção familiar. No entanto, a autora demonstra que, no momento de destituição do pátrio poder, um dos aspectos avaliados era a ausência de visitas aos filhos nos abrigos – visitas estas antes proibidas por essas mesmas autoridades.

Mariano (2004), ao analisar 110 processos judiciais de adoção em uma Comarca do Estado de São Paulo, observou que não havia registro de encaminhamentos para serviços da comunidade feitos a famílias biológicas que tiveram seus filhos adotados, conforme prevê o artigo 101 e 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A maioria dessas mães não foi ouvida em audiência, pelo fato de estarem em local desconhecido ou não terem se apresentado após muitas intimações. As que se apresentaram não foram atendidas pelos profissionais da equipe interprofissional (psicólogos e assistentes sociais). É importante ressaltar que 70% dos processos analisados referiam-se a adoções prontas ou diretas, ou seja, as crianças foram adotadas após a combinação entre adotantes e famílias biológicas. Não foram processos adotivos que se iniciaram pela violação dos direitos das crianças envolvidas e que teriam provocado a destituição de suas famílias de origem.

Além de pouco se saber sobre as famílias biológicas, há uma forte tendência na responsabilização das mães pela situação de exclusão social em que seus filhos se encontram. Fávero e colaboradoras (2000), ao estudar processos de destituição do poder familiar, observaram que tal fenômeno está intimamente relacionado à questão de gênero. Segundo as autoras, as mães são responsabilizadas pelos cuidados e pelos descuidos de seus filhos. Embora a pesquisa realizada pelas autoras tente contemplar e

caracterizar os pais das crianças ficou evidente que as mulheres foram responsabilizadas pelas situações em que seus filhos se encontravam. Como refletem as autoras:

“Esta constatação leva a reflexões sobre a condição dessa mulher enquanto única responsável pela criança, sobre a pouca atenção aos fatos ocorridos em sua vida quando comparece às Varas da Infância e Juventude para entregar o (a) filho (a) em adoção ou para providenciar. Dessa forma, fica evidenciado que os padrões relacionados aos papéis de gênero, estabelecidos socialmente, podem ser reproduzidos naquele atendimento, mesmo quando o profissional considera ter uma visão crítica a esse respeito” (FÁVERO et al, 2000, pág. 96).

Entretanto, quando nos referimos às práticas discursivas sobre os adotantes, encontramos um universo simbólico e um conjunto de práticas que são opostas às que são aplicadas às famílias de origem das crianças adotadas.

Mariano (2004), em trabalho citado anteriormente, constatou que, em 99,5% dos processos, ocorreram estudos psicossociais com os adotantes, que não foram realizados com as famílias biológicas. Em algumas peças processuais não se explicitam quais são os parâmetros, requisitos e critérios que foram utilizados para avaliar os adotantes ou se ouvir a família biológica em audiência. Afirmações como “a família reúne recursos culturais e morais” e “os requerentes gozam de bom conceito na sociedade” são argumentos para favorecer um requerente a adoção.

Nesse mesmo estudo, a maioria das proposições apresentadas pelos promotores se respaldou nas dificuldades de ordem material da família biológica, paradigma que correspondia ao Código de Menores e não à legislação em vigor.

Entretanto, não podemos dizer que tal postura seja uniforme e que haja uma única prática discursiva. Alguns autores da Psicologia vêm discutindo o papel dos pareceres psicológicos e bem como o papel do psicólogo nas Varas da Infância e Juventude e nos demais órgãos de Proteção à Infância e Juventude, entre eles, Vagostello (2007), Brito, Ayres e Amen (2006) e Coimbra (2004).

Coimbra (2004) discute os pareceres psicológicos nas Varas como um espaço de correlação de forças, nos quais o profissional não têm necessariamente que respaldar as decisões dos magistrados, tendo, portanto, um alcance de atuação muito mais amplo. Nessa atuação possível, a qual ele denomina como ferramenta de resistência, é necessário ter clareza que a prática do profissional não se limita à formação de uma prova e que, em sua narrativa, o profissional necessita contextualizar as limitações de sua atuação e admitir o seu não saber. O autor vai além:

“(...) é preciso entender que a equipe técnica, na máquina judiciária, constrói lugares, cria sistemas de interpretação que dão significados a nomes como requerentes, requeridos, adolescente infrator, adotando, violência. Mais importante, ao elaborar esta narrativa, estamos criando uma história, isto é, um passado e um futuro onde esses nomes adquirem uma materialidade própria. A esta altura, não é difícil notar que, para participar da constituição dessas histórias, seria preciso que as certezas fossem poucas e que pudesse dizer “não sei”. É porque não se sabe que se pode buscar um sentido nos enunciados que partem do outro. Assim, ao falarmos da valorização de um tipo de “não saber”, estamos afirmando que pode haver uma dissimetria entre o passado e o futuro e que o sujeito deve responder por suas escolhas (COIMBRA, 2004)”.

No sentido de considerar o outro como sujeito, Ayres, Brito e Amem (2006) discutem o uso que se tem feito da escuta das crianças no Poder Judiciário. As autoras destacam que a fala dos menores de idade vem sendo excessivamente valorizada em algumas causas judiciais e desconsiderada em outras.

Vagostello (2007) propõe uma discussão sobre o fazer dos profissionais que trabalham na área de violência doméstica e nas Varas da Infância de Juventude. Seu objetivo é discutir as atuações que se pautam no modelo de controle social e de fiscalização e propor uma atuação clínica-social que favoreça o desenvolvimento da saúde e da cidadania, com respeito e permissão das singularidades e das diferentes configurações de família.

Pensando nos abrigos, as práticas discursivas que permeiam as ações dos profissionais são de fundamental importância na manutenção ou não dos laços das crianças com suas famílias de origem ou com possíveis pais adotantes.

Costa (2005), Eltink (2005) e Mingorance (2006) discutem a relação das famílias adotivas com os abrigos em suas teses sobre adoção de crianças. As três pesquisadoras fizeram observações em um abrigo da cidade em que realizaram seus estudos e mostram como a presença dos adotantes e voluntários é valorizada.

Eltink (2005) relata que as visitas das famílias aos filhos abrigados deveriam ocorrer em dias e horários pré-estabelecidos, duas vezes por semana, nos finais de tarde. Os voluntários são descritos como “bem-vindos”, podiam frequentar a instituição em dias e horários não pré-estabelecidos. Estas pessoas não tinham papéis pré-definidos e podiam exercer as atividades que desejassem ou que a instituição demandasse. As motivações dos voluntários para frequentarem o abrigo eram permeadas pela questão da adoção: eram pais ou mães adotivos ou conhecidos de adotantes; eram pessoas sensibilizadas pela questão da adoção, ou eram filhos adotivos ou que viveram em instituição.

Essa abertura aos adotantes e voluntários nos parece estar relacionada aos sentidos atribuídos à adoção no Brasil. Pelo que podemos verificar ao longo da história, as instituições para crianças sempre foram mantidas através de ações caritativas e filantrópicas. Nas pesquisas sobre adoção, percebemos que há adoções que ocorrem permeadas pela religiosidade e pelo altruísmo dos adotantes, como demonstram a pesquisa de Cassin (2000) e Ebrahim (2001).

Por outro lado, trabalhar ou abrir espaço para adotantes são ações permeadas pelo sentido de que as crianças abrigadas serão salvas por aqueles. Nesse trabalho e em outros, sentidos construídos em torno da adoção como solução das crianças pobres do

Brasil estão presentes na fala dos adotantes, dos pais biológicos, profissionais do abrigo, mediadores e na literatura científica.

Enquanto isso, ao trabalho com as famílias biológicas, são associados os sentidos de desgaste, infrutífero, frustrante. Ao mesmo tempo em que os profissionais não sabem “o que” e “como” trabalhar com elas, há legisladores e segmentos da sociedade que estão propondo a destituição de seu poder familiar, o mais brevemente possível, para que seus filhos sejam colocados em adoção ou propõem atuações de cunho profilático e de vigilância, semelhante ao empregado pelos higienistas nos séculos XVIII e XIX, explicitado por Donzelot (2001).

Nossa entrevistada Patrícia nos revela que há mães que foram criadas naquela instituição e hoje possuem filhos abrigados. Ela se refere a sucessivos abrigamentos de uma mesma família, nas quais, diferentes gerações vivem em abrigos e depois têm seus filhos abrigados. Isso nos faz pensar que, muitas vezes, as práticas do executivo, do legislativo e dos abrigos e o enredamento em que se encontram os protagonistas envolvidos têm levado à institucionalização de crianças, como alternativa de sobrevivência para alguns segmentos da sociedade. Tais abrigamentos parecem levar ao rompimento e ao enfraquecimento dos vínculos das crianças com seus familiares, com a comunidade e com a sociedade, sem que se formulem estratégias efetivas para o rompimento desse ciclo. Pelo contrário, os trabalhos mostram que práticas assistencialistas ou a ausência de ações têm pautado o trabalho com as famílias de crianças abrigadas.

Quanto às políticas públicas e legislações, observando o cenário nacional, constatamos que apenas em 2003 ocorreu um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) sobre as crianças que se encontravam abrigados no país e em quais instituições, embora desde o Período Colonial exista a prática de institucionalizar crianças e adolescentes (SILVA, E.R.A., 2003).

Serrano (2008), ao caracterizar o abrigamento de crianças de zero a seis anos na referida cidade, observou que 100 famílias têm filhos abrigados. A pesquisadora questiona se ações envolvendo estas não seriam mais efetivas do que a manutenção de quatro abrigos.

E, em termos afetivos, o que a estada das crianças em abrigo tem a nos dizer? Qual é a relação que estabelecem com os adotantes que as conheceram no abrigo? Para pensar nestas questões, faremos um paralelo entre as adoções realizadas nos abrigos e as adoções relatadas no capítulo três, a fim de nos aprofundarmos sobre quais as práticas discursivas permeiam esta modalidades de adoção “pronta”.

4.3.2. Os encontros nos abrigos: “conhecendo uma criança real”?

Ao freqüentarem um abrigo, Roberto e Marta conheceram várias crianças e, entre elas, a filha que vieram a adotar. Parda, com dois anos de idade, cabelos encaracolados, Juliana era muito diferente do perfil da criança que o casal havia imaginado e registrado como a almejada (branca, com poucos meses de vida) na avaliação registrada na Vara da Infância e Juventude em que estavam cadastrados.

Patrícia, (funcionaria do abrigo), relata a experiência de vários voluntários que se vincularam a crianças e as pleitearam em adoção. Com detalhes, relata como foi o período de namoro, quando eles freqüentavam o abrigo, alimentavam, banhavam, cuidavam da criança e nestas interações, foram escolhidos por ela e a escolheram. Patrícia refere-se ao período de namoro nas adoções, à aproximação natural de algumas crianças com determinados casais e à formação de trios. Em sua fala, além de verbalizar sua confiança neste tipo de adoção, ela verbaliza que o contato realizado nos abrigos aproxima os adotantes de crianças reais, com suas características, possibilidades e limites.

Patrícia chega a vislumbrar um modelo hipotético de adoções: os casais cadastrados nos Fóruns deveriam ser autorizados a freqüentar os abrigos e,

espontaneamente, eles seriam escolhidos por alguma criança, que poderia ou não ser aceita por eles como filha.

Este modelo construído por Patrícia, a partir de sua prática, se aproxima das considerações feitas por Dolto e Hamad (1998), ao discutirem a forma de seleção das famílias adotivas. Eles se referem à importância da criança ter o acesso a diferentes famílias para que ela própria possa participar deste processo. Desta forma, ao conviver com diferentes famílias, a criança mostrará com a qual deseja manter maior contato e assim ocorrerá seu processo adotivo.

Nossos entrevistados Marta e Roberto, que ficaram anos voltados para elaboração da impossibilidade de ter um filho biológico, após se cadastrarem no Fórum, imediatamente passaram a frequentar um abrigo. Lá conheceram várias crianças e se aproximaram cada vez mais da tão temida adoção. Na narrativa dos entrevistados, vimos que sentidos foram negociados, reconsiderados e flexibilizados, a partir da interação com novos protagonistas, vozes e contextos.

Ao passarem frequentar o abrigo, entraram em contato com a realidade das crianças abrigadas, se aproximaram das instituições que lidam com as questões relativas à infância e conheceram alguns dos embates nos discursos e nas práticas que envolviam este universo.

Por outro lado, Marta e Roberto, mesmo diante da preocupação de estarem atentos para “não se vincularem, de que aquelas crianças não seriam suas, de que não poderiam se envolver”, passam a fazer parte da vida e da rotina do abrigo. Também as crianças e o abrigo passam a assumir um papel importante para o casal.

Nas entrevistas, duas ou três crianças são descritas de maneira especial, diferentes das demais, entre elas, Juliana, que, posteriormente, foi adotada pelo casal. As três crianças eram muito diferentes do perfil de criança almejado pelo casal na avaliação na Vara da Infância, na qual pleitearam um bebê, do sexo feminino, de tenra

idade, branca. No abrigo, as crianças trazidas em relevo pelo casal são crianças com mais de um ano, pardas ou negras. O que será que promoveu esta mudança no perfil da adoção realizada pelo casal?

Ao longo das entrevistas do casal e de Patrícia, há um sentido importante que vai emergindo nas falas: “o estar apegado a uma criança”. Entendemos que os entrevistados estão se referindo ao vínculo estabelecido entre adultos e crianças a partir de interações. Tal construção parece estar relacionada a outros sentidos: a convivência diária, o brincar, o “rolar no chão”, o levar ao médico, ir ao Fórum e presenciar a criança não ser aceita por outros casais, ou seja, participar desse cotidiano, durante meses e até anos, aproximam adultos e crianças.

A experiência destas famílias e crianças é muito distinta da que será apresentada no próximo capítulo, quando discutimos os diferentes sentidos de vínculo que emergem da fala de casais adotantes que adotam bebês, através de adoções “prontas”: a valorização dos laços consangüíneos em detrimento dos laços de afinidade, pautado no amor materno; a crença de que pessoas que tiveram laços afetivos interrompidos na infância podem vir a desenvolver quadros psicopatológicos graves ou dificuldades de aprendizagens. Estas diferentes práticas discursivas são algumas das que constituem a matriz sócio-histórica nas quais nossos protagonistas estão inseridos. É importante ressaltar que estas práticas são fortemente influenciadas e que influenciam os saberes científicos, culturais, entre eles, os produzidos pela Psicologia.

Costa e Rossetti-Ferreira (2008) assinalam que a fundamentação teórica do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos Programas de Acolhimento, que estão sendo implantados no Brasil, considera a família como contexto primordial de desenvolvimento da criança. Articula-se assim com algumas teorias dentro da Psicologia, em especial da Psicologia do Desenvolvimento. Segundo as autoras, a inclusão do direito à convivência

familiar e comunitária nas normativas nacionais e internacionais foi subsidiada por teorias que ressaltavam a importância dos vínculos afetivos com as figuras parentais para o desenvolvimento saudável da criança, bem como os efeitos nocivos ao desenvolvimento em decorrência do processo da institucionalização.

Rossetti-Ferreira (2006) faz considerações importantes sobre a concepção que permeia muitas das práticas e documentos nacionais e internacionais, nos quais o contexto familiar é considerado o *locus* privilegiado para o estabelecimento das relações de apego, contexto em que a criança teria um cuidador individualizado. A autora discute outro aspecto que permeia tal concepção de família e apego, a tendência à patologização de contextos coletivos de desenvolvimento infantil, que pouco valoriza o estabelecimento de vínculos afetivos com outros cuidados que não a mãe ou substituta. Privilegia-se assim, o desenvolvimento do apego nas relações diádicas, dando pouca relevância ao dinamismo das relações familiares, às significações e práticas presentes no contexto, que são marcadas pela cultura em que se inserem.

Os voluntários dos abrigos, educadores, as demais crianças nos parecem de fundamental importância no desenvolvimento das crianças posteriormente adotadas e dos nossos protagonistas. Foi através da convivência com estas crianças e com os demais voluntários, que nossos entrevistados puderam entrar em contato com novos sentimentos e sentidos sobre vínculo, apego, cuidado, afeição. Por outro lado, há necessidade de estudos que possam mostrar os posicionamentos atribuídos pelas crianças aos abrigos, cuidadores, e familiares em seu desenvolvimento, tendo em vista a pluralidade de configurações familiares e manutenção das crianças nas famílias.

No capítulo anterior deste trabalho, podemos ter alguns indícios de como as crianças podem estar fortemente vinculadas às suas famílias de origem e o quanto a colocação em famílias substitutas pode acarretar angústia e sofrimento. Júnior, ao ser

levado para morar com os primos, ressentido-se pela falta dos irmãos e dos pais. Na casa dos adotantes, ao ver que os adultos rezavam para santos para pedirem algo importante, é visto rezando e chorando, pedindo para voltar para casa e ficar com seus irmãos.

Sólton (2007), ao conversar com três crianças sobre suas histórias de adoção, elas narram sobre a família de origem, o abrigo, a família adotiva. Uma das crianças tem lembranças muito vívidas e satisfatórias da instituição do abrigo, na qual se refere a um casal de cuidadores e das várias crianças que conviveu; a instituição do abrigo é nomeada como uma grande família.

No aqui-e-agora das relações no abrigo, algumas experiências parecem ter promovido a emergência de novos sentidos e significações aos nossos entrevistados. Eles relatam que há pessoas que procuram o abrigo a fim de burlar a fila do cadastramento, escolher uma criança, por acreditarem que é naquele espaço que se realizam adoções, ou seja, o espaço do abrigo apresenta múltiplos sentidos e é palco de muitas interações e embates.

Patrícia relata uma experiência em que um casal se aproxima de uma criança, tem a oportunidade de passar finais de semana com ela, mas a mesma é colocada em outra família substituta. Após tal situação, Patrícia sente-se culpada, posiciona-se como alguém que poderia ter atrapalhado, no entanto, estes “voluntários-adotantes” lhe enviam um cartão de agradecimento no qual declaram que: irão aguardar o chamado do Fórum para novamente se aproximarem de uma criança, mas que eram gratos pela experiência e por tudo que vivenciaram com a criança que conheceram. Patrícia esperava que, por não conseguirem a criança em adoção, eles poderiam se voltar contra ela, e não apresentarem sentimentos de gratidão.

Por outro lado, Patrícia se refere ao sentimento de desconforto, de ter sentido que “atrapalhou” aquele casal. Relatou sentimentos de que ao participar das adoções,

sentia-se envolvida até o pescoço, as pessoas iam à sua casa, ligavam para ela, mandavam-lhe presentes. Com a centralização nas Varas da Infância e Juventude, Patrícia, refere-se à cisão que ocorreu: o abrigo apenas é “responsável pelos cuidados das crianças” e o Fórum faz o trabalho “técnico”. Questionamo-nos se para a colocação de crianças em uma família, reinseri-las em suas famílias de origem ou desenvolver um trabalho de qualidade no período em que estão no abrigo, é possível tal cisão? Ao abrigo cabe o fazer e ao Fórum cabe as decisões? Como decidir sem conhecer o dia-a-dia destas crianças e de suas famílias? Como desenvolver um trabalho integral com estas crianças no abrigo sem ter um real conhecimento do que ocorrerá com elas?

Patrícia também se refere a um sentimento inebriante que a adoção proporciona a quem a acompanha: o de ser reconhecida como quem proporcionou o encontro, que possibilitou a maternidade e paternidade. Tais sentimentos e posicionamentos não são mais presentes com a centralização das adoções nas Varas da Infância. Será que os sentimentos e sentidos construídos por funcionários de abrigos e mediadores de adoção se fazem presentes nos cotidiano dos profissionais que atualmente desempenham tais funções? E para as crianças e pais adotivos, tais mudanças na forma de efetuarem as adoções, trouxeram mudanças satisfatórias?

No capítulo seis deste trabalho, teremos a oportunidade de conhecer a perspectiva dos operadores do direito sobre as adoções “prontas”. Será que os mesmos se referirão a tais sentimentos em suas práticas? A aproximação de crianças e adotantes será um dos sentidos que emergirá em suas falas?



Paz (1954),Candido Portinari,
Óleo e têmpera/ papelão 137,5 x 92 cm.
Colecionador Particular, São Paulo – SP.

*Um leque de opções nas adoções de bebês: da comercialização às gestações
amparadas pelos adotantes*

Capítulo 5. Um leque de opções nas adoções de bebês: da comercialização às gestações amparadas pelos adotantes

Neste capítulo serão analisadas as entrevistas de Ricardo e Kátia, um casal adotante, de Léo, uma mulher solteira que adotou um bebê, e de Adriana, uma mãe biológica, que foi acompanhada por mediadores durante toda a gestação e que entregou sua filha, logo após seu nascimento.

5.1. Os adotantes Ricardo e Kátia

Ricardo e Kátia estavam casados há alguns anos, e após a perda de um bebê devido a uma gestação tubária, se inscreveram no Fórum para adotar uma criança. Logo após a aprovação da Justiça para serem inseridos no Cadastro de Pessoas Interessadas em adotar, foram contatados por um conhecido a fim de conhecerem uma mãe que queria doar seu filho. A mediação foi realizada por uma amiga do casal, que é investigadora de polícia. O casal pagou o pré-natal e a cesárea realizada pela mãe biológica. Na época da entrevista, Felipe, filho adotivo, estava com um ano, e o casal acabava de ter um filho biológico. A adoção de Felipe já havia sido finalizada pela Justiça.

Esse casal, ao longo da entrevista, mostrou-se muito indignado em relação aos procedimentos da Justiça, principalmente no que se refere ao cadastramento de casais pretendentes a adoção. De certa forma, responsabilizam os trâmites judiciais – burocráticos e morosos – pelo grande número de adoções prontas e pelo tráfico de crianças no Brasil. No período em que esperavam receber um bebê via cadastramento, o casal foi contatado por advogados promotores de adoções, envolvidos num processo

que implica desde a entrega de um bebê aos adotantes até os documentos de seu registro. Não aceitaram, entretanto, participar de tal prática.

É importante ressaltar que este foi o único casal contatado através da equipe interdisciplinar do Fórum. Mesmo após um ano do cadastramento, o mal estar que os entrevistados sentiram diante dos procedimentos e dos profissionais do Fórum vai ser retomado nas entrevistas. Em muitos momentos, passam a me tratar como psicóloga da equipe e a fazer sérias críticas “ao meu trabalho”. Os entrevistados me davam exemplos de situações inadequadas e sofridas em outros ambientes que se assemelham ao que sentiram na avaliação feita por meus colegas psicólogos. No segundo encontro, tais críticas são minimizadas, mas percebe-se que a entrevista é um recurso utilizado pelo casal para questionar a experiência vivenciada no período de cadastramento.

Outro aspecto interessante em relação a esta adoção foram os aspectos psicológicos que a perpassaram. A adotante, que deixou de ter ciclos menstruais após a perda de um bebê, com a aprovação e cadastramento no Fórum, voltou a ter um funcionamento normal dos seus órgãos reprodutivos. E quando seu filho adotivo completou seis meses, Kátia engravidou.

Kátia e Ricardo são jovens, profissionais da saúde e namoraram por muitos anos. Ricardo, na primeira entrevista, contou que Kátia havia sido adotada e que isto só lhe foi revelado na véspera de seu casamento, por seus pais. Kátia ressalta que contou para o marido, desde o início do namoro, sua história de vida. A adoção de Kátia foi permeada por muitos segredos. Ela tem dúvidas sobre a veracidade da informação que recebeu de seus pais de que sua mãe biológica teria falecido em seu parto.

Kátia refere-se aos silenciamentos e às dificuldades de seus pais em falarem sobre sua adoção. O que Ricardo nos revela é que a esposa tem muitas dúvidas. Ao longo do namoro, ela pediu para que ele a levasse no hospital onde nasceu para que

pudessem descobrir algo sobre sua mãe. Kátia, ao longo da entrevista, é de poucas palavras. Nas entrevistas, o medo de perder o filho adotado bem como ao falar sobre crianças sem família a fazem se mostrar com maior intensidade. No entanto, ao tentarmos pedir para que compartilhasse conosco a compreensão que tem de suas gestações, de seu primeiro e segundo filho, Kátia não se aprofunda, repete argumentos permeados pela razão.

Ricardo se aprofunda, fala de maneira intensa a maior parte da entrevista. Mostra indignação, questiona, reclama, pensa em alternativas ao modo que vêm se dando as adoções no Brasil. Fala de sua esposa, das mudanças que ocorreram nela: a descreve como uma mulher egoísta e preocupada com o corpo e com sua vida social e que, ao se tornar mãe, voltou-se para a família, virou “uma galinha choca” (*sic*).

5.1.1. As negociações com a mãe biológica através de um mediador

R: Alguns dias depois através de uma ex-secretária que nem trabalha mais comigo, ex-telefonista de uma clínica, ela ficou sabendo que eu tava na fila de adoção e me perguntou se eu tinha interesse de adotar uma criança que uma mãe que ela conhecia através de...era um meio de pessoas...

K: Ah... ela conhecia... acho que uma vizinha...

R: Vizinha da patroa da amiga não sei de quem e chegaram até essa pessoa. Essa mãe ia doar a criança e queria saber se eu queria porque essa criança ia nascer em dezembro. Isso era por volta de outubro aproximadamente.
(linhas 33-40)

R: Nós ficamos com medo.

K: Fiquei com medo pela pessoa não ter feito pré-natal, não ter esses cuidados, essas coisas, essas coisas...

R: Se ia realmente dar a criança ou se realmente era só um... sei lá a gente pensa um monte de bobagem.

K: Alguém querendo dinheiro... porque a gente ouve falar...

R: Querendo se aproveitar, tive na época antes do Felipe, ofertas por crianças, chegaram a pedir 12 mil reais pra mim por uma criança. Aconteceu isso, não era de X (desta cidade), fora de X. Aí... liguei, não aceitava em hipótese alguma isso, então nós ficamos com aquele receio. Bom, aí essa mesma telefonista, essa secretária perguntou pra mim novamente, já era novembro...
(linhas 64-74)

Ricardo e Kátia deixam claro que não buscaram formas alternativas de adoção, pelo contrário, pessoas os contataram oferecendo oportunidades de adotar crianças.

Essas ofertas começaram a surgir após amigos e conhecidos tomarem conhecimento de que desejavam adotar uma criança. A adoção do filho Felipe ocorreu através de uma funcionária de Ricardo que o contatou para falar do interesse de uma mãe biológica entregar seu filho em adoção após o nascimento.

Num primeiro momento, não quiseram conhecer a mãe biológica, por ela estar esperando um menino e Kátia desejar ser mãe de uma menina. No entanto, quando um novo contato foi feito, se interessaram em conhecer a história dessa mãe e constatar se havia um desejo real de entregar seu filho. Tanto Kátia como Ricardo se referem ao medo que possuíam da genitora apenas querer auxílio na gestação e depois desistir de entregar a criança ou, ainda, de ser tratar de uma estratégia de ganhar dinheiro.

R: É. Aí entramos em contato com uma amiga é... que trabalha na polícia e essa pessoa tem o hábito de investigação, tal...

K: É, nós ficamos, nós ficamos ansiosos assim...

R: É, e ela que foi procurar. Ela procurou essa senhora que a levou até não sei quem que chegou na criança. E... ela fez toda uma investigação de se ia dar mesmo a criança e se queria ou não queria e ela fez toda parte em termos de [] nós nunca entramos em contato direto com a família biológica da mãe. O pai, nós não sabemos. (linhas 82-88)

Os adotantes pediram para que uma amiga, investigadora de polícia, fosse a casa da mãe biológica. Eles tinham um grande receio de que esta mãe fosse usada por pessoas que se beneficiam do comércio de crianças. Essa escolha da investigadora de polícia não foi aleatória, queriam alguém que soubesse verificar as reais intenções da entrega da criança e se era algo ilícito. Além de recearem um golpe, eles não tinham interesse de conhecer pessoalmente a mãe biológica de Felipe e, também, por isso pediram para que essa amiga fizesse toda a mediação da adoção.

R: Eu queria distância.

F: De não querer ter contato... por quê? O que que... como?

K: É mais fácil você achar... vamos colocar assim... o seu animal, você saber como que ele é... mas se colocarem uma foto de procura-se um cachorrinho perdido, muitas vezes você acha um, achando que aquele cachorro não é. Só o dono vai saber, entendeu? Então era... era... o meu medo na verdade... hoje eu não tenho mais, entendeu? Mas o meu medo na verdade era... era

ela me ver, saber como eu sou e depois falar... não não é isso, “eu vou procurar tal fulana, entendeu?”

F: Você não tinha um lado seu que também queria... Quem é essa mulher? Por que que ela está dando o Felipe?

R: A gente sabia mais ou menos a história, mas... (linhas 584-594)

Aos poucos, pode-se compreender que esse distanciamento da mãe biológica tinha várias significações para o casal, não era só o receio de se tratar de um golpe. O que aparece fortemente nessas falas depois de refletirmos um pouco sobre esse distanciamento, era a grande preocupação de que essa mãe, os conhecendo, pudesse ter maiores recursos para procurá-los e reaver a criança após a entrega.

K: Então a gente falou: “Bom a gente não sabe [] às vezes nasce em janeiro, que dia que vai nascer exatamente”. Aí essa amiga nossa da polícia falou não, foi ao ginecologista, tal... eu posso né estar vendo se ele faz os exames, faz um ultra-som, tudo pra poder ver exatamente em que época que está. Pode talvez estar fazendo um [] E realmente ele pediu um outro ultra-som pra saber idade gestacional, tudo como ela estava pra poder a gente ter uma data mais ou menos quando ele iria nascer. Aí ver também se estava tudo normal, fez...

R: É fez [sorologia]...

K: Pra saber se era uma criança saudável, né. (linhas 109-116)

O sentimento de medo vai ser retomado na entrevista quando o casal se refere aos prós e contras dessa prática adotiva. A grande desvantagem das adoções “prontas” é sentimento de medo de que a mãe biológica se arrependa e retire a criança dos adotantes.

O casal buscou conhecer, através da investigadora que mediou os contatos com a mãe biológica, quais eram suas motivações para dar a criança. Após isso, puderam acompanhar o final da gestação e providenciar alguns cuidados médicos: a mãe da criança foi levada a um médico, conhecido dos adotantes, e foi submetida a um novo ultra-som e à sorologia para HIV. Para conhecerem as possíveis características físicas do bebê, os adotantes pediram uma foto da mãe e do filho que ela já tinha.

R: É, nós fomos saber da vida dela, por exemplo, quando essa amiga nossa foi pela primeira vez à casa dela, ela disfarçou, falou que ia fumar, saiu da casa e foi pra fora, e me ligou no celular... então... e falou: “Ricardo, a situação é... é tenebrosa, eles estão aqui sem luz porque

cortaram a luz, não tem luz, eles não têm comida, eles não têm nada. O que que eu faço?”. Eu falei: “Paga essa conta de luz logo”.

K: Mas não assim, na verdade a gente queria o bem estar dela gestante pra ela ter uma tranqüilidade na gravidez, você entendeu? Não que a gente tivesse oferecendo dinheiro... tipo assim: “Ah []”.

*R: Não, ver se ela aceita uma cesta, oferece pra ela: “Vamos ali na padaria e compramos alguma coisa pra comer...”. E o que me animou... nesse momento me animou porque ela... quando ela me ligou e falou...[] eu também supunha um... ela falou: **“Eu não estou vendendo o meu filho, eu estou dando o meu filho porque eu não posso criar”**. Então isso daí fez com que a gente realmente ganhasse essa briga aí com a [] que ela não aceitou absolutamente nada e falou: “Não, não...eu estou dando porque eu não posso criar, eu não tenho condições financeiras, físicas, cabeça pra criar mais uma criança... eu tenho um filho de três, quatro anos”. E era uma moça jovem...*

K: 20 anos.

R: Pelo que eu soube, em torno de 20 anos. Então... mas a gente sabia alguma coisa sim... E depois nós soubemos que o motivo maior que foi essa pulada de muro né... mas...

(linhas 596-614)

Em relação à motivação para a entrega do bebê em adoção pela mãe biológica, o que os adotantes conheceram sobre sua história era o fato de ser proveniente do norte do país e estar grávida de uma criança fruto de uma relação extraconjugal. Além disso, sua família encontrava-se em precárias condições materiais, influenciando também sua decisão de entregar a criança em adoção.

*R: Ela tinha... chegou o ultra-som da rede pública... que foi enviado ao médico que faria cesárea dela e o médico pediu um novo ultra-som e ela não sabia que eu estava bancando isso tudo, esse ultra-som. Ela não sabia de nada disso, entendeu. Nós procuramos poupá-la do fato de que a gente tava pagando a parte de exames, etc... né... pra não ter exatamente a reação que ela teve de pagar a comida, pagar a água, pagar a luz, né. E o colega foi muito sutil na época. Então ela aceitou e a gente pegava o exame e trazia e a gente lia. A gente olhava, imaginava...a gente gestou junto, né. Uma gravidez à três, quatro, né. *(linhas 630-636)**

R: (...) o único pedido que essa mãe me fez foi que ela tinha tido muita complicação no parto do primeiro filho. Quase perdeu a criança e ela morria de medo de um parto normal, ela queria fazer uma cesárea. E eu através... pagamos uma cesárea pra ela... paguei entre aspas porque não me cobraram. E ela fez uma cesárea sem reconhecer, sem saber quem eu sou, os médicos...

(linhas 99-103)

Ao receber a oferta de ajuda, a mãe demonstra determinação na relação com a mediadora, dizendo que não tinha condições de criar mais um filho e explicitando que seu objetivo não era estabelecer uma relação de trocas materiais. Nesse momento, percebe-se que a mãe também tem algumas condições pré-estabelecidas na relação: ela

queria apenas um auxílio médico, mas não queria outros contatos ou formas de ajuda. De alguma maneira, enquanto grávida, ela era quem iria manter o filho gestado e não iria se beneficiar financeiramente com tal situação. Da mesma forma, os adotantes respeitam sua decisão e durante a entrevista, buscam esclarecer que o que os interessava era garantir uma gravidez menos conturbada para ela e que também não queriam “pagar pela criança”.

R:- Eu estava na porta do hospital em que ele nasceu, quando o pediatra passou por mim, eu perguntei: “Ele falou: vocês são parentes?” [] “Nós somos conhecidos”. Ele falou: “Não ela está muito feliz, ela até chorou quando o nenê nasceu” Isso foi um... falamos: “Meu Deus, e agora?”

K: Nós ficamos... muito tensos.

(linhas 564-568)

O fato da mãe biológica não aceitar ajuda material foi visto como um gesto de integridade pelo adotante. A partir desse posicionamento da mãe, os adotantes se sentiram mais confiantes de que ela realmente doaria a criança por não reunir uma série de condições, mas que não estava querendo se beneficiar daquela situação. E passam a pagar os tratamentos de saúde da gestante; no entanto, a fim de não constrangê-la e por recearem sua reação, ela não foi informada de que os adotantes estavam arcando com tais despesas.

Nesse sentido, a impressão que temos é que o pedido da cesariana é feito aos adotantes pelo fato de que se essa mãe sabia que, se procurasse um hospital público, dificilmente seria submetida a tal cirurgia.

A reação da mãe biológica no nascimento de Felipe surpreende os adotantes e também é motivo de temerem que a adoção não aconteça. Ao serem informados que a mãe chorou no nascimento do seu filho, o casal presume que ela poderá não entregá-lo. Talvez, o fato de escolher entregá-lo em adoção era significado pelos adotantes como ausência de afeto da mãe biológica pela criança. Seu choro traz o medo de que a adoção não se concretize, mas também humaniza essa entrega - mas esse significado não

aparece na fala dos adotantes, que estão muito mobilizados pelo medo de não ficarem com o bebê.

*F: A coisa foi de uma vez, aconteceu tudo em um mês. Mas, a partir do momento que o Felipe chegou em casa... acabou o medo, acabou o problema, lógico que... a gente sentiu né... você sentia aquele medo de perder ele: “Será que ele vai vim e vai embora?”. Não, ele entrou em casa a gente sabia que ele era nosso, que ia ficar lá e tudo. O medo era esse. **Acho que o próprio trabalho que vocês fazem na pesquisa, na entrevista com a gente, vocês é... trabalham pra que a gente não faça isso. E... isso nos amedrontava muito. Mas, não foi uma coisa que a gente tinha planejado em fazer, foi uma coisa que aconteceu. De repente caiu como um... eu não fui atrás, eu não saí procurando...***

K: Não quisemos comprar, não quisemos...

F: []

K: Não fizemos uma coisa ilegal assim, entre aspas... (linhas 203-213)

O medo de perder a criança é associado ao trabalho realizado pela equipe interdisciplinar do Fórum, que é interpretado como algo que amedronta as pessoas a fim de que elas não façam essas adoções. Neste momento da entrevista, fica claro a confusão de papéis que os adotantes atribuem à pesquisadora, que, conforme já dito, foi posicionada como psicóloga do Fórum. No entanto, esse medo, que sentiam e que cessou com a chegada da criança em casa através do consentimento da Justiça, parece atravessado pela culpa. Parece-nos que, de alguma forma, os adotantes sentem necessidade de reafirmar que não planejaram tal adoção para a pesquisadora. Ao mesmo tempo, pareciam usar o espaço da entrevista para se posicionarem e apresentarem sentidos que, segundo eles, não puderem ser apresentados no cenário jurídico.

5.1.2. As possibilidades e limites de uma adoção “pronta”: suas (des)vantagens

*K: Não, na verdade, o medo da criança arranjada, entre aspas, assim... é... é... medo de alguém chegar e falar: “Não vai ficar mais com você”. Porque daí você já criou vínculo com a criança não adianta. **É a mesma coisa que alguém chegar hoje e tirar o Felipe, Nossa Senhora! Eu acho que eu caio morta no chão, entendeu? É a mesma coisa que tirar o André (segundo filho), que tirar o Ricardo... qualquer um aqui de dentro, entendeu? Você já criou vínculo com a criança, a criança já criou vínculo com você. A gente ouve falar...***

R: Mas a...o pessoal do Fórum contou muita história pra gente né... vocês mesmo... psicólogos, assistentes social, de problemas que deram com isso. “Ah, foi arranjada, aí não deu certo, aí a avó apareceu e pegou a criança”. Então nós tínhamos medo... mais.. .o meu

*grande medo não era que a criança tivesse algum problema de saúde ou que tivesse... alguma discrepância física em relação a nós. **Meu grande medo era da criança vir pra minha casa e depois vir alguém e tirar essa criança.** (linhas 536-547)*

Na fala dos adotantes, vários aspectos são significados como circunscritores dessa prática adotiva. No entanto, um circunscritor que é visto como uma grande desvantagem é o medo de perder a criança. Esse sentimento é tão forte e perpassa as interações dos adotantes com a mãe biológica e com a Justiça, a emoção essa que mais aparece no relato do casal.

F: (...) aí de repente, né... surgiu uma outra oportunidade, mas assim, como é que é uma gestação que não tem tempo? (me refiro ao cadastramento)

R: É [] Dá medo, não sabia o que estava acontecendo. É diferente do André. O André a gente sabia que o André ia nascer dali a algum tempo, que ia ser tudo bem, que ninguém mexia com o André, que ele era nosso. A gente ia poder educá-lo, criá-lo, ser nosso filho. O Felipe a gente não sabia. “O Felipe vai nascer”. “Ah, o Felipe vai nascer. Será que o Felipe vai ser nosso?” No dia em que o Felipe nasceu, nós fomos conversar... eu fui conversar com o pediatra que fez a...que pegou o Felipe e ele não sabia. E... o jeito que ele falou comigo eu achei que... que a mãe realmente não fosse dá-lo, do jeito que ele falou, a mãe estava muito bem, muito feliz. Então aquilo... aquela noite foi uma angústia... é diferente. O Felipe foi muito diferente do André. A incerteza do Felipe era que... já o André foi uma coisa muito natural, percebe? (linhas 1421-1432)

Esse medo era presente mesmo antes do nascimento da criança, por acreditarem que a mãe poderia decidir não entregá-lo. E depois, o grande receio era que a Justiça não formalizasse tal adoção. Esse sentimento é um grande diferencial da gestação adotiva e da gestação biológica, revela o casal. A relação estabelecida com o filho adotivo foi permeada pelo medo de perdê-lo, o que não ocorreu com o filho biológico.

F: Assim... já que vocês... vocês tiveram a experiência de conhecer os... por exemplo, vocês entraram pelo Cadastro e aí depois acabou acontecendo a adoção pronta. O que que vocês viram de positivo e de negativo nas duas formas de adoção?

*R: O Cadastro te dá segurança, você sabe que o dia que sair essa adoção, vai estar tudo certinho, bonitinho e você não vai ter problema nenhum. Ah... o ruim é porque é demoradíssimo. Já a adoção arranjada, ela é rápida, mais rápida... tá bom que ninguém correu atrás, aconteceu, o Felipe caiu no nosso colo, mas ela foi muito mais rápida, só que ela tem um inconveniente na insegurança, né... **Você fica inseguro até o momento em que ele está dentro de casa. A partir do momento em que ele está dentro de casa, essa insegurança parece que vai embora...** eu não sei se a gente sente que não vai acontecer mais nada, não sei... até ele estar dentro de casa é inseguro. Acho que só. A diferença de uma pra outra é só essa: tempo e segurança só. (linhas 1685-1696)*

Refletindo sobre as vantagens e desvantagens da adoção pronta, a rapidez do processo é vista como a melhor possibilidade dessa prática adotiva. Já o cadastramento no Fórum, segundo os adotantes, proporciona uma sensação de segurança, embora seja marcada pelo longo tempo de espera.

Um aspecto que também proporcionou satisfação ao casal foi poder acompanhar o final da gestação de Felipe. O fato de pagarem os exames possibilitou o acesso aos ultra-sons e, de alguma forma, sentiam que estavam gestando aquela criança.

F: Se hoje, uma pessoa amiga de vocês falasse que... sei lá que tem problema de infertilidade ou... “eu quero adotar” por outros motivos... o que que...

K: O que que eu falo?

F: É... o que que você aconselha, o que que você... que trâmite você acha que vale a pena?

K: []

R: Já está acontecendo... aconteceu isso.

K: Eu não vou falar nome, mas assim, a primeira coisa que a gente falava era: “Vai ao Fórum, faz Cadastro, tal, tal...”, pra fazer uma coisa legal. Depois...

R: Se aparecer...

K: Se aparecer você cata esse negócio... (risos) Porque não... não tem... não dá pra falar outra coisa.
(linhas 1699-1709)

Diante das possibilidades dessas duas formas de adoção – via cadastramento ou através da mediação de conhecidos –, o casal percebeu uma alternativa que lhes parece mais conveniente para quem quer adotar.

Em breve, apresentaremos os posicionamentos do casal diante do cadastramento no Fórum e a relação que estabeleceram com a equipe interdisciplinar quando entraram com o pedido da adoção de Felipe. Conhecer esses posicionamentos nos ajuda a compreender o raciocínio de Ricardo e Kátia de que a melhor alternativa é se cadastrar e, concomitantemente, procurar outras formas de adotar uma criança. O que nos parece é que, estando cadastrados, não tiveram empecilhos para adotarem o filho, pelo contrário, o processo se deu de forma mais rápida. O fato do estudo psicossocial já ter sido realizado na época do cadastramento e deles terem sido considerados aptos em tal avaliação, “agilizou” o processo da adoção “pronta”.

5.1.3. Outra forma de se adotar crianças: as visitas em abrigos

F: Vocês falaram que logo que vocês é... entraram pro Cadastro, depois vocês foram no Z (abrigo). Por que que vocês foram lá?

R: Porque nos falaram.

K: Falaram que o Z era um centro de adoção de criança recém-nascida. Nós fomos.

R: Nós fomos, não sabíamos. (linhas 2190-2194)

O casal, ao longo da entrevista, nos mostra que estava disponível para conhecer outras formas de adotar crianças, além do cadastramento, embora essa disposição pareça não estar presente, em alguns momentos.

K: Ai... vimos essa criança, depois eu vi uma outra criança que até a funcionária veio e falou assim, na época eu trabalhava ainda com fisioterapia, tudo... falou: “Ah, tem uma criança com problema, assim, assim, assado...”

R: A criança tinha paralisia cerebral. Um caso muito grave.

K: Era um caso grave. Ela falou: “Será que você pode ajudar?”, “Posso”. Não deixaram.

R: Ela marcou de ir duas vezes por semana fazer fisioterapia na criança e quando foi...

K: Me ligaram aqui em casa e me falaram: “Olha, não é pra você vim porque...” (linhas 2195-2201)

Kátia e Ricardo foram visitar um abrigo. Ao conhecerem tal instituição, logo se mostraram sensibilizados com a situação das crianças, e Kátia concordou em atender uma criança que estava doente a pedido de uma funcionária. No entanto, após alguns dias, o casal é proibido de visitar a instituição.

F: O juiz baixou uma Portaria que... é... cadastrados, voluntários, pessoa que quer adotar não pode...

R: Não pode ajudar?

F: (...) não pode ir no abrigo. Por exemplo, se eu sou voluntária de um abrigo, eu não vou poder nunca adotar nenhuma criança daquele abrigo.

R: Por quê?

F: Porque eles falam que você fura a fila de quem está na espera, entendeu?

K: Mas na espera do que?

R: E a criança...

F: Por que o que acontecia? Tinha criança...

V: A maioria das crianças que estava ali...

F: Tinha muita gente que ia no Z conhecer criança e pedir adoção, entendeu? E aí... conseguia a criança primeiro que... (linhas 2202-2208)

Neste momento da entrevista, percebo que eles não entenderam o motivo da proibição e explico a Portaria que proibia a adoção de crianças abrigadas por voluntários do abrigo. Ricardo mostra-se muito indignado, perguntando como ficava a situação da criança que estava doente.

R: Nessa época quantas crianças tinha no Z? Tinha a mesma quantidade de hoje ou era menos crianças? Era maior a produtividade? Era mais fácil adotar?

F: Eu não sei saber por que? Porque o Z era de zero a dois, hoje o Z tem até sete. Então foi um monte de criança, lá. Eu não sei disso. O que aconteceu era que assim, muita gente que é... era voluntário, ia acabar... só que assim, eram crianças maiorzinhas que acabavam sendo adotadas por voluntários...

K: Ah mas...

R: E por que que depois do Natal... depois do [], o Felipe nasceu no dia 6 de dezembro, no dia 20, 20 e pouco, nós recebemos uma ligação em casa do Z (abrigo)...

K: Porque parava.

R: Oferecendo... perguntando se a gente queria pegar uma criança pra passar um final de ano com a gente.

F: É, mas aí é só como voluntário, né.

R: Mas a gente não entende.

(linhas 2215-2228)

Ao compreender a Portaria, Ricardo se interessa em saber se ocorriam mais adoções naquela época. Se a resposta fosse que a frequência das adoções era maior e tramitava de maneira mais “fácil”, ele parece sugerir a eficiência dessa prática. No entanto, o assunto toma outro rumo.

O casal, ao ser convidado para ficar com uma criança no Natal, acha a situação incoerente. Em uma situação, quando eles se mostraram disponíveis para ajudar, enquanto profissionais da saúde, uma criança necessitada do abrigo, foram proibidos. E em outra ocasião, foram convidados a ficar com uma criança.

No entanto, o próprio casal percebe que na instituição ocorre a adoção de crianças de forma pouco transparente, o que também vai subsidiar a “teoria” do casal de que a adoção “pronta” é uma prática adotiva viável.

K: Aí eu falei: “Vamos lá, vamos lá no Z, vamos ver esse nenê”. Aí nós chegamos, vimos, era um menino, como é que ele chamava? Eu não lembro, tinha um nome. É... R... o menino chamava R tal e fomos ver e realmente tem o menino lá. Um menino lindo, gordo, tinha seis meses... coisa mais linda, verdinho olho, loiro, redondinho o menino. “Já tem mãe?”, “Não, não tem.” “Tá no

*Cadastro”, “Tá, mas ainda não tem ninguém”. “Então corre pro advogado”, eu falei pra ela (para a amiga)... “Você já quer esse menino aí... se bobear a gente já []”, falei pra ela, né... brincando é lógico. Aí depois a gente ficou sabendo que... aí quer dizer, o que eu fiz, né? Aí nós liga... aí a advogada ligou e falou: “Ó...”, a advogada dela, né, falou: “Ó, tem seis R (meninos com o mesmo nome) lá... eu preciso saber qual R que é pra eu poder dar entrada no papel”. Aí eu liguei lá no Z: “Falei, oi fulana de tal, aqui é a Kátia”, “Ah, tudo bom?” “Tudo bom”, “Então, né... eu precisava saber alguma coisa desse R pra eu poder dar a informação pra advogada que a gente está querendo entrar com esse R”. “Aí, não posso, não posso falar nada”, quer dizer, eu sabia do menino ali dentro, eu sabia quem era a mãe porque no postinho de saúde, a gente já sabia... essa minha amiga acompanhou a gravidez desse menino, entendeu? Só que até no postinho ela não conseguia pegar o nome porque ela tinha dado outro endereço, outro telefone, ninguém chegava, ninguém conseguia falar com a mulher e o nome ela tinha mudado o primeiro dentro do postinho, então quer dizer, era super complicado achar a mulher e lá... Eu falava pra ela: “A gente acompanhou essa gravidez”. “Não posso” e desligou o telefone na minha cara. Aí, eu sei que eu perdi tanto a paciência que eu liguei pra essa minha amiga, essa minha amiga que falou: “**Não, pode deixar que eu vou descobrir**” e descobriu realmente, só que aí nós, através dela, nós descobrimos que o juiz adotou essa criança porque ela era clara. Então quer dizer, estava todo mundo protegendo a criança porque era pro juiz, entendeu? Foi essa a imagem que passou pra nós. Aí a minha amiga falou: “**Quer saber? Eu vou fazer o seguinte, ou vou arranjar outra mulher grávida porque pelo Fórum é tudo sacanagem, se eu quero entrar tudo com o processo legal, direitinho não tem como, porque já está tudo planejado pra deixar com alguém que quer e...***

R: Você (fala para Katia) soube de uma história de um que foi pra outro, que foi pra outro... até onde isso é verdade?
(linhas 1728-1757)

O casal já tinha conhecimento de que adoções eram feitas via abrigo e tentaram viabilizar a adoção de uma criança para uma amiga. Nessa busca, vários entraves foram colocados, como o sigilo sobre os dados da criança. Essa busca é descrita com detalhes, mas podemos notar a movimentação da adotante diante dos entraves, os sentimentos e os esforços empenhados para se viabilizar a adoção daquele bebê. Kátia não se mostrou paralisada diante da situação, mobilizou pessoas e os recursos que dispunha.

Contudo, ao descobrirem que a criança foi adotada por um juiz, Kátia e Ricardo mostram o sentimento de frustração de quem sente que foi passado para trás e não há nada que se possa fazer.

Assim, a Justiça é sentida como uma instituição que usa seu poder para entregar crianças, primeiramente, para quem desfruta de algum prestígio na sociedade. Os adotantes se sentem desrespeitados e incrédulos diante daquela adoção, e aí uma alternativa aos entraves é pensada pela amiga do casal: arrumar uma mãe que queira entregar seu filho para adoção.

5.1.4. O comércio de bebês: uma outra forma de adoção

R: Eu fui abordado por uma pessoa que por sinal trabalhava no mesmo local que eu e não trabalha mais, já foi embora. E ele me falou que conhecia pessoas na cidade de origem dele que faziam parte desses grupos de adoção e se eu tinha interesse em adotar. Eu achando que fosse o que o Fórum tinha me dito: “Manda os papéis e você entra na fila de outra cidade”. Eu mandei os papéis tudo e recebi logo em seguida um telefonema: “Olha, vai nascer uma criança, filha disso, filha daquilo, desse jeito, dessa cor, desse... do jeitinho que vocês querem e... só que isso tem um custo”. E eu não sabia que esse custo existia. Nunca ninguém tinha me falado de custo. Eu falei: “Ah, tem custo? O que tem que ser pago?”, “Ah, tem a parte médica dela”. Eu falei: “Bom não eu faço que questão de pagar os exames dela, não faço questão de que ela tenha uma hospedagem, isso não me importa. Isso eu pagaria”. Ele falou: “Não, não, não ainda tem não sei o que...”. Eu sei que chegaram a pedir 12 mil reais pra mim.

K: É, eles justificavam assim, como parte de [...]

R: Honorários advocatícios, honorários médicos é... sei lá, eu não sei.

F: Essas pessoas eram advogados ou recebiam [...]

R: Um não era... pelo menos duas pessoas, advogados. Pelo menos dois advogados.

(linhas 412-428)

Ao longo da espera de um filho, Kátia e Ricardo tiveram a oportunidade de conhecer mais uma forma de adoção: a comercialização de bebês. O casal foi contatado por um grupo de pessoas, que assim como em um cadastramento, oferecem uma criança de acordo com o perfil desejado pelos adotantes, no entanto, em troca de dinheiro.

Inicialmente, o casal relaciona o serviço oferecido ao cadastramento em outras Comarcas, prática comum entre os adotantes, enquanto não vigorava o Cadastro Nacional de Pretendentes a Adoção. Entretanto, percebe que se trata de uma prática ilícita quando revelam a quantia que deveria ser paga pelos serviços prestados. Mesmo assim, envia para aquelas pessoas os documentos solicitados.

R: Quando eu neguei, eu neguei, falei que não queria e no dia seguinte tocou o meu celular, eu estava dentro do Centro Cirúrgico. Ah... um outro advogado que trabalhava junto com essa pessoa, esse advogado me... tentando me coagir, tentando me deixar com medo. Tipo: “Olha, nós temos custos com isso, estamos com criança assim e o não sei o que e vocês falaram que queriam e agora não querem mais, vocês não podem pular pra trás, o que que está acontecendo?”. Tentaram nos pressionar e mostrando que sabia quem eu era, onde eu estava, porque... eu fiquei com medo na hora. Fiquei com medo e dispensei imediatamente. Eu falei: “Olha, se tem algum problema tome as suas medidas. Faça o que vocês quiserem porque eu não quero”, e cortei o assunto.

F: E como é que vocês ficaram depois disso?

R: Eu tive a nítida sensação que... a dificuldade na época de se ter um filho adotivo é porque existia um mercado negro por trás disso. E que... quem não tivesse condições de bancar financeiramente não teria esse filho.

(linhas 449-461)

Em outro contato efetuado por essas pessoas, Ricardo se recusa concluir a negociação, mesmo se sentindo coagido. Essas pessoas utilizam as informações que possuíam para efetivarem a transação. No entanto, mesmo estando com medo, Ricardo usa os argumentos da justiça e da lei para interromper tal combinação.

F: Mas do que vocês viram, por exemplo, dessas pessoas que ligaram pra vocês, como vocês acham que poderia acabar com isso?

R: Com essas pessoas? Facilitando a adoção.

K: []

R: Eles ganham dinheiro através da ansiedade nossa. Eles sabem que tem um casal desesperado pra ter uma criança, eles vão te abordar. Se o casal tiver condições, ele vai comprar.

K: E são pessoas que estão dentro do próprio Fórum entendeu? Não...

R: Não é aqui de X (cidade em que mora). Mas era dentro do próprio Fórum.

K: Mas eram pessoas de dentro do próprio Fórum que passavam a gente na frente e que ia dar dinheiro. Então quer dizer, se a coisa andasse rápido não tinha como.

R: Eles tinham os caminhos de facilitar a coisa. Então por que que não usa esse caminho pra todo mundo? Só usa pra quem vai poder pagar ou pra aquela família que tem melhor condição. Pera aí. Não significa que porque eu tenho uma casa melhor que o outro que eu sou melhor pai que o outro. Se não, pobre não podia ter filho. (linhas 2285-2299)

Ao final da entrevista, questiono como o comércio de criança poderia deixar de existir, já que esta é a proposta dele. E os adotantes vão se referir aos trâmites da Justiça como a gênese desse comércio. É a morosidade dos processos que faz com que pessoas aceitem pagar por crianças, afirma o casal. Segundo os adotantes, essas iniciativas são criminosas e são organizadas por pessoas que trabalham na Justiça.

5.1.5. “O Massacre da Serra Elétrica”: sentimentos vivenciados diante dos procedimentos na Vara da Infância

R: Quando vimos que não íamos conseguir naturalmente [] Nós resolvemos ir ao Fórum a pedido dela. Eu fui ao Fórum e demos entrada em toda a papelada, todo o tramite legal. E... correu tudo... o massacre da serra elétrica, né. Nós ficamos quase loucos lá. Ela saía de lá e falava que tinha a sensação de que tinha... ela era bandida e não...realmente é maçante mesmo. (linhas 17-21)

O processo de cadastramento como interessados em adotar uma criança foi um processo desgastante e dolorido para o casal. Mas, mais do que isso, foi sentido como um processo de violência, denominado por Ricardo como massacre da serra elétrica.

R: Você já entrou num hospital?

F: Hum, hum.

R: Lá é um ambiente gostoso?

F: Não.

*R: É a mesma sensação. Eu ia... é... você vai lá... resolver um assunto, não tem... segue um protocolo e... aquilo parece uma coisa... sei lá... não tem nada... um ânimo parece... você esta dentro de uma sala, entre quatro paredes, conversando, seguindo um protocolo e fazendo as mesmas perguntas, as mesmas respostas, e por várias vezes tentando entender porque que a gente queria, teve hora que eu saí de lá com a sensação de que eu queria roubar uma criança, que eu queria pegar uma criança pra... pra... sei lá, arrancar pedaço dela pra dar pra outro... a gente sabe que existe por aí [](...) **A sensação que você tem é que você está fazendo uma compra, você não está pagando, é evidente, mas você está escolhendo o seu... o seu objeto.** (...).*

F: Que perguntas foram mais difíceis pra você?

R: O que mais mexia, o que mais doía... a que mais me incomodou foi quando perguntaram por quê que eu queria adotar. Essa foi a que mais me incomodou. Porque... eu que eu queria era ser pai, entendeu? E eu já tinha ouvido falar por outras pessoas, assim: “Nunca use o termo, você quer ajudar uma criança”. Mas, além de ser pa, eu também queria ajudar uma criança. Eu não queria uma coisa só, entendeu? Então aquilo me incomodava porque eu era obrigado a falar: “Não, eu quero ser pai, eu tenho vontade de ser pai”. (...).

(linhas 251-261, 263-264, 271-278)

A avaliação psicossocial, segundo Ricardo, é feita através de uma série de perguntas sobre a motivação para adotar uma criança e as características da criança almejada em adoção. Estas perguntas foram interpretadas como parte de uma atividade meramente protocolar. Os documentos solicitados mais os questionamentos feitos sobre a idoneidade do casal também foram significados como invasivos, pois se sentiram posicionados como pessoas que precisavam comprovar que eram honestas e que poderiam fazer mal a uma criança. O maior desconforto de Ricardo, porém, foi o de não poder explicitar todas as suas motivações para adotar uma criança. Para ele, era inconcebível não poder dizer que queria ter um filho também como uma forma de ajudar alguém. O fato de ter que omitir seu desejo fez com que se sentisse muito mal, porque não compreendeu qual era o aspecto negativo de tal motivação.

K: Mais nada. Foi praticamente... pelo Fórum mesmo, que eu... eu me sentia muito mal assim... é... às vezes... não assim, te estar entrando no Fórum, todo o pedido de papelada essas coisas...

R: Mas, o local é deprimente, né.

K: Não, não pelo local, eu me incomodava muito até com a entrevista assim... da assistente e da psicóloga. Não elas pessoalmente, né, elas são...

R: Pelo contrário, elas ajudaram muito.

K: Eram super simpáticas, mas assim... a forma que é feita... as perguntas que são feitas... eu... eu ainda falo: “Ricardo, parece que eu estou num shopping comprando uma roupa que eu posso escolher sexo, idade, cor, se tem doença, se não tem”. Eu falo que se for ter meu filho, a única coisa que eu sei é que não vai ter uma Aids, não vai ter nada porque eu sei que nós dois estamos sozinhos, mas eu não tenho como escolher o sexo do meu filho, se for meu natural, não tenho como escolher a cor, o cabelo ser liso, se o olho vai ser castanho ou se não vai.

R: Se vai ter doença, se não vai, se vai ter um... sei lá um Down... um... eu não sei. É complicado assim... e a gente tendo que responder aquelas perguntas. Nossa! Eu saia de lá... muito mal. Eu acho que... não sei... e sem assim... sem uma perspectiva assim de quando... porque a pessoa que está indo ali ela está querendo adotar uma criança, ela está interessada em ser pai em ser mãe. E você entra ali sem saber nada e sai e sai... sabendo mais... nada ainda... pior ainda, né. Então a gente ficou meio...

K: Eu sei que não, mas eu acho que tem que lidar mais com tato... são pessoas que estão indo ali...você não sabe por que motivo, se pode, se não pode ter filho... estão sensibilizados ali... por não ter a condição de estar com a barriga ali na hora, de planejar um filho e falar: “Olha, mês que vem, ano que vem eu quero ter um filho”. Eu acho que tem que ter tato pra falar com essas pessoas, não chegar da forma que é exposta: “Ah, você quer por quê? Que cor? Que raça? Que... com problema? Sem problema?”. Eu acho que é muito agressivo pra pessoa que está ali querendo um filho.
(linhas 172-191)

Já a adotante se refere às perguntas feitas sobre as características da criança como algo irreal, que não corresponde ao processo de maternidade. Ao comparar a adoção com uma gestação biológica, as perguntas são sentidas como descabidas, porque ao se ter um filho, suas características físicas e condições de saúde não são escolhidas. A possibilidade de selecionar características e condições de uma criança foi comparada com a compra de um objeto, causando um sentimento muito negativo na adotante. Na verdade, ela queria um filho e isso envolvia aspectos afetivos, e ao ser questionada sobre questões que não faziam sentido para ela, Kátia se percebia perdida e agredida diante daquela entrevista, que, para ela, era extremamente racional e prática.

R: A sensação que você tem é que você está fazendo uma compra, você não está pagando, é evidente, mas você está escolhendo o seu... o seu objeto. É um objeto, não é uma pessoa e que... sei lá... se o cara quer saber se eu sou honesto, se eu presto, se eu não presto... pôxa... hoje em dia com a vida que nós temos, com a informatização, com a globalização que existe. Com o meu CPF a pessoa sabe se eu moro (na cidade X), se eu pago os meus impostos, se eu sou honesto, se eu... [] então, às vezes, algumas perguntas, algumas coisas, sabe? Tentando ver se a gente é pessoa séria ou não é... uma pesquisa rápida diria se é ou não é?(linhas 263-270)

R: Se chegasse pra nós e falasse: “Olha, nós temos medo porque há crianças que são mandadas pro exterior, tem tráfico de órgãos, tem não sei o que, tem venda...”, como nós vimos... Então a gente estaria mais consciente do que está acontecendo pra entender o porquê da pergunta e não entender que aquela pergunta é... não é uma ofensa, não estar te testando pra ver se você é bandido ou não. Porque a sensação que você tem é: será que [] que eu sou bandido? Não explica a situação antes. Eu acho que é isso que falta. Virou uma rotina, pra vocês e pra gente que vai lá pela primeira vez, isso não é rotina.

F: É... eu sempre converso com os casais, eu nunca... eu não trabalho no Fórum, né... eu não faço esse serviço. Mas as pessoas sempre falam muito disso que vocês estão falando, eles dizem... é minoria quem não estranha, a maioria das pessoas...

R: É muito frio. (linhas 392-403)

Ricardo, num primeiro momento, fica impactado e percebe o próprio espaço físico do Fórum como não acolhedor, deprimente, semelhante a um hospital. Entretanto, ele consegue sair da posição de avaliado e passa a discutir alternativas para que o processo de cadastramento possa ser menos constrangedor para os adotantes. Além de sugerir outros procedimentos para conferir a idoneidade dos casais, ele se refere à importância de explicar aos adotantes os motivos da avaliação. Para ele, o “dar sentido à avaliação” a tornaria mais humana, pela possibilidade dos adotantes entenderem que as perguntas são feitas para proteger, ao máximo, a criança a ser adotada.

Nesse momento da entrevista, mais uma vez, Ricardo me atribui o papel de psicóloga do Judiciário, e afirma que com a prática do dia-a-dia, “nós deixamos” de ser sensíveis ao processo de adoção, que é, por outro lado, vivenciado como algo muito angustiante pelos casais. Nesse momento da entrevista, eu não consigo permanecer como alguém que faz um trabalho “tão insensível” e explico novamente que não trabalho no Fórum. E explico que entendo o que ele está dizendo e, que, como psicóloga e pesquisadora, já ouvi outros casais se queixarem do cadastramento.

F: É que...eu sei que acho que quando vocês vão pro Cadastro, parece que eles perguntam muito essa questão da revelação.

R: Hum, hum.

F: Eles falaram alguma coisa?

R: Eles são a favor.

K: Eles não ficam questionando não. Eles impõem, é diferente.

R: Não impõe. Eles acham que é mais interessante você dizer pra criança...

K: É mais imposição mesmo que...que você conte.

*R: Eles querem que você conte, né. Não te obrigam isso... eles te induzem a isso(...).
(linhas 1134-1142)*

Mesmo em relação às orientações dadas no cadastramento, o casal as percebe como imposições, que não levam em consideração os sentimentos e opiniões dos que estão adotando. Ricardo compartilha da mesma idéia que as profissionais – a criança tem direito de saber sua história – no entanto, a maneira como recorta e atribui significados a conduta das profissionais faz com que ele e sua esposa se sintam induzidos e não como pessoas que poderão concordar ou não com a questão colocada, podendo assim agir com autonomia. A impressão que nos passa é que o processo de cadastramento foi vivenciado como um embate com o procedimento jurídico e com os profissionais envolvidos. No entanto, essa situação é descrita de maneira distinta quando entram com o pedido de adoção de Felipe.

R: É você viu as duas faces da coisa. Nós vimos os... quando nós entramos no Cadastro, o tratamento era de um jeito, quando o Felipe já estava com a gente e nós fomos ao Fórum...

K: Completamente diferente.

R: (...) pra fazer a reavaliação, o tratamento é... aí é o tratamento que você está falando, um tratamento mais humano: “Olha que legal, traz foto dele, vamos ver, pá”. E eu acho que o fato das moças lá perderem a obrigação do trabalho... elas não estavam mais...

K: Elas passaram a ser elas...

*R: Elas passaram a ser elas, normais. O trabalho que exige delas serem mais duras, mais críticas. Elas sabem ali... a partir do momento que elas não têm mais a responsabilidade sobre a adoção... quer dizer, eu arrumei o Felipe, não foi elas que me arrumaram. Elas simplesmente disseram se eu tenho capacidade ou não... sem o Felipe, o que é mais fácil pra elas, elas passaram a ser mais humanas, mas tranquilas. Então eu acho que é o ambiente ali que transforma o profissional. Não que o profissional seja desse jeito, é o ambiente que faz dele ser desse jeito.
(linhas 2022-2035)*

A oportunidade de adotarem Felipe em uma adoção “pronta”, que se deu de forma rápida, sem constrangimentos e punições, possibilitou um outro olhar para o trabalho desempenhado pelos profissionais. Para ele, é como se os profissionais do Poder Judiciário desempenhassem um papel que os despersonalizava e que, quando a adoção ocorria com uma menor intervenção, eles se permitissem ter um maior envolvimento com os adotantes, mostrando-se afetivos, interessados em conhecer a

criança. No entanto, esse outro posicionamento atribuído a aqueles profissionais é concomitante a mudança de posicionamento do casal, que puderam, ao realizar uma adoção “pronta”, ser mais autônomos e livres para encontrar um filho, conferindo-lhes um maior poder e uma sensação menos desconfortante do que a sentida no cadastramento – quando se viu no papel de avaliado e de quem ficaria aguardando por anos uma criança.

K: Ser mais ágil.

R: Ser mais ágil, tem que funcionar, tem que funcionar. Estamos vivendo uma globalização que hoje você entra na Internet, você sabe o que está acontecendo no Sri Lanka agora, entendeu?

K: Você fala em tempo real na Internet. (linhas 2099-2102)

*R: Aí eu perguntei isso na época pro pessoal que fez a entrevista e: “Ah mas aqui você sabe como é que é o Brasil, né.. .o Brasil [] o computador que nós temos lá na Vara é pessoal do... do...”. Entendeu? Péra aí, né? **Aí você vai ver nego aí falando em mensalão, roubando... pagando 50 mil reais por mês pra um deputado pra votar e não tem dinheiro pro Fórum pra ter um Cadastro, pra ter uma coisa mais agilizada?** Um computador hoje não custa tão caro. O que eles pagavam pra um deputado por mês, você compra uma dúzia de computador. Deixa a gente revoltado, né. (linhas 1554-1560)*

K: Você lembra aquela vez que você chegou... ? (risos). Eu peguei a carta dele, li a carta e nós demos a carta pra todo mundo ler... chegou uma carta do Fórum chamando ele pra... como é que era?

R: Não, foi quando nós fomos considerados aptos à adoção e...

K: Não chegou a carta e nós lemos a carta e falava assim: “E aí?”.

R: Eu não entendi uma palavra do que estava escrito ali.

K: “Não, e aí você entendeu?”, “Não”. Aí eu levava pra outro: “Você entendeu?”, “Não”... Ninguém entendia o que estava escrito na carta. É tão cheia de classe o português colocado na carta...

F: E você tem estudo.

R: Temos uma formação muito boa.

K: No fim, nós... que que aconteceu? Nós demos pra quem ler?

R: Eu dei pro advogado. (linhas 2122-2134)

Os recursos disponibilizados pelos profissionais da Justiça também são questionados. O casal critica a falta de condições de trabalho, como por exemplo, o fato das seções não terem acesso à internet e a computadores. O acesso à tecnologia, segundo Ricardo, aceleraria muitos dos processos e das investigações feitas nas adoções. Além disso, a linguagem utilizada pelo Poder Judiciário também vai ser questionada, por ser inacessível ao público atendido, o que é sentido como algo

improdutivo, e que posiciona as pessoas como incapazes de participar e entender o que está ocorrendo nos processos em que estão envolvidas.

R: (...) Acho que se... se facilitasse.. a... tipo assim, abrigos adequados pra onde essa criança vai. Essa criança rapidamente é selecionada e rapidamente... quanta gente tem em fila de adoção? Eu não sei como é que está a fila de X (cidade em que mora), mas deve estar imensa pra adoção. Quantas crianças têm em abrigo por aí.

F: É que muitas delas não estão em situação para serem adotadas.

R: Por quê?

F: Porque elas não estão... elas devem voltar pra casa ou ficar com algum familiar.

K: Ó, esse papo é outra coisa que me estressou. Esse papo foi uma coisa que me estressou profundamente. A primeira vez que fui no Z (abrigo), tinha uma criança de...

R: Três dias.

K: Três dias inteira queimada de cigarro pela mãe.

R: Ponta de cigarro. Aí... nós vimos a criança...

K: Eu falei: “Eu tô pegando pra levar embora essa criança”.

R: Eu vou levar essa criança, ela falou: “Não, ela está sendo devolvida pra família”. Então pera aí gente.

K: Vem cá, uma pessoa que fez isso, pô, você pode ter estresse pós-parto, você pode ter o que for, mas você não faz isso com um filho.

R: Desequilibrada. É a mesma coisa que você pegar...

K: Eu falo que a noite eu falo assim ó: “Nossa, esses moleques não calam a boca...”, eu falo brincando, nunca fiz isso e nunca vou fazer... “(...) Ai, eu vou arremessar na parede, aí eu vou...”. Você pensa essas coisas, mas você não faz, entendeu? Agora uma pessoa que foi capaz de fazer isso uma vez, quem dirá depois. (linhas 2140-2160)

O casal se mostra indignado diante das situações das crianças abrigadas e dos processos de destituição do poder familiar. A fala deles é representativa de muitos segmentos da sociedade, que acreditam que as destituições devam ocorrer mais rapidamente. O casal, ao visitar um abrigo, tem a oportunidade de ver uma criança de três dias queimada de cigarro, e acha inconcebível que a Justiça não entre imediatamente com o processo de destituição dos pais dessa criança e a coloquem em um lar substituto. Essa fala é muito significativa, porque para um casal que deseja muito ser pai é muito difícil entender como uma criança pode ser agredida de tal maneira. É difícil ter expectativas de que aqueles pais agressores possam mudar de conduta. A adotante se posiciona como mãe e fala que é difícil, em alguns momentos, dar conta das demandas de um filho, mas ressalta que há um limite entre o sentir e o agir. E cabe à

Justiça a competência para distinguir essas situações para não falhar com as crianças e com os que querem adotar.

5.1.6. Algumas reflexões sobre o relato dos entrevistados

Um aspecto importante nas verbalizações e nos sentimentos dos entrevistados em relação às adoções “prontas” são os sentimentos vivenciados pelos adotantes ao poderem, eles próprios, contatar pessoas para viabilizar a adoção de um filho.

Na combinação da adoção “pronta”, os adotantes puderam sair da posição que os incomodava tanto – de investigados e avaliados pela Justiça. E, através de uma mediadora, que exerce profissionalmente a função de investigadora de polícia, puderam se sentir mais seguros para viabilizar a adoção do filho. Essa mediação por uma profissional na arte de investigar pôde instrumentalizá-los na “combinação” da adoção, de forma a se sentirem mais seguros de que não era um golpe ou se tratava de pessoas intencionadas em se beneficiarem financeiramente. Ou seja, ao terem uma mediadora para viabilizar o contato com a mãe biológica tentam se proteger dos medos que tanto os angustiava nessa prática adotiva.

Ao mesmo tempo, nos parece que os adotantes adquiriram um maior poder na interação com os demais envolvidos na adoção. Outros recursos dos adotantes foram utilizados: os exames e o parto do bebê foram realizados por um profissional amigo dos adotantes. O médico, além de manter a identidade deles em sigilo, os informava sobre as reações da mãe e a situação da criança. Além disso, antes do nascimento do bebê, houve a possibilidade de se acompanhar a gestação da criança e de tentar conhecer as características físicas e suas condições de saúde – através da foto entregue pela mãe biológica e dos exames de ultra-sonografia do bebê.

Percebemos, contudo, que nessa relação entre adotantes e a mãe biológica, esta última também exerce alguns controles: ela não aceita ajuda material e pede auxílio para realizar uma cesariana.

Em relação à prática das adoções “prontas” através de instituições, pudemos perceber que ir a abrigos pode ser uma forma viável de se conseguir crianças, pelo poder que exercem estas instituições. O que nos parece, nas entrelinhas, é que nos diversos cenários, há exceções a regra. O abrigo que, segundo o ECA, não tem o papel de promover adoções, permitiu a aproximação de pretendentes à adoção e, em outros momentos, proibiu. A Justiça concedeu o pedido de uma adoção “pronta” a uma pessoa influente e, mais tarde, aceita o pedido formulado por Kátia e Ricardo, sem que o critério do Cadastro de Pretendentes à adoção do Fórum fosse obedecido.

No episódio em que relatam “a luta” de vários adotantes por uma mesma criança, os adotantes criticam o tráfico de influência, que é percebido como uma prática das instituições (Abrigo – Justiça – “comerciantes de crianças”). No entanto, percebemos que o fato das adoções “prontas” coexistirem com as adoções via cadastro, em muitos casos, tem gerado uma situação em que alguns acabam sendo privilegiados.

Pensando nas reflexões de Ricardo sobre o tráfico de crianças, nos deparamos com outra questão importante: se as pessoas não aceitassem a compra de crianças haveria o comércio?

E ainda em relação à morosidade da Justiça e a disputa pelas mesmas crianças (brancas, bebês e sadias) pelos adotantes, seja nas adoções prontas seja via cadastramento, retomamos um dilema vivenciado pelos profissionais que cadastram as crianças aptas a serem adotadas: o que fazer com as crianças que não são almejadas pelos adotantes?

5.2. Léo e suas filhas

Léo é solteira, mãe de duas meninas, e realizou uma adoção “pronta” há doze anos. Sempre desejou adotar uma criança e quando soube, através da empregada de sua casa, que a mãe de Gabriela, sua filha mais velha, queria dá-la em adoção, Léo se interessou em pedir para ficar com a criança. A mãe biológica de sua filha trabalhava na casa de um familiar de Léo e ao fazer contato com ela, esta concordou em dar a filha que iria nascer. Então, Léo procurou a Vara da Infância e Juventude e solicitou a adoção. Foi submetida às avaliações psicossociais e, após o nascimento de Gabriela, recebeu sua guarda e, posteriormente, pôde adotá-la.

Hoje, Gabriela tem aproximadamente 12 anos, sabe que é filha adotiva e segundo Léo, a filha pede para conhecer sua mãe biológica. Desde muito pequena, Léo contou à filha sobre sua adoção, no entanto, Gabriela tem muitas fantasias e angústias em relação à sua condição de filha adotiva, que vem sendo trabalhada em sessões de psicoterapia.

A entrevista de Léo é marcadamente voltada para os aspectos psicológicos da adoção e pelas necessidades afetivas de sua filha. Seu relato é profundo, denso e emocionado diante da escolha feita pela adoção, pela forma como sua filha tem lidado com esta questão e por outros aspectos de sua vida pessoal. No entanto, como o foco deste trabalho é compreender as adoções “prontas”, não nos deteremos nestes aspectos, no entanto, nos questionamos se as dificuldades vivenciadas por Gabriela não são influenciadas pela relação estabelecida entre Léo e sua mãe biológica, que permeiam a relação estabelecida entre mãe e filha, através dos sentimentos, dos ditos e dos não ditos.

5.2.1. As combinações e negociações com a mãe biológica

L: “(...)a Mercedes foi nossa intermediária, assim entre aspas, uma pessoa muito simples, muito humilde, a Mercedes limpava, fazia uma faxina na casa da minha cunhada, da Joana, e também era nossa faxineira por muitos anos, uma pessoa muito querida nossa. E a Mercedes comentou conosco, lá em casa, que a Sonia, que é a mãe da Gabriela estava esperando neném e não queria ficar com a criança. Tava escondendo e tudo mais.” (linhas 23-27)

L: “E resposta dela foi a seguinte: “Com a Léo eu deixo, eu fico segura, eu posso entregar para a Léo a criança. Nesse momento a gente já pediu para ela relaxar com a gravidez (parar de enfaixar a barriga), já pedi para ela fazer pré natal que ela não tinha feito, e ela topou fazer, mas desde que a gente não entrasse no circuito.” (linhas 34-37)

L: “Não...muito pouco, muito pouco (contato). A gente ligava pra saber como é que foi, como é que foi o exame...se ela estava passando bem ou não....Tanto é que eu fiquei um pouco...até cheguei a comentar com a minha mãe o seguinte: “Eu não vou ficar me (...) iludindo muito porque pode ser que ela desista, né...”porque eu percebi que realmente ela deu uma afastada, sabe? Ela preferiu o isolamento, apesar de trabalhar na casa da minha ex-cunhada, né. Mas eu percebi que ela preferiu esse isolamento nesse período. Ela foi para o hospital sozinha. Ela é uma mulher determinada.²⁹” (linhas 484-490)

Léo almejava adotar uma criança, e esse desejo já era acalentado há algum tempo, até que uma empregada de sua família contou sobre uma moça que daria o filho em adoção. Após a mediação feita pela empregada, a mãe biológica afirmou que entregaria seu filho para Léo, por confiar nela.

A partir de então, mãe biológica e adotante fizeram uma combinação: Léo pediu para que Sônia fizesse o pré-natal a não mais amarrasse a barriga e Sônia solicitou o distanciamento da adotante. É interessante ver como cada uma das protagonistas utiliza seus recursos e seu poder para que o objetivo final seja atingido. Léo desejava maiores cuidados com a gestação a fim de tentar garantir um bem estar para o bebê e para a gestante, e após parto, receber o bebê em adoção. Sônia queria sua intimidade preservada, sem grandes intervenções externas e, com essas condições respeitadas, entregaria seu bebê para a adotante.

²⁹ Palavra ou frase grifada: pronunciada com ênfase.

L: E nesses dois meses ela quis ir sozinha, ela não queria que entrasse no circuito, “Deixa que eu faço”. Ela foi ao médico, não viu o sexo da criança, ainda não dava para ver, a criança tava de costas, tal.
(linhas 44-47)

L: Um dia eu tava no Fórum, conversando com eles, eu recebi a notícia que a Sonia tinha ido para a maternidade, e começou a passar mal tal, e foi sozinha, ela foi a pé, ela morava perto, ela é muito destemida assim, sabe? Ela foi sozinha e tinha nascido a Gabriela.

(linhas 52-54)

L: Ela assinou e em nenhum momento ela pensou em voltar atrás, assim, sabe? E eu lembro, que eu ia, a Gabriela ficou quatro dias na maternidade, teve icterícia, tratando dessas coisas, e eu fui na maternidade para cuidar, eu ia todos os dias, para dar banho, dar mamadeira, e eu encontrei a Sonia – eu fico emocionada até hoje com isso – (começa a chorar) . Secando leite, fiquei com aquilo na cabeça, (chora), eu falei: “ Não é possível, como é que pode, né?”

(linhas 58-63)

A adotante posiciona Sônia, mãe biológica de Gabriela, como uma mulher decidida e independente, pela forma como vivenciou a gestação e o parto. No entanto, a forma como Sônia consegue lidar com a entrega de sua filha gera um inconformismo em Léo, que fica muito mobilizada.

L: (...) Eu levava mensalmente a Gabriela no Hospital pra fazer o controle do sangue até que ela zerasse e...esse anticorpo, entendeu? Isso foi ,Graças a Deus, foi super rápido e...e numa dessas vezes, nós a encontramos (a mãe biológica). Eu estava com a Gabriela, né...e ela realmente prefere não ter o contato (fala pausadamente dando sentido de ênfase). Eu acho que deve ser muito duro pra ela, eu não consigo imaginar o contrário. Por mais distante, mais frio e mais negligente que você possa ser, eu não consigo imaginar que possa ser o contrário, sabe...que...que a pessoa num encontro, não vá...alguma coisa desmanchar por dentro, sabe?

(linhas 507-513)

L: Se aproximou, viu, achou que é linda, tal...e a Gabriela deu um sorriso enorme pra ela...bebê de colo, né...deu um baita sorrisão, assim sabe? E depois eu a encontrei num supermercado, fazendo compras e eu tava com a Gabriela no carrinho: “Aí, que linda que é sua filha, tal, não sei o quê³⁰ (fala baixinho)”.

(linhas 515-518)

Depois de alguns meses do nascimento, Léo e a mãe biológica se encontram em dois momentos. E nas duas ocasiões, a mãe biológica elogia o bebê e já o posiciona como filho da adotante, não atribuindo a si a gestação daquela “criança bonita”. Léo se surpreende, se desconcerta, e naquele momento significa o amor materno como intrínseco à gestação. Assim, Léo acredita que por dentro, Sônia devia sentir algo muito

³⁰ Em itálico – fala baixo ou alto

dolorido, mas que ela conseguia conter. Parece que, quem posiciona Sônia como mãe daquele bebê é a própria mãe adotiva.

Neste momento da entrevista, que até então vinha se desenrolando de forma mais descritiva, passa a ser permeada por emoções, choro, falas pronunciadas com ênfase.

Desde então, os aspectos psicológicos deste processo de adoção vão emergindo com muita força, e a relação entre a pesquisadora e a entrevistada também vai sendo modificada. Léo me posiciona como uma psicóloga com quem estava dividindo seus sentimentos em relação àquela adoção e a outros aspectos de sua vida implicados na relação com a filha. Eu, enquanto pesquisadora, retomava os aspectos relacionados voltados à adoção “pronta”, mas me pegava envolvida, muito mais interessada em ouvi-la livremente e entender os sentimentos que eram despertados quando me contava sua experiência enquanto mãe adotiva.

L: “... mas agora o coração da Gabriela sossegou um pouco, que eu disse para você que ela me deu muito trabalho o ano passado, que ela me cobrou muito que eu achasse a mãe dela. Mas ela tem uma postura assim, de inconformidade de ter sido, né, em determinado momento, agora com essa novela, que a outra roubou a criança, né, tem uma personagem de ter roubado a criança, seqüestrado e tal, ela, eu acho que criou uma fantasia na cabeça dela, de que ela...teria sido/”roubada por mim, né? Então ela passou uma fase de agressividade imensa comigo. Mas apaziguando um pouco as coisas, eu pude compreender que ela, ela me cobrou, ela voltou a me cobrar de conhecer a Sonia. Eu localizei a Sonia, encontrei, mas ela não quer ver a Gabriela (fala pausadamente ela-não-quer-ver-a-Gabriela). Ela não quer contato. Ela me disse que, ela falou: “eu tô precisando da tua ajuda, amanhã eu não vou ter controle, amanhã eu não vou ter controle.” “ A minha família não sabe, é um segredo que eu vou levar pro túmulo. Eu tô casada, eu quero ter um filho com o meu marido, meu marido nem imagina.” Que coisa, né? Até me pergunto. Como é que alguém vive e, com outra pessoa, sem conhecer uma coisa tão importante, né? Que é ter tido um filho. Mas aí eu falei: “Vamos marcar um encontro, vamos nos encontrar para você conhecer a Gabriela...” “
(linhas 172-188)

Gabriela, desde os sete anos, vem apresentando dificuldades para lidar com sua história de vida. Aos onze anos, passa a solicitar que sua mãe adotiva encontre sua mãe

biológica para conhecê-la. Neste momento de sua vida, em uma novela global, uma personagem rouba a filha de uma mãe, que passa a vida procurando reencontrar sua filha. É interessante notar que Gabriela se identifica com essa menina que foi roubada, o que nos parece que seria menos dolorido pra ela: teria uma mãe adotiva que a roubou por desejá-la e uma mãe biológica que a ama e a procura. Posicionando-se como a criança roubada, Gabriela rejeita o papel de filha que foi “abandonada” pela mãe biológica, mas sim “roubada” pela mãe adotiva. E buscando acreditar nisso, agride constantemente Léo, a quem culpa pela separação da mãe.

O que nos parece é que, nas entrelinhas e até inconscientemente, Gabriela percebe que Léo parece significar sua adoção como fruto de um abandono inicial, fato que Léo parece não digerir. Léo parece não conceber a entrega como uma possibilidade de vida para aquela criança.

E ao ver a angústia de sua filha, que passa a se mostrar cada vez mais triste e agressiva, mesmo após tratamentos psicológicos, Léo decide procurar a mãe biológica.

Este reencontro com a mãe é marcado por um desencontro. Léo deseja que Sônia reveja sua filha e Sônia quer se manter distante do seu passado. Léo não consegue entender a opção de Sônia, achando inconcebível sua opção de esconder que teve uma filha para seu companheiro. Léo questiona a possibilidade de um relacionamento com segredos. E Sônia pede para Léo que a situação seja mantida como está. No entanto, Léo busca reencontrá-la, assim como Gabriela, na expectativa de que os sentimentos de angústia dela e de sua filha possam ser aplacados pela aproximação de Sônia.

*L: “...não sei...é um bloqueio que ela(Sônia) tem, sabe? Ela não quer ver, ela não quer entrar em contato com essa...**com esse pecado, sabe...mortal** que ela cometeu, né?”(linhas542-543)*

*L: “Mais uma **rejeição**, entendeu? Mais uma **rejeição** da mãe, biológica, né? Então eu não pude expor a Gabriela a isso de novo, eu não quis, não pude, não me achei no direito de fazer isso. E aí, eu que fiquei exposta, né? “*
(linhas 553-555)

L: “Ela falou: “Ah é, Léo, ela não sabe né...ela mal sabe que você que...que o grande amor tá teu, né, tá em você, ta...” ela...é uma pena, né. Mas ela não se sentiu apta a colaborar.”
(linhas 563-565)

L: “Bom, eu...é...eu me pergunto e vou me perguntar até o resto da vida (...) como é que alguém gera, né...uma criança e **tem coragem de deixar**. Eu acho **isso muito louco**. Eu acho...**eu não consigo compreender**. Eu acho que a mesma dificuldade que a Gabriela tem em aceitar, **eu não consigo compreender**. **Não consigo compreender**, Fernanda. Como é que você...por mais que você tenha dificuldade é...padrões morais né...tem muita gente que leva a filha pra ter...passar a gravidez na casa não sei de onde, quem. Depois que nasce a filha volta...tem...tem muita história assim, né? **Eu não consigo compreender, não consigo**. É...eu acho que **um dia a vida vai cobrar** dessas pessoas assim...sabe? **Um dia vai cobrar**, porque...**a mentira é feita de sal, né...a mentira é feita de sal**. O caso da Sonia, né...que ninguém sabe da origem, a família não sabe da origem...eu acho que **um dia a casa cai** (...) pra ela, sabe? Eu só espero que a minha filha esteja bem forte, bem firme, um dia desses, sabe?
(linhas 1407-1417)

Léo, desde o início de nossas conversas se mostra com dificuldades para entender o que Sônia fez. Em sua fala, percebe-se sua indignação, seu inconformismo, que é verbalizado: “**eu não consigo compreender**”. E nesse movimento de tentar entender ou de mostrar o porquê não compreende, Léo atribui à entrega de Gabriela em adoção vários significados: **pecado mortal, rejeição, muito louco, é preciso coragem**. A partir destes significados, Sônia é posicionada como alguém **que pecou, que rejeitou, que precisou ter muita coragem, que cometeu uma loucura ou estava louca** e que, em consequência disso, **vai ser cobrada pela vida, “sua casa” vai cair** pelo fato da **mentira ser feita de sal** (no sentido de que haverá muita dificuldade em sua vida quando a verdade for descoberta).

Ao ver Sônia não amamentar Gabriela, não assumi-la como filha e ainda negar sua existência, Léo fica fortemente mobilizada. Parece-nos que ela se identifica com a filha, que se sente rejeitada. No entanto, outro significado também passa a fazer sentido para nós, ao vermos as reações e sentimentos de Léo em relação à mãe biológica: será que a filha se sente rejeitada ao perceber que sua mãe também concebe sua adoção como fruto de um abandono?

Sonia novamente posiciona Léo como mãe de Gabriela, ao dizer que a menina estava equivocada quando não reconhecia Léo como sua verdadeira mãe. No entanto, o papel que atribui à Léo, não é o mesmo que a mãe adotiva se atribui, naquele momento e naquela situação interativa.

Talvez possamos entender melhor os posicionamentos de Léo e os circunscritores de sua relação com Sônia, ao compreendermos sua concepção de maternidade, que será apresentado no item abaixo.

5.2.2. A adoção de uma criança: aspectos legais

L: “ Foi nesse exato momento(quando soube que a mãe iria dar a criança) eu tive um, uma reação parecida, uma reação química, sabe? “Nossa, essa criança é a minha”.(linhas 28-29)

Léo sempre desejou adotar uma criança, mas não se cadastrou em nenhum Fórum e nem passou a buscar conhecer crianças de outras formas. No entanto, ao saber que Sonia entregaria sua filha em adoção, Léo sente que ela deveria ser a mãe daquela criança, como se fosse algo predestinado.

L: “Até quando o psicólogo do Fórum, perguntou para mim, ele falou assim: “Você sabe quem é o pai?” Eu falei “não, eu não conheço.” “E se for um negro retinto?” Porque a Sonia é mulata bem clara, bem clarinha mesmo. “Bom, se for negro, que venha uma criança negra.” “E se nascer uma criança com síndrome de Down?” “ É a criança que eu optei em adotar. Venha o que vier.” Né? “ Você tá pronta para isso?” Eu falei: “ É o que eu quero, a partir do momento que eu tenho desejo, eu vou me preparar para receber, né, eu vou... construir, em cima de um desejo, o desejo ele é puro, né? Ele vem bruto, então vamos lapidar esse desejo.”
(linhas 413-420)

L: “ Eu sempre tive o desejo, eu sempre pensei, a adoção, né, como uma forma de maternidade mesmo e eu nunca tive aquela coisa, um sonho de ver a barriga crescer, aquela, eu tenho uma concepção acho que talvez, mais humanitária da maternidade, né? Talvez seja isso, e eu acho que isso implica um amor muito grande, um amor muito mais incondicional até do que a própria maternidade biológica, porque eu também sou mãe biológica, né, eu tenho essas duas experiências.”
(linhas 11-16)

Neste momento da entrevista, a adoção é por Léo significada de várias formas:

uma forma de maternidade, mais humanitária, implica um amor muito grande,

um amor incondicional ainda maior do que a maternidade biológica. Neste momento de seu relato, sua fala é permeada por muitas emoções, mas de maneira distinta da que ocorreu ao descrever sua relação com a mãe biológica.

Ao ser avaliada por psicólogos da Vara da Infância, Léo relata que já sentia que aquela criança, independentemente de suas condições de saúde e características físicas, seria sua filha. Para ela, o desejo de ser mãe daquela criança faria com que adequasse suas expectativas às condições reais, pelo fato de que concebe como intrínseco à adoção um amor irrestrito e incondicional, que faz os pais aceitarem a criança em sua totalidade.

5.2.3. A regularização da situação adotiva na Vara da Infância

L: “Então foram dois meses, do sétimo até o nono que eu fiquei muito apreensiva, porque eu já entrei no Fórum com o pedido da adoção, a gente já tinha feito, é... eu já comecei fazer contatos com psicólogos do Fórum, juiz e tudo mais, eu conhecia muito o juiz da Infância da época e o que era o promotor da infância da época, (...) inclusive ele (o promotor) é contemporâneo meu da época da escola, somos colegas de infância de escola.” (linhas 38-43)

L: “Meu processo de adoção durou oito meses, somente. Quando eu fui praticamente renovar a guarda, que era provisória, eu já tive a adoção, já tive a adoção, a guarda definitiva dela, né?” (linhas 70-72)

L: “E até que eu terminei todo o processo de avaliação, dos psicólogos, assistentes sociais do Fórum, né? E fui aprovada até com louvor por eles, eles perceberam que eu tava pronta para ser mãe, nessa condição.” (linhas 47-49)

Léo, inicialmente, concebe que a adoção de sua filha se deu de forma rápida, tranqüila e sem percalços. E acredita que isso se deva não só a sua postura, mas ao fato de ser uma pessoa pública e por ter amizade com Juízes e Promotores. Além disso, Léo, ao ser avaliada pelos profissionais e pelos representantes da Justiça, se sente posicionada como alguém com recursos para ser mãe e, atribui a estes profissionais o poder de discernir quem pode e quem não pode ser mãe.

L: “...não sei se eu comentei com você, a única dificuldade que eu tive é que na época mudou o promotor e ele...e esse promotor novo que entrou, colocou empecilhos na minha adoção porque eu era solteira e..., né...ele achou que ()enfim, começou a colocar alguns empecilhos. Mas o juiz entrevistou e me ajudou no processo.” (linhas 1019-1023)

No entanto, a regularização da adoção “pronta” que realizou adquire outras qualidades: possuiu entraves. E estes eram relacionados ao seu estado civil e não à modalidade de adoção que estava realizando. O fato de Léo ser solteira e requerer a adoção de uma criança, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente já estivesse em vigência e permitisse tal situação, foi colocado como aspecto desfavorável. O que foi reconsiderado, após a intervenção do juiz. No entanto, ela traz esses elementos sem grandes questionamentos, apenas relata os fatos ocorridos. De alguma forma, parece não se opor ao que vivenciou e nem se questionar o que teria acontecido se não fosse a pessoa que era – conhecida publicamente e de uma classe econômica favorecida.

L: “porque eu fui crivada(...)é...de perguntas, de entrevistas, sabe, de visitas...foram dois meses assim, intensos de...de negociação mesmo, sabe? Psicólogos, assistentes sociais, foi muito...muito assistida a minha adoção, não foi aleatória, né? Então eu não sei se...,eu acho que () acho que seria o mesmo processo, no caso, imagino, né? [?] pelo fato de eu estar solteira, sozinha. “ (linhas 1548-1552)

Outros significados também são construídos em relação aos procedimentos da Justiça e de seus profissionais. Léo descreve sua adoção de outra forma: não facilitada, mas sim assistida, na qual passou por uma avaliação profunda e minuciosa. E o fato de ser solteira é atribuído por ela como o motivo pelo qual ela foi avaliada de forma detalhada; neste momento, o fato de ser sozinha aparece como um fator que pode possibilitar ou não o exercício da maternidade.

5.2.4. As possibilidades e os limites das adoções “prontas”

Quando questionada sobre a prática das adoções “prontas”, Léo se remete a vários sentidos, sendo que a maioria deles, se não a sua totalidade, só se refere às possibilidades desta prática.

L: Então, eu acho que esse aspecto, Fernanda, ele pode ser (...)favorável no sentido de você ajudar a criança, no momento que ela é... procura buscar a identidade dela, porque o que acontece com a Gabriela, por exemplo, essas crises que a Gabriela tem, esses momentos de sofrimento que ela passa. É uma falta de identidade terrível, sabe? Eu acho que a lei precisaria olhar pra isso, sabe? E se você tem o recurso, se você sabe num determinado momento que você pode ir atrás dessa mãe, desse pai biológico pra colocar em contato com essa criança, com esse adolescente, com esse adulto, eu acho que isso pode ser um agente facilitador. Porque...é di...é duro, é dolorido você olhar pra sua pe...é dolorido e não adianta dizer que não é, sabe? Tudo bem tem gente que supera mais fácil, tem criança que supera...criança,...jovem, né...mais fácil, gente que supera com mais dificuldade, gente que não supera nunca, você olhar pra sua pele e ver que você é muito diferente daquele seio familiar, que você é muito diferente do teu avô, tua avó, do teu pai, tua mãe, sabe?(linhas 1150-1161)

L:Eu acho que... acho que isso pode vir primeiro até mesmo do próprio desejo da adoção, por exemplo, se você tem contato ocasional com uma criança, uma família que tem uma criança e que não dá certo e que você ajuda porque é uma família...de repente nasce daí uma relação com a criança e daí pode nascer o desejo de adoção. Eu acho que me parece que é um processo meio inverso do que você ter o desejo da adoção, procurar o Cadastro, entrar numa fila pra esperar que a criança venha. (linhas 1072-1079)

L: “É...poxa, eu acho que as pessoas (que são contra as adoções pontas) tinham que pensar nisso. Acho que tinham que pensar nisso e eu acho que um país como o nosso, onde tem índio morrendo de fome lá no Mato Grosso, crianças desnutridas, morrendo de desnutrição, sabe? Que mal há...quem é que vai ter coragem, que vai ser homem de combater uma adoção desse tipo? Adoção de uma criança desnutrida, por exemplo, uma criança que tem o vírus da AIDS, por exemplo, o anticorpo. Quando é... eu adotei a Gabriela, tinha uma enfermeira no berçário do Hospital das Clínicas, ela tinha adotado uma criança com anticorpo, com o anticorpo do HIV, sabe? E a criança tinha, tava quase zerando, tava curada praticamente. Por que? Porque ela conheceu a mãe...foi a mesma adoção que eu tive, ela conheceu a mãe, criou vínculo com a criança, acabou ficando com a criança, a mãe morreu(...) vai colocar uma criança dessa numa lista? Vai pra uma família, a família não segura a onda da criança doente, de ver a criança com diarreia, de ver criança com pneumonia...e devolve. Porque devolve mesmo. É difícil, educar é difícil, criar uma criança é difícil. (fala baixo, mas com ênfase). Acho que...acho que as autoridades tinham que pensar nisso. Muito bem pensado” (linhas1190-1203)

L:“Eu acho que...por isso que a Justiça tem que...tem que ficar muito alerta né, porque...quando a Justiça determina as situações, eu acho que ela tem que pensar na carga afetiva, na carga social, tudo, tudo, sabe onde...Uma vez eu dei uma entrevista sobre a minha adoção e falei: “Meu Deus, onde será que a Gabriela estaria hoje se não estivesse comigo? Onde que ela podia tá? Na rua, onde? Sendo explorada sexualmente?”, sabe? Você precisa pensar nisso, é preciso pensar nisso. Então acho que...acho importante, quem adota e a Justiça, sabe? A qualquer momento das determinações, de votar uma lei, precisa pensar nisso. Esse país é um país de miseráveis. Nós vivemos num país de miseráveis, gente. Nós temos criança que morre de fome, isso é verdade, sabe? E você vai dificultar uma adoção?”(linhas1606-1615)

*L: Mas...é...eu tenho profunda confiança no Júlio, né, o Júlio é um puta cara.. Acho que o **Júlio podia adotar quinhentas crianças que...acho que até ele daria melhor conta sabe (do que cuidar de um único filho)**”?
(linhas 1561-1562)*

*L: “Eu não tenho notícia, eu não tenho notícia (sobre pessoas que mediam as adoções), mas eu acho que essas pessoas são, de alguma forma, meio que...**abençoadas por algum anjo assim, sabe...que encaminha, que...que dá a solução.** Pra ajudar a dar uma solução pra aquele caso. Porque senão a Gabriela iria pra um abrigo. Ela sairia do hospital pra um abrigo. E eu acho que nós tivemos muita sorte de nos termos, sabe?”
(linhas 1490-1494)*

*L: “**Eu acho que o Estado tinha que se responsabilizar por isso também.** O Estado não se responsabilizou pela...**pela classe social de onde veio essa criança.** O Esta...o Estado tirou toda a responsabilidade na hora da educação, na hora do emprego, na hora é...da educação daquela família onde aquela criança foi gerada. **O Estado se eximiu completamente, saiu fora, entendeu? (...)** Como é que é o **Vampiro Brasileiro?** Não tem aquele personagem do Chico Anísio, né... sabe...é o Estado, né...É o Estado.”
(linhas 1627-1639)*

Essa modalidade de adoção pode possibilitar o contato com a família biológica, auxiliando na construção da identidade da criança; maiores elementos de sua história e dos motivos da entrega pelos pais biológicos podem ser conhecidos e pode haver a possibilidade de um futuro contato com estes pais, caso a criança sinta necessidade.

O vínculo com uma criança ou com sua família pode despertar o desejo da adoção. Para ela, isso parece mais provável do que se cadastrar nos Fóruns, esperar por uma criança, adotá-la e depois estabelecer um vínculo com ela.

A partir dessa vinculação prévia, crianças não almejadas em adoção podem vir a ser adotadas. Essa vinculação afetiva já estabelecida garantirá que o adulto aceite as dificuldades que a criança apresente e não as rechace. Conseqüentemente, para Léo, essa forma de adoção não deve ser proibida.

Léo refere-se também à adoção como uma alternativa, uma solução para as crianças pobres, doentes e órfãs. Esse é um discurso normalmente veiculado pela mídia, por alguns profissionais da área da infância e até por pesquisadores. E, neste sentido, a adoção “pronta” é vista como uma modalidade adequada como as adoções via cadastramento nos Fóruns

Ao se remeter à adoção de sua filha, ela se posiciona como alguém que protegeu essa criança da pobreza, da prostituição, da fome. O que se relaciona ao sentido da adoção e dos adotantes como salvadores da pátria de miseráveis.

Ainda neste sentido de adoção como solução para crianças pobres, Léo refere-se a uma pessoa que não consegue se relacionar afetivamente com seu filho, mas que reúne condições para adotar muitas crianças. Neste sentido, a adoção não é significada como uma forma de filiação, mas uma maneira de assistir crianças.

Os mediadores das adoções “prontas” são significados como anjos por mediarem o contato dessas crianças com os adotantes, o que evita o abrigamento das crianças e um longo período de espera pelos adultos. Léo não se refere às pessoas que possam se beneficiar dessas mediações financeiramente e nem aos adotantes cadastrados nos Fóruns, que ficam a espera de uma criança por anos.

Ao concluir sua avaliação sobre o papel das adoções, Léo apresenta uma realidade mais complexa. Ela se refere ao descompromisso do Estado com as famílias das crianças pobres, o que implica em adoções e na existência de muitos miseráveis.

5.3. Adriana: três momentos da entrega de um filho em adoção: as negociações com os adotantes, a entrega e o depois...

Adriana tem trinta e dois anos, é paranaense e relata que foi adotada, logo após a separação de seus pais biológicos. Seus pais adotivos eram seus padrinhos e viveu com eles até sua adolescência, quando foi embora de casa, por ter desentendimentos com sua mãe adotiva. Segundo ela, a mãe tinha muito ciúmes dela com seu pai, este que atendia a todos os seus pedidos. Mudou-se de cidade e passou a morar em pensão para moças. Terminou o segundo grau e conheceu seu primeiro marido, com quem viveu por sete

anos e teve quatro filhos. Afirma que este é o melhor pai de seus filhos, que prefere abrir mão de ter uma nova esposa, para poder se dedicar integralmente aos filhos, pelo fato de acreditar que uma segunda esposa poderia maltratá-los.

Todos os filhos tidos com este companheiro estão com ele e passam os finais de semana com ela. Adriana afirma que as crianças estão bem encaminhadas, pois vivem com “a bíblia debaixo do braço” (sic), referindo-se ao fato do ex-companheiro ser evangélico. Entretanto, em uma das minhas visitas tive contato com seu filho mais velho. E, nestas interações, ele se mostrou muito diferente da descrição que ela havia feito- o garoto sabia dirigir carro; ficava muito tempo na rua e fazia combinações com conhecidos para conseguir as coisas que queria. Penso que, talvez, ela falasse de um filho almejado ou queria me causar uma impressão diferente da situação de seus filhos. Na verdade, seu filho me pareceu uma criança muito esperta e que tinha uma familiaridade com a rua e habilidades sociais diferentes das crianças evangélicas que seguem vigorosamente a religião.

Adriana casou-se novamente e teve três filhos, na última gestação, descobriu que havia outra moça grávida de seu marido e então se separou. Seus filhos estão aos cuidados da avó paterna e, às vezes, a visitam nos finais de semana. Uma de suas filhas, frutos desta união, foi acompanhada pelo Projeto Sentinela por ter sido vítima de violência sexual, supostamente praticada pelo pai. Durante a realização das entrevistas, tivemos contato com ela, em duas ocasiões. A menina é responsável pelo cuidado de sua irmãzinha de um ano de idade, dando-lhe banho, alimentando-a e interagindo com ela o tempo todo - ela a segura no colo quando andam pela rua ou cuida para que a bebê não se machuque dentro de casa. A menina parece não contar com a empatia da mãe, que enfrentou, com muitas dificuldades, a revelação do abuso sofrido. Ao ver sua filha manipular seus genitais com objetos, segundo a própria entrevistada, rejeitava a menina,

não conseguindo se aproximar dela e tinha dificuldades para entender seus comportamentos. Em entrevista, observamos que a menina apresenta ainda comportamentos relacionados ao abuso sofrido, urina na cama, é sonâmbula, sai de casa de madrugada e fica sentada na calçada. Conversamos com Adriana sobre a necessidade de sua filha voltar a ser acompanhada pelo Projeto Sentinela, mas na última visita que fizemos, a menina estava aos cuidados da avó e talvez permanecesse com ela.

O terceiro companheiro de Adriana é o pai da criança que foi entregue em adoção. Viveram juntos por algum tempo e, depois de desentendimentos, ele voltou para a casa da mãe. Adriana engravidou e por ter tido varicela, ao saber da possibilidade do bebê ter alguma seqüela, fez um aborto, por acreditar que ter um filho especial seria muito difícil, pelo fato dela já ter outras crianças para cuidar. Engravidou novamente e levou a gravidez à diante, na época das entrevistas, a nenê estava com um ano de vida. Continuaram a se relacionar, Adriana engravidou pela terceira vez, e o companheiro falou que não assumiria a criança, por temer que o filho não fosse seu – no entanto, nas entrevistas, há muita contradição sobre esta situação, ora a dúvida sobre a paternidade parece ter sido levantada por ela, ora pelo advogado que mediou a adoção, ora pelo rapaz.

Até o final destas entrevistas, o casal continuava a se relacionar - ele estava presente em todas as minhas visitas a casa. No entanto, só a partir do momento que passei a ler as entrevistas, percebi que não havia cogitado a hipótese de entrevistá-lo. Assim como ele parece ter sido excluído, de certa forma, deste processo da entrega do bebê por Adriana, eu também não cogitei em perguntar se ele gostaria de falar sobre a entrega da criança.

Adriana resolveu entregar o segundo filho em adoção, por ter oito filhos e não ter condições de assumir mais um. Afirma receber bolsa família e centro e cinquenta

reais deste último companheiro, o que não é suficiente para manter ela e as duas crianças – a de um ano e a que nasceria. Então, pediu ajuda a um ex-patrão, para quem trabalhou como empregada doméstica, pois sabia que ele tinha amigos que queriam ter filhos e não podiam. A partir de então, todo o contato entre ela e os adotantes passou a ser feito por um advogado e, às vezes, por seu ex-patrão.

5.3.1. Primeira entrevista: as combinações com os adotantes aos seis meses de gestação

Adriana relata que, inicialmente, decidiu entregar seu filho diretamente para um casal adotante como uma alternativa à institucionalização do bebê e aos trâmites judiciais.

A: Se eu tirasse, se eu tivesse esse nenê, fosse dar pelo Fórum, não ia já...o...o juiz, eu acredito que ele não ia escolher um casal de imediato pra pegar no hospital. Ia passar por esse processamento, né...que ia ficar num abrigo, ia às vezes ficar com uma família, às vezes a família não ia se adaptar, ia devolver...E eu não quero assim, que o meu filho sirva de cobaia pra um casal ficar experimentando, eu quero que ele vai pra uma pessoa que já esteja esperando, igual, esse casal está esperando.
(linhas 12-18)

A: Eu fico pensando às vezes assim: “Ai meu Deus, e se eu me arrepender?” Só que é uma coisa que eu não teria mais coragem de voltar atrás, não por mim, por ela. Porque eu acho que eu já mexi muito com...com o consciente dela, aquela vontade que ela nunca vai poder ser mãe, porque ela tem problema, ela não pode, entendeu? (...) só que isso daí, eu já pus na minha cabeça, qualquer coisa que vim a acontecer, é uma coisa que eu vou ter que superar, porque não foi eles que vieram atrás, fui eu que fui procurar. Então eu não acho justo eu mexer com o sentimento da pessoa, igual o advogado, já trouxe foto, se você ver o quatinho do neném, é uma coisa, que nossa! Acho que nem em sonho eu ia ter condições de dar aquilo lá pro nenê se ele ficar comigo, você entendeu?
(linhas 32-41)

Adriana se remete à morosidade da Justiça, que faria com que seu filho fosse acolhido em uma instituição. Além disso, a criança poderia ser entregue a um casal e caso a adoção não desse certo, ele poderia ser devolvido.

Por outro lado, ao procurar um casal, Adriana tentava saber quem eles eram, os motivos da adoção, e teve acesso a um pouco da história e das condições desta família, o que a faz se sentir mais participante deste processo. Ao ver as fotos da casa em que a

criança viverá, Adriana parece se sentir mais confiante do que aos trâmites de uma adoção via cadastramento na Justiça. E até então, ela vem se sentindo respeitada pelos adotantes, que respondem às suas demandas.

Estas concepções de Adriana sobre a Justiça estão fortemente relacionadas à sua história pregressa, quando teve que pedir que um dos seus filhos fosse acolhido em um abrigo, porque ele estava seriamente doente e ela estava sem moradia fixa, pois tinha se separado do primeiro marido. Seu filho começou a ser objeto de disputa por pessoas que iam ao abrigo, o que a deixou com medo de perder a criança. Refere-se também a ter sido chamada como negligente naquela ocasião.

Além disso, em outra situação, quando também estava em busca de ajuda para manter seus filhos, Adriana se sentiu incompreendida pela Justiça, chegando a brigar com o Juiz responsável pelo julgamento da pensão que pleiteava, pelo fato deste ter dito que ela estava desequilibrada.

Diante disso, entregar seu filho para este casal, saber as condições que seu filho seria criado e ser tratada como vinha sendo parecem lhe proporcionar uma maior acolhimento do que uma entrega da criança no Fórum, situação em que não teria controle nenhum, não teria acesso a informações sobre os adotantes e nem teria uma relação com eles.

*A:Então, quer dizer, o homem é aquele ditado: “Responsabilidade...” Eu seria o tipo de pessoa que... Eu sempre falei, eu queria ter a oportunidade de entrar, é... assim, numa lei, num estatuto, de... **o homem ter o mesmo termo de responsabilidade da mulher.** Porque não tem. A responsabilidade vai ser sempre duma mãe. **A mãe, se cuidar de um filho... der um filho tranqueira: a mãe não presta por que ela não cuidou direito. Se fica na mão de um pai que não prestou: “Ah, se tivesse tido uma mãe que prestasse pra cuidar, não tinha virado isso”.** Então, quer dizer, todo termo, o que que acontece? A culpa vem para o lado da mãe.*

(linhas 53- 60)

A: Nossa, Pablo, você acha que cento e cinquenta reais é dinheiro?” “Ah, mas eu só tenho ela!” – é o que ele fala pra mim – “E o pai da outra que não dá nada? O pai dos outros não dá nada.” Então, quer dizer, sempre vai existir aquilo lá, ó: “Ah, eu estou dando muito, porque o pai da outra não dá nada.” Né, entendeu? Então, ele não pôs aquele negócio na cabeça. Não tem nada a ver o que o outro faz ou deixa de fazer.

(linhas 62-67)

Ao descrever o episódio em que joga um copo de água na cara do Juiz, em uma audiência para regulamentar a pensão alimentícia de três de seus filhos, Adriana remete-se à sobrecarga materna. As dificuldades e os insucessos dos filhos são atribuídos à mãe. Para solucionar isso, Adriana afirma que é necessário criar um estatuto que possa forçar os homens a terem uma participação mais efetiva no cuidado dos filhos. Em sua fala, a lei legitima o acúmulo de atribuições à mãe em detrimento das do pai. Adriana parece se sentir desprotegida e até punida pelas Leis atuais. Diante desta percepção, ela quer que esse mesmo mecanismo legal seja usado em relação aos homens. Em sua fala, a Justiça e a sociedade em geral punem e recriminam as mulheres, a quem atribuem o exercício da criação dos filhos e o sucesso ou não destes.

Adriana também se refere à falta de apoio familiar e de seu companheiro, apoio que parece ter encontrado, inicialmente, nos adotantes. Esse acolhimento dos adotantes se deu através de auxílio material, atendimentos médicos, e a possibilidade de companhia na hora do parto, de fazer uma cesariana e uma laqueadura.

A: “O pai dessa (filha de um ano) tá dando 150 real de pensão, quer dizer, nem o aluguel da casa ele paga, se parar pra analisar, porque aqui eu vou pagar 180 reais, então é um casal que...eles não vão pagar, eles falou assim que vão me ajudar, tipo assim, ele falou assim, ó vamos supor: “De você...ganhando 150, a gente pode inteirar pra você, ajudar a pagar uma água, uma luz, se você precisar de alguma coisa, de leite, essas coisas, eles já deram fralda, que já teve vez dessa aqui não ter fralda, eles...quer dizer, eles mesmos não, o advogado, vim pra me levar pra...”
(linhas 70-77)

Todo o contato feito com Adriana se dá através do advogado, que passa a trazer cesta básica, leite para sua filha de um ano, remédios. Além disso, Adriana passa a ser acompanhada nas consultas médicas, faz ultra-sons e tem suas contas pagas por cartão de crédito. De certa forma, Adriana passa a ter acesso a muitas coisas que nunca tinha tido até então em suas gestações. Por outro lado, ela refere-se ao apoio que vem recebendo do pai da criança que espera, ele paga uma pensão de cento e cinquenta reais

e ao tentar negociar com ele, o mesmo afirma que ele é o único pai de seus filhos que contribui com o sustento das crianças.

Segundo Adriana, o casal acena com a possibilidade de ela continuar tendo informações sobre seu filho e como ele está se desenvolvendo, o que parece ter lhe tranquilizado um pouco.

A: “Eu pedi (para ver os pais adotivos para ver com quem o filho ficaria), aí o advogado falou assim pra mim que não me dá certeza, né. E esse meu ex-patrão, é muito amigo do casal, e ele falou pra mim assim: “Adriana, você vai estar sabendo notícia dessa criança sempre que você quiser, você vem...” ele também falou pra mim assim que é...com o decorrer do tempo, ele falou assim: “a gente conversou, eles vão te dar foto da criança pra você sabe...assim...eles não vão deixar você ter aquele contato diário com a criança, mas eles vão te dar foto pra você saber como que é seu filho, como que ele está crescendo”, então eu acho que foi um pouco isso que me tranquilizou”
(linhas 123-131)

A: “Igual, no meu caso, eu vou fazer a operação, agora a laqueadura... porque eu pedi isso para o casal, para eles me ajudar, se eles concordar em pagar a laqueadura em mim.”
(linhas 135-136)

No entanto, alguns posicionamentos já vão sendo assumidos pelos adotantes: eles não querem ser vistos por ela e ela poderá ver o filho, através de fotos. Ou seja, ela terá informações de que a criança estará bem, mas não exercerá o papel de mãe e nem estabelecerá contato com ela e com seus pais adotivos.

Adriana parece negociar com os adotantes algumas ajudas: a laqueadura e os serviços de um advogado, no entanto, não nos parece que os propósitos deste advogado dos adotantes sejam os mesmos que o dela.

A: É... quando foi para... resolver o negócio da adoção, que eu procurei o meu ex-patrão, o advogado dele, antes de eu assinar qualquer papel, o advoga...eu levei o advogado na casa da mãe dele e falei assim: “Olha, esse aqui é o advogado, assim, assim, assado... Você falou que não quer saber do nenê.” Ele falou: “Ah, eu não falei nada disso.” Falei assim: “Falou!” Daí o advogado falou para ele, falou assim: “Ó, Pablo, é o seguinte, a Adriana, ela está disposta a doar o nenê e assim, assim, assado... E você que...” Daí o advogado deu uma apertada nele, ele ficou meio assim, sabe? Daí ele pegou e falou assim: “Ah, eu preciso de um prazo”. Aí o advogado: “Não, eu vou te dar um prazo. Até amanhã a tarde pra você pensar,” né. A família dele mais que rápido falou assim: “Ah, Pablo, larga mão, deixa dar esse aí. Ah, você é novo, você... se não der certo o seu relacionamento com ela, daqui uns dias você arruma outra, você vai ter mais filhos, você...”
(linhas 245-256)

Nesta primeira entrevista, Adriana relata que foi com o advogado na casa do pai de seu filho. O que nos parece é que ela usa a força da lei, instrumento fornecido pelos adotantes, para “pressionar” o pai da criança a assumir o filho, mas, na verdade, acaba acontecendo o contrário. O advogado dos adotantes pressiona o pai da criança para que ele se posicione. O rapaz parece ter dúvidas e pede um período para pensar. Adriana responsabiliza a família do rapaz pela decisão dele de ser favorável à adoção. Neste momento, ela não parece perceber a maneira como o advogado conduziu e influenciou na decisão do pai de seu filho. Mais do que isso, ela que parecia esperar um papel conciliatório deste advogado, que na verdade estimula uma decisão de ruptura e não de conciliação.

Adriana não parece fazer essa leitura dos fatos, a mesma parece acreditar que ela está conseguindo se relacionar com os adotantes e aproveitar os recursos que eles estão colocando à sua disposição para realmente ver se poderia permanecer ou não com seu filho. A sensação que tenho, a cada entrevista, é que Adriana ainda não sabe se entregará a criança que espera.

Parece-me que o casal e o advogado percebem o movimento ambivalente de Adriana. As negociações passam a ser mais conflituosas e os recursos disponibilizados a ela vão sendo restritos, conforme o que vou observando em suas entrevistas posteriores. Ou seja, ao longo das interações entre os adotantes e Adriana, as atitudes do advogado, que medeia a negociação, são no sentido de garantir a adoção da criança que Adriana estava gestando.

A: Então, quer dizer, vão ser quatro crianças, na minha responsabilidade. Como que eu vou fazer? Quer dizer, se eu fico com o nenê, vão ser cinco! (linhas 324-325)

F: E com quantos meses você foi atrás do casal? Para dar?

A: De três para quatro.

F: Você lembrou deles e aí você...

*A: É, eu lembrei, assim, que o meu ex-patrão sempre falava, né. E eu sempre brincava quando, assim... eu falava assim: “**Nossa Senhora! Eu tenho que parar que eu estou seguindo muito a***

vida.” Vivia falando... eu estava assim: “Eu estou naquele dilema assim, ó: ‘Crecei-vos e multiplicai-vos’. Só que eu acho que Deus esqueceu eu está fazendo eu multiplicar o povoado sozinho. Eu brincava, sabe, com o meu patrão. Daí e peguei e falei para o meu patrão, falei assim: “Nossa, é... só que eu não estou podendo mais, tudo”, sabe? Falei assim: “Olha, vou ter outro”. Expliquei a situação que eu estava, né, também. Daí ele falou assim: “Não, eu converso com eles”. Daí eu conversei numa quinta, quando foi no sábado, o advogado já estava em casa, porque eles já conversaram com o advogado, tudo. O advogado foi e daí eu falei: “Ah...” É aquele ditado também, igual eu já te expliquei, você entendeu, é uma coisa que ela não vai poder nunca, você entendeu? Talvez... acho que é um pouco o que me consola é isso: é saber que talvez por ela não ter – porque, todos os anos que ela [] ela não pode, porque ela, acho, que já fez inseminação duas ou três vezes e não dá certo, e a última vez que ela fez parece que ela teve que arrancar tudo, porque [estava com outro]. Então, quer dizer, é... Ela (não) vai multiplicar, eu vou ter que multiplicar por ela. Então, eu falei assim: “Já vou deixar...”, sabe, é que a... o... [que me consola...] Que nem que eu te falei, sabe? Aquela... Talvez é aquilo de pensar assim, ó: “Eu vou acompanhar”, porque o meu patrão []: “Você vai acompanhar o crescimento, de longe, é lógico”. E eu também não tenho aquela intensidade de querer ficar... de confundir a cabeça da criança. Eu também não quero. Eu assim só vou... eu já sabendo que a criança vai está bem já, pra mim... Acho que para uma mãe não tem coisa melhor que você saber que o filho está bem, entendeu, mesmo que não esteja com você. A ausência vai... é lógico, vai fazer falta mesmo, mas, eu tive que me acostumar a já ficar longe dos outros, assim, você entendeu? (linhas 624-651)

Quando retomo com Adriana sobre quando pensou em entregar o bebê, ela conta como procurou o patrão e, nesta ocasião, ela faz um comentário de como se vê - multiplicadora, povoando o mundo - e como vê a adotante - aquela que não pode multiplicar. De certa forma, a adoção seria uma forma dela dar a oportunidade da adotante exercer a maternidade, o que parece, para ela, ser algo nobre. Adriana demonstra empatia pela adotante, que não pode ter filhos biológicos e sofre com esta condição. Ela, por outro lado, tem condições de gerar seus filhos, mas não consegue mantê-los. Neste momento, compartilhar a maternidade de um filho parece ser a decisão mais acertada e conciliatória.

Adriana parece acreditar que, realmente, poderá ter ao longo dos anos conhecimento de como seu filho estará se desenvolvendo.

A: Não, é que ele sabe, já, porque o médico que eu faço acompanhamento – porque eles estão pagando tudo particular. A: faço pré-natal lá no (hospital particular X), com o doutor... como é o nome dele? Doutor Z aqui em (nome da cidade) ? Daí eu estou fazendo pré-natal com ele, e ele já avisou. Tanto é que eu já tomei já quatro injeção daquela... [celestone], que é para amadurecer o pulmão, e eu estou tomando o remédio que está até aí, comecei ontem outra caixinha. (para a filha que grita) Ê! (linhas 739-746)

A: *Então, você sabe por quê? Assim, igual você falou, a gente vai ter outras coisas, porque eu nem sei onde [...] eu... e... eu assim, eu num acabei ainda, eu escrevi uma carta para a mãe adotiva, entendeu? É por isso que eu quero, assim, nem que for ali, na hora de ter, no hospital, eu tinha até pedido que eu queria na hora da cesária, queria que a mãe tivesse comigo.*

F: *Por quê?*

A: *Não sei. Eu ti... Eu ti... É assim, não é que eu tive essa vontade, eu tenho essa vontade de que ela acompanha tudo.*

F: *Que ela seja um pouco mãe...*

A: *É, e talvez, assim, por ela é... Eu não sei...*

F: *Porque ela não pode passar...*

A: *Não, por ela não ter pos... assim, por ela não ter passado, não, mas, eu acho que em todos os filhos que eu tive, não teve um lugar mais frio do que uma sala de parto, sabe, uma sala assim que te dá solidão, que você tem medo. Eu não, assim... Em todos. Todos! Eu chorava muito, assim, não era só pela felicidade da criança que tava nascendo, era assim aquele medo, aquela angústia, aquela sala gelada, e nunca tinha ninguém perto de mim.*

A: *Daí quando foi duas e pouco da manhã, daí o bicho apertou mesmo, tive ela, queimando de febre, no outro dia ele foi e viu, quando foi a minha alta, ele não foi me buscar no hospital, por que a mãe dele e o irmão iam buscar, daí no final também acabaram não indo, eu vim embora de ônibus, debaixo de chuva, com ela... (...) Eu sei que desse daqui, vai ser ou o advogado, ou esse meu ex-patrão, que vai me buscar.*

(linhas 962-984)

Adriana vai sonhando com um parto acompanhado. Sente-se satisfeita ao freqüentar um hospital particular, fazer pré-natal, tomar medicamentos para não ter um parto antecipado. Adriana relata que quer viver uma situação diferente dos outros partos, nos quais se sentia só e com medo. Neste momento, como ela vinha demonstrando grande interesse pela adotante, questiono se ela queria dividir o nascimento da crianças com ela, mas, Adriana revela outros sentidos que permeiam este pedido.

A entrevistada parece não se referir apenas ao bebê, a transferência ou ao compartilhamento daquele momento com a mãe de seu filho, mas parece almejar, principalmente, que aquele momento seja seguro para ela, que não se sinta só, abandonada e com medo.

Adriana faz um retrospecto dos nascimentos de seus oito filhos, momentos em que parece não ter recebido nenhuma atenção especial. Alguns de seus filhos nasceram antes da hora e seus avisos de que a criança iria nascer nem sempre foram considerados pelos companheiros, indo sozinha para o hospital. Às vezes, foi a pé, outras vezes, foi de ônibus para o hospital. Em um dos partos, pela janela do hospital, chamou uma vendedora de Yakult para pedir que ela se passasse de acompanhante para que pudesse receber alta.

Em sua fala, traz o sentido de maternidade e gestação como uma vivência de solidão e desamparo. A gravidez que, para muitas mulheres, é o período de cuidados e atenção, não foi vivenciada assim por ela. Esta adoção parece lhe permitir uma nova vivência da gestação e do parto. Entregar o filho para este casal também poderia ser uma forma de vivenciar a experiência de ser cuidada pelo outro.

F: Quem te leva no médico?

A: O advogado. Marca, vai, tudo que tem que pagar ele que paga, depois eles que paga o advogado. Tipo assim, quando... é... Eu falava assim para ele: “Nossa, Donato, eu precisava ver com a [] porque, eu estou sem condições de comprar e eu não tinha [] e eles me dera... eles mandaram eu ir comprar, escolher, eles... E o advogado foi, pagou e eles pagam o advogado. Então é assim: é muito difícil eu pedir as coisas também, porque eu não quero que isso seja assim é... é... porque muita gente vê assim: “Ah, o casal está dando de tudo, está bancando e ela está vendendo”. E não é isso que estou fazendo, eu não estou vendendo. É dando mesmo, mas assim, tem coisas que não tem onde eu recorrer, tem que ser eles, por que eles... tem condições. Igual, quando esse meu ex-patrão falou assim: “Adriana, mas você vai dar e você quer o que em troca?” Eu falei assim: “Eu não quero nada, em troca. A única coisa que se eles falarem para mim ‘Adriana, a gente pode fazer para você.’, que eu queria deles é que eles me ajudassem a fazer a laqueadura. Porque eu queria pagar, porque senão, se eu não fizer, daqui a dois anos eu estou grávida de novo. Dois! Se der um!

(linhas 1121- 1136)

Adriana traz a questão da compra e venda de criança como um possível sentido que pode ser dado à entrega de uma criança em adoção. Ela também vai se referir às ajudas que recebe como formas de pagamento. E seus pedidos aos adotantes e a

laqueadura a ser custeada por eles como mercadorias de troca. Ao mesmo tempo, Adriana atribui outro sentido para a entrega em adoção e as ajudas que vem recebendo dos adotantes: estas são as formas que tem para se manter, pois não tem condições de arcar com esta gravidez e com a criação de mais uma criança.

Ela se mostra preocupada em como os adotantes estão entendendo seus pedidos e a entrega de seu bebê. Mais do que isto, ela se preocupa em como esta situação vai ser transmitida ao seu filho pelos adotantes. Ou seja, Adriana teme como será posicionada pelos adotantes e que sentidos serão construídos sobre a entrega de seu filho por ela.

A fim de ter a oportunidade de se colocar e de poder, de alguma forma, se relacionar com este filho, Adriana escreve uma carta para ser entregue à criança pelos adotantes. Ela também demonstra preocupação de como está sendo compreendida pelos pais adotivos de seu filho.

5.3.2. Segunda entrevista: as ambivalências da entrega

Após um mês, visito novamente Adriana. Ela está um tanto nervosa e teceu vários comentários sobre as dificuldades que vinha enfrentando junto aos adotantes.

A: ... tudo o que eu preciso ultimamente, que eu ando pedindo, eles não estão me ajudando. Porque ele falou assim: “Ó, [] essas coisas, a gente não pode te ajudar. Eles pode te ajudar assim: num leite, numa fralda, porque essa... E outra, arrumei serviço esses dias grávida, eles não deixou eu ir trabalhar. Então eu acho assim: já que eles não querem que eu vou trabalhar, então eu acho que isso daí é uma coisa errada até por parte da lei, porque, se o casal não quer que eu vou trabalhar porque já está sabendo que é uma gestação de alto risco, eles tinha que pelo menos estar me ajudando numa... assim, fruta para ela, porque a... não deixa ela assim, pelo menos uma laranja tem que ter, [] é... laranja, banana, fralda, leite, então é coisa assim uma faxina que eu faço dá para eu comprar para uma semana inteira, e nem nisso eles estão me ajudando mais. Só que eu não sei se é: eles não sabem, da situação que eu estou passando, o... ou se o advogado realmente está pegando dinheiro e está me lesando (...)
(linhas 1327- 1339)

A: “Olha, [Donato], é o seguinte, tem uns remédios lá que eles deram, só que tem que comprar um que não tem dinheiro, que é o...” É aquele colírio que eu pinguei no meu colírio que é o Lágrima Plus o nome dele, acho que é dezessete e pouquinho na farmácia, e eu não tinha mesmo o dinheiro para comprar, ele falou assim: “[Adriana], vê se você arruma alguém para te comprar, que depois eu te reembolso.” (...) Só que na hora a dor é tanta, que você está ali

naquela coceira no olho – **eu esqueci de pegar a notinha**. E o dia que eu também tive que ir no médico, que eu fui no médico, que eu avisei que eu tinha médico, ele falou: “Ah, arruma alguém para te levar aí ou vai de táxi, que eu também...” Só que ele só fala depois que você faz que ele fala assim: **“Ó, mas arruma a nota porque senão não tem como.” Então nessa brincadeira aí, eu gastei quase sessenta real... foi do meu bolso.**

F: Mas eu acho que você não tem muito o que fazer. Que é assim, se ficar caracterizado que eles estão te dando coisas, por exemplo, na justiça não tem uma lei que você possa falar: “Ah, eu vou dar para eles então eles têm que me ajudar, porque eles não me deixam trabalhar.”

A: Então,...

F: Não existe isso.

A: ... mas só que ele falou para mim, **que se eu desistir de dar o nenê eu tenho que ir... eu tenho... eles podem jogar um processo de indenização pelas coisas que eles me deram, mas eles não me deram nada, eles falam que vão me dar, só que não me deram nada, você entendeu? E se eles dão para o advogado e o advogado não me dá e eles estão achando que me deram alguma coisa...** (1418-1438)

Adriana questiona se a lei não obriga os adotantes a lhes darem apoio material pelo fato de não desejarem que ela trabalhe. Neste momento, digo a ela que não há na lei, artigos que se referem à entrega de filhos em adoção que garantam como devem ser a relação entre pais biológicos e adotantes. No entanto, no decorrer de sua fala, entendo que ela acredita que há dispositivos na Lei que garantam seus direitos, pelo fato de que, segundo ela, o advogado que informou que se ela não entregasse a criança após a ajuda do casal, ela deveria ressarcir-los da ajuda que lhes prestaram. Mais adiante, Adriana usará o termo de estelionato para a negociação entre ela e os adotantes.

A: Então, é, eu tenho que ligar, se for à noite, tudo, para saber em qual hospital ele está por... Os meus parto, assim, por ser prematuro, às vezes é tão rápido, quando eu começo a sentir dor mesmo, é chegar e nascer. Eu falei assim: vai acabar que eu vou acabar indo para um hospital público vou [] é parto normal. Se eu ter num hospital público, se eu ter contato com o nenê, eu não vou ter coragem de dar, eu tenho certeza, você entendeu? É por isso que eu queria fazer tudo certinho para mim ter uma cesária, não estar vendo a criança, para mim, sabe... É lógico, vai doer, eu vou sentir, mas eu não vou estar vendo, eu não vou... sabe... Talvez, é aquele ditado, vai ser a mesma coisa como se eu tivesse tido uma criança, e a criança é... ter sofrido um óbito, e eu não ver a criança, entendeu? Então, vai ser aquilo, aquela dor que eu vou sentir, vai ser a dor de um óbito de uma criança. Mas, ele, assim, ele tem hora, assim, que ele fala as coisas assim para mim, tipo na ameaça. Então eu... essa semana eu peguei e falei... Ele pegou e falou assim para mim: **“Ah, [Adriana], você não está pensando em desistir não, né? Porque o casal está gastando muito. Presta muita atenção no que você está fazendo porque [] está gastando muito”**. Mas o casal esta gastando muito no quê? Em advogado? Ou em médico, né. Porque, tirando isso, ele não está gastando... Nem com médico ele está gastando, sabe por quê, que eu vou te falar? (...) E o médico e ele são

tudo amigos, então o médico está fazendo isso, para eles, tipo assim, para a... acho que a única coisa que eles vão pagar, é a cirurgia, a cirurgia acho que eles vão pagar, que é a cesariana, né, que é a laqueadura, tirando isso, eles não vão pagar nada. Daí o... ele, tipo assim, ele falou tipo me ameaçando essa semana. É... “Olha, Adriana, é... vê bem se o Pablo depois não vai me dar problema, se a família do Pablo não vai dar problema, porque o casal está gastando muito.” [] gastando muito de quê? Só se for de advogado, porque eu não sei o quanto ele cobrou, entendeu? O advogado que eu não sei o quanto o advogado cobrou. (linhas 1523-1547)

Diante da relação desgastada entre ela e os adotantes e por não estar recebendo o apoio que acreditava que merecia receber, Adriana começa a pensar na possibilidade de desistir da entrega de seu filho. Adriana conta, nesta entrevista, vários episódios em que ligou para o advogado para pedir ajuda e ele não atendeu prontamente: pediu remédio, que a levasse ao médico ou trouxesse alimentos. Conta que seus vizinhos e amigos acham que ela está sendo ludibriada.

A relação com o mediador da adoção passa a ser descrita de outra forma: de mediador da adoção, ele passa a ser posicionado como alguém que pode estar lhe prejudicando e mentindo para os adotantes.

Ela acredita que se continuar sem o apoio que necessita, vai ter seu filho em um hospital público, o que vai promover um contato com o bebê e, conseqüentemente, não terá condições de entregá-lo. Mais do que isso, ela não terá o apoio que espera no parto, não fará a cesariana e a laqueadura, não será acompanhada como gostaria, desta forma, entregar a criança parece que terá mais custos do que benefícios. Afinal, em todos os seus outros partos vivenciou desta forma e manteve a criança consigo.

A: Eles falou para mim que iam me levar no Fórum. Mas ele fez eu assinar um papel, onde que eu assinei e o pai dela também assinou.

F: Que vocês vão dar a criança?

A: Que a gente vai d... tava dando as cr... a criança, por livre e espontânea vontade, é... Que mais que...? E eu já pedi uma cópia desse papel e ele não me deu. Porque eu falei que eu quero tudo. Falei assim, de tudo que eu for... que eu estar fazendo, eu quero estar consciente do que eu estar fazen... Daí eu falei assim: “Se chegar na hora, o juiz notar o... O juiz sentir uma certa insegurança?” Hã... Assim, uma dúvida, em mim querer dar, e o juiz invés de aceitar, o juiz é... propor me ajudar, é... igual tem essas

mãe que recebe essas coisas de governo, para poder criar os filhos e daí, como que vai fazer? []

F: Você acha que se você tivesse isso, você não daria?

A: Ah, eu acho que não. Porque eu fico, sabe, eu já corri tanto atrás desses negócio, assim, desses negócio de governo para elas, eu nunca consegui pegar.

(linhas 1612-1626)

A: E o advogado falou assim: “Ah, Adriana, essas coisas assim, leite, uma fralda, fruta, essas coisas você pode pedir que isso daí sem problema. Eu compro para você e depois eu mostro para eles e eles... Eles mesmo já falaram que não é para deixar faltar nada para as crianças sua”. Eu falei para o advogado: “Olha, a mi... o nenê está assim, assim, assado...” “Não, Adriana, eu vou aí []” Até hoje eu estou esperando [buscar]. Faz uns dez dias. Depois disso o pai dela já comprou acho que dois pacotes para ela [de novo]. Eu comprei um.

(linhas 1688-1695)

*A: Daí a Fabiana foi, comprou para mim, daí... E tudo o que eu vou comprar, quando eu não tenho, a Fabiana compra, porque ele falou assim que depois ele reembolsa. Só que qua... como é ela que compra, ele não reembolsa.(...)Daí ela pegou ainda e falou para ele (pro advogado), falou assim: “Olha, quer sa... eu sou bem franca em falar para você: se eu fosse Adriana, eu não dava neném é nada! **Porque vai dar esse neném aí, vocês não estão ajudando ela em nada?** A menina às vezes precisa das coisas, se eu não estou perto, quem que estava ajudando ela? A menina arrumou um servicinho para ir, você foi lá, você foi o primeiro que foi no portão da casa dela e não deixou ela ir. Ué, se vocês não quer que ela trabalhe, que ela fique em casa de repouso, vocês têm que dar um [] na menina.”*

(linhas 1801-1811)

*A: A única coisa que ele (o advogado) falou foi: “Ah, Adriana, é... eu estou sentindo assim uma insegurança, é... em você e, sei lá, o Pablo. **O Pablo não vai dar trabalho depois, não... que esse nenê nascer? Não sei o quê. Tem que ver, porquê o casal está gastando muito, não sei o quê**”. Falei: “Ah, não, da minha parte estou sossegada”. Sabe, hum! Né, eu falava isso naquele nozinho na garganta: “**Erg! Estou sossegada**”. (...)*

(linhas 1922-1927)

Tanto nas relações do aqui-agora com o representante dos adotantes como ao projetar o futuro, Adriana demonstra grandes dúvidas de como será seu comportamento e sua decisão. Seus interlocutores percebem sua dúvida e dão diferentes possibilidades para ela: o advogado lhe pressiona para que tome a decisão de entregar diante da ajuda que vem recebendo e uma amiga lhe diz para desistir, já que vem recebendo muito pouco apoio dos adotantes.

A entrega ou não da criança, neste momento, está pautada, na presença ou não de apoio material e psicológico. Se tiver apoio de familiares e/ou do governo, fica com a criança. Se receber a ajuda que espera dos adotantes, entrega a criança.

Diante disto, assinar documentos e ser ouvida em Juízo, trâmites que legitimam a entrega de seu filho, são sentidos como momentos de extrema dúvida e incerteza. Dependendo de como estas situações ocorrerem, ela imagina que poderá entregar ou não o filho que espera.

5.3.3. Terceira entrevista: a relação consigo e com o(s) outro(s) após o nascimento e entrega do bebê

A: Nossa, depois que eu tive o nenê, Fernanda, o advogado só deixou eu ir na minha casa, nem os remédio eles não me deram. Nem os remédios, nada.

F: Mas por que você acha que mudou?

A: Ah, porque eles estão com a nenê já, né?

F: Eles já estão?

*A: Eles tiraram a nenê daqui e levaram para o hospital de (outra cidade). (silêncio).
(linhas 2023-2029)*

A: (...) Mas esse negócio assim de pegar dinheiro, essas coisas, eu nunca peguei. Você lembra, eu falei para você que eu nunca peguei. Só que você lembra que aquela vez, que a última vez que eu falei para você que eu já estava indecisa, tudo? Da última vez que eu estive conversando com o advogado, eu me senti pressionada, porque ele falou para mim assim que se eu não desse, eu estava correndo o risco de ser presa. (...)

F: Como assim 'risco de ser presa'?

A: Porque ele falou assim... Porque eles pagaram cesária, e por ser tudo particular, porque o casal estava pagando particular, ele falou assim que ele poderia me jogar um processo e eu poderia, é... ser até presa como estelionatária. Porque eu estava recebendo, assim, não dinheiro, essas coisas, mas eu estava recebendo auxílio, essas coisas de, é... remédio, é... hospital, tudo, particular e ainda...

(linhas 2114- 2125)

Uma semana após o nascimento da criança fui visitar Adriana, era nossa terceira entrevista. Na ocasião, a criança estava em outra cidade com os adotantes. Nesta entrevista, ela inicia sua fala retomando seu sentimento de medo na relação com o advogado dos adotantes.

A: Não, eu só vi a criança na hora que eu tive que entregar ela na mão da outra pessoa, só, não vi mais. E ainda me entregaram ela com um monte de paninho coberto, aí eu descobri para ver a carinha dela. Eu vi a carinha dela, daí já bateu, sabe? Só que eu estava assim, porque, estava o advogado de um lado... A pessoa que foi pegar, não é a pessoa que eu dei, é a suposta madrinha, que seria a noiva do meu ex-patrão, que foram lá, me pegaram no hospital, o advogado, tinha acho que umas três, quatro enfermeira junto. Então, quer dizer, eu ia fazer o quê? Eu dei, sabe... Na hora que eu dei, assim, já de imediato... Ah, aqui o registro dela. Já de imediato, do hospital, já me levou e fez o registro da menina. Eu nem estava agüentando andar, ele fez eu andar, é... De lá nós saímos direto para o cartório. Daí do cartório, eu peguei, teve um negócio que deu errado no cartório -, ele teve que voltar. Daí voltou no hospital, do hospital, voltou na clínica do pediatra, o pediatra deu outras vias para ele, ele voltou e fez eu registrar tudo no mesmo dia. Tudo sem condições até de andar eu não estava.

F: Você que... colocou o nome dele (do pai) ?

A: Tsi, tsi (espirra).

F: Você que decidiu isso?

A: Não, porque o advogado falou para ele que eu falei que [era suposto] o pai, que eu não tinha certeza nem se ele era pai. Só que isso daí saiu tudo depois, né?

F: Mas você não estava lá dando a declaração? Para o cara do cartório, você não falou que era [o nome] do pai?

A: Ah, mas o advogado falou. Não, o adv... Eu não falei nada, o advogado que fez tudo. Eu só assinei as vias, para ele. Ele falou assim: “O pai... Você não vai registrar no nome do pai, não sei o quê?” Daí o advogado falou assim: “Não, porque essa criança não... é... é... paternidade - como é que eles falam? É irreconhecido como...” (linhas 2623- 2646)

No cartório, aproveitando a deixa que Adriana havia dado, de que seu companheiro tinha dúvidas se ele realmente seria o pai, o advogado informou ao cartório que o pai da criança era desconhecido. No entanto, segundo Adriana, logo no início da combinação da adoção, o advogado a levou na casa de seu namorado para que ele assinasse um termo de concordância com a entrega do bebê.

F: E o... E o que que você combinou com o advogado para poder passar para a adoção?

A: Não, com o advogado, assim, **porque eu tinha combinado assim, com a pessoa que entrou em contato comigo e com a família, que durante, assim, quando estivesse nos dias de eu ter tudo, eles ia arrumar uma pessoa para me ajudar aqui, tanto é que os meus pontos está tudo estourando.** Porque eu tenho que chegar, fazer as coisa... Eu tive que chegar em casa, lavar roupa. Tudo com cesária: lavar roupa, fazer serviço, ele que está comigo para me ajudar a olhar a Bia, de dia, de noite o pai dela está vindo, e... e eles falou, o rapaz lá, o... padrinho, né, da criança, falou para mim assim, ó: “O que você precisar, você pede para o advogado, né”. Daí eu pedi para comprar o diclofenaco, que é o Voltaren, essas coisas tudo, ele falou: “Vou comprar”. E desapareceu, sumiu, não voltou mais. Ele ficou de vir aqui acho que terça-feira. Que é para levar para mim tirar os pontos, entendeu? **Só que eu estou achando que até terça-feira já... muita coisa já vai acontecer. Porque eu estou pensando seriamente ir terça-feira lá no coisa...** “Sabe, eu estou sentindo assim: lesada em todas as partes. Em relação ao casal, em relação ao advogado, em relação a ele, que na hora que eu mais precisei dele, ele me deixou na mão. Hoje ele veio falar pra mim assim: para mim passar a guarda da Alice para ele.”

(linhas 2718- 2735)

Adriana, ao deixar de ser acompanhada em suas necessidades, mostra-se ofendida, se sente lesada. Acredita que deveria ter tido ajuda para cuidar da casa e de medicamentos para sanar suas dores, estas que ora existem, ora não existem. O que nos parece é que Adriana fala da dor do vazio, de uma barriga sem bebê e do rompimento da relação de cuidado que vinha recebendo dos adotantes.

Menciona que tem intenção de recuperar a filha e que vem sendo estimulada por vizinhos e conhecidos a fazer isso.

*F: E o que que vocês combinaram de ir falar com o juiz? Ou vocês não combinaram de ir...
A: Não, ele falou para mim que eu não ia ser ouvida. Por isso que eu estou achando muito estranho, que eu estou achando estranho. Porque, todo mundo fala que quando você vai dar uma criança para a adoção, você tem que passar pelo juiz, o juiz vai ter que ouvir. Ele falou que não! E agora, ficou aquela coisa na minha cabeça também: quem garante, com... quem que me garante que essa... essa criança está com quem eu estou imaginando, ou se ele não passou essa criança para outra pessoa - porque eu não tenho contato mais com ninguém!
(linhas 2921-2928)*

Adriana dá outros exemplos de necessidades que estava passando e que não foi atendida prontamente pelo advogado da família adotante. Parece-nos que, ao se relacionar com o casal, gostaria de ser “adotada” por eles, que continuassem lhe ajudando, lhe acolhendo. E ao constatar que isso não seria possível, Adriana mostra-se frustrada e irritada, e começa a pensar em estratégias para reverter tal situação.

Adriana faz todo um movimento de retomar as ações do advogado: acha que ele estimulou as dúvidas de seu companheiro quanto à paternidade da criança, afirma que a cesárea foi antecipada porque tinham medo que ela desistisse da entrega- embora relate que teve febre alta por infecção de urina, vários filhos nasceram de seis ou sete meses e contou que não estava tomando o remédio para evitar dilatação. Também acredita que podem não ter realizado a laqueadura, pois não sentia dores e seus conhecidos afirmavam a ela que esta cirurgia causava muito desconforto.

Para ela, o momento que estava vivenciando era de solidão e de incompreensão.

Ou até pior, as pessoas estavam se aproveitando de sua condição de fragilidade.

*A: Sabe, então, daí eu comecei, assim, ver que o negócio deles era - o do advogado principalmente - era pensando no que ele estava ganhando, e pensando bem a história do casal. E no meu, nada, você entendeu? Daí eu pensei bem, eu falei assim: "Poxa, a criança...". Ô, eu sei... Tem... Ô... Depois eu paro e penso assim, ó... É lógico, vai estar bem, eu sei que ela vai ter de tudo lá. Só que ela vai ter tudo o que eu tive da minha mãe: **ela vai ter mágoa e eu não quero. Porque já pensou quando ela pegar uns doze, treze ano, ela vai falar assim: "Mas por que que a minha mãe teve dez, ela deu só eu? E ela criou os outros?" É igual eu penso da minha mãe, você lembra que eu falei para você? Que a minha mãe teve quatro e depois ela teve mais três. Dos sete que a minha mãe teve, ela só deu eu. Por que eu? Justo eu ela foi dar embora. Então, é uma coisa assim também que vem passando. E... Eu fico pensando assim: "Tudo o que eu cobre da minha mãe a vida inteira, quem me garante que ela não vai me cobrar?" Só que a minha mãe não voltou atrás. E talvez eu acho que se eu tiver que consertar, eu vou ter que consertar agora, enquanto é pouco.***
(linhas 3211-3226)

Adriana sente que as pessoas envolvidas na adoção estavam preocupadas com elas próprias e não com ela, que seria a maior prejudicada. Para ela, ainda teria uma repercussão mais grave, sua filha, ao crescer, teria uma imagem muito ruim dela, assim como ela teve de sua mãe, que a entregou para um casal de amigos.

Ao verbalizar a vontade de recorrer e rever a filha, Adriana fala de seu movimento de pedir ajuda, de mobilizar as pessoas. Foi orientada a explicar os motivos pelos quais deu sua filha e que se arrependeu. Adriana mostra-se ambivalente, ao perder todo o apoio que recebia, sente-se usada e quer reaver o perdido.

A:... O fato maior agora, Fernanda, está sendo assim: é... tipo assim, as últimas ameaças que teve. "Ah, você nem pensa, que isso daí, vixe, dar uma polícia feroz para você, se você voltar atrás. Sem dizer o problema que você pode estar envolvendo a outra menina que o juiz pode estar querendo até tomar a outra menina. Não sei o quê..". Daí eu peguei, fiquei assim né, eu falei assim: "Poxa, então vou ficar quieta, né, porque ao invés de perder duas, perco uma só, né?" Daí, só que dentro da minha cabeça, não entrou, eu falei assim: "Nossa!" Só que está pesando. É uma coisa que não adianta, que se... se eu deixar, vai ser só eu que vou sentir, ninguém vai sofrer, vai ser só eu que vai sofrer, entendeu? Daí eu peguei falei... fui procurar essa pessoa que é amiga minha, conversei, ela chamou a assistente social, chamou essa advogada, essa advogada falou: "Não, não é bem assim, também. Você tem o direito de recorrer. Você se arrependeu! Você pode expor lá, você fala assim: 'Me arrependi. Eu fiz isso, eu estava num momento crítico da minha vida, eu estava num momento, assim, eu não tenho família, eu não tenho ninguém para recorrer, e na hora, a única coisa que veio na minha cabeça foi isso.
(linhas 3449-3463)

*A: E acho assim: eu deveria, é... e eu deveria, e eles mais do que eu, deveria ter feito, ter um acompanhamento psicológico já antes de eu dar essa criança. **Porque talvez eu tinha me***

preparado mais. Porque por mais eu tentava me preparar, eu, emocionalmente, eu falava assim... eu pensava: “Vai estar melhor, vai estar bem, vai ter o que eu não vou poder dar, tudo”. Só que hoje eu penso assim: “Vai ter tudo o que eu não posso dar, só que vai faltar o essencial que só eu posso dar para ela”. (linhas 3521-3527)

Adriana acredita que devia ter sido preparada pelos adotantes para fazer a entrega de seu filho e argumenta que agora reúne condições para ficar com a criança. Adriana parece acreditar que a possibilidade de um emprego a possibilitaria ficar com a filha. Mas ela não percebe que os seus outros sete filhos também não estão com ela, e isso não se deve a apenas aspectos materiais. O exercício da maternidade é difícil, mas ela o descreve como inerente à condição de mãe.

Além disto, ela traz alguns sentidos inerentes a sua condição: ela não tinha recursos materiais e por isso achava que os adotantes, que os tinha, poderiam ser melhores pais. Ao mesmo tempo, ser a mãe biológica lhe trazia condições inerentes a maternidade: seu amor era melhor, seu laço com a criança seria sempre mais forte, e ela teria maiores condições de atender a criança, pois os laços de sangue trazia em si um amor e uma compreensão inerente a maternidade biológica.

Neste sentido, ela retoma uma prática discursiva muito presentes em nossa sociedade ocidental, de que os laços de sangue e a maternidade já trazem em si vinculação e amor incondicional, como algo dado, inato da natureza humana.

A:Daí, ela falou: “Adriana, como você está se sentindo?” Porque ela falou que ela estava comentando com a outra vizinha, né, na hora que elas me viram, ela falou: “Como será que ela está se sentindo por dentro?” Daí eu falei para ela: “Joana, é uma experiência que vocês não queiram passar. Por mais que você pensa que está preparada, igual eu pensei que eu estava preparada, que eu nem ia sentir nada”. Daí ela falou assim: “Você vai... atrás?” Daí ela falou assim... Aí eu falei: “Ah, eu estou assim: eu acho que eu vou acabar indo atrás, porque... eu acho assim: antes sofrer todo mundo agora, e resolver, do que ficar sofrendo o resto da vida sozinha”. Daí ela falou assim: “Ah, eu acho que você está no seu direito. Aproveita enquanto faz pouco tempo, corre atrás mesmo”. Daí eu peguei e falei assim: “Então, eu já vou começar a preparar, já as coisas”. Aí ela falou assim: “Uma amiga minha teve nenê”, o nenê dela tem acho que quatro ou cinco meses. Ela falou assim: “Vou conversar, o que ela tiver, já vai pegando”. Então, é assim, é uma coisa assim: eu não estou indo atrás, só que parece que é uma coisa que parece que as pessoas estão preparando as coisas para mim receber ela de volta. (linhas 3624-3638)

Adriana conta a conversa com uma amiga. Ela parece temer o que as pessoas pensam dela por ela ter dado seu filho em adoção. Ela se respalda no apoio das pessoas para reaver seu filho, mas não menciona qual o apoio que recebeu para entregar a criança.

*A: “Apesar que a... é aquela coisa assim: eu penso muito no que eu estou sentindo, no que eu... pode acontecer. Só que e... eu não posso, eu não sou tão egoísta de falar para você assim, ó: “Eu não quero nem saber, a outra que se lasque para lá”. Eu não penso dessa maneira. **É assim: se pudesse entrar numa forma que eu não sofresse, ela não sofresse, que nós duas pudéssemos entrar num acordo, em relação a ela. Mas eu acho assim: ela não vai querer entrar. Porque ela, por ela não ter tido essa experiência, ela não vai querer repartir. E eu por ter tido, eu poderia até aceitar, repartir essa experiência de mãe, às vezes deixar ficar com ela, é... não assim, meses, né? É, final de semana. Vamos supor: ela ser a madrinha, passar o final de semana, tudo.***

*A- É mas, assim, em relação aí, só que também vai ser a hora, talvez, mesmo as pessoas falando assim: “Ah, não, mas...”. Vai ser a hora que eu vou também poder apontar as falhas que a justiça teve, né. Porque a justiça teve muitas falhas assim em relação é... **você vê esse negócio da...das crianças, faz quanto tempo que ta na justiça? Pra pensão. As crianças tavam comigo. Por que que está com ele? Foi com eles porque eu tenho como provar que a minha casa pegou fogo, eu fiquei sem nada, eu fiquei sem eira, sem beira, grávida, quer dizer, não adianta eles...eles vão querer mexer em cima de mim, só que vai...eu escuto falar direto: “Ah, é tem aquele Bolsa Família, isso, aquilo, aquilo..”. Eu sou uma das pessoas, vamos supor, não tô me enquadrando como, eu precisaria, eu acredito que eu preciso, não assim pelo fato do que eu to passando agora, mas assim, pelo quadro da renda que eu me encaixo.***

F- Hum, Hum.

*A- Você entendeu? Só que eu nunca consegui. E olha que eu já tentei isso aí várias vezes, eu nunca consegui. Só que o que que vai fazer? **Eles vai procurar os pontos críticos em mim, só que eu vou ter como levantar os pontos, levantar os pontos críticos deles. Talvez a hora deles...de eu ter procurado, é uma hora que eu tava...porque você vê que quando eu procurei, era pra [], o Pablo tinha ido embora de casa pra casa da mãe dele, eu já tinha descoberto que estava grávida, tinha perdido o serviço, quer dizer, só o que eu posso juntar também...eu não sei se eles...nesse caso, eles procuram um...testemunha, prova, essas coisas...Porque...***

(linhas 3803-3827)

Adriana explicita seu desejo: compartilhar a maternidade. Ela gostaria que os adotantes ficassem com sua filha, sem que ela tivesse que deixar de ser mãe da criança. Para ser mãe, ela pode e precisa compartilhar o cuidado de sua filha. A adotante, por outro lado, ela a posiciona como alguém que por nunca ter tido filhos, quer um só para ela. Ao final de sua entrevista, Adriana consegue verbalizar o que nos parece um dos sentidos mais significados e que permearam seus contatos com os adotantes e com o pai da criança: ela queria que alguém a ajudasse a ser mãe.

Ela também percebe o raciocínio e os métodos da Justiça: esta trabalha a partir de provas. Diante disto, ela elenca uma série de fatores que levaram a pedir ajuda para os requerentes.

5.4. Discussão

Neste capítulo, pudemos acompanhar adoções de bebês que foram entregues através de mediadores. Estas crianças não mantiveram contato com suas famílias biológicas e alguns adotantes solicitaram que advogados ou conhecidos combinassem a entrega da criança por suas mães, a fim de não terem contato e não serem reconhecidos por estas.

Neste momento é de fundamental importância que retomemos o conceito de matriz sócio-histórica para tentarmos compreender em quais contextos simbólicos e concretos os entrevistados combinaram a entrega e a adoção de crianças.

No referencial teórico metodológico empregado neste trabalho, o da Rede de Significações, compreende-se que as pessoas, as interações estabelecidas entre elas e os cenários, estão mergulhados *em* e impregnados *por* uma matriz sócio-histórica de natureza semiótica, por elementos sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais. Ela contribui para a circunscrição dos processos de desenvolvimento das pessoas, assim como através das ações e interações dentro de contextos específicos é preservada, transmitida, modificada e reconstituída pelas pessoas, que passam a incluir novas vozes e contribuir com novas condições (AMORIM, 2002; ROSSETTI-FERREIRA, 2001).

Para Rossetti-Ferreira e Amorim (2004), didaticamente, a matriz sócio-histórica pode ser concebida por duas partes íntimas e dialeticamente inter-relacionadas: uma delas são as condições socioeconômicas e políticas, as quais representam as condições

de vida de uma comunidade específica, além das pressões sociais mais estáveis às quais as pessoas estão submetidas. A outra parte é constituída pelas práticas discursivas, que representam o domínio das representações, dos símbolos religiosos, das formulações científicas.

“As práticas discursivas tem materialidade, como uma pintura, uma música, um ritual, uma palavra ou um comportamento humano, e têm um caráter semiótico. Entende-se que o signo está ligado a diferentes períodos históricos e processos sociais e que, portanto, apresenta diferentes pesos e hierarquia de poder em cada sociedade, cultura, grupo, contexto específico, situação e relacionamento das pessoas envolvidas. Nesse sentido, diz-se que ele se constitui como uma arena, na qual ocorre a intersecção e a luta de valores de orientação contraditória”. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; 2004, p. 95).

Isto posto, temos que considerar que as práticas discursivas que são compartilhadas pelos indivíduos em determinado contexto sócio-histórico- cultural são de fundamental importância para as escolhas, os sentidos e as possibilidades que as pessoas dão às suas experiências. Neste sentido, se faz necessário apresentar um levantamento, mesmo que breve e sucinto, sobre as produções científicas sobre maternidade, laços consangüíneos e adoção para que possamos compreender as adoções que envolveram mães biológicas que entregaram seus filhos a famílias de camadas médias através de ex-patrões ou conhecidos.

5.4.1. Práticas discursivas que permeiam as adoções: alguns sentidos de maternidade/paternidade, laços consangüíneos e adoção

Nossa entrevistada Léo demonstra seu temor de que a filha encontre a genitora, ao mesmo tempo mostra como o amor de sangue tem uma força incomensurável, afinal, mesmo tendo acolhido a filha desde bebê, ela também busca incessantemente a mãe de sangue de sua filha. Léo não associa tais comportamentos e sentimentos da filha a outros sentidos, como busca de identidade, dificuldade da menina elaborar que tenha

sido “abandonada” pela mãe, que possa ser uma das maneiras que encontrou para mantê-la constantemente preocupada em atendê-la afetivamente ou que ela, Léo, tenha, mesmo que inconscientemente, construído junto à filha alguns sentidos de que o “verdadeiro” amor seria o que mães biológicas nutrem por seus filhos. Mãe e filha se mostram enredadas nesta busca pela mãe biológica, mergulhadas no sentimento de falta e incompletude.

Kátia, filha adotada, que pouca sabe de sua própria adoção e tem dúvidas da versão que sua mãe lhe contou, faz uma adoção através da mediação de uma amiga investigadora de polícia, pois teme ser vista pela mãe biológica de seu filho. Acredita que esta poderia se arrepender e vir buscá-lo posteriormente; acredita que mãe é que nem cachorro, uma única vez vendo sua cria, tem condições de reconhecê-la para sempre. Por outro lado, ao engravidar, volta-se para o filho adotivo e tenta reproduzir a vivência adotiva com o filho que está gerando, a fim de que não haja diferenças entre as duas crianças; relata não ter “curtido a gestação biológica e sim a adotiva”; parece não ter se permitido vivenciar a gestação do seu segundo filho. Experimentar diferenças parece ser algo muito angustiante para ela, que acredita que o filho adotivo poderá sentir da mesma forma que ela. Um exemplo disto foi sua preocupação em não registrar fotos da gravidez do seu segundo filho, para que o filho adotivo não se constranja por não ter fotos da sua gestação.

Por outro lado, Adriana, mãe biológica que entregou seu filho, refere-se a si mesma como “uma cachorra que tem os filhos separados e doados”(sic). Verbaliza que mesmo que a mãe adotiva queira muito ser uma boa mãe, ela, enquanto mãe biológica possui maiores recursos para exercer a maternidade da criança, pois a qualidade do seu amor é maior, pois é inerente à maternidade biológica.

Outros entrevistados, apresentados nos capítulos anteriores, constroem sentidos relacionados à forte ligação da criança com sua família de origem e o poder dos laços de sangue. Marta acredita que se a filha visse seus familiares de sangue, automaticamente ela se voltaria para eles, como fez ao conhecer seu irmão, que também foi adotado. Desta percepção, nasce um receio deste reencontro com os familiares consangüíneos. Entretanto, Marta se remete ao amor que a família nutria pela menina, que era cuidada por uma tia cega, que tentava mantê-la mesmo com suas dificuldades. Nesta fala, ela não se remete ao sangue, mas a atos de amor que justificam tal vinculação da criança com sua família de origem.

Estas práticas discursivas presentes nos relatos dos adotantes, das mães que entregaram seus filhos em adoção, também são difundidas e construídas em diferentes meios de comunicação, nas escolas, nas igrejas, nos diferentes cenários da sociedade brasileira. Permeiam as práticas, as orientações e as rotinas de hospitais, das escolas, dos cursos para gestantes, as políticas públicas e as relações familiares.

Os trabalhos de Mingorance (2006) e Eltink (2005) mostram as negociações que os adotantes fazem consigo e com os outros no período de espera de um filho adotivo e após a chegada dele. Uma série de práticas discursivas e sentimentos ambivalentes e contraditórios pode permear a vinculação com a criança e o processo de construção da paternidade e da maternidade: a valorização da filiação biológica, dos laços de sangue e do amor materno; a percepção de que as crianças abandonadas ou que tiveram laços afetivos interrompidos na infância podem desenvolver quadros psicológicos graves e de que a criança adotada pode ter dificuldades cognitivas.

Estas diferentes práticas discursivas são inerentes ao sistema capitalista, às concepções de família nuclear, mas há também discursivos provenientes da Psicologia,

da religião e da cultura, que valorizam alguns aspectos em relação a outros no que se refere à família, pertencimento, etc.

Nossos entrevistados e vários autores se referem aos temores, pré-concepções e sentimentos relacionados à adoção (MINGORANCE, 2006; COSTA, 2005; ELTINK, 2005; ANDREI, 2001; VARGAS, 1998; WEBER, 1998;).

Segundo Vargas (1998), muitas vezes, os pais adotivos percebem a adoção como um ato delitivo, como se tivessem cometido um roubo, causando-lhes sentimentos de culpa e, conseqüentemente, medos de represálias. Os sentimentos de punição envolvem o medo de perder a criança ou de que esta resolva retornar aos pais biológicos, bem como estão relacionados às possíveis críticas sociais frente à infertilidade do casal, estes que podem se sentir incapazes de gerar filhos biológicos; há ainda as percepções de adoção relacionadas a caridade ou pagamento de promessas.

Andrei (2001) faz uma síntese dos preconceitos que permeiam muitas adoções. Um deles se relaciona ao temor do “sangue ruim”, a partir do qual as crianças adotadas herdariam as características tidas como ruins de seus pais biológicos (problemas de caráter e comportamento). Outro se refere ao “preconceito das fadas” que se relaciona ao comportamento dos adotantes adotarem uma criança com um perfil específico, de preferência bebês recém-nascidos, com o intuito de minimizar a influência da família de origem, mantendo-se assim o temor da carga genética na constituição de comportamentos futuros da criança. Outro preconceito relaciona-se à etnia das crianças, que faz com que crianças negras e pardas sejam preteridas em relação às brancas.

Weber (1996, 1998) elenca uma série de preconceitos apresentados nos discursos da população em geral e dos adotantes, entre eles: a culpabilização das famílias biológicas pelo abrigo e abandono de seus filhos e a responsabilização do Estado pelo controle da natalidade da população pobre; a pré-concepção de que a

adoção possibilitaria desencadear fatores psicológicos que favoreceriam a concepção de filhos biológicos; a crença de que o desconhecimento da criança de sua história bem como de sua adoção promoveria menos problemas à criança, valorizando assim a adoção de bebês e o segredo da adoção; e a concepção de que as adoções realizadas na Justiça são lentas, discriminatórias e permeadas por procedimentos burocráticos, buscando-se adoções diretas e selvagens como alternativas.

Em termos afetivos, ao acompanhar a inclusão de crianças em famílias adotivas, Eltink (2005) identificou a necessidade dos pais adotivos buscarem semelhanças físicas, ideológicas e comportamentais com os filhos, além de semelhanças entre ter um filho biológico e ter um filho adotivo. Na busca por estas semelhanças, ambos os casais tiveram que lidar com diferenças entre eles, além de lidar com o passado da criança e deles mesmos e, simultaneamente, aceitar a existência dos pais biológicos e elaborar uma forma de revelar ao filho e aos outros sobre o passado deles (a adoção da criança e a infertilidade do casal).

Diante destas e de muitas outras práticas discursivas, como é ser pai adotivo e negociar com todos estes múltiplos e contraditórios discursos? Como vão se identificar e respeitar as mães que entregam seus filhos em adoção? Que papéis atribuem a si (muitas vezes inférteis) e as mães biológicas (que podem ter filhos, mas não conseguem mantê-los consigo) diante das práticas discursivas sobre homens e mulheres inférteis na sociedade ocidental? E como é compreendido e que peso é dado aos laços sanguíneos?

5.4.1.1. As práticas discursivas sobre a maternidade/ paternidade biológica

Na literatura religiosa, entre elas, a cristã, a maternidade é sagrada e o casamento tem como principal função a geração de filhos – “casai-vos e multiplicai-vos”. No

entanto, a reprodução permeia as relações entre homens e mulheres, em diferentes camadas sociais, ao longo do tempo.

Ao estudar a família de camada média brasileira, Romanelli (1995), discute que o casamento e a reprodução têm papéis sociais fundamentais. A inexistência ou limitação dos vínculos sociais ligando um sujeito determinado com o passado (condição de órfão) e com o futuro (não possuindo filhos por reprodução biológica ou social), obriga-o a viver em um presente sem perspectiva de continuidade. O casamento e a reprodução de filhos conferem a homens e mulheres a possibilidade de se projetarem no futuro através de seus descendentes.

A construção dos gêneros masculino e feminino é pautada, em nossa sociedade, pelas características biológicas e pelos aspectos reprodutivos, o que Chodorow (1979) sintetiza como a confusão de identidade sexual com a de gênero. Embora, mulheres e homens inférteis não deixem de ter uma identidade de mãe/ mulher e de pai/homem, o discurso e as práticas sociais sugerem que para ser mulher é preciso ser mãe e que não exercendo esse papel, a identidade dessa mulher fica comprometida.

Isso ocorre nas diferentes camadas sociais, como pode ser observado no trabalho de Sarti (2003a) sobre as camadas populares: “a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou”³¹ (p 64).

A valorização dos laços sanguíneos foi estudado por Christiansen (2001), que entrevistou 17 dinamarqueses adultos que foram adotados e que haviam localizado e encontrado seus pais biológicos. A autora discute que os laços familiares podem ser criados tanto pela lei como pelo sangue, entretanto, simbolicamente, há uma tendência a

³¹ Dauster (apud Sarti, 2003) refere-se à estigmatização da mulher sem filhos como à figueira do inferno, árvore sem frutos.

considerar o relacionamento de sangue como mais forte que o baseado na lei. Os laços de sangue são permeados pelo sentido de permanência, enquanto que os estabelecidos pela lei são passíveis de finitude. Os laços de sangue perpassam um caráter de identidade, como se os parentes consangüíneos compartilhassem de uma mesma identidade.

A Psicologia e seus saberes também foram de fundamental importância na construção de um ideário de maternidade, paternidade e filiação nas famílias biológicas e adotivas.

5.4.1.2. Os sentidos de maternidade, vínculo e adoção nas produções científicas na área Psicológica

A literatura psicológica produzida no final do século XIX e ao longo do século XX foi de fundamental importância para centralizar na figura materna a fonte de satisfação das necessidades afetivas do bebê bem como para a consolidação de saberes sobre o impacto emocional que as rupturas de vínculos no primeiro ano de vida podem provocar nos indivíduos.

Spitz (1998), ao estudar o primeiro ano de vida do bebê, enfatiza a importância da relação mãe-bebê para o desenvolvimento somático e psicológico da criança. Segundo ele, nos primeiros meses, a percepção afetiva e os afetos predominam na experiência do bebê, sendo que os afetos da mãe e suas atitudes emocionais influenciarão nos afetos do bebê, bem como na qualidade de suas experiências.

Bowlby (2002), ao desenvolver a Teoria do Apego, concebe o comportamento humano enquanto fruto da interação entre estrutura genética e meio ambiente. O comportamento de apego seria algo instintivo, conseqüente de todo o processo evolutivo, com caráter adaptativo. Este comportamento traz em seu bojo uma

importância adaptativa e sua quebra precoce acarreta prejuízos ao desenvolvimento da criança. De acordo com tal teoria, as crianças apresentam comportamentos que mediam a relação de apego a fim de possibilitar o contato afetivo com o adulto. Há determinados períodos mais sensíveis para o desenvolvimento do apego que, tende a ser desenvolvido, em relação a uma determinada pessoa, personificada na figura da mãe.

Este autor coloca que outras figuras podem desempenhar esta função materna e ressalta que, em termos biológicos, o cuidador ou a mãe substituta não dispõe de níveis hormonais que as mães naturais dispõem, desta forma, poderão ser menos fortes e menos sistematicamente deflagradas dos que as mães naturais.

Além de se difundir a idéia do poder da mãe na constituição emocional dos filhos, esta é compreendida como alguém que conta com recursos psíquicos e fisiológicos para exercer a maternidade.

Com esta breve exposição de produções psicológicas sobre os laços de sangue e de alguns estudos sobre os sentidos produzidos sobre infertilidade e gênero, nos questionamos como vem se dando as práticas discursivas relativas à adoção, pais adotivos e crianças adotadas.

Há autores que se dedicam ao estudo do estabelecimento de apego a pessoas substitutas a mães biológicas, entre eles, Berthoud (1997). Em sua pesquisa com crianças adotadas, verificou que não há diferença no desenvolvimento do apego nos primeiros anos de vida, segundo o modelo de Bowlby, entre filhos adotados e biológicos.

No entanto, a autora elenca fatores facilitadores do desenvolvimento do apego seguro em crianças adotadas: a adoção anterior aos seis meses de vida; existência, antes da adoção, de uma figura permanente exercendo cuidados maternos; crença do casal adotante na possibilidade de vinculação com filhos adotivos; e elaboração da

infertilidade por parte do casal e identificação com as crianças que adotaram, favorecendo maior satisfação com a paternidade e potencializando o desenvolvimento da relação afetiva favorável.

Pereira e Santos (1999) apontam a escassez de trabalhos nacionais voltados para os efeitos da adoção sobre o desenvolvimento psicológico, sendo obscuro o papel da adoção como fator de risco psicossocial. Realizando um levantamento da literatura pertinente, encontraram tanto autores que mencionam a possibilidade da criança adotada apresentar sintomas e dificuldades emocionais, como os que discordam dessas afirmações. Dessa forma, concluem que é imprescindível a continuidade de pesquisas nesse campo de estudo para esclarecer a existência de riscos potenciais ao desenvolvimento da criança relacionados à adoção.

Vargas (1998, 2001) verificou que a existência ou não de dificuldade de estabelecer novos vínculos pela criança em adoção e, particularmente na tardia³², estava basicamente relacionada à possibilidade de expressão e atendimento, pelos pais adotivos, de suas necessidades emocionais mais primitivas, ou seja, de ser gestada novamente, de sentir-se indefesa, de requerer atenção. Enfim, de refazer todo o caminho para a construção de relações afetivas com novas figuras parentais.

Em relação aos adotantes, alguns aspectos psicológicos são importantes de serem observados e trabalhados para que a adoção seja satisfatória. Dentre eles, pode-se citar como lidam com o luto pela infertilidade e pelo tão desejado filho biológico que não conseguiram gestar, como se relacionam com seus próprios pais, e qual é o papel que atribuem à criança adotada (BECKER, 2000; CASSIN, 2000; SANTOS, PEREIRA, 1999).

³² Adoção tardia é considerada quando a criança a ser adotada tiver mais de dois anos (Pilotti apud VARGAS, 1998).

Os pais adotantes, os mediadores e as mães que entregaram seus filhos em adoções “prontas” estão inseridos em contextos e em relações nas quais os saberes acima relatados sobre maternidade, paternidade, adoção, vínculo, permeiam suas escolhas em relação a participação de um processo adotivo.

Alguns pais adotivos parecem temer que seus filhos nunca se sintam satisfeitos emocionalmente. Há um grande temor de que este filho cresça e queira encontrar sua família biológica, deixando-os ou que ela possa sentir uma maior familiaridade pelos pais que o geraram, como mostram vários estudos sobre adoção, entre eles os estudos brasileiros de Mingorance (2006), Schettini, Amazonas e Dias (2006) e Eltink (2005).

Diante da gama de sentimentos e significados sobre maternidade, paternidade e relação entre pais e filhos, nos questionamos que práticas discursivas, sentimentos e relações podem permear as adoções “prontas”, nas quais os adotantes procuraram por conta própria mães que queriam entregar seus filhos.

A escolha por uma adoção como esta pode proporcionar um maior sentimento de pertencimento à história destas crianças? Minimiza fatores que podem prejudicar o desenvolvimento do bebê e permite ao adotante escolher mães e crianças com as quais se sente mais identificados? Esta modalidade de adoção oferece uma maior sensação de controle aos protagonistas do que quando se fica a espera em uma fila de uma criança ou quando se entrega um filho ao Fórum?

5.4.2. Os embates entre adotantes e as famílias biológicas: as relações permeadas por trocas e os sentimentos de posse e de pertencimento

Os adotantes entrevistados demonstram que, muitas vezes, a vivência da infertilidade ou da perda dos filhos biológicos foi vivida com muito sofrimento. E o cadastramento no Fórum foi sentido como algo angustiante e que trouxe à baila

novamente o sentimento de menos valia, quando se depende da avaliação de profissionais e da decisão judicial para poderem finalmente ser pai e mãe de uma criança.

Ao realizarem uma adoção “pronta”, um dos significados que permeia as falas dos entrevistados é o sentimento de medo e de insegurança. Os adotantes parecem ter um grande temor de que as mães desistam da entrega de seus filhos após o nascimento destes. Ao acompanhá-las, parecem procurar por sinais de desistência do combinado com eles e pelos sentimentos que elas podem nutrir pela criança que geram.

Os adotantes demonstram buscar, recortar e interpretar afetos que as mães podem nutrir pelos filhos que gestam. Nas entrevistas dos adotantes, pudemos observar que alguns se sentiram confortados ao atribuírem à mãe sentimentos afáveis pela criança. No entanto, estes sentimentos em relação à mãe da criança e ao ato da entrega são múltiplos e vão sendo reconfigurados no decorrer da relação com ela e em momentos críticos - aqueles que podem envolver uma forte expectativa e tensão, como o momento do parto, a amamentação, o registro a criança, a escolha de um nome e quando a mãe escolhe se verá ou não a criança que acabou de nascer, entre outros.

Várias práticas discursivas, entre elas, as advindas da literatura psicológica enfatizam os prejuízos psíquicos que uma criança adotada pode ter pela rejeição, pelo abandono e pelas dificuldades vivenciadas pela mãe durante a gestação e na relação estabelecida com o bebê. Ao acompanhar estas gestantes ou as mães com seus filhos, nos parece que os adotantes podem se sentir com maiores recursos para minimizarem algumas das dificuldades maternas, confortando-as pelo menos em termos materiais, pelo fato de terem combinado de ficar com a criança que ela gesta, por exemplo.

Entretanto, as combinações e negociações estabelecidas entre adotantes, mediadores e famílias biológicas que envolvem ajudas materiais não tenham a função apenas de confortar a mãe e a crianças que está sendo gestada.

Ao retomarmos a história de nossos entrevistados, observamos que Ricardo viabilizou a realização de uma cesariana para a mãe de seu filho, que era jovem e que temia um parto normal, tendo em vista que havia sofrido muito no nascimento de primeiro filho. Por outro lado, esta mesma jovem não aceitou nenhuma ajuda material, mesmo ela estando sem água, luz e alimentos em sua casa. Ricardo ao relatar tal fato ficou admirado com o gesto da jovem, atribuindo-lhe uma postura de muita integridade e o que deixou mais confiante de que ela realmente estava sendo sincera na relação que estava estabelecendo com ele, através de uma mediadora.

Adriana, ao combinar a entrega de seu filho para um casal, passou a ser acompanhada pelo advogado deles. Era levada a um médico particular, fazia uso de táxi, fez ultra-sonografias com maior frequência, foi acompanhada para dar a luz. Todas estas experiências que ela nunca havia vivenciado até então. Este casal passou a ajudá-la na manutenção do aluguel de sua casa, na compra de alimentos, além de darem fraldas e roupas para sua filha pequena. Segundo ela, fez um pedido a eles, como aquele era seu nono filho, queria fazer uma cesariana e ser submetida a uma laqueadura.

Léo, mãe adotiva entrevistada, relatou-nos que Sonia estava no sétimo mês de gestação e que, ao combinar com ela que lhe entregaria a criança que esperava, concordou em parar de amarrar a barriga com panos. No entanto, Sonia lhe pediu para que não mantivessem contato até o nascimento da criança, o que foi respeitado pela adotante.

Diante destas combinações estabelecidas entre as famílias adotantes e as famílias biológicas nesta modalidade de adoção “pronta”, dois aspectos nos parecem ser de

fundamental importância serem discutidos: as relações de poder e possíveis circunscritores que permeiam a decisão das mães entregarem seus filhos para pessoas que elas possam escolher.

Ao nos referirmos a relações de poder, consideramos que as proposições de Foucault podem nos auxiliar na reflexão das posições assumidas, atribuídas e negociadas pelos diferentes protagonistas das adoções “prontas”. Trouxemos tal discussão neste capítulo, no entanto, não queremos dizer que as relações de poder se dão apenas nas adoções entre pessoas de camadas sociais diferentes, pelo contrário, tal fenômeno está presente em todas as relações e fenômenos da sociedade.

Machado (1979) ao introduzir a obra de Foucault “Microfísica do Poder” explicita que a grande contribuição do autor é evidenciar a existência formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas, que lhe dão sustentação e que tornam sua atuação eficiente.

Em *A Vontade do Saber* (1977), Foucault explicita que o poder não é uma parte ou uma estrutura, pelo contrário, ele está em toda parte, ele provem de todos os lugares. Ele não é algo que se adquira, que se guarde ou que se deixe escapar, mas sim que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, mas lhe são imanentes; também não existe uma oposição binária e global nas relações de poder, que dividisse os grupos entre os dominadores e os dominados. Além disto, para o autor, o poder existe nas relações, desta forma, qualquer oposição a ele, se dá na própria relação, que ele denomina de resistência, que são múltiplas, móveis, e transitórias.

Ao pensarmos nas relações estabelecidas entre as mães biológicas, mediadores e adotantes, vimos que ao longo das interações os mecanismos, as negociações, os

critérios e os saberes empregados foram se diversificando. Alguns embates foram travados entre os protagonistas, onde relações de forças ficaram evidentes, nos quais cada um sinalizou qual recurso poderia ser lançado mão para que o outro cedesse à sua demanda.

É delicada e difícil a tarefa de resumir os jogos e as negociações dos protagonistas, que puderam se expressar com suas próprias palavras ao longo das entrevistas. Tentarei sucintamente explicitar algumas situações:

- Um dos casais entrevistados sente-se muito mal por ter se sentirem avaliados, fiscalizados ao se cadastrarem em uma Vara da Infância e Juventude. Também mencionam que se sentiram pressionados por um grupo que vendia crianças. No entanto, ao fazerem a adoção de seu filho, colocaram uma amiga, que era investigadora de polícia, para mediar a adoção, pelo fato dela ter experiência para reconhecer se tratava-se de um novo golpe ou não. A mãe biológica não sabia quem recebia em sua casa. Os adotantes tiveram acesso a fotos da mãe biológica, conheceram os motivos pelos quais ela queria entregar seu filho e das condições de sua moradia - técnicas e relações que não diferem muito das profissionais da Vara da Infância e Juventude.

- Adriana ao fazer compras com o advogado que mediava as adoções, assinava no verso dos cupons fiscais, como se tal fato configurasse prova da ajuda que estava recebendo dos adotantes, disse-me ela. Adriana tinha dúvidas se aquele procedimento era para que o advogado fosse ressarcido pelos adotantes ou se aqueles documentos se tornariam provas caso ela desistisse de entregar o bebê após o nascimento. Ao mesmo tempo, nos pareceu que Adriana usou um recurso disponibilizado pelos adotantes para tentar ficar com seu filho, mas acabou não alcançando êxito em seu intuito; a mesma relata que foi com o advogado na casa do pai de seu filho para que ele assinasse um termo de consentimento da adoção. Ela parecia acreditar que tal situação poderia

pressionar o namorado a mudar de atitude e assumir o filho, o que não ocorreu. O rapaz acabou assinando o documento, após o advogado ter revelado que Adriana tinha dúvidas sobre quem seria o pai da criança.

Por outro lado, as mães também tinham nestas relações possibilidades de mudarem as combinações, de solicitarem ou não contato com os adotantes ou com a criança que teriam.

- Sonia não encontrou sua filha ao longo dos anos que se passaram; a mesma não foi procurada no período da gestação conforme ela havia pedido; ela não amamentou a filha, mas teve contato com ela, após seu nascimento.

- Ricardo e Kátia acompanharam a gestação da mãe biológica, que fez exames e passou por cesariana, conforme havia pedido; não lhe ofereceram nenhum tipo de ajuda, depois desta pontuar que não necessitava de nada, que só estava dando seu filho, pois não tinha condições de mantê-lo.

- Adriana pediu para ser acompanhada durante a cesariana, pois sempre teve muito receio de falecer. Também pediu para que injetassem medicamento para interromper a produção de leite. Durante nossas entrevistas, mostrava-se ansiosa em relação a ver ou não a criança e com o nascimento desta, optou por vê-la e pediu para que o advogado tirasse uma foto da mesma para que ela guardasse de lembrança. Também combinou com os adotantes que entregassem uma carta escrita por ela para a criança a fim de que ela mesma pudesse explicar os motivos da adoção. Entretanto, esta entrevistada dá a entender que foi coagida a entregar seu filho, afirmando que se sentiu ameaçada por ter recebido ajuda material.

Estas relações além de se inscrevem na ordem do poder e parecem também trazer em seu bojo elementos das relações de consumo. Coimbra (2005) ao analisar as adoções que são realizadas através nos cadastramentos nas Varas da Infância e

Juventude, discute em que grau a liberdade dos adotantes poderiam criar novos tipos de demandas de adoção. O autor questiona se a forma como as adoções via cadastramento são realizadas não acabam promovendo a ampliação da demanda dos adotantes. E, mais do que isto, o autor indaga se não se produz uma certeza imaginária que se entregará uma criança tal qual como o adotante quer.

Os entrevistados se remetem de certa forma a uma preocupação de não caracterizar uma compra e venda de crianças. A mãe que aceita a cesariana, mas não quer mais nenhum tipo de ajuda, deixa claro “não estou vendendo meu filho”; por outro lado, as relações entre Adriana e o advogado se pautam nas relações comerciais, eu lhe proporciono algumas coisas e você me entrega seu filho. No entanto, tal configuração, não pode ser às claras, posto que a compra e venda de crianças se constitui em crime no país. Entretanto, no embate entre o representante dos adotantes e a mãe, vimos que, implicitamente, tais regras de “custo e benefício” vão permeando as relações.

Neste sentido, questionamos se as adoções “prontas” também não são realizadas pelos protagonistas que estão imbuídos das necessidades e das demandas da sociedade pós-moderna, na qual a satisfação dos desejos a qualquer preço e o baixo limiar à frustração instigam o aprimoramento da tecnologia, da genética e aumento do consumo.

Os estudos de Eltink (2005) e Mingorance (2006) demonstram com riqueza os movimentos de construção de sentidos inerentes à vivência da infertilidade em casais de camadas médias da sociedade brasileira. Afinal, não nos parece nada confortável os posicionamentos que são atribuídos e assumidos por muitos casais que desejam ter filhos, mas não conseguem tê-los. Como é permanecer muitos anos em uma fila de cadastramento nas Varas da Infância, da qual não se tem o menor controle e nenhuma

participação? Como é gestar anos a fio uma criança imaginária sabendo que há a possibilidade de outros caminhos de adotar uma criança?

Por outro lado, como é para uma mãe poder conhecer o casal para quem entregará seu filho, pessoalmente ou através de fotos, às vezes, poder saber os motivos pelos quais estas pessoas estão adotando seu filho ou até mesmo conhecer um pouco das condições de vida que o filho terá junto aos adotantes?

As adoções “prontas” que estão sendo discutidas neste capítulo são muito distintas das adoções entre parentes ou conhecidos. No primeiro capítulo deste trabalho, ao descrevermos aquela modalidade de adoção “pronta”, observamos que a rede de relações das famílias biológicas se faz presente e a criança permanece na família ou entre conhecidos, na qual a mãe poderá manter contato com a mesma. Naquela dinâmica, a entrega da criança está pautada em negociações que se relacionam à moralidade dos pobres, na qual a sobrevivência se dá através da rede de relações, nas ajudas mútuas e contínuas entre os membros de uma família, que é constituída pelas alianças e não, necessariamente, por laços de sangue.

As adoções discutidas neste capítulo circunscrevem-se em outros arranjos. Os adotantes pertencentes a camadas sociais distintas das que pertencem às mães biológicas. Muitas vezes, eles já se submeteram a técnicas de reprodução assistida e procuram a adoção de uma criança, quando foram esgotadas as possibilidades de gerarem um filho biológico. As mães ou suas famílias foram apresentadas a eles ou os conhecem por já terem prestado algum tipo de trabalho a eles ou a seus familiares. E, muitas vezes, as trocas materiais que podem ocorrer englobam serviços que não são facilmente disponibilizados na rede de saúde pública. Desta forma, os adotantes assumem papéis nos quais acabam suprimindo a falta de políticas de saúde no Brasil (laqueadura, cesariana; acompanhamento gestacional, atenção às mães que desejam

entregar seus filhos a fim de minimizar o fatores estressantes que envolvem a entrega de um filho).

Ainda neste sentido, acreditamos que, muitas vezes, estas mães procuram por ex-patrões ou pessoas que possuem uma melhor inserção social a fim de garantirem que seus filhos possam ter uma condição de vida diferenciada. Ademais, muitas destas mães demonstraram forte descrença nos métodos da Justiça e do Estado, como o abrigo de crianças, o cadastramento nos Fóruns. Saber para quem a criança seria entregue, qual o interesse desses adotantes e a garantia de que a criança seria prontamente inserida em uma família foram significados apresentados por estas mães.

Outro significado apresentado por estas mães e que nos parece circunscrever a escolha por esta modalidade de adoção é que quando entregar um filho para um casal parece protegê-las das críticas e dos fortes julgamentos morais a que acreditam que seriam submetidas nos hospitais, nos órgãos do Estado. Observamos que na relação com os adotantes seus comportamentos são observados, recortados e interpretados, no entanto, pareceu-nos que elas se sentem mais protegidas do que em adoções em que as crianças são entregues em hospitais, aos conselhos tutelares ou ao Estado.

Capítulo 6. Adoções “prontas” através da ótica dos operadores do Direito

6.1. Promotor de Justiça

Esta entrevista foi realizada na Promotoria Pública, após contato realizado pessoalmente com o promotor. A primeira entrevista agendada teve que ser cancelada, pelo acúmulo de atividades do entrevistado. Em nosso segundo encontro, a entrevista foi realizada em aproximadamente uma hora e quinze minutos.

As características pessoais tanto deste entrevistado como do juiz não serão apresentadas a fim de que não sejam identificados, no entanto, é importante ressaltar que ambos atuaram na área da Infância e Juventude.

Diferentemente dos outros entrevistados, estes profissionais foram mais concisos e rápidos. Enquanto os mediadores entrevistados mostraram grande envolvimento afetivo com o tema, os operadores do Direito tiveram uma postura mais crítica em relação ao tema de pesquisa, sem se deterem a casos específicos. Ao longo das entrevistas, percebemos que ao se posicionarem diante das adoções “prontas” ou da atuação da Justiça, o juiz se refere ao sentimento de impotência, enquanto o promotor faz questionamentos sobre sua própria atuação, afirmando que deveria ter insistido em algumas situações que feriam o direito das famílias biológicas.

Esta pesquisadora também se percebeu com uma postura diferente da adotada com os demais entrevistados, restringindo-se ao roteiro das entrevistas. O fato de entrevistá-los em seu local de trabalho, tendo ciência do excesso de compromissos dos entrevistados, acarretava uma preocupação com a duração das entrevistas. No entanto, percebia minha tensão diante dos entrevistados, os quais foram tratados como figuras de autoridade. De certa forma, mesmo questionando ou apontando resultados de pesquisas

sobre a atuação dos operadores de Direito, percebi, ao término das entrevistas, que a interlocução estabelecida foi permeada fortemente pelos papéis sociais representados por estes profissionais.

6.1.1. O relato do Promotor de Justiça sobre a colocação de crianças em famílias substitutas: a lei e a prática

Ao iniciar seu relato, o promotor ressaltou que antes de fazer suas considerações sobre as adoções “prontas”, gostaria de falar sobre a adoção de uma maneira geral e qual a sua função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo ele, a adoção seria “a exceção dentro da exceção”, ou seja, a colocação de uma criança em uma família substituta é uma das medidas excepcionais e entre a guarda, a tutela e a adoção, esta última deve ocorrer em último caso, devido à violência que ela implica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a manutenção da criança em sua família de origem e, se não for possível a permanência da criança e dos adolescentes com seus pais, eles deverão ficar sob a guarda da família extensa. Desta forma, a guarda e a tutela são as formas de colocação em família substituta que devem ser aplicadas, inicialmente, nestes casos e, quando não houver a possibilidade da criança ficar com seus pais ou familiares, cabe a colocação da criança em família substituta e o rompimento com a família biológica.

No entanto, a colocação de uma criança em adoção e a destituição dos pais biológicos só se aplica quando há rejeição dos pais pela criança, estes são desconhecidos ou foram destituídos do poder familiar.

Diante destes pressupostos, para ele, a maioria das adoções que vem ocorrendo no Brasil não respeita a existência das condições acima descritas e se tornou a solução

para a situação de pobreza de algumas famílias, e tem sido preconizada como “a solução para o problema da infância pauperizada”(sic).

Em sua atuação, o promotor se descreve como discordante dos demais operadores do direito e dos técnicos do judiciário, *os quais são posicionados como facilitadores das adoções, por acreditarem que a solução para as famílias biológicas pobres é a adoção de seus filhos e não o resgate econômico desta população.* Nesta prática de facilitar adoções, *os adotantes são vistos como pessoas que promovem o desenvolvimento das crianças, por possuírem condições econômicas favoráveis enquanto que a permanência das crianças nas famílias biológicas é interpretada como a possibilidade destas crianças se tornarem “ladrões, drogados”*(sic) .

Ainda neste sentido, as adoções que vem ocorrendo em grande número no Brasil visam satisfazer os adultos e não as crianças. Diante de tal quadro, o entrevistado acredita que o papel dele e da Promotoria Pública é romper com a atual cultura da adoção e resgatar os direitos de convivência familiar tal qual são preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente - a adoção é uma medida excepcional, deve satisfazer as necessidades do adotando e os critérios para a destituição e o rompimento com a família biológica devem ser criteriosamente observados (omissão ou violação dos direitos da criança pelos pais, abandono, desconhecimento dos pais).

Neste momento da entrevista, relato um dos resultados da minha pesquisa de Mestrado: os poucos laudos ou oitivas das famílias biológicas nos processos de adoção e o detalhamento de informações sobre as famílias adotantes. O entrevistado critica sua atuação, afirmando que deveria ter insistido mais na busca pelos pais biológicos, ou seja, o mesmo deveria ter utilizado recursos de agravo a fim de que se esgotassem as possibilidades de localização dos pais biológicos.

Segundo ele, a adoção é uma violência, pois rompe os vínculos da criança com sua origem. Já a tutela, mantém a identidade da criança e assegura seu direito de viver em uma família. Neste sentido de violência e ruptura nas adoções, ele exemplifica o rompimento e a apropriação da criança adotada a partir da mudança de seu sobrenome e, muitas vezes, até de seu nome.

As adoções no Brasil visam atender às necessidades dos adultos que querem ser pais. Para ele, é muito raro um casal já ter filhos e estar preocupado com a criança que necessita de uma família. A maioria dos casais quer um bebê, saudável e que venha atender à sua expectativa.

Por outro lado, os pais biológicos acreditam que entregar seu filho é uma oportunidade da criança ter uma vida melhor, em termos socioeconômicos.

6.1.2. Adoção “Pronta” e adoção por *intuitu personae*

P : Não...às vezes eu chamo de adoção por intuitu personae, né, ou situações que precisam ser melhor verificadas, né? Há um trabalho extrajudicial antes do processo que a gente acaba desconhecendo. E devia ter preocupação com isso. Como aquela família tomou conhecimento disso? Em que condições que ela ficou com a guarda de fato dessa criança? Essa preocupação em saber se a mãe, se os pais, né...efetivamente tinham a vontade de...estava rejeitando aquela criança e a vontade de entregá-la a um outro ou não. Isso foi um trabalho de pressão? Foi um trabalho de não apresentar outras alternativas pra família. Então essa é a minha preocupação em relação a esse tipo de adoção.

F: Você conseguia perceber que tinha algo?

Promotor - Muitas vezes si, porque eu insistia...

(linhas 49-59)

F: Que...

P : Eu insistia na oitiva dessas...dos pais né...na maioria das vezes da mãe, né. Geralmente [era solteira], eu tentava insistir na oitiva dela, a gente encontrava obstáculos porque diziam que tinha desaparecido, não sabia quem era, né. E a gente percebia que não era uma ação que correspondia a verdade, às vezes...mas não podendo é...é...buscar essa verdade, porque isso se tornava meio impossível do ponto de vista do andamento do processo. Essa foi uma preocupação que eu sempre tive. Existem muitas vezes pessoas que gostam de fazer essa intermediação, né. Geralmente em hospitais, enfermeiras, assistentes sociais...

(linhas 61-68)

Ao aprofundarmos a temática das adoções “prontas”, este profissional vai se referir a dois tipos de adoções: as que realmente são *intuitu personae* (existe o desejo da

mãe/dos pais entregarem a criança para um casal por conhecê-los e por não desejarem ficar com seus filhos) e uma série de adoções denominadas, por ele, “de situações que precisam ser melhor verificadas”. Esta segunda modalidade, em sua percepção é a que mais ocorre e por uma série de motivos: os profissionais “facilitam” para os adotantes e não investigam a real vontade dos pais; há uma série de obstáculos para se localizar essas mães; há mediadores que facilitam estas adoções.

F: Mas eles (mediadores) gostam por quê?

P: Eu acho que tem duas coisas. Uns porque estão convencidos de que essa é a melhor alternativa. Então vem uma mãe pobre lá e...e conhece uma família que pode dar melhores condições sócio econômicas pra essa criança, então acham que essa é a solução, portanto trabalham nessa linha de facilitar a adoção. Outros porque agem de má fé mesmo, com o intuito de ter alguma recompensa monetária por parte daqueles que estão procurando a adoção, são os pais, casais que estão procurando um filho pra adotar, não é? Então pode até existir cobrança, né...intermediação através de...mediante paga, né...isso acontece e pode acontecer, por isso todo o zelo que a gente tem que ter, né, na verificação da vontade dos pais efetivamente, na vontade dos pais, se eles não estão sendo pressionados, se eles não estão sendo seduzidos, né...por essas pessoas que estão fazendo essa...essa intermediação vamos dizer assim, entre as famílias que estão procurando e...Um outro problema são...um outro problema é como a adoção é vista, né. A adoção não é vista infelizmente no Brasil como deveria ser vista, como uma solução para aquela criança, mas sim é a solução para aquele casal que não tem um filho.
(linhas 69-84)

O promotor traz uma gama de questões que envolvem estas adoções, um jogo de forças e interesses que permeiam esta prática obscura e que ele se coloca tentando desvendar. Segundo ele, alguns profissionais são favoráveis às adoções “prontas” e não colocam obstáculos a esta prática por posicionarem os adotantes como pessoas com melhores condições de ficarem com as crianças.

Refere-se aos mediadores que devem se beneficiar emocional e/ou moralmente ao promoverem essas adoções. Entretanto, acredita que há mediadores que podem ter benefícios financeiros; além disso, há pais que podem estar sendo pressionados ou que podem estar recebendo algum benefício com esta entrega do filho.

De todos os lados, há práticas discursivas que tem muita força no imaginário das pessoas e nas práticas sociais e institucionais. A adoção é tida como a melhor

alternativa para a criança, o que vai balizar as relações, os pareceres, as sentenças, as aproximações dos diferentes protagonistas.

O entrevistado se vê como uma voz discordante por acreditar que a adoção promove violência contra a criança quando ela é não é empregada corretamente, pois ela é uma medida que visa à convivência familiar e não uma solução de ordem socioeconômica. Ademais, a adoção é desvirtuada em seu objetivo quando ela satisfaz, primeiramente, a necessidade do adotante e não o da criança.

Diante destas várias interpretações equivocadas, o promotor se vê como alguém que deve tentar romper com os silenciamentos e desvendar o que há de obscuro nestas práticas, a fim de conhecer os reais motivos da entrega da criança pelos pais biológicos. Neste sentido, ele se posiciona como diferente dos demais protagonistas, tanto em suas ações como em suas concepções, buscando dificultar as adoções que percebe como desnecessárias.

F: É...eu vou voltar um pouquinho na adoção “pronta” em si, tá? Como é que você se posiciona diante dessa opção?

*Promotor-Eu acho que ela é ruim, né. Porque ela...num primeiro momento ela é ruim, porque ela foge do objetivo da adoção mesmo, né. Então é aquele casal que arruma uma pessoa da confiança que tem acesso a esse tipo de família, a esse tipo de problema de criança nessa situação, então busca uma outra forma que não é a forma normal, busca adotar e cria uma situação que depois fica difícil a gente reverter, porque aí, essa pessoa já pega...já fica com a guarda de fato e regra, essa família, ela cria o vínculo e depois tirar essa criança desse casal, é pior pra criança, né. E aí você burla toda a via que seria a via correta, que é as famílias que estão na lista de adoção que foram já estudadas, pesquisadas, que estão a espera de uma criança, que elas acabam sendo preteridas em razão de uma situação de fato que começou de uma forma, vamos dizer assim...é...ilícita ou não regular, mesmo. **Tem a intermediação, o tráfico de influência do profissional que tem e que está no hospital e que tem acesso a esse tipo de problema né que passa ser uma pessoa que tem importância...muito do...do esquema da cultura brasileira patrimonialista, de tráfico de influência, do compadrio, né...então as regras democráticas acabam não sendo observadas. Então é uma questão cultural, Sérgio Buarque de Holanda já estudou isso, Gilberto Freire já estudou isso, Darcy Ribeiro já estudou isso. É toda uma cultura, né: “Não, eu sou amigo da assistente social, eu sou amigo da enfermeira, eu conheço alguém ali, eu sou amigo do promotor”. **Quantas pessoas chegam pra mim e falam: “Olha eu quero adotar, como é que faz pra conseguir?”** Nossa isso é muito comum, né...*** (linhas 289-310)

F: Assim, e por que que você acha que os pais biológicos acabam optando em entregar dessa maneira e não pro Fórum, pro Cadastro?

Promotor-Excepcionalmente, existem aquelas situações em que as famílias já se conheciam anteriormente, né...então existe essa relação de confiança entre famílias, mas na maioria das

*vezes, é excepcional, me parece que isso é excepcional, na minha percepção, eu não tenho estatísticas, não saberia dizer, na minha impressão dos processos que eu trabalhei nesses (x anos), a minha impressão é essa: **que esses casos são raros, onde já existia ali anteriormente uma boa relação, onde até a adoção intuito personae é interessante, nesses casos(...)***
(linhas 314-322)

As adoções “prontas” são permeadas por mecanismos culturais brasileiros: as relações de compadrio e o tráfico de influência.

Diante de tais mecanismos nas relações, as pessoas mais bem relacionadas têm facilidades para conseguir um emprego, um benefício, um filho.

Os mediadores têm acesso rápido à criança ou às famílias com dificuldades, por trabalharem em algumas instituições ou por suas atividades sociais. Por outro lado, os requerentes das adoções “prontas” acabam conseguindo adotar uma criança sem critérios equitativos em relação aos adotantes cadastrados nos Fóruns, seja porque conhecem pessoas influentes, tem boas condições econômicas ou possuem uma rede social satisfatória, o que acaba promovendo o “encontro” de um filho mais rapidamente.

O promotor vê tais atitudes contrárias à democracia, porque os critérios nessas adoções não são iguais para todos, os adotantes com maiores recursos econômicos ou sociais são beneficiados.

O cadastro de pretendentes em adoção aparece, em sua fala, como um critério que promove igualdade de condições aos adotantes, além do fato das pessoas terem sido avaliadas, do ponto de vista psicológico e social, para estarem habilitadas a adotar. Segundo ele, o cadastro tem preocupação em atender às necessidades da criança e não do casal.

F: (...)como é que você vê a questão da promotoria, claro que você pode se posicionar e depois falar da promotoria dos seus colegas assim... é...como é que normalmente é nessa relação, né, nesses processos de adoção “pronta”, quando chega uma situação como essa, como é que os promotores normalmente lidam com a família adotante?

*P:Ó, nós temos promotores da Infância e Juventude que são muito envolvidos com essa questão do Estatuto, estudaram e que, portanto, trabalham nessa linha que eu te falei, essa preocupação com a criança. Mas isso é uma minoria, tá? **Nós temos uma maioria que...que***

*intervém burocraticamente nesses processos, não estão muito preocupados em aprofundar essa questão e concordam com muita facilidade com as adoções, então nós temos dois tipos de...de promotores de justiça, uma minoria que está...que estudou, aprofundou, está convencida da...que a Doutrina da Proteção Integral é a melhor, compreende o Estatuto, né, os objetivos do Estatuto, os princípios que estão no Estatuto, esses são mais rigorosos nos processos, portanto há uma preocupação em aprofundar o conhecimento, [] da família de origem, da família adotante, o que é melhor pra criança em todos os casos. **E há aqueles que cumprem burocraticamente o seu papel e esses vão...se tem um parecer favorável do Fórum, ele não, em seguida ele dá um parecer favorável, não vai estudar [], vai seguir ipso literis aquilo sem interferir, muitas vezes passando até por cima de questões formais importantes como aquelas da oitiva dos pais biológicos, se houve a citação, se eles foram realmente encontrados, se [?]. Passa-se por cima disso dentro daquela cultura de que criança pobre tem que ser colocado mesmo na família rica pra poder nascer alguém na vida e não buscar resolver os problemas das famílias que estão aí, marginalizadas. É assim que eu vejo.**(linhas 352-376)*

No entanto, quando lhe pergunto sobre a sua categoria profissional, como a Promotoria Pública tem se posicionado nestas práticas adotivas, o promotor faz uma leitura crítica de seus colegas. Ele vai dividi-los em dois grupos: a maioria, que promove adoções sem refletir sobre tal prática, que não atuam a partir da legislação atual e, um pequeno grupo, no qual ele se insere - dos que seguem os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e que buscam garantir a convivência da criança com sua família de origem

Ao falar das adoções “prontas”, o promotor vai se remeter a uma série de problemas, que envolvem os adotantes bem como os profissionais que trabalham na área do direito da criança.

*P: **É, não existe, o que eu acho que falta por exemplo, é essa sensibilidade. Aqueles profissionais que atuam na área da infância, eles têm que estar imbuídos, né de todos os valores e princípios que formam...a questão da infância que o Estatuto traduz isso muito bem, [] né. Mas isso não é observado, o tratamento é meramente formal. Então o oficial de justiça, ele não tá preocupado em...com a família de origem, ele tá preocupado em cumprir burocraticamente seu papel. Então, ele vai lá e não encontra, pra ele a coisa mais fácil do mundo é dar uma certidão e não buscar esgotar todas as possibilidades de encontrar. Aí, se não encontra, a alternativa é a citação por Edital, que nós chamamos de citação [ficta], né. É o cumprimento meramente formal da citação, que a gente sabe que as pessoas não lêem o Diário Oficial (...)*** (linhas 144-153)

*P : **Então aí depende da sensi...muito da sensibilidade do juiz naquele momento, o que não...não desobriga de fazer o estudo técnico também, né. Mas nós também vamos encontrar a cultura dos técnicos, é a mesma cultura. Então eu acho que a grande...o grande... problema hoje que eu vejo na questão da colocação em família substituta, sobretudo na questão da adoção, é a cultura, nós não estamos ainda...não assumimos o...os valores do Estatuto da***

Criança. Nós ainda trabalhamos com os valores da Doutrina da Situação Irregular, a saída é: situação irregular caracterizada, rompimento com o vínculo, seja pra institucionalizar, seja pra colocar em adoção, não é. Essa é a cultura que ainda está muito presente e muito forte, então é raro você pegar um juiz, pegar um promotor, pegar um advogado, pegar um assistente social, pegar um psicólogo, né...que está com essa nova visão, que é a visão correta. Então no processo, você vai encontrar, quer dizer, então podendo evitar o estudo, vão evitar o estudo pra facilitar a adoção, facilitar entre aspas, né...facilitar no mau sentido, de não se esgotar todas as possibilidades de se [?] a vontade efetiva dos pais, ou de se fazer um estudo pra aprofundar [?]. Então esse é um problema que nós enfrentamos. (...) Isso pra mim é muito grave. Porque a gente começa a produzir adoções em série, né, e violando todas essas questões que me parecem ser fundamentais. A identidade da criança, o direito dos pais, o direito da criança, né, a relação família [de origem]. (linhas 192-210)

O promotor se refere à necessidade de criar novas práticas que estejam em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais do que isso, ele propõe uma sensibilização dos profissionais em relação ao trabalho que exercem. Com a falta de sensibilidade e compromisso, as ações acabam negligenciando e violando o direito de muitas crianças e de suas famílias de origem.

As práticas dos profissionais estão pautadas na lei que já foi revogada, o Código de Menores. A ação dos profissionais de não ouvir a família biológica, de considerá-la incapaz de exercer a paternidade pela sua pobreza material é imbuída pelos valores de tal Código; diante disso, as ações além de serem descompromissadas, elas estão em descompasso com as premissas da lei atual. O cadastramento, por exemplo, acaba sendo seguido como uma norma e não por sua essência, de garantir o interesse da criança, de ter critérios para os adotantes serem considerados aptos a adotar e a fim de serem respeitados segundo a ordem no cadastramento.

P: É eu vejo assim...é...que as pessoas que se...os casais que se propõem a adotar, as pessoas que se propõem a adotar, elas tão é...querendo resolver os seus problemas, né, porque não tiveram a possibilidade de ter um filho do que realmente pensar naquela infância, né...que foi rejeitada pelos pais e que está precisando ter uma família pra poder prosseguir na sua vida. Então eu acho que esse é um problema, tanto que os casais são muito exigentes, né. Eles querem bonitinho, querem novinho, recém nascido...então não existe...é uma questão cultural. O obstáculo é...a origem é bem [] nós temos que mudar essa cultura, a cultura da adoção. Então eu vejo que o casal ta querendo, o casal ta querendo adotar e às vezes não...as vezes eu pergunto: “Por que não pegar sobre tutela?” Se a questão é resolver o problema da criança, não é...você pode pegar sobre tutela, não precisa romper o vínculo com a família de origem, né.

F: []

P: Ela pode manter a identidade. E não é só o medo, também é aquela visão de que se não tem o carimbo do meu nome, ele não é minha...não é meu, não é minha propriedade, então eu preciso pôr a minha marca, tá. E a minha marca é colocar o meu nome. Então essa visão da apropriação da criança como uma coisa que é minha propriedade, né, também é isso. Muito isso, uma questão cultural. (linhas 222-238)

F: Ah...você...é na maioria dos casos que você acompanhou, você tentou, você percebia que as famílias biológicas tentavam alternativas antes de entregar o filho?

P: Não. Eu via que...o que eu senti na maioria dos casos, né...é geralmente as mães, né, elas...elas no fundo, no fundo, desejavam ficar com a criança, mas achavam que a criança seria bem cuidada pelo casal e por isso elas entregavam, isso ficava muito...nos casos em que eu me recordo, nas oitavas perante o juiz, naqueles casos em que os pais eram localizados e ouvidos, então a mãe colocava isso: “Eu concordo com a adoção porque eu sei que ela será bem cuidada e terá um futuro melhor”. Não é porque ela não desejava ficar com a criança, porque ela não via nas suas próprias condições a possibilidade de garantir um futuro melhor, quando na verdade, existem os programas aí, justamente pra garantir esse apoio, né, auxílio financeiro, apoio que precisar pra garantir a[] a criança, mas é questão cultural, as próprias famílias não acham que é um direito seu, na impossibilidade, de não ter condição econômica de manter, que elas sejam incluídas em um programa pra poder manter, buscar essa alternativa. Porque esses programas existem, não é? Ou deveriam existir, se existe uma demanda, uma pressão por parte das próprias famílias que [] esses programas tem que melhorar pra []. Então o que eu sentia era isso, né...o oprimido, o explorado, né...o excluído, ele imbuete essa condição e não ter alternativa, e abre até mão da condição de pai e mãe pra que a criança possa ter melhores condições em uma família de classe média, e não lutar por ter melhores condições pra poder criar seus próprios filhos. Então isso é muito comum. (linhas 245-265)

Segundo o entrevistado, as práticas da Justiça não esgotam as possibilidades da família biológica ficar com a criança e há uma produção de adoções em série. E ele acredita que os adotantes e os pais biológicos entram nessa prática dominante sem se colocarem no lugar do outro ou lutarem pelos seus direitos.

O entrevistado posiciona a adoção como a resolução dos problemas dos adotantes que não puderam ter filhos biológicos e que desejam ter filhos parecidos com eles. Para ele, esses não conseguem pensar na condição e na necessidade da criança. Enquanto que, os pais biológicos abrem mão de seus filhos por acreditarem que os adotantes poderão oferecer melhores condições de vida para seus filhos. O entrevista, em sua prática, não percebe abandono, rejeição ou falta de amor pela criança, mas sim pessoas em dificuldades econômicas e que já introjetaram muitos valores da cultura

dominante, entre eles, a de que pais de camadas médias e altas tem mais condições para o exercício da paternidade/maternidade.

Neste sentido, as famílias biológicas entregam seus filhos aos adotantes permeadas por diferentes discursos que circulam em nosso ideário: a Justiça é lenta e entregar diretamente aos adotantes é melhor para a criança.

Em sua fala, ele propõe medidas profiláticas que não vem sendo adotadas. Para ele, os profissionais da saúde têm condições de verificar mães que desejam dar seus filhos em adoção ou que se encontram em dificuldades diante da gestação, e que deveriam ser encaminhadas às Varas ou receber apoio destes serviços de saúde, o que acaba não ocorrendo.

6.1.3. Algumas reflexões sobre as Adoções: possibilidades e limites enquanto profissional que representa a Lei

Percebendo que o entrevistado não concorda com esta prática adotiva na maioria dos casos, pergunto como ele atua nestas situações. Neste sentido, questiono sua atuação junto às famílias biológicas, suas tentativas de desvendar o que acontece no período anterior ao pedido da adoção. E, de certa forma, questiono se há ações quando se percebe esquemas de facilitação destas adoções, envolvendo o tráfico de influência ou pagamentos, como ele havia mencionado anteriormente.

F: E aí, pensando assim dessa maneira, a relação da promotoria com a família biológica também é restrita?

P:É restrita. Porque acaba...é...essa relação, ela é muito mais...ela é muito mais próxima do juiz via equipe técnica do que o promotor, o promotor acaba cumprindo uma tarefa meramente burocrática...

F: Ele não dispõe de uma equipe, ele não pode solicitar....

P:Ele não dispõe de uma equipe, né, mas...não é essa a razão, acho que nem é o caso de ele dispor de uma equipe, né, mas é de ele questionar a equipe do juiz, de ele estar participando da audiência na promotoria...no Fórum, estar presente quando os pais são ouvidos, indagar, perguntar, levar suas razões para o processo. Ser chato no processo, no sentido de tentar fazer com que haja, se convença de que não existe alternativa, né. Que os pais estão rejeitando mesmo e que o técnico aprofundou o estudo. E aí eu te faço até uma mea culpa

porque eu mesmo nunca fui muito questionador dos pareceres dos técnicos, às vezes eu discordava, fazia isso e aquilo, indicava uma medida, uma [concordata], mas assim, eu nunca fui muito exigente, acho que nós deveríamos ser mais exigentes até pra mudar...uma forma de mudar essa cultura que ainda permeia a cabeça dos técnicos da justiça [].

F: Hum, hum...é...e como é que, por exemplo, numa situação de adoção “pronta”, em algum momento...tem processos que você consegue ter contato com os mediadores? Com as pessoas que apresentam? Eles são chamados em oitiva? Essas pessoas aparecem?

P: Em regra, não. Em regra não aparece. Até porque em regra, os casos são, como eu disse, irregulares, são situações em que...o que a figura do intermediador ele tem que ficar mesmo escondida, né, não pode aparecer.

F: Mas por exemplo, se você percebe que em determinado hospital o que em determinado abrigo, está ocorrendo muita adoção “pronta”, a promotoria já fez alguma coisa ou pode fazer alguma coisa?

P: Pode fazer. Quando há um indício, deve fazer, mas muitas vezes esse indício, esse indício não aparece. Se percebe que há alguma coisa errada, que isso quer dizer que houve uma intermediação, mas não há elementos que possam levar a uma...a uma investigação bem sucedida.

F: Hum, hum. (pergunta sobre os mediadores das adoções) (linhas 383-400)

F: Você nunca teve conhecimento de uma rede de pessoas que se beneficiavam com isso?

P: Não, tive casos em que se suspeitou de profissionais que atuavam em hospitais sobretudo, né...de...de ter intermediado...

F: E pôde ser feito alguma coisa?

P: Não lembro de nenhum caso concreto em que se chegou a falar: “Ó...”, não me recordo, mas casos que houve suspeitas, mas não se chegou a confirmação. (linhas 424-430)

Neste sentido, em termos práticos, pouco pôde ser feito. Até porquê, para ele, as mudanças nas adoções e na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente vão ocorrer inicialmente, no plano das idéias, para depois repercutir na organização das práticas e nas interações entre as pessoas e cenários.

Na verdade, o que percebemos é que os operadores do Direito embora sejam contra a intermediação nas adoções, o tráfico de influência e a comercialização de crianças, em suas atividades diárias, não chegam a elucidar tais fenômenos ou a enfrentá-los. No entanto, é interessante notar que o Promotor vai usar como forma de promover mudanças, uma alteração da cultura da sociedade em geral e dos profissionais da área da infância para que as premissas do ECA sejam garantidas. Enquanto que o juiz, como poderá ser observado a seguir, sugere a implementação de leis para coibir tais práticas.

Ao explicar a importância da mudança de mentalidade, o promotor refere-se à importância de uma discussão na formação dos profissionais que atuam na área. Ao contar a implementação do ECA, relata que o processo de fortalecimento dos princípios do Estatuto foi se enfraquecendo e isso tem resultado em práticas equivocadas destes profissionais.

*P: (...) Então, tanto que o Ministério Público de São Paulo agora está tentando retomar as discussões que nós fizemos logo que o ECA foi aprovado. Então nós fizemos reuniões, debates, congressos, tal, tal que a gente debatia isso e num determinado momento a gente achou que isso já tinha sido suficiente e não foi, nem entre nós do Ministério Público fizemos mais isso, o juiz então nem se fala porque a magistratura sempre foi no início contra o Estatuto e com muita dificuldade que eles conseguem é...assumir os princípios e valores do Estatuto. Agora, entre nós não, nós tivemos um compromisso com o Estatuto e muitos promotores participaram da elaboração do Estatuto, então o Ministério Público comprou a briga pelo Estatuto desde o início e logo que o Estatuto foi aprovado nós fizemos muitas reuniões, muitos congressos, tal...coisas que com o tempo foi diminuindo, a gente perdeu essa preocupação em formar os promotores. Daí o que aconteceu? Um retrocesso, se de início a gente estava indo de uma maneira razoável, hoje isso se perdeu e hoje nós estamos retomando essa...essas discussões internas, né. Que é cultu...a questão é cultural mesmo, né. (...) Nós **precisamos acelerar esse processo, acho que a gente descuidou um pouquinho disso, né. Em formar as pessoas a respeito dessa nova visão. Agora, o retrocesso é esse mesmo, é uma mudança cultural, não é uma coisa que se faz da noite para o dia, não basta...** (linhas 603-626)*

F: É...eu não sei se você queria fechar falando alguma coisa ou...é...algo que você acha importante ficar ou sobre essa prática adotiva...

P:Então, o que eu estou convencido depois de x anos trabalhando nessa área, passando por essa mudança de paradigma, tentando fazer um trabalho coerente com essa mudança, com tudo o que é necessário, eu acho que a grande batalha é a batalha cultural, né.

F: Hum, hum.

P:Então a gente tem que focar isso e trabalhar essa mudança nos valores, nos princípios, né e vai atingir não só a questão da família, da convivência familiar, família substituta, etc, mas também todas as questões que envolvem a infância. Vai ver a totalidade a partir dos princípios como o ECA que vai desembocar aí também na questão do direito à convivência familiar.

F: Hum, hum.

P:Repensar esse direito à convivência familiar dentro desses novos valores, desses novos valores, desses novos princípios. Acho que esse trabalho é um trabalho difícil, né porque você sempre tem que superar uma cultura de...secular, né...

F:É, o que eu vejo é que a maioria fala de uma outra cultura, mas no sentido de ainda manter a adoção, só que assim, ampliar...adotar irmãos, adotar negros, adotar..., mas adotar, entende?

P: É.

F:Como alternativa a(adoção)...como salvação mesmo né. É...acho que a revolução é maior e mais difícil de...(risos)

P:A visão [?] é restringir a colocação em família substituta, restringir ao máximo a adoção e investir [?] das famílias. É isso, né...dar condição pra que as famílias não fiquem entregando os seus filhos, né. As famílias tem direito de poder cuidar dos seus filhos, isso que a sociedade tem que garantir. Por isso que eu tenho muita restrição em relação à colocação em família substituta, você só está reforçando um modelo que impede que as famílias venham a se emancipar, né. Você está brecando a revolução, né. A partir do momento que você coloca como alternativa colocar em família substituta, como regra...você está impedindo a emancipação da família e da infância, conseqüentemente. (linhas 662-692)

Ao final da entrevista, questiono o promotor se há algo que ele queira dizer que não foi dito ou que deva ser ressaltado. Compartilho de sua idéia de que há necessidade de se repensar as adoções, as relações entre os diferentes protagonistas – crianças, famílias adotivas e biológicas. No entanto, ressalto que o movimento de alguns grupos, seja da Academia, do Judiciário, da Sociedade Civil, tem proposto uma mudança de cultura no sentido de estimular a adoção de crianças que geralmente não são almeçadas – negras, portadoras de necessidades especiais, grupos de irmãos. Neste sentido, a revolução cultural que ele propõe é ainda mais arrojada do que a vem sendo veiculada em muitos setores e cenários. É uma mudança de paradigmas, de visão de pobreza, família, laços familiares, direito. Enquanto isso não ocorre, como ficam aquelas adoções que vem ocorrendo sem que os respeitos das crianças e de seus pais estão sendo garantidos? Neste momento, pergunto sobre o direito dos pais se posicionarem em relação à destituição do poder familiar e à adoção de seus filhos.

F- Eu tenho uma dúvida, não se se...por exemplo, é...eu vi em todos os processos assim, se a mãe não ia à oitiva o processo continuava. Se a oitiva se torna obrigatória, da mãe biológica ou o estudo se torna obrigatório, você não acha que...porque assim, a gente...o psicólogo ou o assistente social pode fazer visitas, você tem outros instrumentos, mas a promotoria não vai até...né...o povo, dessa maneira...então...ah...

Promotor-Eu acho que a oitiva da mãe ela é obrigatória, né...desde que possível.

F- Mas aí o adotante está com a faca e o queijo na mão, se ele não quiser te dar o endereço, ele não te dá.

Promotor- Pois é, então. Porque o processo começa viciado antes, por isso que eu acho que mais importante não é pensar tanto no que acontece no processo...

F- No processo...é depo...

P: É mudar a [cultura], porque aí você vai evitar que tudo isso [] acontecer.

F: Mas a cultura também se mantém porque sabe que tem essas outras alternativas? Por exemplo, os advogados, é aberto, é claro que eles dão esses aconselhamentos ou que tem várias outras pessoas mediando e se beneficiando com isso e aí as pessoas tem medo de falar, então, até uma entrevista, eles não tocam no [] quer dizer...

P: Hum, hum...não abre o jogo mesmo. Então, mas a partir do momento que a gente vai ter promotores mais cuidadosos, juízes mais sensíveis com essas questões, né...advogados mais honestos, né...[] desse espírito, assistentes sociais e psicólogos sobretudo que trabalham mais diretamente, os próprios profissionais da área da saúde, acho que tem que ser trabalhados nessa questão também...acho que a gente tende a melhorar, por isso que eu falo, é um processo lento, demorado, mas tem que começar a fazer. Pegar as instituições que nós integramos né, pra tentar mudar essa cultura, pegar o Conselho Regional de Psicologia e fazer um trabalho, cobrar essa []...o Conselho Regional de Serviço Social, né, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, os Magistrados, [], as Associações de Promotores de Infância e [] fazer um

trabalho...mas precisa acelerar isso, precisa ser mais...nós abandonamos um pouco essa...deixamos de nos preocupar pensando que a mud...que a cultura tinha mudado, mas não tinha mudado.
(linhas 706-722)

De alguma forma, negocio com o entrevistado de que forma a Justiça e a espera por esta mudança de mentalidade vem perpetuando estas situações: os advogados orientam os adotantes a não apresentarem as mães biológicas de seus filhos; há mediadores e instituições que, através do tráfico de influencia e até através de transações financeiras, conseguem bebês. Questiono também se a não investigação e a penalização de algumas destas práticas não violentam ainda mais as famílias e as crianças e desvirtuam os propósitos das adoções?

No final da entrevista, faço uma indagação sobre como vêm se dando as adoções, se não haveria mudanças para o aperfeiçoamento do cadastramento preconizado pelo ECA.

F: (...) queria saber se você faria mudanças no Cadastro e se...ah...o que que você acha da adoção aberta...essa em que as partes se conhecem? Porque eu vejo que há uma curiosidade muito grande das famílias adotantes saberem quem são os pais biológicos ou terem algum contato...ou quando as mães dão os filhos, elas também querem muito saber, se vai cuidar bem, como é que é, como é que não é. Você acha ruim? Você acha que a adoção tem que ser como o Cadastro prevê mesmo?

P: Não, eu acho que tem que aperfeiçoar esse sistema, eu acho que tem que ter um Cadastro, tem que observar essas regras, mas acho que tem que aperfeiçoar. Você trouxe um fato importante que eu acho que a questão do Cadastro, ele [impede]. Por exemplo, da família acompanhar a gestação, pelo Cadastro, só há possibilidade depois que essa criança nascer. Eu acho que poderia ter o Cadastro das mães que engravidam e não querem filho, também se castrarem e aproximar, verificada essa hipótese de que não tem jeito, engravidou, eu não quero, né...e depois [] uma família pra fazer esse acompanhamento, acho que esse contato é importante, agora, de uma forma regular e não dessa forma que é feita que muitas vezes beira o crime.
(linhas 520-535)

Neste sentido, pensando nas relações entre os protagonistas das adoções e que vão influenciar fortemente no desenrolar das adoções e da relação dos adultos com as crianças, o promotor pensa em uma possibilidade de cadastramento das mães que desejam entregar seus filhos e a possibilidade dela conhecer os futuros pais de seus filhos.

Essa idéia, que se assemelha às adoções abertas que ocorrem no Canadá, Estados Unidos e em outros países, parecem também em na contra mão de algumas práticas discursivas presentes neste momento brasileiro. Tanto o projeto de lei de adoção que tramita como o anteprojeto de lei sobre o parto anônimo, demonstram que, para muitos setores a entrega de um filho em adoção e a reintegração das crianças em suas famílias de origem seguem premissas muito diferentes das propostas deste interlocutor. O que a sociedade vem demonstrando é um grande interesse em acelerar as destituições familiares e facilitar a entrega de crianças em adoção. Os motivos da entrega e da destituição não tem vindo à baila nas discussões.

6.2. Juiz da Vara da Infância e Juventude

Esta entrevista foi realizada em um único encontro e teve vinte minutos de duração. O juiz iniciou sua fala ressaltando o conhecimento de seus técnicos (psicólogos e assistentes sociais) sobre a clientela atendida. E, ao término da entrevista, me encaminhou para entrevistar uma assistente social e uma psicóloga de sua equipe, que contam com sua confiança.

Para realizar esta entrevistada, eu havia ligado no gabinete e conversado com sua secretária que sugeriu que eu fosse em uma determinada data à Vara. Nesta data, não foi possível que o juiz me atendesse, e ele mesmo agendou uma nova entrevista. No dia da agendado, fui preparada para ser breve e objetiva. Praticamente todas as perguntas que fiz estavam previstas no roteiro de entrevista, em algumas ocasiões fiz questionamentos a partir da fala do entrevistado. Ao término da entrevista, o juiz comentou que havia sido rápida a entrevista e logo se prontificou em me colocar em contato com suas funcionárias do Setor de Psicologia e Serviço Social, afirmando que elas poderiam me fornecer maiores elementos sobre as adoções “prontas”.

A seguir apresentarei algumas argumentações sobre adoção, sua função e ocorrência no Brasil. Posteriormente, apresentaremos uma análise de sua fala ao que se refere especificamente ao tema desta pesquisa.

Segundo este Juiz a adoção deveria ser o “último remédio”(sic) para as crianças que não podem viver em sua família de origem, no entanto, como o Brasil é um país de terceiro mundo, esta forma de colocação em família substituta ocorre com alta frequência. Além disso, para ele, muitas mães biológicas se mantêm através da entrega de seus filhos em adoção. Neste sentido, o que nos pareceu é que ele se refere ao fenômeno da venda de bebês como uma forma de ganhar dinheiro, entretanto, neste momento da entrevista, ele mencionou apenas as mães biológicas como beneficiárias deste “comércio de crianças”.

A adoção acaba sendo vista como “a solução para as crianças brasileiras”(sic). E para os adotantes, a adoção tem sido a oportunidade de ter filhos, já que a maioria deles é infértil. E o fato destes adotantes desejarem apenas bebês, faz com que muitas crianças fiquem sem a perspectiva de viverem em uma família. E, considerando esta realidade, o entrevistado acredita que apenas com a mudança na legislação, que deve ser mais objetiva e restritiva, as crianças maiores serão adotadas. Em sua fala, o juiz ressalta que “nós estamos condenando muitas crianças, milhares de crianças ao longo dos anos a uma vida sem família” (sic).

6.2.1. As adoções “prontas”: conhecendo esta prática a partir da experiência de um Juiz da Infância

F- (...)Eu queria saber assim, como é que o Sr. vê, o que o Sr. percebe dessa prática (adoção “pronta”)? Porque há vários pedidos...

J- Não,, há alguns pedidos nesse sentido porque não é uma forma normal de se adotar. A forma normal é a pessoa entrar no Cadastro e aguardar chegar a sua vez. A adoção “pronta”, ela fere o direito das outras pessoas que também querem adotar. Há essa discussão de direito, ainda não há um consenso. Se a mãe ou pai tem o direito de indicar pra quem quer

*dar o seu filho. Em tese, não. Ela tem que entregar pro juizado da infância e juventude, o juizado é que vai passar pro primeiro da lista. Justamente pra evitar esse favorecimento indevido. Agora, existem casos em que há um vínculo, chamado intuito persona, esse vínculo é justificável, pode ser um tio, pode ser um padrinho, pode ser alguém que tem envolvimento com essa família e o que é melhor, os pais não vão perder o contato com essa criança. Então esse tipo de coisa realmente, deve ser levado em consideração. Mas, não é... não é absoluto em todos os casos. Então nós não vemos de maneira muito positiva isso justamente porque fere o Direito de muitas outras pessoas. Aqui em (nossa cidade), eu tenho mais de 120 interessados em adotar. E já houve casos em que houve essa adoção direta, não havia nada que justificasse e nós mandamos buscar a criança e retiramos a criança da...que foi dada sem que houvesse algum motivo justificável. Tudo indica compra e venda de criança. **Então, isso não é uma forma muito justa e muito menos jurídica, de se fazer a adoção. Juridicamente eu acho errado. Mas, evidentemente, se já houverem laços com essa criança. E é um ser em formação, neurologicamente não está formado, isso deve ser de fato protegido. Teve alguns casos e ainda assim, eu deferi.***
(linhas 45-64)

Inicialmente, o grande número de petições de adoções “prontas” é negado pelo Juiz, o mesmo afirma que as adoções através do Cadastramento é a forma preconizada pela Lei. No entanto, quando há vinculação entre a criança e os adotantes, é justificável essa adoção que burla o cadastramento, para que não se prejudique a criança, ser em formação e que precisa ser protegido. Desta forma, a ruptura com a família adotiva feriria esta necessidade da criança.

Depois de discutir outros aspectos das adoções “prontas”, retomei, após alguns minutos, os resultados de algumas pesquisas, sendo que uma delas foi realizada na Vara em que este Juiz atua. Segundo estas pesquisas, as adoções “prontas” ocorrem em maior número que as adoções por cadastrados, o que, inicialmente, havia sido negado pelo juiz.

F- Esse não há vários pedidos, que eu, por exemplo, pesquisei em (X) , de 110 processos, 83 eram prontas. No Rio de Janeiro, a amostra é mais alta, 83% eram prontas, em São Paulo também. Ah...o sr. não acredita nisso, o sr. acha que não bate com a sua prática?

J- Eu acho que não, eu acho que não. Eu acho que isso daí realmente é...é maquiado, eu acho que é maquiado, há muita venda de criança aí que não está aparecendo.

F- Entendo, mas por exemplo, quando a...eu analisei processos e essas pessoas também analisaram processos, e aí a gente tinha uma amostra grande de prontas, uma amostra de cadastrados e uma amostra de unilaterais, né, é daquele que o cônjuge pedindo a guarda.

J- Hum, hum.

F- Como que o sr. acha então que a gente obteve esse resultado? O que pode ter...a amostra está errada?

J- Não, eu acho que isso é a realidade, mas a prática é que deve ser mudada. A legislação tem que ser mais rígida pra evitar esse tipo de coisa. Eu acho que a adoção “pronta”, como você está dizendo, ela pode até existir, mas tem que ser exceção e eu só sigo a regra.

F- Entendo.

J- Então isso eu tenho...isso tem que mudar.

(linhas 47-64)

Em sua fala, alguns significados parecem emergir nas entrelinhas. Entre estes, nos parece que ele se remete a algumas questões relevantes: os dados maquiados não se referem às pesquisas, mas ao fato de que muitas adoções ocorrem fora do cenário jurídico e por isso as pesquisas não conseguem contemplar o real número de adoções que ocorrem; além das adoções “prontas”, legais, existem adoções à brasileira, que envolvem o comércio e o registro ilegal de crianças; ocorrem adoções “prontas” pela Justiça e esta prática deve ser modificada, tendo-se maior rigor; ele, enquanto juiz, prioriza as adoções via cadastramento, deferindo adoções “prontas” em casos excepcionais.

Neste sentido, nos parece que falar sobre as adoções no Brasil pode ser uma tarefa difícil para os diferentes protagonistas e cenários, porque, de certa forma, ela envolve práticas legais e ilegais. O fato da Justiça não conseguir ter acesso a todas as práticas relacionadas às crianças e não ter controle sobre as práticas consideradas ilegais, parece um tanto constrangedor para os representantes da lei. Os profissionais que, de certa forma, participam de adoções “prontas” ou da entrega de crianças sem a mediação do Judiciário também tem dificuldade de falar sobre essa prática, pelo fato de que sabem que estão participando de uma prática marginal ao sistema judiciário, passível de punição. Alguns mediadores e pais adotivos também não se sentem confortáveis em falar sobre tal prática, recusando-se a participar de pesquisas como esta, porque, de certa forma, no afã de terem um filho, muitas vezes se submeteram ou foram coniventes à práticas tidas como ilegais ou “legais, mas sentidas como imorais”.

Tentando compreender esta prática adotiva, pergunto ao juiz como ele percebe os diferentes protagonistas destas adoções.

F- Mas assim por que que o Sr. acha que os adotantes procuram essa forma de adoção?

J- Normalmente porque é uma...é uma questão mais segura, mais certa. Quando você entra no Cadastro, você não sabe o que que vem e nem quando vem. Ao passo que se você sair procurando, você certamente vai achar e vai conseguir. Eu só não sei de que forma ele vai conseguir. Às vezes, é mediante paga, mediante alguma retribuição em dinheiro e isto absolutamente, não é certo.

F- E as mães, por que que o Sr. acha que elas não têm ido direto ao Fórum? []

J- Talvez por falta de conhecimento, sente...sente segurança nessa família, acha que o filho vai ficar bem, muito...na maioria dos casos, não está fazendo aquilo de bom grado, não está fazendo é...é...porque quer, mas porque precisa. Acha uma família que quer, então acha que está fazendo a coisa certa. Eu acho que na maioria das vezes é por...realmente é por falta de conhecimento. E, às vezes, infelizmente, é querendo realmente algum benefício financeiro.

F- E esses mediadores, porque por exemplo, é...(...). baixou uma Portaria que quem...voluntários de determinado abrigo, não podem adotar crianças daquele abrigo. Hoje eles sabem que em hospitais havia ou, às vezes, existe ainda essa prática, né? De estar entregando a criança pra algum conhecido...

J- É justamente pra evitar o favorecimento indevido em detrimento de pessoas que estão aguardando na lista de cadastramento, que fizeram tudo direitinho como a lei determina, essas pessoas tem que ser protegidas, o seu direito tem que ser protegido. Simplesmente porque a pessoa vai lá como voluntária, certamente ela vai se afeiçoar a alguma criança, isto é óbvio, se é que o objetivo dela não é esse mesmo, então não pode ser beneficiada por esse tipo de comportamento.

F- E o hospital, o Sr. pensa em alguma medida? O Sr. acha que dava pra evitar de alguma forma?

J- É um controle um pouco difícil, alguma coisa sempre dá pra fazer. Se houver denúncia, se houver realmente uma falta de...de justificativa, a família vai ficar sem essa criança.

(linhas 65-89)

Em sua fala, percebemos que a adoção “pronta” é significada como uma prática que pode ferir o direito dos cadastrados que estão à espera de uma criança. E portarias que proíbem a adoção por voluntários tem o intuito de coibir tal prática. Segundo sua perspectiva de atuação, nos parece que ele acredita que é através do poder da lei que se banirá tal prática e se assegurará a adoção pelos cadastrados. Seguindo este raciocínio, pergunto o que seria feito em relação a outros espaços em que ocorre a entrega de crianças. O juiz se refere que apenas com acionamento da Justiça, através de denúncias, alguma atuação desta instituição seria possível. Nestes sentidos e posicionamentos apresentados, enquanto operador do Direito e representante da lei, nosso entrevistado se respalda nos dispositivos legais para mudanças na sociedade e verbaliza suas crenças

neles para mudanças reais na sociedade, embora, presente nas entrevistas, nas entrelinhas, há poderes e dispositivos paralelos ao da Justiça.

Neste sentido é interessante notar que enquanto o Promotor de Justiça entrevistado trabalha com a perspectiva de que apenas com a mudança da mentalidade da população e dos operadores do Direito é que as leis terão vida e serão cumpridas. Já o Juiz se refere a mudanças e restrições da Lei a fim de que os comportamentos da população sejam modificados, ou seja, para ele, deveria ocorrer a punição de alguns tipos de adoção “pronta”, aquelas que não correspondem ao intuito *personae*.

J- Normalmente a gente recebe sempre uma história contada que bate, né, nos depoimentos. Normalmente, isso já é combinado. E a gente não tem muito como averiguar.

F- O que eles falam, normalmente?

J- Ah, que conhecia a pessoa, sabe que a pessoa vai tratar bem, que...que sabe que a pessoa tem mais...condição que a própria mãe, então que não se opõe, que acha que é uma boa medida. É sempre a mesma história. (linhas 138-143)

J- Normalmente a gente recebe sempre uma história, terminantemente. Eu acho que todas as adoções deviam ser feitas pelo Cadastro, deveria haver uma lei regulamentando isso. Se não houver ninguém interessado no Cadastro nessa Comarca e nas outras, aí a adoção pode ser liberada. Caso contrário, eu acho que tem que seguir rigorosamente a ordem do Cadastro. A não ser que haja realmente, uma justificativa para aquela família receber a criança. Mas isso tem que ser analisado judicialmente também. Eu acho que a lei devia ser muito mais rígida do que de fato é e prever até uma penalidade pra pessoa que fraudar o Cadastro.

F- O sr. acha que isso é uma opinião do sr. ou o sr. acha que os outros juízes pensam dessa maneira?

J- Eu acredito que eles pensam também dessa maneira. Porque a gente vê muita injustiça acontecendo e não pode fazer nada. (linhas 98-108)

Em relação à dinâmica dessas adoções, percebemos que seu sentimento de impotência permeia essas adoções. A Justiça, muitas vezes, não consegue descobrir os casos que envolvem a compra e venda de crianças, e muitas adoções não chegam até o Poder Judiciário. Aquelas que chegam, são mascaradas, ou seja, mães biológicas e os adotantes são instruídos por seus advogados sobre o que devem falar a fim de caracterizar uma adoção *intuitu personae* - a qual estaria respaldada pelo direito da mãe de entregar seu filho a uma pessoa de sua confiança – além de buscarem caracterizar

uma situação em que a criança já está vinculada aos adotantes – o que justificaria a não ruptura desta relação em detrimento das necessidades da criança.

No entanto, embora o juiz aponte que a solução deveria ser o banimento das adoções “prontas”, ele aponta exceções: as adoções *intuitu personae* e em situações em que nenhum cadastrado tem interesse na criança a ser adotada pelos requerentes das adoções “prontas”.

6.2.2. O fortalecimento da Lei através das adoções via cadastramento e da mudança do Estatuto

Tentando compreender os motivos pelos quais o cadastramento deve ser preconizado e as adoções “prontas” proibidas, pergunto se não há nada de positivo nesta última prática.

F- Ah...bom, o sr. já me falou que acha que essa prática tem que ser banida, que o sr. não vê nada de positivo nela?

F- Não, eu vejo sim, de certa forma, é uma garantia de que a criança vai ficar bem. Mas a mesma garantia ou maior, nós também temos aqui com o Cadastro. Quando a gente...a gente habilita um Cadastro, os pais, os pretendentes, aliás, eles já passaram por um exame de seleção muito minucioso, inclusive com análise psicossocial. Até na própria casa, aqui no Fórum. Então, o trabalho que se faz, não é simplesmente preencher uma ficha e deixar no arquivo, há todo um processo que é feito justamente pra desencadear essa segurança. Então, ninguém vai dar essa segurança que o Cadastro tem. (linhas 111-119)

Neste momento, o juiz ressalta o trabalho minucioso e cuidadoso realizado pela Justiça que busca garantir que a criança seja colocada em uma família que atenda suas necessidades. O trabalho é diferenciado, não é uma atividade meramente burocrática, onde fichas são preenchidas e arquivadas.

Diante disso, o cadastro é apontado como a forma mais segura de colocação da criança em família substituta. Neste momento, aparece em sua fala, a preocupação com a criança a ser adotada. Até então, o sentido que vinha sendo dado para a priorização do cadastro era o respeito aos adotantes cadastrados nas Varas.

Esta questão vem chamando a atenção de alguns pesquisadores e operadores do direito: a adoção visa atender os direitos de quem? Diante de tal impasse, alguns tem questionado a prioridade que vem se dando aos adotantes que fazem uma série de restrições em relação a criança a ser adotada. O que faz com que muitas crianças sejam consideradas “inadotáveis”, entre elas, as negras, com problemas de saúde, aquelas que possuem irmãos e as que possuem uma maior faixa etária.

Esta questão vai ser abarcada pelo juiz ao final de sua entrevista, na qual ele propõe alterações nas leis para que estas crianças possam viver em família.

J- Eu acho que é importante a gente fazer a coisa da maneira mais correta, ainda que ela seja mais difícil. Eu acho que a forma correta de se conseguir uma criança é via Cadastro, por mais que demore. E tem uma coisa muito errada, embora seja uma coisa pessoal, é que todo mundo quer criança recém -nascida. Com isso nós estamos criando um exército, uma legião de crianças um pouco maiores, mas que estão sem nenhuma perspectiva de vida. Como é que você quer conseguir uma adoção de uma criança de 8, 10, 12 anos? É praticamente impossível. É raríssimo acontecer um caso como esse. Então, eu acho que se a gente não...não... se o Congresso Nacional não melhorar e apertar essa legislação e torná-la mais restrita e mais objetiva. Nós estamos condenando muitas crianças, milhares de crianças ao longo dos anos a uma vida sem família. Por quê? Porque é muito fácil adotar uma criança recém -nascida cujos pais são pobres. Eu acho que essa questão tinha que ser repensada, mas com seriedade. Com seriedade, sem tomar partido daqui ou dali. Pra resolver o problema das crianças, não só o das recém -nascidas, de todas. E salvaguardar quem está no cadastro, que tem o mesmo direito daquelas outras pessoas que estão fazendo, providenciando essa chamada adoção “pronta”.

(linhas 154-167)

O juiz propõe como alternativa uma mudança na legislação que se tornaria mais restritiva e objetiva, mas não conseguimos apreender a que alterações ele está se referindo. Os adotantes deverão adotar as crianças disponíveis para a adoção? Ou a destituição do poder familiar deverá ocorrer mais rapidamente para que as crianças sejam adotadas quando pequenas?

Embora não tenham ocorrido tais modificações propostas por nosso entrevistado, algumas medidas isoladas estão sendo tomadas neste sentido. O Juiz Siro Darlan, da Primeira Comarca do Rio de Janeiro, no ano de 2004 (Portaria 07/2004), determinou a suspensão das inscrições para o Cadastro de Pretendentes à Adoção,

exceto daqueles que manifestassem interesse por crianças acima de quatro anos de idade ou adolescentes, grupo de irmãos e portadoras de necessidades especiais.

Medidas como essa parecem ter como paradigma que as mudanças de comportamento advirão das modificações da lei, através do controle e do poder institucional. Na entrevista com o promotor vimos que também há propostas em que a partir das mudanças de mentalidade, advirão mudanças comportamentais e então haverá uma consonância com as leis.

Essa discussão parece permear não só o tema desta pesquisa, a adoção de crianças, mas questões relativas às medidas sócio-educativas, à maioria penal, à legalização do aborto e ao uso de drogas.

Capítulo 7. Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi apreender diferentes configurações de adoções “prontas”, através do conhecimento dos diferentes cenários e protagonistas envolvidos, das interações e dos múltiplos sentidos que foram construídos sobre esta prática adotiva por alguns de seus protagonistas. Neste trabalho conseguimos apreender alguns processos e dinâmicas de algumas modalidades de adoções “prontas”, no entanto, sabemos que elas não englobam todas as possíveis configurações desta prática polimorfa e em transformação.

A adoção realizada entre *parentes e conhecidos das mães biológicas* tem características muito peculiares, entre elas, os circunscritores que permeiam a escolha do adulto com quem o filho permanecerá; os posicionamentos assumidos e atribuídos *pelos e aos* adotantes e pais biológicos podem possibilitar um maior contato dos últimos com seus filhos. A existência de laços de aliança ou consangüíneos parecem influenciar fortemente na manutenção da criança na família e na relação dos adultos.

As adoções que ocorrem nos cenários das *instituições (abrigos)* são permeadas por múltiplos sentidos e práticas: desde o tráfico de influência, a cultura de institucionalização de crianças, os sentimentos de regozijo ao mediar uma adoção até os de frustração e descrença que permeia o trabalho com as famílias de origem. Por outro lado, sentidos de vínculo a partir *das e nas* relações são construídos como uma possibilidade de encontro entre adultos ávidos por serem pais e crianças abrigadas.

Outra modalidade de adoção teve como protagonista os *mediadores*, estes que apresentaram mães de camadas populares a adotantes de camadas médias; esta modalidade envolvia a adoção de bebês logo após o nascimento, com uma multiplicidade de sentidos e formas de se realizar, que englobam desde a

comercialização de bebês à entrega aos adotantes pela mãe biológica. Os protagonistas referiram-se à complexidade de cenários, de formas de interação entre os protagonistas e de diferentes práticas discursivas sobre abandono, trauma, maternidade e adoção.

Ao finalizarmos este trabalho, elencamos alguns aspectos para reflexão, alguns sentidos que permearam as práticas discursivas dos entrevistados em relação às diferentes modalidades de adoção apreendidas, como: *a adoção como a solução das crianças pobres; os olhares e as práticas voltadas para as famílias e as crianças pobres no país; os posicionamentos assumidos e atribuídos por e a diferentes protagonistas e cenários nas adoções “prontas”; e considerações sobre algumas peculiaridades desta prática.*

Adoção: solução para as crianças pobres?

Diferentes protagonistas deste trabalho atribuíram à adoção o sentido de uma alternativa, de ser a possibilidade de um lar para crianças. Outro sentido que emergiu na fala dos entrevistados foi a colocação em famílias substitutas, em um país de miseráveis, com graves problemas sociais, é um mecanismo de sobrevivência e inserção de crianças e adolescentes.

As mães biológicas entrevistadas apresentam como circunscritora da entrega de um filho em adoção neste trabalho e em outros (Motta, 2001 e Gueiros, 2007), a perspectiva de inserção social do filho adotado.

Os operadores de direito entrevistados posicionaram-se em relação a tal fenômeno, afirmando que a adoção tem sido aplicada como medida paliativa em um país com sérios problemas sociais. O promotor refere-se à excepcionalidade da adoção, que não tem sido respeitada na aplicação da lei no cotidiano da Justiça.

As questões estruturais, históricas, sociais e econômicas que permeiam a protagonização da adoção não vieram à baila nos sentidos trazidos pelos protagonistas entrevistados, o que iremos discutir.

Ayres (2002 a e 2002 b) e Becker (2002) refletem sobre qual é o papel que as adoções vêm cumprindo devido à ausência de políticas públicas no Brasil. Essas autoras afirmam que a busca de colocação em famílias substitutas, através da adoção, tem sido apontada como solução para a realidade de muitas crianças. Ayres (2002 b) acrescenta ainda que a preconização da adoção é feita tanto pela mídia, pelos meios científicos e pelas organizações não governamentais (ONGs), que passam a exercer um forte papel nas práticas sociais, devido à ausência de iniciativas do Estado e, por outro lado, a maior participação da sociedade civil com a redemocratização do país.

Por que se aplica com tanta frequência a colocação em família substituta através de adoção, mesmo quando os adotantes e a criança têm parentesco? Todas as guardas e adoções necessitam ser formalizadas? A quem atende tais medidas? O que vem provocando à formalização das relações? Como é para uma criança ter o nome de mãe apagada em seu registro de nascimento, sendo que mantém contato frequentes com ela e, muitas vezes, retorna a viver com ela? Estas são questões para quais não temos respostas, mas que gostaríamos de compartilhá-las com vocês, leitores, e quem sabe suscitar novos olhares e fomentar discussões sobre tais práticas.

Discursos sobre pobreza...

Ao longo deste trabalho os sentidos de pobreza e as conseqüências que esta poderia ter no desenvolvimento das pessoas emergiram em diferentes contextos, cenários, e nas falas de diferentes protagonistas.

Ao entrevistarmos adotantes e mediadores sobre a adoção “pronta”, seja a adoção de uma criança por sua família ou por desconhecidos, discursos sobre a pobreza como algo pernicioso foram construídos, estes que são compartilhados por vários segmentos nossa sociedade brasileira, fazem parte da matriz sócio-histórica, estruturando saberes e ações em diferentes cenários e relações.

Em muitos momentos das interações com as famílias biológicas, discursos desta natureza sobre suas condições também emergiram em suas falas.

A pobreza como algo que corrompe, que pode levar à criminalidade, é um dos múltiplos discursos presentes nos anos da década de 70, quando vigorava o Código de Menores (1979) no Brasil. No entanto, esta responsabilização da família e este olhar para os pobres são anteriores e ainda estão presentes nas relações nos micro e macro cenários do país. Rizzini (1997), ao estudar as raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil, descreve que, com o movimento higienista no século XIX, objetivava-se a moralização da pobreza. Os pobres eram diferenciados em dois grupos: os dignos e os viciosos. Os primeiros eram alvos de ações que deveriam incutir valores morais na educação dos filhos. Os segundos eram o principal alvo das intervenções, que buscavam salvar seus filhos da influência perniciosa representada por eles.

Os sentidos de pobreza vão estar presentes nas interações entre as pessoas, bem como em ações do macro cenário no que tange à infância brasileira. Na introdução deste trabalho, enfatizamos algumas práticas balizadoras das políticas públicas voltadas para os segmentos pobres da sociedade brasileira, como a institucionalização das crianças e o trabalho desenvolvido com elas e suas famílias.

Nos embates entre cenários e nas práticas discursivas, novos e velhos discursos coexistem e são referências para as ações dos protagonistas, para as legislações, para a organização dos ambientes. As dificuldades para se compreender a dinâmica das

famílias pobres é presente na fala dos adotantes, dos profissionais dos abrigos, nas campanhas de promoção das adoções. Qual é espaço destas famílias na adoção de seus filhos e no abrigamento dos mesmos?

Por outro lado, vimos que diferentes concepções de adoção, vínculo e cuidados substitutivos vem sendo utilizados nos projetos de leis, nos documentos, nas ações. Há uma grande preocupação com as conseqüências das rupturas de vínculos, sendo que tais conceitos advindos da Psicologia são de fundamental importância, como por exemplo, ao se pensar como se deve promover a aproximação dos adotantes das crianças, se devem ser proibidas ou não adoções “prontas”, quando crianças podem ser inseridas em famílias acolhedoras ou em programas de apadrinhamento.

Ayres (2003) faz ponderações importantes sobre os profissionais da área psicológica. Suas colocações nos parecem significativas tendo em vista o papel que estes vêm desempenhando suas funções junto às famílias, no estabelecimento de normativas (leis, documentos, etc) bem como elaboração de pareceres, quando exercem atividades no Judiciário. A autora afirma que os psicólogos, muitas vezes, têm contribuído para a redução do sujeito a uma matriz única e individual, auxiliando na transformação de questões sociais em individuais. O saber psicológico tem produzido e naturalizado a perda e a reformulação do vínculo familiar, associando a pobreza de cidadania à incompetência, e o ato de entrega de um filho tem sido significado como abandono.

Diversos autores discutem a necessidade de implementação de políticas públicas que se adequem às características sócio-demográficas e as dinâmicas familiares, considerando as modificações que vêm ocorrendo nas famílias brasileiras. Além da ausência de ações governamentais, as políticas e as medidas voltadas pra a família existentes são marcadas pelo assistencialismo e não para o desenvolvimento da

autonomia e das potencialidades da população, bem como do exercício da cidadania. (BECKER, 2002, TAKASHIMA, 2002 e AYRES, 2003).

Pensando nos micro-cenários, retomo alguns aspectos discutidos no capítulo cinco, quanto ao trabalho do psicólogo e dos demais profissionais junto às famílias de origem das crianças adotadas/abrigadas. Antropólogos, sociólogos e psicólogos vem propondo reflexões e mudanças nas formações e atuações dos profissionais, entre eles, Vagostello (2007), Coimbra (2004) e Sarti (2003 a). Coimbra (2004) discute a necessidade dos profissionais contextualizarem as limitações de suas atuações e admitirem os seus não saberes. Vagostello propõe o abandono de práticas pautadas no controle social e a assunção de ações que favoreçam o desenvolvimento da saúde e da cidadania, com respeito e permissão das singularidades e das diferentes configurações de família. Sarti (2003 a) propõe uma discussão sobre a necessidade de mudarmos o lugar em que nos colocamos perante os demais, transformando assim o lugar do outro (pobre, doente, deficiente, doente mental, ou seja, daquele que não conhecemos).

As posições assumidas e atribuídas pelos e aos protagonistas, nos diferentes cenário em algumas adoções “prontas”

Nas relações estabelecidas entre os cenários e protagonistas, algumas foram marcadas pelas flexibilidades das posições assumidas e atribuídas *pelos* e *aos* protagonistas, o que parece ter aumentado a oportunidade destes participarem das decisões atinentes à adoção ou ao contato com a criança.

As adoções por familiares e conhecidos parece fortemente vinculada ao papel que familiares e a rede de vizinhos tem nas camadas populares, nas quais a sobrevivência do grupo é pautada na aliança e na solidariedade. Nas outras

modalidades, vimos adoções com configurações mediadas por relações socioculturais e permeadas por questões de classe, poder, entre outras.

Um dos protagonistas entrevistado atribui os sentidos de submissão, controle e constrangimento à avaliação nos Setores Técnicos das Varas da Infância e Juventude. Entretanto, ao narrar a adoção “pronta” que ele e esposa realizaram, os sentidos de flexibilidade e maior autonomia parece permear a atuação destes, quando estão em contato com a mãe biológica que vai entregar seu filho a eles.

Alguns adotantes optaram por ter acesso aos exames médicos das gestantes, proporcionaram atendimento médico, tiveram acesso à história das famílias das crianças, conheceram os genitores ou viram fotos dos mesmos.

Nas instituições de abrigo, vimos que há um espaço diferenciado que é proporcionado para voluntários, adotantes e famílias biológicas, sendo estas últimas as que menos desfrutam de tempo e liberdade para circular e freqüentar a instituição. A relação entre os protagonistas também é distinta: o voluntário é um parceiro, que oferta seu tempo e seus saberes nos cuidados das crianças e podem se tornar potenciais adotantes; os requerentes a adoção são posicionados como a possibilidade de um futuro feliz para estas crianças e, as famílias biológicas, são atribuídos os sentidos de grande desafio e sem perspectivas de reaverem seus filhos. O que nos parece é que tanto voluntários e adotantes se aproximam do perfil do que é socialmente aceito e normatizado, já os familiares, quando são alvo de intervenções, são de cunho assistencial ou disciplinar.

Ao pensarmos nas relações estabelecidas entre as mães biológicas, mediadores e adotantes, vimos que ao longo das interações, os mecanismos, as negociações, os critérios e os saberes empregados foram se diversificando. Alguns embates foram travados entre os protagonistas, onde relações de forças ficaram evidentes, nos quais

cada um sinalizou qual recurso poderia ser lançado mão para que o outro cedesse à sua demanda.

Concomitantemente, estas relações não são polarizadas e cristalizadas, há um jogo de forças que possibilita negociações, combinações e transformações nas posições assumidas e atribuídas e nos sentidos construídos com os protagonistas nas entrevistas. Entretanto, parece-nos que algumas relações são permeadas por um maior número de circunscritores do que em outras, o que nos faz apontar a necessidade de estudos que aprofundem tais questões, entre elas:

- Circunscritores da entrega de um filho para a rede de relações ou para estranhos. As mães só após o esgotamento ou ausência de rede de apoio entregam seus filhos para desconhecidos?
- Repercussões da entrega ao longo dos anos para as famílias de origem, crianças e adotantes? O grau de flexibilidade nas relações entre família adotante e biológica antes e após a entrega: há repercussões no vínculo entre os adultos e as crianças?
- Construções simbólicas de uma adoção permeada por ajuda material ou compra: repercussões no desenvolvimento da criança; na relação entre pais e filhos e na trajetória das mães biológicas.

Parece-nos que o campo de ação, a possibilidade de escuta e de participar ativamente das relações pode ser desigual entre os protagonistas, em determinados momentos, em certos cenários.

No que se refere à voz dos protagonistas no cenário Jurídico, retomamos a discussão de Mariano (2004), Fávero (2000), Motta (2001), que através de estudos de adoção, destituição do poder familiar e de mães que entregaram seus filhos em adoção, mostram a pouca visibilidade das famílias biológicas no Judiciário, nas pesquisas, nos serviços de saúde.

Brito, Ayres e Amem (2006) mostram que a escuta de crianças e adolescentes tem sido protagonizada em alguns casos e desconsiderada em outros. Casos de abuso sexual bem como de disputa de guarda atribuem grande valor à palavra da criança. As autoras questionam o grau de responsabilidade jurídica que vem sendo atribuído a elas e as conseqüências desta prática. Por outro lado, as autoras constataam que “há crianças que pouco falam”, como as que se encontram abrigadas ou em conflito com a lei, as que são consideradas “infância em perigo e que devem apontar seus algozes” e “a infância perigosa que, por se constituir em uma ameaça social, não deve se expressar”.

O que queremos apontar é que, nas relações entre estes cenários, em diferentes momentos, nas interações entre os protagonistas, no estabelecimento de normas, de procedimentos e regras, as questões de gênero, as diferenças socioeconômicas, de classe e de poder, estão permeando as relações entre crianças e adultos, pais e filhos, profissionais e clientela.

Os jogos de poder e as negociações parecem permear as adoções “prontas” estudadas mesmo após a entrega da criança. Desde a construção do *corpus*, pudemos apreender um dos sentidos implicados nesta prática: o silenciamento.

Tentamos entrevistar profissionais da área da saúde, trabalhadores de postos de saúde e de maternidades, mas estes não aceitaram participar da pesquisa em questão. Um dos convidados afirmou que não gostaria de discutir tal assunto, a adoção de crianças através de instituições. Outro profissional contatado afirmou que seria possível conceder tal entrevista se o trabalho fosse submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Medicina ao qual a Maternidade era conveniada, justificando que, apenas a aprovação do presente trabalho pelo Comitê da Faculdade a qual estávamos ligados, não era suficiente.

O que tais comportamentos e condições colocadas nos fizeram refletir foi que alguns cenários e protagonistas parecem atribuir alguns sentidos para a adoção “pronta”, no cenário da área da saúde, relacionados à uma prática polêmica, legalmente possível, mas atrelada a jogos de poder, à sobreposição de papéis de protagonistas e cenários, e pelas negociações e trocas que permeiam tais adoções. Assim, falar sobre essa prática e posicionar-se como protagonista nestas adoções pode ser algo “perigoso”.

O fato de um dos entrevistados solicitar que este estudo fosse avaliado também pelo Comitê de Ética da instituição em que trabalhava, nos leva a pensar que, respaldado por este, o entrevistado se remeteria apenas a discursos “politicamente corretos” sobre tais adoções, diminuindo a possibilidade de se expressar sobre a ocorrência de entrega de bebês nos hospitais ou de outras formas de adoções “prontas”. O que nos parece é que, ao mesmo tempo em que a autorização da instituição poderia permitir ao funcionário se expressar sobre tal assunto, ao mesmo tempo, ele “assumiria o compromisso” de não “comprometer” a instituição em que trabalhava.

Esse silenciamento sobre a prática das adoções “prontas” nos remete a pensar sobre esse “silêncio”. Orlandi (1992) afirma que há um sentido no silêncio; a autora liga o não-dizer à história e à ideologia. O silêncio tem uma significância própria e sempre se diz a partir dele. Compreender o silêncio é conhecer os processos de significação que ele põe em jogo.

As relações burocratizadas e hierárquicas possibilitaram, de certa forma, aos nossos convidados construir o sentido do não dizer ser relacionado à ética. No entanto, se refletirmos sobre a entrega de crianças no Brasil que, por muitos séculos foi feita de maneira informal e por entidades assistências, esta sofreu uma grande alteração em 1990. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o cadastramento de casais pretendentes a adoção e de crianças em condições de serem adotadas tornou-se uma

atividade a ser desenvolvida predominantemente pelo Poder Judiciário. No entanto, embora não haja dados estatísticos sobre tal prática, é de conhecimento público o grande número de crianças que foram apresentadas a adotantes ou entregues em hospitais, sem a mediação da Justiça.

Com a falta de voz destes profissionais neste trabalho, não podemos falar por eles, no entanto, podemos trazer alguns questionamentos sobre tal prática: ela é semelhante ao que ocorre nos abrigos brasileiros? Há questões sócio-históricas e culturais que influenciam a perpetuação de tal prática? Os sentimentos e sentidos construídos por médicos, enfermeiros e atendentes são semelhantes aos que são construídos por funcionários de abrigos que possibilitam “o encontro de crianças com possíveis pais”? Quais os posicionamentos assumidos e atribuídos, em nossa sociedade, *por e àqueles* que mediam estas adoções, que tornam possível a adoção de uma criança por pais que, muitas vezes, esperam muitos anos por tal oportunidade? Como estes protagonistas se posicionam diante do Poder Judiciário, tendo em vista que cabe a este órgão mediar as adoções? Esta prática dos hospitais seria uma resistência ao poder centralizador de tal instituição?

Antes de finalizarmos este trabalho, gostaríamos de convidá-los para algumas considerações sobre adoções “prontas”. Seriam elas uma forma de resistência ao cadastramento nas Varas? Uma maneira dos adotantes escolherem e acelerarem a chegada de seus filhos?

Se há algo que temos tranquilidade para responder com um simples não são as questões acima. Adoções “prontas” são múltiplas, complexas e multifacetadas. E, ao finalizarmos este trabalho, temos clareza que há muito para se aprender *com e sobre* ela(s).

Para tal ilustrar tal raciocínio, retornemos às falas dos protagonistas.

O juiz que entrevistamos, ao considerar o cadastramento dos adotantes nas Varas da Infância e Juventude como a única prática legítima de adoção, propôs uma modificação na lei brasileira, que tornaria tal prática a única modalidade de adoção possível, com raras exceções (crianças poderiam ser adotadas diretamente, caso não houvessem pretendentes cadastrados que as desejassem). Ao longo de sua fala, truncada e cheia de silenciamentos, pareceu-nos que o mesmo posicionava a Justiça como impotente diante do comércio de crianças e de tantas adoções “prontas”, estas que inicialmente, não foram admitidas como freqüentes.

Por outro lado, o representante do Ministério Público propôs a mudança de mentalidade a partir da implantação, do reconhecimento e da identificação dos operados do direito e dos profissionais da área da Infância e Juventude com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com tal mudança, automaticamente, as adoções seriam menos protagonizadas, haveria outro olhar para as famílias de origem das crianças, que teriam seus direitos garantidos, entre eles, os de não serem destituídos do poder familiar por pobreza.

Os sentidos construídos sobre as adoções “prontas” por estes dois profissionais são distintos, mas ambos referem-se ao término de tal prática. Entretanto, nas práticas discursivas produzidas na interação com estes profissionais, não reconhecemos sentidos e significados relacionados às adoções “prontas” que apresentamos no capítulo três deste trabalho e de outras formas que possam ocorrer, que se relacionam a arranjos específicos de determinadas populações, pautados em outras normas de convivências, por sentidos e significados não contemplados pelas regras dominantes.

Retomamos o trabalho das antropólogas Claudia Fonseca (2001) e Cintia Sarti (2003 a) sobre as formas de convivência familiar nas camadas pobres, as leis e as políticas públicas.

Sarti (2001) ao discutir as leis de adoção brasileira em relação a adoção internacional enfatiza a necessidade de se considerar as diferenças de ordem política bem como as de ordem cultural dos países receptores de crianças brasileiras e as do nosso país. Segundo a autora, os termos de contrato convencional são eurocêntricos e de difícil transposição para certos contextos brasileiros.

Alguns questionamentos da autora sobre estas adoções internacionais nos parecem muito pertinentes e adequados ao tratamento legal que vem sendo dado à multiplicidade de arranjos familiares e de configurações das adoções brasileiras.

Nas famílias de camadas populares brasileiras o *dar* e o *receber* uma criança faz parte de um mecanismo de sobrevivência grupal, no qual o ato da entrega é tido como *sacrifício* e o criar uma criança pelas famílias adotantes/criadoras é relacionado ao *dom* e aos intermediários é atribuído o *zelo* de ter mediado tal relação entre as famílias. Por outro lado, as adoções legais inscrevem-se na lógica consumista ocidental, na qual as relações são *impessoais*, os indivíduos são *autônomos* e exercem uma *livre escolha*. Segundo a autora, “*quando as crianças são vistas como bens alienáveis no circuito autônomo de ações altruístas, seria mais exato associar a adoção a uma lógica ocidental do consumo do que à do dom*” (Fonseca, 2006, pág. 41).

Sarti(2003) ao refletir sobre as redes, laços e políticas públicas, atenta para duas discussões a fim de promover reflexões sobre as práticas dos profissionais e das políticas públicas: “*qual a concepção de família segundo os pobres, aqueles a quem se dirigem as políticas sociais? E a concepção de pobreza subjacente a essas políticas, que faz do pobre um “outro”?*”(SARTI, 2003,pág. 27)

São com as idéias destas autoras que concluo este trabalho que, na verdade, é um convite para novas reflexões, práticas, questionamentos, sentidos, significações. A multiplicidade das adoções “prontas” fala por si. Ela ilustra a necessidade de estudos,

olhares e ações que abarquem o dinamismo e a pluralidade das configurações das famílias brasileiras, das suas múltiplas formas de sobrevivência, manutenção e sustentação.

8. Referências Bibliográficas

AMORIM, K.S. **Concretização de discursos e práticas histórico-sociais, em situações de frequência de bebês a creche.** 2002. 118 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

ANDREI, E. Adoção. Mitos e preconceitos. In: Freire, F. (Org), **Abandono e adoção. Contribuições para uma cultura da adoção III.** 20 ed. Curitiba: Terra dos Homens e Vicentina, 2001. p.41-50.

AYRES, L.S.M. Adoção e exclusão social: análise de uma pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 1., 2002, São Paulo. **Anais 1º. Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002 a.

AYRES, L.S.M. A “Cultura” da Adoção no Brasil. Encontro Clio-Psyche, 5., 2002, Rio de Janeiro. **Anais 5º. Encontro Clio-Psyche.** Rio de Janeiro: UERJ, 2002 b.

AYRES, L.S.M. **De menor a criança, de criança a filho:** alguns sentidos políticos de discursos da adoção. Pró-forma de qualificação da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, M.L. **Autoridade e afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BECKER, M.J. A ruptura de vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** 5a ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2002. p. 60-76.

BECKER, M.J. In: Do direito à convivência familiar e comunitária. CURY, M.; SILVA, A.F.A.; MENDEZ, E.G. (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

BERTHOUD, C.M.E. **Filhos do coração.** Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997.

BOGDAN, R.C. & BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação. Uma introdução às teorias e aos métodos.** Portugal: Porto Editora, 1994.

BOWLBY, J. Apego: Volume I da Trilogia Apego e Perda. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 493 p.

BRASIL. **Código de Menores**. Lei Federal 6697 de 10/10/1979.

_____, Constituição, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8069/90 de 13/07/1990.

_____, **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

BRITO, L.; AYRES, L.; AMEN, M. A escuta de crianças no sistema de Justiça. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300010&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 28/07/2008. doi: 10.1590/S0102-71822006000300010.

CASSIN, W. C. **O psicólogo judiciário e a cultura da adoção**: limites, contribuições e perspectivas. 2000. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000.

CALLIGARIS, C. Lei e comunidade: algumas propostas. In: PINHEIRO, P.S. **São Paulo sem medo: Um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CALDANA, R.H.L. **Ser criança no início do século: alguns retratos e suas lições**. São Carlos, 1998. 185 p. Tese (Doutorado) - Pós Graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCar.

_____. **Família, mulher e filhos. Três momentos numa revista católica brasileira (1935 a 1988)** São Carlos, 1991. 213 p. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCar.

CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M.Z.; LAMPHERE, L. (Org.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CHRISTIANSEN, I.B. Is blood thicker than water? A discussion of how the rootmethaphor 'blood is ticker than water is expressed in Danish adoptive kinship. May, p. 11-13, 2001. **Conference/Workshop on Internacional Adoption "Where, how and to Whow Adopted Children Belong"**, Hampshire College: Amherst.

COIMBRA, J.C. A demanda nos processos de habilitação para adoção e a função dos dispositivos judiciais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 5, n. 2, 2º semestre de 2005.

COIMBRA, J. C. Algumas considerações sobre o parecer psicológico na justiça da infância e da juventude. *Psicol. cienc. prof.* [online]. jun. 2004, vol.24, no.2 [citado 28 Outubro 2008], p.2-13. Disponible en la World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200002&lng=es&nr m=iso>. ISSN 1414-9893.

CÔRREA, M. repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, M.S.K. et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p 13-38.

COSTA, J.F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Graal Editora, 1989.

COSTA, M.C.S. **Os filhos do coração: adoção em camadas médias brasileiras**, 1989. 313 p. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, N.R.A. **Famílias acolhedoras: uma análise de experiências no Estado de São Paulo**. 20 f. Projeto de Pesquisa de Pós Doutorado.– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

COSTA, N.R.A. **Construção de sentidos relacionados à maternidade e à paternidade em uma família adotiva**. 2005. 207 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

COSTA, N.R.A; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. (no prelo) Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**.

DOLTO, F.; HAMAD, N. **Destinos de crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 167 p.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ELTINK, C.F. **“Escolhas” na adoção: o processo de acolhimento da criança na família adotiva**. 2005. 207 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

EBRAHIM, S. G. Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 1, 2001. p.73-80.

FÁVERO, E.T. et. al. **Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo sócio-econômico**. São Paulo: Veras Editoras, 2000. 122 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 293 p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade (volume 1): a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FONSECA, C. Pais e filhos na família popular. In: D’INCAO, M.A. (org) **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p 95-128.

_____. Quando cada caso não é um caso. Pesquisa Etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, jan.fev.mar.abr. 1999. p. 58-78.

_____. La circulation des enfants pauvres aun Bresil: Une pratique locale dans um monde globalisé. **Anthropologie et Sociétés**, 24 (3), 2001, p 24-43.

_____. **Caminhos da adoção**. 2^a.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, n 26, Campinas, jan- jun 2006, p. 11-44.

FRESTON, Y.M.B. & FRESTON, P. A mãe biológica em casos de adoção: um perfil da pobreza e do abandono. In: FREIRE, F. (org) **Abandono e Adoção. Contribuições para uma cultura da adoção II**. Curitiba, Terre des Hommes, 1994. p.81-90

GONÇALVES, M.A. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista. In: ALMEIDA, A.M. (et al) **Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p 37-52.

GUEIROS, D. A. **Adoção consentida do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GULASSA, M.L.C.R. (coord.) **O abrigo como possibilidade**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa e Fundação Abrinq, 2005. 38 p.

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, A. (coord.) **Tramas, Dramas e transformações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p 39-53.

MARIANO, F. N.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2008, v. 21, n. 1, pp. 11-19. ISSN 0102-7972. doi: 10.1590/S0102-79722008000100002.

MARIANO, F.N. **O Cenário Jurídico: os processos de adoção na Comarca de Ribeirão Preto (1991-2000)**. 2004. 195 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, 2004.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINGORANCE, R.C. **A construção as relações afetivas durante a inserção do bebê na família adotiva**. 2006. 237 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, 2006.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1999.

MOTTA, M.A.P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (org) **Família Brasileira, a base de tudo**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1998. p 26-46.

OLIVEIRA, M.C. A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos feministas**. 1996, 4 (1), p 55-63.

OLIVEIRA, N.G.S. **Padrões de adoção**: reinterpretação à luz da perspectiva etológica. 2002. 192 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, R.C.S. **Crianças e adolescentes (des)acolhidos. A perda da filiação no processo de institucionalização**. 2001. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Z.M.R.; GUANAES, C. ; COSTA, N.R.A. Discutindo o conceito de “jogos de papéis”: uma interface com a “teoria do posicionamento”. In: ROSSETTI-FERREIRA, M.C et al (org) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PAIVA, L.D. **Adoção: significados e possibilidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004. 180 p.

PEREIRA, J. M.; SANTOS, M. A. O enfoque psicológico da adoção: revisão da literatura. In: LABATE, R.C. (Org.). **Caminhando para a assistência integral**. Ribeirão Preto: Scala, 1999. p. 225-247.

PINHEIRO, O.G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M.J.P. **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p 183-214.

RASERA, E. F.; GUANAES, C. O terapeuta como produtor de conhecimentos: contribuições da perspectiva construcionista social. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 26, p. 76-85, 2006.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: SP: Loyola, 2004.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás; Ministério da Cultura; USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

ROMANELLI, G. **Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias**. Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS, mimeo, 1995.

ROMANELLI, G. Família de classes populares: socialização e identidade masculina. **Cadernos de Pesquisa NEP**, n.1 e 2, 1997, p25-34.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Olhando a pessoa e seus outros, de perto e de longe, no antes, aqui e depois. In Colinvaux, D.; Banks, L.; Dell’Aglío, D.D. (Ed.). **Psicologia e desenvolvimento: reflexões e práticas atuais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 19-59.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. et al. **Projeto Temático da FAPESP - Significação e Dialogia na Perspectiva da Rede de Significações**. Processo N°01/14075-5, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. et al. **Projeto Temático da FAPESP - Significação e Dialogia na Perspectiva da Rede de Significações**. Processo N°01/14075-5, 2001.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C et al (org) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C., AMORIM, K.S.; SILVA, A.P.S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M.C et al (org) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 23-33.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K.S.; SILVA, A.P.S. Uma perspectiva teórica-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, 13 (2), p. 281-293.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. ; RAMON, F.; SILVA, A.P.S. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, 2002, n.115, p 65-100.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K. S.; VITÓRIA, T. Emergência de novos significados durante o processo de adaptação de bebês à creche. **Coletâneas da ANPPEP**, 1996, 4 (1), p. 111- 143.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; AMORIM, K. S.; VITÓRIA, T. Integração família e creche – acolhimento é o princípio de tudo. **Estudos em Saúde Mental**, Ribeirão Preto, FMRP – USP, 1997, p 107-131.

SAMARA, E.M. **A família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª ed., 1993.

_____. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: Almeida, A.M. (et al) **Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. p 25-36.

SANTOS, M. A. & PEREIRA, J.M.F. (1999) A interface entre as abordagens psicológica e legal da adoção. In: LABATE, R.C. (Org.). **Caminhando para a assistência integral**. Ribeirão Preto, Scala, 1999. (p.307-330).

SARTI, C.A. **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ª. ed. São Paulo:Cortez, 2003a.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M.A. F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003b, 21-36.

SCHREINER,G. viver em família, um direito da criança. In: MATOS, J. **Adoção: Um direito à convivência familiar**. Estudos, questionamentos e esclarecimentos. Brasília: Centro de Documentação e Informação. Coordenação de publicações, 2003, p. 13-23.

SERRANO, S.A. **O abrigo de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto**. 2008. 250 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, 2008.

SILVA, A. P. S. **(Des)continuidade no envolvimento com o crime. Construção da identidade narrativa de ex-infratores**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVA, A. P. S., ROSSETTI-FERREIRA, M.C; CARVALHO, A.M.A. Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento. In: ROSSETTI-FERREIRA, M.C et al (org) **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SILVA, E.R.A. (coord.) **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SÓLON, L. A. G. **A perspectiva da criança sob seu processo de adoção**. 2006. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, 2006.

SPINK, M.J.P. **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SPINK, M.J.P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos na interpretação. In: SPINK, M.J.P. **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 93-122.

SPINK, M.J.P. ; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M.J.P. **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 41-62.

SPITZ, R.A. **O primeiro ano de vida**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 390p.

TAKASHIMA, G.M.K. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org). **Família brasileira, a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2002. p. 77-92.

VAGOSTELLO, L. **O emprego da Técnica do Desenho da Pessoa na Chuva: uma contribuição ao estudo psicológico de crianças vítimas de violência doméstica**. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VARGAS, M. M. **Adoção Tardia. Da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VARGAS, M. M. Da família sonhada à família possível. A necessidade de preparação para a adoção. In: Freire, F. (Org.). **Abandono e adoção. Contribuições para uma cultura da adoção III**. 20. ed. Curitiba: Terra dos Homens e Vicentina, 2001. p. 99-104.

VENÂNCIO, R.P. Maternidade Negada. In: **História das mulheres no Brasil**. In: Priore, M. D. (org). São Paulo: Contexto Editora/ Editora UNESP, 1997. p 189-221.

VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2002. p 47-59.

WEBER, L. N.D; KOSSOBUDZKI, L.H.M. Abandono e Institucionalização de crianças no Paraná. In: FREIRE, F. (Org.). **Abandono e adoção. Contribuições para uma cultura da adoção II**. Curitiba: Terre des Hommes, 1994. p. 33-51.

WEBER, L. N.D; KOSSOBUDZKI, L.H.M. **Filhos da solidão**: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

WEBER, L.N.D. **Laços de ternura**: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Ed. Santa Mônica, 1998.

_____. **Pais e filhos por adoção no Brasil. Características, expectativas e sentimentos**. Curitiba: Juruá, 2003.

WROBEL, G.M.; AYES-LOPEZ, S. ; KOHLER, J.K.; FIEDRICK, M. Outcomes for children. In: Grotevant, H.D.; McRoy, R.G. **Openness in adoption: exploring family connections**. London: SAGE Publications, 1998.

YOUNG, J.; NEIL, B. Accepting and adjusting to the loss of a child to adoption – the feelings of feelings of birth relatives six years on. In: **Second International Conference on Adoption Research**, Norwich, England. July, 2006.

Anexos

ANEXO A

Roteiro das entrevistas

Família adotante

- Opção pela adoção e mais especificamente pela adoção “pronta”;
- Como conheceram a criança (mediadores, formas de negociação, o processo de entrega da criança)
- a idade da criança e quando tempo ficaram com ela antes de entrarem com o pedido na Justiça; perguntar sobre o tempo que ficaram com ela antes de procurar a Justiça (quanto tempo e para que)
- Relações mantidas com a família biológica (antes e após a adoção) e com os mediadores
- Motivação para a adoção (histórico de perdas passadas e atuais)
- A vivência da adoção e o momento de vida atual; rede de apoio durante e após a adoção;
- Expectativas e desejos em relação à criança
- Como foi a relação que foi se estabelecendo com a criança (o que pensavam antes, o que queriam X a criança real)?
- A vivência da maternidade e da paternidade
- A revelação da adoção (quando, como e porque)
- A rede de apoio na chegada da criança e atualmente;
- O que a família e os amigos pensam sobre adoção? E sobre a criança? Como se relacionam com ela?
- A vivência dos trâmites legais: o pedido da adoção, os trâmites legais (a avaliação psicossocial), a decisão judicial
- Como se posicionam diante da escolha dessa modalidade de adoção;
- Como vêm a adoção pronta?
- Por que a escolheram (possuíam conhecimento sobre os trâmites da adoção via cadastro)?
- Realizaram adoções anteriores? Já cuidaram de outras crianças antes (parentes ou não)?
- A adoção está finalizada? Como vivem o momento atual? Se não finalizada a adoção, como vivenciam essa situação?
- Como vêm e se relacionam com os demais protagonistas envolvidos nas adoções:
 - a relação com a família biológica e o que pensam dela
 - a relação com os mediadores e como vêm a atuação destes
 - a relação com a Justiça e como a concebem

Família biológica

- *Opção pela adoção e mais especificamente pela adoção “pronta”;*
 - Como conheceram os adotantes (mediadores, formas de negociação, o processo de entrega da criança)

- A idade da criança e quando tempo ficaram com ela antes de a entregarem. Buscaram alternativas para a manterem na família?
- Relações mantidas com a família adotante (antes e após a adoção) e com os mediadores
- Motivação para a entrega (histórico de entregas anteriores). O que foi levado em consideração no momento de optar pela entrega em adoção? Repercussões da entrega da criança (no passado e atualmente).

- *A vivência da entrega e o momento de vida atual; rede de apoio durante e após a adoção;*

- Configuração da família atual, na época da entrega e da família de origem
- Condições de vida e rede de apoio: momento da entrega e atual
- Como era a relação estabelecida com a criança ?
- A vivência da maternidade e da paternidade. Como vivenciaram a entrega e como se sentem hoje? O que pensam sobre a criança entregue?
- O que a família e os amigos pensam sobre a entrega?
- Como vivem atualmente? Quais as expectativas e projetos de vida?

- *A vivência dos trâmites legais: a destituição do poder familiar, os trâmites legais (a avaliação psicossocial), a decisão judicial*

- Como se posicionam diante da escolha dessa modalidade de adoção;
- Como vêem a adoção pronta?
- Por que não entregaram a criança para a Justiça (possuíam conhecimento sobre os trâmites da adoção via cadastro)?
- A adoção está finalizada? Como se deu o processo de entrega e adoção na Justiça? Compareceram em audiências e em entrevistas com psicólogos e assistentes sociais? Alguma alternativa à entrega foi proposta?
- - Como vêem e se relacionam com os demais protagonistas envolvidos nas adoções:
 - a relação com a família adotante e o que pensam dela
 - a relação com os mediadores e como vêem a atuação destes
 - a relação com a Justiça e como a concebem

Mediadores das adoções

- Como conheceram os adotantes e a família biológica (formas de negociação, o processo de entrega da criança)?
- Relações mantidas com a família adotante e com a família biológica(antes e após a adoção)
- Motivação para a participação na adoção (histórico de participação em outras adoções). O que foi levado em consideração no momento participar de uma adoção, de mediar as negociações, o encontro da criança?
- A vivência da participação na adoção
- O que pensam sobre a adoção e a criança adotada?
- Como se sentiram ao participarem de uma adoção? E o que sentem hoje?
- Quais as expectativas em relação à adoção? Achavam que a família biológica deveria entregar a criança? Tentaram pensar em outras alternativas à entrega e à adoção?
- - A vivência dos trâmites legais
- Como se posicionam diante da escolha dessa modalidade de adoção? Conhecem o cadastro e o que pensam dele? ;Por que não entregaram a criança para a Justiça (nos casos em que estavam com a criança)?
- Como vêem a adoção pronta? Quais as dificuldades desse tipo de adoção e o que avaliam como positivo nessa prática?
- Como vêem e se relacionam com os demais protagonistas envolvidos nas adoções:
- a relação com a família adotante e o que pensam dela
- a relação com os mediadores e como vêem a atuação destes
- a relação com a Justiça e como a concebem

Juiz/Promotor

- Como normalmente ocorrem as adoções “prontas”?
 - Como os adotantes e a família biológica se conhecem?
 - Há formas de negociação? Como é o processo de entrega da criança?
 - Essas pessoas mantêm relações após a entrega da criança aos adotantes?
- *A vivência da participação na adoção*
- O que pensam sobre a adoção e a criança adotada?
 - Quais as expectativas em relação à adoção? Na maioria dos casos, acha que a família biológica deveria entregar a criança? E os adotantes, por que buscam a adoção?
 - As pessoas envolvidas buscam alternativas à entrega e à adoção? Qual é a atuação da Promotoria (da Justiça) nessas adoções?
- *Os trâmites legais*
- Como se posicionam diante da escolha dessa modalidade de adoção? Por que as pessoas optam por essa modalidade? Quais as dificuldades desse tipo de adoção e o que avaliam como positivo nessa prática?

- *Como a Promotoria (a Justiça) vê e se relaciona com os demais protagonistas envolvidos nas adoções:*

- a relação com a família adotante e o que pensa dela
- a relação com a família biológica e o que pensa dela
- a relação com os mediadores e como vê a atuação destes
- a relação com a Promotoria e como a concebe

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado(a):

Idade (data de nascimento):

Idade na época da realização da entrevista:

Sexo:

Etnia:

Religião:

Profissão:

Escolaridade:

Renda:

Naturalidade:

Endereço:

Bairro:

Moradia: alugada () própria () financiada() () cedida

Com quem mora:

Estado civil:

Idade em que casou:

Número de filhos e idades:

Cônjuge:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Renda:

Religião:

Estado civil:

Tem filhos de outras relações ()sim () não

Número de filhos e idades:

Naturalidade:

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Eu, _____,
portador do RG n° _____, através desse documento autorizo a realização do Projeto de Pesquisa “Adoções “prontas” ou diretas: buscando conhecer seus caminhos e percalços” desenvolvido por Fernanda Neísa Mariano, aluna da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Tenho ciência que esse estudo tem o objetivo de conhecer como ocorrem as adoções prontas, através da entrevista de diferentes pessoas envolvidas nessas adoções – pais adotantes, pais biológicos, profissionais de diferentes instituições e representantes da Justiça. Esse estudo pode trazer contribuições para os profissionais que trabalham com essa temática bem como para o planejamento de medidas profiláticas relacionadas à prática da adoção.

Minhas dúvidas em relação ao trabalho foram esclarecidas e a pesquisadora se disponibilizou a fornecer quaisquer esclarecimentos no decorrer de seu estudo. Autorizei que minha entrevista seja gravada e depois transcrita.

Declaro que fui assegurado de que todas as informações serão utilizadas somente com fins do estudo proposto, ficando a pesquisadora autorizada a publicar o resultado desse trabalho, assegurando o uso de um nome fictício e a não publicação de locais ou acontecimentos que possam levar a minha identificação e de meus familiares.

Declaro ainda estar ciente de que essa entrevista pode deixar de ser realizada ou interrompida, se eu considerar necessário, sem que eu sofra qualquer prejuízo.

Local e data .

Participante

Fernanda Neísa Mariano
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP/ RP
Endereço para localização da entrevistadora

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Nome: FERNANDA NEÍSA MARIANO

Titulação Acadêmica: Psicóloga, Pós-Graduada em Psicologia - Nível Doutorado

Endereço:

Telefone:

RG:

CPF:

CRP:

Tipo de Trabalho: Pesquisa

Título do Trabalho: Adoções “prontas” ou diretas: buscando conhecer seus caminhos e percalços

Orientação Acadêmica: Profa. Dra. Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo), Departamento de Psicologia e Educação.

Comprometo-me a utilizar as entrevistas concedidas pelos entrevistados, exclusivamente para a finalidade de Pesquisa, incluindo a publicação e divulgação em revistas especializadas, encontros científicos, livros ou outros.

Comprometo-me também a realizar essa pesquisa de acordo com os procedimentos éticos estipulados pela Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, sobre Pesquisa com seres Humanos. Será resguardado o direito e a privacidade dos sujeitos, não os identificando em nenhuma das etapas deste trabalho.

Declaro estar ciente de que a utilização indevida dessas entrevistas acarretará na sujeição à penalidades correspondentes.

Quaisquer outras formas de utilização e divulgação não previstas necessitarão de autorização expressa dos entrevistados.

Data e local.

Fernanda Neísa Mariano

Pesquisadora